



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**



**ICICT**

Instituto de Comunicação e Informação  
Científica e Tecnológica em Saúde

ANDRÉA MARIA PAMPOLHA ARRUDA

**IMPrensa, ESTADO E MALÁRIA NO AMAZONAS:  
vozes e sentidos tecidos no tempo**

Rio de Janeiro - RJ  
2015

ANDRÉA MARIA PAMPOLHA ARRUDA

**IMPrensa, Estado e Malária no Amazonas:  
vozes e sentidos tecidos no tempo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informação, Comunicação e Saúde, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (Icict), para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Inesita Soares de Araujo

Rio de Janeiro - RJ  
2015

ANDRÉA MARIA PAMPOLHA ARRUDA

**IMPrensa, Estado e Malária no Amazonas:  
vozes e sentidos tecidos no tempo**

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. INESITA SOARES DE ARAUJO (Orientadora)

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. JANINE MIRANDA CARDOSO (PPGICS/Icict/Fiocruz)

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. NÍSIA TRINDADE DE LIMA (PPGHCS/COC/Fiocruz)

Rio de Janeiro - RJ  
2015

*Aos meus filhos André e Carol, razão e fonte  
do meu aprendizado.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos que me acompanharam no preparo e no curso deste desafio - ora um entrar na floresta densa ora um atravessar rios profundos. Aos colaboradores institucionais e acadêmicos, pelos mapas e lanternas, pelos fósforos e apitos, pelas redes e mosquiteiros. Aos companheiros de vida, pelas roupas que suavizaram a chuva forte e a umidade, pelas vozes firmes que ecoaram pelo ar e pela água, pela torcida no meu ponto de partida e pela alegria no meu ponto de chegada. Obrigada,

Bernardino Albuquerque, Evandro Melo, Romeo Fialho e Wilson Alecrim, por me ajudarem, na condição de pesquisadores e gestores da saúde pública, a melhor compreender a malária no Amazonas, ontem e hoje;

Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, pela liberação para o estudo, e Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas, pela bolsa concedida;

Francismar Lopes, pela amizade eterna e pelo *clipping* que permitiu estabelecer o *corpus* contemporâneo de análise;

Geraldo dos Anjos, Gilberto Hochman e Dilene Nascimento, pelo passeio na História;

Janine Cardoso e Nísia Trindade, pelo olhar atento e sugestões de caminho, apontadas na Qualificação;

Companheiros de turma, em especial Carla Garcia, Vanessa Melo e Vânia Borges, pelos conhecimentos que trocamos, pelas palavras com as quais nos apoiamos e pelos laços fraternos que construímos.

Minha família, em especial minha mãe, Lúcia, por me socorrer de todas as maneiras nos prenúncios de tempestade; Gert, meu padrasto, e minha tia Odete, pelas conversas sobre nossas pesquisas: eu e ela mestradas aqui, ele doutorando na Espanha; Fred, meu pai, pelo incentivo, ponderações e informações garimpadas sobre o Amazonas antigo; meus irmãos Alexandre, Kátia e Tatiana, por afiançarem meus sonhos, e Adriana, Karina e Ângela, pela presença constante; Lucília, minha avó, companheira de toda a vida, que há pouco se foi, pelo amor e pelos sorrisos que não de, para sempre, me nutrir.

Inesita Araujo, orientadora, professora, amiga querida, com quem tive a honra de aprender, do jeito mais terno e positivo, sobre comunicar e viver, na dimensão real e simbólica.

*“Minha liberdade é escrever.  
A palavra é meu domínio sobre o mundo”.*  
Clarice Lispector

## RESUMO

A malária, doença milenar, que afeta milhões de pessoas no mundo, em especial na África subsaariana, sudeste asiático e América do Sul, persiste na região amazônica brasileira desde o final do século XIX como sua principal endemia e grande desafio da saúde pública. Presente na vida e no imaginário popular, tem sido objeto frequente dos discursos do Estado e da Imprensa, vozes socialmente autorizadas e com forte poder na construção dos seus sentidos e da realidade simbólica que dá vida e forma à sua existência. Analisar como o poder público e os jornais amazonenses significaram a malária no agravamento de sua condição epidemiológica, no contexto do Ciclo da Borracha, e como a significam no período contemporâneo, quando a doença ainda é capaz de produzir entre 100 e 200 mil adoecimentos anuais somente no Amazonas, constituiu o objetivo desta pesquisa, realizada à luz da Semiologia Social. Buscamos compreender as estratégias discursivas usadas por estes dois dispositivos, com suas relações de concorrência e colaboração e verificar possíveis mudanças nos sentidos produzidos sobre a malária e seu doente no passado e na atualidade. Para isso, foram analisados, pelo método de Análise Social de Discursos, 47 textos de jornais e documentos oficiais produzidos em dois períodos históricos (1898 a 1900 e 2005 a 2007). Os resultados do estudo apontam a relação indissociável entre Estado e Imprensa na produção de sentidos sobre a malária, com o segundo incorporando predominantemente os discursos do primeiro; também mostram que a imagem da malária, construída pela mídia e pelo poder público, é a de uma endemia amazônica, de sentidos negativos e socialmente periférica; e que o doente, aquele que materializa a existência da doença, é um sujeito passivo ou ilustrativo nas cenas discursivas, historicamente silenciado e, por isto, enfraquecido no seu poder de fazer ver e fazer crer.

Palavras-chave: Comunicação e Saúde - Malária - Análise do discurso - Jornais-Século XIX - Jornais-Século XXI - Amazonas

## ABSTRACT

Malaria, ancient disease that affects millions of people worldwide, especially in sub-Saharan Africa, Southeast Asia and South America, persists in the Brazilian Amazon region since the late nineteenth century as its main endemic and major public health challenge. Present in life and in popular imagination, it has been a frequent object of State and Press lectures, socially authoritative voices with strong power in the construction of the meaning and symbolic reality that gives life and form to its existence. Examine how the government and the Amazonian newspapers meant malaria in the worsening of the epidemiological condition in the context of the Rubber Cycle, and how they mean it in the contemporary period, when the disease is still capable of producing between 100 and 200 thousand annual illnesses only in the Amazon, was the purpose objective of this research, conducted in the light of Social Semiotics. We seek to understand the discursive strategies used by these two devices, with their competitive and collaborative relationships and evaluate possible changes in the meanings produced about malaria and its sufferers in the past and at present. For this, 47 newspaper texts and official documents produced in two historical periods (1898 to 1900 and 2005 to 2007) were analyzed by the method of Discourse Analysis. The study results show the inseparable relationship between the State and the press in the productions of meanings about malaria, with the second predominantly incorporating the speeches of the first; also show that the image of malaria, constructed by the media and by the public authorities, is of an Amazonian endemic with negative meanings and socially peripheral; and the patient, who embodies the existence of the disease, is a passive or illustrative subject on discursive scenes, historically muted and, therefore weakened in his power to be seen and believed.

Keywords: Communication and health - Malaria - Discourse Analysis - Newspapers-19th century - Newspapers-21th century - Amazonas



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agecom	Agência de Comunicação do Governo do Amazonas
ASD	Análise Social de Discursos
BN	Biblioteca Nacional
CEM	Campanha de Erradicação da Malária
CMA	Comando Militar da Amazônia
Cosems	Conselho de Secretarias Municipais de Saúde
DDT	Diclorodifeniltricloroetano
DNERu	Departamento Nacional de Endemias Rurais
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
DNT	Doença Tropical Negligenciada
Fapeam	Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas
FMT-AM	Fundação de Medicina Tropical do Amazonas
FVS-AM	Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Igha	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Incrá	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inpa	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
Ipaam	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IVC	Instituto Verificador de Circulação
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
Opas	Organização Pan-Americana de Saúde
PNCM	Programa Nacional de Controle da Malária
Progesus	Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS

Qualisus	Programa de Qualificação da Atenção Hospitalar de Urgência do SUS
Samu	Serviço Móvel de Urgência
Sesp	Serviço Especial de Saúde Pública
Semsa	Secretaria Municipal de Saúde
Semulsp	Secretaria Municipal de Limpeza Pública
Sucam	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
Susam	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
SSPR	Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância e Juventude

## SUMÁRIO

<b>A malária em discurso: inquietações para análise.....</b>	<b>11</b>
<b>1 Malária, miasmas e mosquitos: questões sobre um mal milenar .....</b>	<b>20</b>
1.1 De hecatombe a Calcanhar de Aquiles: panorama histórico e atual da malária no Amazonas.....	29
1.2 Quinino e fumacê: políticas para enfrentar um rival quase invisível.....	34
<b>2 Realidades em construção: a saúde e a produção social dos sentidos ....</b>	<b>48</b>
<b>3 (Porta) Vozes do tempo: considerações sobre a Imprensa amazonense ontem e hoje .....</b>	<b>69</b>
<b>4 Carta de navegação: procedimentos metodológicos .....</b>	<b>93</b>
4.1 Análise Social de Discursos: o método .....	97
4.2 Tempos e vozes do passado e do presente.....	98
<b>5 Papéis que falam, sentidos que ecoam: resultados da análise.....</b>	<b>116</b>
5.1 Enunciados e enunciadores: a tecitura do discurso no século XIX.....	116
5.2 Flagelo que mata, mal que devasta: antigas significações da malária .....	133
5.3 Febre do silêncio: a voz e o lugar do doente no passado .....	143
5.4 Aliados e oponentes nas linhas do século XXI .....	148
5.5 Mosquito e sustentabilidade: a malária nos discursos atuais .....	166
5.6 O doente contemporâneo: um sujeito pressuposto .....	176
5.7 Imprensa, Estado, malária e seus entrelaçamentos: resumo comparado .....	182
<b>Retorno ao cais: conclusões e novas questões.....</b>	<b>187</b>
<b>Referências.....</b>	<b>192</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>202</b>

## A malária em discurso: inquietações para análise

Em agosto de 1898, o jornal *Commercio do Amazonas* se referia de maneira dramática à situação da malária no Estado naquele ano: “Cartas de Manaus e os jornais dessa capital relatam quão horroroso campeia o flagelo que vem ceifando milhares de habitantes da formosa cidade [...]”. O texto apontava um cenário devastador em consequência da doença que, entre outros termos, representava um “flagelo” pavoroso e terrível, uma “tremenda hecatombe” (DO RIO, 1898, p.1).

Na Mensagem Governamental, apresentada ao Congresso dos Representantes<sup>1</sup> em julho daquele mesmo ano, o vice-governador do Amazonas já havia citado a malária como o maior problema de saúde do período: “Uma calamidade nos assolou este ano o Estado, o aparecimento de febres de mau caráter, malignas, devidas à infecção palustre” (RAMALHO JUNIOR, 1898, p.4).

Com o título “Casos de malária aumentaram”, o jornal *Diário do Amazonas* anunciava, em 2005, o registro de 208 mil casos da doença no Amazonas, indicando o crescimento populacional, a ocupação desordenada de terras e o desmatamento das periferias como fatores que favoreciam a o crescimento da doença (CASOS..., 2005, p.3). Em 2012, com a notícia “Malária explode no interior”, o jornal *A Crítica* informava que municípios amazonenses expostos à cheia dos rios Solimões e Juruá haviam dobrado o número de casos de malária (MALÁRIA..., 2012, p.C5).

No resumo executivo do Plano Plurianual de Prevenção e Controle da Malária (2007-2010), o Governo do Estado reafirmava, mais de cem anos depois do pronunciamento de Ramalho Júnior, que a malária constituía o principal problema de saúde pública do Estado. O documento demonstrava mudanças no perfil histórico de transmissão da endemia em relação ao observado durante o ciclo da borracha e destacava que diferentes cenários favorecem nos tempos atuais a introdução do parasita em áreas diversificadas e em curto espaço de tempo, dificultando o controle da doença (AMAZONAS, 2011).

As duas primeiras referências emergiram do período em que a malária começou a ocupar os jornais e os documentos públicos oficiais com mais frequência, o que coincide com a fase áurea de exploração da borracha, entre 1894 e 1906 (LOUREIRO, 2008), quando a

---

<sup>1</sup> Atual Assembleia Legislativa do Amazonas.

doença passou a ser citada como enfermidade de séria relevância para o Amazonas (ALBUQUERQUE; MUTIS, 1998), deixando de se apresentar em surtos isolados para configurar-se como uma grande epidemia (CAMARGO, 2003). As publicações recentes demonstram a presença preocupante da malária no contexto da saúde pública contemporânea e atestam sua permanência, ainda destacada, nos discursos governamentais e midiáticos, por meio dos quais continuam a revelar-se políticas, estratégias e ações para enfrentá-la e disputas entre diferentes vozes e campos para construí-la como realidade simbólica.

No final do século XIX, a produção de borracha foi aquecida pelas novas necessidades do mercado internacional, atraindo para os seringais amazônicos milhares de migrantes, especialmente nordestinos afetados pela seca. Parte dessa gente, movida pela utopia de dias melhores e mais ricos, chegou ao Amazonas para trabalhar sob condições precárias de vida, em uma floresta onde as elevadas temperaturas, a alta umidade e a fatura das águas favoreciam a transmissão da malária, dentre outros males. Muitos morreram na selva, de solidão e febre, sem jamais ter encontrado a vida próspera e a riqueza que procuravam. Seu trabalho, no entanto, ajudou a gerar recursos até então inimagináveis para a realidade local e a redefinir Manaus como uma “Paris dos Trópicos”, com belas obras e soluções urbanas avançadas, incluindo sistema de bondes elétricos, telefonia e porto flutuante. O trabalho dos seringueiros no interior de recortes florestais ainda virgens também ajudou a elevar a malária a níveis epidêmicos na Amazônia, integralmente tomada tanto pelo êxtase do látex quanto pelo desafio de vencer o adoecimento e as mortes. Entre 1894 e 1914, de acordo com levantamento do médico Alfredo da Matta, 12 mil pessoas morreram com malária somente em Manaus (LOUREIRO, 2004), o que representa 64% do total de óbitos registrados na capital amazonense durante aquele período.

No contexto de produção da borracha e da epidemiologia na Amazônia, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré é emblemática. Várias tentativas de construí-la, a partir de 1872, foram fracassadas porque os trabalhadores brasileiros e estrangeiros contratados para a empreitada ou adoeciam ou morriam, principalmente por malária. A ferrovia, fruto de acordo entre o Brasil e a Bolívia, foi planejada para ligar o porto de Santo Antônio, no Rio Madeira, a Guajará Mirim, no Rio Mamoré, e facilitar o escoamento da borracha produzida nos dois países, evitando o trecho de cachoeiras que representava um empecilho à navegação. Abandonado inúmeras vezes, o projeto foi definitivamente retomado em 1907 e concluído

em 1912, quando, no entanto, a produção de borracha já entrava em decadência. Pela quantidade inacreditável de mortes que foi capaz de gerar, a ferrovia acabou conhecida como “Ferrovia do Diabo” (FERREIRA, 2005), deixando no abandono dos seus trilhos a memória do que não deveria ter sido.

Nas décadas seguintes à derrocada da economia do látex, por volta de 1916, a incidência de malária aumentou e diminuiu repetidas vezes, motivada por fatores políticos e sócio-ambientais. Todavia, continuou a provocar prejuízos e cicatrizes na vida do Estado, representando, nos dias atuais, uma incômoda e desafiadora realidade: uma espécie de mola espiral, sob a qual é necessário fazer permanente pressão<sup>2</sup>. Em 2013, ocorreram no Amazonas 77,5 mil casos de malária<sup>3</sup>, mas na última década as notificações variaram entre 70 mil e 200 mil casos, chegando a 228 mil, em 2005<sup>4</sup>.

Ao longo dos mais de cem anos que separam o Amazonas extrativista do Amazonas industrial - sustentado agora pelo polo produtivo da Zona Franca de Manaus - a malária esteve mais ou menos pronunciada. Nesse percurso, inúmeras e significativas mudanças ocorreram, causando reflexos nas relações sociais, nos discursos leigos e especializados sobre a doença e nos modos de conviver com esta endemia de vida quase sempre superlativa. Ao mesmo tempo, foram estabelecidas lutas não apenas para o controle objetivo de um doença endêmica e recorrentemente epidêmica, mas também para determinar o poder de nomear, classificar e qualificar a malária, um substantivo de muitos nomes (paludismo, impaludismo, febre palustre, maleita, sezão, dentre outros), amplamente manejado nos limites e no reforço de sua condição nefasta: de terrível flagelo a mal secular.

O século XIX foi rico em descobertas científicas e avanços tecnológicos que transformaram e ressignificaram práticas e conceitos sobre a saúde. No final do século, a Ciência chegou a conclusões sólidas sobre a forma de transmissão da malária, até então compreendida como uma doença transmitida por miasmas emanados de pântanos, onde a decomposição de materiais orgânicos gerava “maus ares” contaminantes. Em 1880 Alphonse

---

<sup>2</sup> Expressão usada pela secretária de Estado da Saúde, em 2004, durante avaliação estadual do Programa Nacional de Controle de Malária.

<sup>3</sup> Sivep-Malária. Disponível em <[http://portalweb04.saude.gov.br/sivep\\_malaria/default.asp](http://portalweb04.saude.gov.br/sivep_malaria/default.asp)>. Acesso em 15 de março de 2015.

<sup>4</sup> Relatório de Gestão da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-AM), relativo ao ano de 2005. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B88O4bmlOVFjTkR3RUV5Y3lxTlk/edit>>. Acesso em 15 de março de 2015.

Laveran confirmou a hipótese levantada em 1846 por Giovanni Rasori, provando que um parasita era o responsável pela malária. Em 1897, Ronald Ross demonstrou que sua transmissão era feita por mosquitos, enquanto, no ano seguinte, Giovanni Battista Grassi, Amico Bignami e Guiseppe Bastianelli determinaram que os transmissores eram mosquitos do gênero *Anopheles* (FRANÇA; SANTOS; FIGUEROA-VILLAR, 2008).

A década de 1880 foi profícua em descobertas científicas microbianas. "Como se uma represa se tivesse rompido, em rápida sucessão demonstrou-se a existência de agentes causais de várias doenças, muitos em um mesmo ano" (ROSEN, 2006 p. 244). Foi um tempo de revoluções conceituais, em que a ciência avançou, permitindo o desenvolvimento de vacinas e novas condutas de prevenção e tratamento, com grande impacto em ações e programas de saúde pública a partir do início do século XX. Os avanços se deram em duas linhas principais traçadas por Robert Koch e Louis Pasteur. O primeiro privilegiou o desenvolvimento de técnicas para o cultivo e o estudo de bactérias e o segundo, os mecanismos da infecção e suas conseqüências na prevenção e tratamento das doenças contagiosas (Idem, p.244).

As novas descobertas relacionadas aos microorganismos e à forma de diagnosticar as doenças, muitas delas seculares, romperam paradigmas e trouxeram à sociedade novas possibilidades de ver, entender e se relacionar com elas. Crenças e práticas tradicionais foram confrontadas com evidências que nasciam de estudos realizados principalmente no laboratório, onde um ícone da bacteriologia - o microscópio - oferecia novas leituras sobre as enfermidades. As descobertas relacionadas à malária redirecionaram as condutas de combate, que se voltaram para o vetor, e modificaram a forma de diagnosticar a doença, substituindo a exclusividade da observação clínica pelos testes laboratoriais. Os desafios da atualidade consistem na descoberta de uma vacina eficaz e de mecanismos químicos ou biológicos que vençam a capacidade de adaptação e resistência do patógeno aos antimaláricos.

Uma evolução de velocidade e impacto sem precedentes também alterou os meios e as formas de comunicação no decorrer dos últimos 120 anos. Dos jornais e revistas que circulavam no século XIX, recolhendo lentamente informações e privilegiando o conteúdo opinativo para construir as notícias que saíam de prelos inicialmente manuais, o mundo evoluiu para a convergência de formas e conteúdos do século XXI, o que permitiu a ampliação dos espaços de circulação das notícias, enfraquecendo fronteiras pelos caminhos proporcionados pela Internet. Os meios de comunicação tornaram-se centrais nas relações

sociais, como instância mediadora e produtora de sentidos (RODRIGUES, 1999). Os jornais foram integrados a grupos econômicos que funcionam como corporações de mídias, concentrando e fortalecendo seu poder. A Imprensa tornou-se mais uniforme com veículos mais semelhantes e previsíveis pela circularidade das mesmas informações (BOURDIEU, 1997) e o trabalho jornalístico foi precarizado, enquanto as fontes públicas e privadas especializaram-se, buscando estratégias para garantir, de forma cada vez mais ampla, frequente e preconcebida, a presença do seu discurso no campo midiático (PINTO, 2000).

Entre o século retrasado e o atual, também ocorreram diversas mudanças no regime político brasileiro e nas políticas e sistemas de saúde. A fase áurea do Ciclo da Borracha começou na recém-criada República, onde a atuação do governo federal se restringia a campanhas, à fiscalização dos principais portos fluviais e marítimos e à atenção aos problemas específicos da capital (ESCOREL; TEIXEIRA, 2008), com pouca ou nenhuma atenção aos estados que, por sua vez, atuavam pontualmente com medidas de higiene e saneamento e, no caso do Amazonas, sem dispor de nenhum serviço sistemático de saúde pública até a segunda década do século XX (LOUREIRO, 2004; SANTOS, 1986). Entre processos de transformação do setor, ocorridos em governos ditatoriais ou democráticos que assumiram o poder ao longo do tempo, foram criados órgãos, programas e campanhas específicas com o objetivo de cuidar da malária. Hoje, a União e os estados responsabilizam-se pela coordenação e os municípios pela execução de ações de prevenção, controle e assistência, orientados pelas diretrizes e modelos estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2008), implantado no início da década de 1990.

Considerando a malária em um ou outro cenário - no século XIX ou no XXI -, independentemente das mudanças ocorridas a partir do desenvolvimento das ciências, do Jornalismo e das Políticas Públicas, a relação entre Imprensa e Estado parece axiomática. Esta relação está na base da construção de boa parte dos sentidos sobre a doença, o que parece instigante, tanto quanto os motivos que a mantêm como objeto histórico de preocupação governamental e pauta secular do jornalismo impresso.

O processo de luta pela hegemonia discursiva envolve interlocutores com diferentes poderes simbólicos (BOURDIEU, 1989), não dissociados das estruturas sociais (FAIRCLOUGH, 2001; ARAUJO, 2000, 2002), por isso, Imprensa e Estado ocupam posições



discursivas privilegiadas: são campos<sup>5</sup> historicamente legitimados pela sociedade. Autorizados, portanto respeitados como verdade, os discursos midiáticos e oficiais interferem decididamente nos processos de perpetuação ou reformulação de crenças e valores sociais, ajudando a definir formas de pensar, dizer e agir socialmente. A voz do Estado, quando reproduzida ou incorporada pela mídia - fenômeno observado no jornalismo, com maior ou menor intensidade ao longo do tempo - torna-se duplamente legitimada, amplificando sua força e poder. Os jornais amazonenses, como de resto a Imprensa brasileira, têm sua história marcada pela relação com o poder público, sustentada por interesses políticos e econômicos, o que significa que um discurso é afetado pelo outro e que ambos, observados em relação, são tecidos discursivos impregnados de marcas e memórias por meio das quais foram traçados os caminhos dos sentidos.

Jornalista, por quase duas décadas atuando em órgãos públicos de saúde, pude não apenas observar a relação aparentemente indissociável, no plano discursivo, entre Estado, Imprensa e malária, como dela fazer parte na função mediadora, que rege a natureza do trabalho de assessoria de comunicação - uma instância especializada em mídia no interior de um campo perito.

No decorrer da jornada profissional, tive a oportunidade de ver, ouvir e aprender sobre malária e de escrever inúmeros textos sobre sua condição no Amazonas - a oscilação dos seus números, sua permanente ameaça, a atuação do poder público para o seu enfrentamento - muitos dos quais publicados em parte ou integralmente pela Imprensa. Ao longo do tempo, naturalizei sentidos sobre sua existência, frequentemente confrontados com novas informações ou constatações, que acabaram por garantir uma recorrente desnaturalização e a persistência dos meus próprios incômodos. Eles - os incômodos - me (co)moveram, levando-me a abraçar a malária (em discurso) como objeto de estudo. Dentre tudo o que me impulsionou nesta direção, destaco a magnitude da doença, o silêncio resignado dos doentes que me permiti ouvir e talvez uma ancestralidade inadequada à Ciência, mas essencial à vida em seu aspecto menos objetivo e mais particular.

Depois de mais de um século em que tantas mudanças ocorreram, em que esforços e recursos foram despendidos em favor da saúde, em que o mundo se desenvolveu e a

---

<sup>5</sup>Tomando por base a noção de campo, de Pierre Bourdieu, como espaço multidimensional de posições, Araujo e Cardoso (2007) definem campo como um espaço simbólico formado por teorias, modelos e metodologias e também por agentes, instituições, políticas, discursos, práticas, instâncias de formação e por lutas e negociações.

tecnologia operou revoluções domésticas e industriais, a malária persiste com uma presença extraordinária: afeta 200 milhões de pessoas todos os anos e mata 660 mil, concentrando-se nas regiões mais pobres do mundo, como a África subsaariana, o sudeste asiático e a América do Sul (WHO, 2012). Dividido em duas metades extremamente desiguais, o Amazonas da capital, onde vivem 52% dos 3,5 milhões de habitantes, responde por menos de 20% do total de registros de malária, e o Amazonas do interior, habitado pelos outros 48%, é o espaço geográfico e social onde são notificados mais de 80% dos casos totais da doença. Em nenhuma das perspectivas - local ou global - foram adotadas soluções possíveis para tamanha hecatombe, como insistiriam Oswaldo Cruz e Carlos Chagas e seus contemporâneos da ciência e da Imprensa. Por trás dos números repousam pessoas - crianças, jovens, velhos - com suas vidas desconhecidas, grave ou brandamente modificadas, e às vezes, irreversivelmente encerradas por um ou muitos episódios de malária.

Poucos doentes contam suas histórias nos jornais amazonenses, assim como raramente ganham espaço para pronunciar suas impressões, opiniões e sugestões sobre a experiência da doença. Entretanto, muitas memórias, em especial daqueles que viveram no passado (quando muito se morria de malária) circulam no espaço das relações sociais. Tenho eu mesma histórias ancestrais - menos importantes que as constatações e incômodos despertados no contexto profissional, mas que, de alguma maneira, também afetam meus sentidos - e que podem ser resumidas na trajetória do meu bisavó seringalista. Tornado rico no início do século XX com o látex extraído dos seus muitos hectares de terra amazônica, foi duplamente atravessado pelo inexorável: a decadência do mercado da borracha e a falência definitiva do seu fígado, castigado por tantas e seguidas malárias.

Amazonense, ainda agrego ao meu discurso a voz de um Outro para revelar algo mais, também pertinente como sustentação das minhas escolhas: sou uma seduzida “pelas grandezas da Amazônia, principalmente pela grandeza do homem, cuja vida, raras exceções feitas, é uma odisséia inteiramente anônima” (BATISTA, 1946, p.46).

Identificadas a origem e a direção do impulso, eis a questão central do estudo cujos resultados estão nesta dissertação: compreender como a Imprensa e o poder público do Amazonas produzem sentidos sociais sobre a malária. Para chegar a ela, estabeleci o objetivo de analisar como os sentidos foram produzidos no final do século XIX, no contexto do Ciclo da Borracha, promovendo um contraponto com o início do século XXI, ambos com relevância

discursiva e epidemiológica para a doença. Os objetivos específicos foram assim definidos: compreender as estratégias discursivas utilizadas por estes dois dispositivos - Imprensa e Estado - para significar a malária nos dois tempos sócio-históricos; verificar as relações de concorrência e colaboração entre o discurso oficial e o midiático; e, ainda, verificar possíveis mudanças nos sentidos produzidos sobre a malária e seu doente no passado e na atualidade.

Ao olhar técnico, pragmático e dirigido às formas corriqueiras do fazer, acrescido do olhar curioso e subjetivo que também me constituem, juntei o da Semiologia Social dos Discursos, adotando-o como aporte teórico para iluminar os caminhos - grande e pequenos rios - percorridos em busca de respostas. A definição dos períodos de análise baseou-se na oferta de material discursivo e na importância epidemiológica da malária, sinalizada pelos próprios discursos e por estatísticas oficiais contemporâneas. Foram extraídos 47 textos ou conjuntos de textos de jornais e documentos públicos oficiais produzidos no Amazonas entre 1898 e 1900 e entre 2005 e 2007, representando o universo antigo e contemporâneo do estudo. A estes apliquei procedimentos específicos da Análise Social de Discursos, o método analítico escolhido para esta investigação.

O estudo dos contextos, sem os quais não seria possível compreender e analisar textos, assim como a descrição das escolhas e dos modos de construir e realizar a pesquisa e, finalmente, os resultados encontrados após o processo de investigação e análise, estão descritos em cinco capítulos.

Em “Malária, mosquitos e miasmas: questões sobre um mal milenar” estão reunidas informações que situam a doença em nível global e local - aspectos históricos, nomeação, evolução do pensamento científico sobre suas causas e formas de transmissão, tratamento e dados epidemiológicos mundiais e nacionais. No sub-item “De hecatombe a Calcanhar de Aquiles: panorama histórico e atual da malária no Amazonas” é feita uma leitura da presença circunstancial da doença no Estado entre o Ciclo da Borracha e os dias atuais, enquanto em “Quinino e fumacê: políticas para enfrentar um rival quase invisível” são relatadas algumas políticas, estratégias e campanhas empreendidas pelo poder público para o enfrentamento da doença desde o final do século XIX.

O capítulo 2, “Realidades em Construção: a saúde e a produção social dos sentidos”, é dedicado aos fundamentos teóricos e metodológicos que dão sustentação à pesquisa, cujo

aporte se dá na Semiologia Social dos Discursos, ciência que estuda os fenômenos de comunicação como fenômenos de produção de sentidos.

“(Porta) Vozes do tempo: considerações sobre a Imprensa amazonense ontem e hoje” intitula o capítulo 3, onde são destacados aspectos considerados relevantes para o entendimento dos suportes discursivos midiáticos utilizados na pesquisa, no contexto de meios, formas e conteúdos de comunicação dos séculos XIX e XXI.

Os procedimentos metodológicos, que representam os caminhos e os instrumentos utilizados para definir os contornos e o alcance da pesquisa, incluindo os suportes discursivos e o recorte temporal utilizados para estabelecer o *corpus* de análise, assim como a escolha do método e dos procedimentos analíticos específicos, estão reunidos no capítulo 4, intitulado “Carta de Navegação: procedimentos metodológicos”.

No capítulo 5, “Papéis que falam, sentidos que ecoam: resultados da análise” são apresentados os principais resultados obtidos a partir da aplicação de procedimentos do método de Análise Social de Discursos no universo dos textos selecionados para o estudo. Os resultados estão agrupados por tempo histórico - século XIX e século XXI - e privilegiam os aspectos determinados pelos objetivos da pesquisa: relação de cooperação e concorrência entre os sujeitos dos discursos oficiais e midiáticos, sentidos da malária e significações do doente, nos dois períodos de análise.

A integralidade do texto, que consolida resultados de um navegar rico e breve, cansativo e encantador, materializa a essência de um desafio: uma maior compreensão dos mecanismos envolvidos na construção dos sentidos da malária, considerando a Imprensa, o poder público e a pluralidade de sujeitos presentes e ausentes nas linhas e entrelinhas dos discursos - vozes e sentidos tecidos no tempo. Seu valor estará na medida de sua capacidade de dizer, de fazer ver e crer; estará no seu poder simbólico, na possibilidade real de produzir novos entendimentos, de desnaturalizar o que parece sereno e acomodado sob o peso do emolduramento sócio-histórico; estará na oportunidade de substanciar novas ideias, novas propostas e novas práticas de comunicação no contexto da saúde pública, modificando ou ajustando a direção dos sentidos - ou reposicionando lemes e remos para um navegar diferente sobre os mesmos e desafiadores rios amazônicos ou sobre rios de fluxo e profundidade semelhantes.

## 1 Malária, miasmas e mosquitos: questões sobre um mal milenar

Quando começou a ser objeto de notícias, cartas e artigos nos jornais amazonenses e a intensificar os danos na vida social e econômica do Estado, no final dos anos de 1800, a malária já era um mal milenar. Suas marcas, relacionadas à história de diferentes povos, estavam em várias partes do mundo. Estudos apontam sua presença em registros chineses e egípcios desde 3 mil anos a.C (CAMARGO, 2003) em documentos da medicina, da filosofia e da literatura. Associada às águas pantanosas e aos ares nocivos daí exalados, a malária começou a ser descrita como *ária cattiva* ou *mal'aria* (ar ruim) pelos italianos no século XIV, entrando para a língua inglesa 200 anos depois. Os franceses também criaram o termo “paludismo”, cuja raiz significa pântano, para se referir à malária (FRANÇA; SANTOS; FIGUEROA-VILAR, 2008). Desde então, a doença está na vida, nos vocabulários e nas preocupações mundiais, como já relatava, em 1885, o médico Martins Costa, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro:

A infecção miasmática, conhecida atualmente sob a denominação de malária (do italiano *mala*, f. de malo, mau, nocivo, e *aria*, ar), impaludismo ou paludismo (do latim *palus*, pântano), febres palustres ou paludosas, febres de acessos, afecções limnhemicas (do grego, pântano e sangue), febres intermitentes, intoxicação telúrica (do latim, *tellus*, a terra), febres maremáticas (do italiano, *marémma*, terreno alagadiço à beira mar), febres perniciosas, febres de quina, febres endemo-epidemicas dos países quentes, sezões, maleitas etc, tem sido sempre um dos maiores flagelos do homem desde o seu aparecimento no planeta (MARTINS COSTA, 1885).

Foi apenas na segunda metade do século XIX que pesquisas científicas produziram os conhecimentos que levariam à superação das antigas formas de entender seus mecanismos de existência e transmissão. Em 1846, Giovanni Rasori propôs que um parasita seria o responsável pela malária, mas somente em 1880 Alphonse Laveran confirmou a hipótese, ao observar parasitas vivos no sangue de uma pessoa infectada (FRANÇA; SANTOS; FIGUEROA-VILAR, 2008). Apesar da descoberta, permanecia a crença de que o patógeno circulava no ar e na água, sendo transmitido pelo contato direto das pessoas com elementos contaminantes. Com base em suas pesquisas sobre filariose, Patrick Manson elaborou, no final do século, a hipótese de que a malária necessitava de um terceiro elemento na cadeia de transmissão: um hospedeiro e vetor do protozoário (SCHWEICKARDT, 2011). A teoria de Manson foi comprovada por seu colaborador, Ronald Ross que, em 1897, demonstrou que a

transmissão do parasita causador da doença era feita por mosquitos. No ano seguinte, os italianos Giovanni Battista Grassi, Amico Bignami e Guiseppe Bastianelli determinaram que os transmissores da malária humana eram mosquitos do gênero *Anopheles*, além de descreverem o desenvolvimento de duas das quatro espécies de protozoário responsáveis pela doença - o *Plasmodium falciparum* e o *Plamodium vivax* - e concluir que os mosquitos infectavam-se ao picar pessoas contaminadas (FRANÇA; SANTOS; FIGUEROA-VILAR, 2008).

As descobertas impulsionaram o redesenho da malária, agora como doença tropical, categoria desenvolvida no âmbito da disciplina de Medicina Tropical, inaugurada por Patrick Manson, em 1899, na Escola de Medicina Tropical de Londres (SCHWEICKARDT, 2011). De contornos complexos e definidos não apenas pelo lugar geográfico, mas também social de sua ocorrência, as doenças tropicais foram objeto de preocupação dos países colonizadores em relação às suas colônias, em função da ameaça que representavam aos interesses hegemônicos - políticos, sociais e econômicos.

Schweickardt (2011) destaca que diferentes sentidos foram atribuídos ao conceito de doença tropical, com várias reelaborações ao longo do tempo. O próprio Manson, na introdução do seu “Manual de Doenças Tropicais” teria afirmado que o conceito seria “mais conveniente do que exato”, uma vez que poucas eram as doenças exclusivas dos trópicos - regiões com altas temperaturas, vinculadas à prevalência de determinadas enfermidades - e por isso o conceito adequado seria doenças “que ocorrem” nestas regiões. Para Manson, observa Schweickardt (2011, p. 50), “doença tropical podia não ser um conceito totalmente acurado, mas era conveniente em termos práticos, pois era um problema concreto do ponto de vista da prática médica nos trópicos, o que justificaria a criação de escolas e disciplinas com esse objeto”.

O conhecimento sobre a transmissão vetorial da malária e sua definição como doença tropical foram importantes para subsidiar pesquisas subsequentes e para refinar os modos de preveni-la e tratá-la. Estes novos olhares, no entanto, não foram incorporados de imediato aos discursos e ações de saúde pública no Amazonas (LOUREIRO, 2004, SCHWEICKARDT, 2011). Jornais e relatórios oficiais observados entre 1898 e 1900 revelam que a crença nos miasmas, no ar e na água contaminados como origem da infecção, prevaleceu mesmo após as descobertas de Manson, Ross e de Grassi, Bignami e Bastianelli.

Texto publicado pelo jornal *Commercio do Amazonas*<sup>6</sup>, em 1898 - ano seguinte às descobertas de Ronald Ross - demonstra a coexistência de diferentes discursos no momento de transição de paradigmas sobre a transmissão da malária, no final do século XIX. Dizia o autor, M.L, concentrado apenas nas pesquisas de Alphonse Laveran sobre a existência do patógeno da doença, que “os poros desses germens” viviam “nas camadas atmosféricas, no seio da terra, nos frutos, e em estado adulto, no seio das águas”, esclarecendo que se chamavam “hematozoários de Laveran”, que “os descobriu e melhor os estudou”. Com base neste entendimento, repassava ao leitor as recomendações para prevenir as febres, que deveriam começar por evitar o consumo de água não fervida:

Esses hematozoários não morrem nos filtros, atravessam a camada de carvão e permanecem na água. Só a ebulição os destrói. Para o paladar pouco afeito ao gosto que então terá a água pode adicionar-lhe um nada de sal de cozinha e o mais exigente servir-se do açúcar. É pura questão de hábito. É o que se chama esterilizar a água. Muitos autores vão mais longe e recomendam que fervida também seja a água para o banho. As frutas devem ser cozidas e os legumes escaldados, porque os hematozoários também vivem no fruto e nos legumes, assim como vemo-los no ar atmosférico, porém em menor quantidade [...]. (*Commercio do Amazonas*, 10/08/1898, p.1).

O texto também ilustra a existência de discussão quanto à eficácia das substâncias utilizadas para combater os agentes transmissores da malária, o que se verifica em outro trecho:

Não ignora o leitor que a ciência médica indica como preservativo das febres palustres o arsênico, o quinino e o eucalipto e há quem preconize o *cognac* e o *chum* (sic) da terra, e os alemães entoam loas ao azul de Metileno. Esses e outros meios, demonstram-no a experiência, são improficuos, maximé quando as febres se desenvolvem com caráter epidêmico. (*Commercio do Amazonas*, 10/08/1898, p.1).

Certamente já conhecidas dos médicos locais, as novidades científicas sobre a transmissão vetorial da malária, consolidada entre os anos de 1898 e 1899, foram publicadas pelo jornal *A Federação*, no texto “Os mosquitos e a malária”, no dia 8 de novembro de 1900<sup>7</sup>. O autor começava o texto enunciando: “Ninguém ignora que, há dois ou três anos, os médicos e higienistas receberam luzes novas a respeito do modo de propagação da malária”. E, atestando a validade da teoria do vetor, afirmava: “segundo toda a probabilidade, o mosquito representa na propagação da malária o papel que representa a mosca na propagação

---

<sup>6</sup>DO RIO, 1898, p.1.

<sup>7</sup> OS MOSQUITOS..., 1900, p.1.

da pústula maligna, o tse-tse na do [...] <sup>8</sup> da África e sem dúvida a pulga na propagação da peste”. Reproduzindo o *British Medical Journal* e, ainda sem citar Ronald Ross, o texto descreve as experiências de Manson com o objetivo de demonstrar que a malária podia ser transmitida em qualquer ambiente, bastando, para isso, a exposição de um homem são à picada de um mosquito contaminado: “as experiências demonstram claramente que o ar das regiões palustres não influi para o paludismo, este propaga-se pelos insetos, pelos anolephos<sup>9</sup>”.

Ainda assim, a teoria “só começaria a ser aceita pelos médicos locais a partir de 1902” (LOUREIRO, 2004, p.63), quando Alfredo da Matta teria registrado os avanços científicos no Relatório da Diretoria de Higiene Pública, de 15 de julho daquele ano. Schweickardt (2011) destaca que antes disso o médico referia-se à malária como doença naturalmente inserida na região amazônica, favorecida pelas condições geográficas e ambientais, sendo os pântanos naturais e artificiais suas fontes de infecção. Anos mais tarde, em 1909, ainda existiriam muitos médicos que incluíam entre as possíveis causas da malária, “a ingestão de água contaminada e as ‘circunfusa’, as emanações palustres” (LOUREIRO, 2004, p.63, grifo do autor).

Superado o período de acomodação do novo discurso aos meios leigos e científicos, hoje se sabe que a malária é transmitida pela picada da fêmea do mosquito *Anopheles*, cuja espécie *darlingi* é predominante no Brasil, sendo os tipos mais comuns da doença no país aquelas causadas pelo *Plasmodium vivax* (considerada benigna e com os maiores registros), pelo *Plasmodium falciparum* (forma mais grave) e o pelo *Plasmodium malarie* (com registros pouco comuns), havendo a ocorrência de um quarto tipo - o *Plasmodium ovale* - no continente africano e no sudeste asiático (SARAIVA et al, 2009).

Doença infecciosa febril aguda, a malária tem como principais sintomas febre alta, calafrios, dor de cabeça, dor no corpo e fraqueza, que podem ser acompanhados de dor abdominal, dor nas costas, tontura, náuseas e vômito<sup>10</sup>. O adoecimento não confere imunidade

---

<sup>8</sup> Palavra ilegível pela qualidade da impressão e reprodução digital da página.

<sup>9</sup> Provável erro de composição ou domínio científico. Refere-se a *Anopheles*, gênero do mosquito transmissor do plasmódio causador da malária.

<sup>10</sup> Portal do Ministério da Saúde: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/662-secretaria-svs/vigilancia-de-a-a-z/malaria/11342-descricao-da-doenca>>. Acesso em 13 de março de 2015.



permanente, sendo possível contrair a doença dezenas de vezes, o que pode levar à sua forma crônica, com poucos sinais e sintomas (SARAIVA et al, 2009).

O tratamento da malária é feito com diferentes combinações de medicamentos que levam em conta o tipo de infecção e o perfil do doente. A medicação é fornecida exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que a distribui a estados e municípios.

Os principais antimaláricos usados atualmente têm como origem produtos naturais ou compostos sintéticos desenvolvidos a partir da década de 1940 e pertencem, basicamente, a dois grandes grupos, sendo um deles o que inclui os alcalóides derivados da *cinchona* (FRANÇA; SANTOS; FIGUEROA-VILAR, 2008), base do principal medicamento usado no tratamento da doença até meados do século XX e o mais fortemente presente no imaginário popular: a quinina<sup>11</sup>.

A resistência do parasita às drogas disponíveis é um dos problemas no controle da doença em nível global, considerando a inexistência de vacina. O *Plasmodium* infecta tanto células do sangue quanto do fígado (o que dificulta a ação dos medicamentos) e tem grande poder de mutação (FRANÇA; SANTOS; FIGUEROA-VILAR, 2008), exigindo novas alternativas de tratamento. Além da maior eficácia dos medicamentos, também está no foco das preocupações de pesquisa nacionais e internacionais a redução no tempo de tratamento, com menos quantidade de drogas e a diminuição de efeitos colaterais. Como parte deste processo, em 2006, o Brasil inseriu nos seus protocolos de assistência um novo medicamento para malária do tipo *falciparum*, substituindo o esquema terapêutico de quinina e doxiciclina por combinações com derivados da artemisinina (BRASIL, 2013).

A revisão do conhecimento vigente sobre o arsenal terapêutico da malária e sua aplicabilidade é feita no país por pesquisadores e professores de instituições de ensino, pesquisa e assistência, que integram uma Câmara Técnica de Terapêutica da Malária, nomeada pelo Ministério da Saúde para assessorar o Programa Nacional de Controle da Malária (PNCM) na determinação da política nacional de tratamento da doença (BRASIL, 2010).

---

<sup>11</sup> A *cinchona* é uma planta da América do Sul e sua casca era usada pelos índios como remédio tradicional. Missionários jesuítas levaram o produto para a Europa em 1639, promovendo seu uso como o principal tratamento para as febres. Em 1820, químicos franceses identificaram a quinina como princípio ativo das cascas e logo seu uso foi adotado pela Europa, América do Norte e Ásia. A importância da quinina voltou a aumentar na atualidade em função da resistência do parasita da malária a outros fármacos. (FRANÇA; SANTOS; FIGUEROA-VILAR, 2008).

França, Santos e Figueroa-Vilar (2008, p.1277) assinalam como um avanço importante para possíveis tratamentos a recente publicação do genoma do *Plasmodium falciparum*, “que pode levar à descoberta de novas proteínas específicas e com funções exclusivas no parasita, sendo excelentes potenciais alvos para o desenvolvimento de quimioterapia seletiva e eficiente”.

No entanto, o desenvolvimento de antimaláricos não é prioridade da indústria farmacêutica pela falta de perspectiva de retorno financeiro satisfatório (FRANÇA; SANTOS, FIGUEROA-VILAR, 2008). O assunto foi pauta de dois editoriais publicados pelo jornal *Diário do Amazonas*, em 2005 e 2007. O primeiro deles, intitulado “Reféns dos laboratórios”<sup>12</sup>, indicava a escassez de investimentos da indústria farmacêutica em novas drogas, tomando por base a declaração do diretor presidente da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS) de que isto se devia ao fato da malária ser uma doença de populações pobres. O segundo editorial<sup>13</sup>, em um contexto mais amplo, incluía os laboratórios no grupo de sujeitos sociais que “nunca levaram a sério” o controle da doença.

As medidas de prevenção à malária, recomendadas mundialmente, estão baseadas em estratégias focadas no controle do mosquito transmissor nas fases larvária e alada, e na proteção e assistência oportuna ao doente, o que inclui oferta de diagnóstico, tratamento e proteção individual, cuja principal medida é o uso de mosquiteiros (WHO, 2012).

A malária integra o conjunto das Doenças Tropicais Negligenciadas (DTNs), definidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como aquelas para as quais os investimentos para o desenvolvimento de novas drogas e vacinas é insuficiente, com programas de controle pouco eficazes e, que além disso, têm maior prevalência em regiões de clima quente, onde vivem as populações mais pobres do planeta - principalmente a África subsaariana, a Ásia e a América Latina (LINDOSO; LINDOSO, 2009).

As DTNs produzem fortes impactos sociais, econômicos e políticos e sua presença é tanto maior quanto menor é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A classificação da OMS leva em conta a *emergência*, o *controle* e a *disponibilidade de medicamentos*, sendo o *controle* a categoria onde a malária está enquadrada, ou seja, as estratégias para o seu controle estão disponíveis, mas a doença persiste (Idem).

---

<sup>12</sup> REFÉNS..., 2005, p.4.

<sup>13</sup> AÇAO..., 2007, p.4.

Atualmente, 104 países são endêmicos para malária e em 99 há transmissão ativa da doença. O continente mais afetado é a África, onde ocorrem 90% das mortes. As regiões com as mais altas proporções de pessoas vivendo na pobreza têm as taxas mais altas de mortalidade (WHO, 2012). A realidade da doença no mundo é vergonhosa, pronuncia a OMS: enfermidade prevenível e tratável, a malária causa a morte de uma criança africana a cada minuto.

Em 2010, a estimativa é de que tenham ocorrido 219 milhões de casos da doença em todo o mundo e de que 660 mil pessoas tenham morrido - mais de 80% em apenas 14 países. A República Democrática do Congo e a Nigéria respondem por mais de 40% dos óbitos. Junto com a Índia os dois países concentram 40% dos casos mundiais. Nas Américas, foram estimados 674 mil casos no mesmo período, o que representa aproximadamente 3% do total de adoecimentos (WHO, 2012).

Reduzir a malária no mundo está entre Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU): a meta é obter uma redução de 75% até 2015, tendo como referência o ano de 2000.

Erradicar a doença em nível mundial é, por enquanto, um objetivo adormecido. O programa de erradicação global da malária, desenhado pela OMS, em 1955, e levado a países da Ásia, África, Caribe e América Latina, foi realizado durante 14 anos até que sua meta fosse considerada inviável em curto prazo. O programa nasceu marcado por um “otimismo infundado” (PACKARD, 1997, p. 280) e, apesar do sucesso em áreas de clima temperado, as medidas para erradicar a malária do mundo não passaram de um sonho alimentado pelos conceitos de saúde e desenvolvimento dominantes no período que se seguiu à Segunda Guerra. Como meta global, o sonho nunca foi realizado.

Packard (1997) assinala que os problemas enfrentados pelo programa de erradicação da malária derivaram do modo de ver o mundo no pós-guerra. Tratava-se de uma perspectiva ocidental de desenvolvimento social e econômico, baseada em ciência e tecnologia capazes de transformar. A erradicação não apenas refletia, como era parte da crença no poder destas ferramentas de mudar o mundo subdesenvolvido. Foi essa “cultura do desenvolvimento” que deu forma aos contextos das campanhas de erradicação.

A convicção de que o conhecimento era privilégio dos países desenvolvidos e que os outros ocupavam uma posição de dependência, com necessidade de orientação e assistência,

favoreceu a existência de uma barreira à participação das populações locais nas ações de campanha e a consequente resistência destas à iniciativa internacional. As pessoas e os lugares a serem beneficiados com a erradicação eram vistos como comunidades atemporais, sofrendo de doenças endêmicas de largo alcance e sem o conhecimento mais rudimentar de saneamento. A dependência dessas populações, onde os nativos eram considerados apenas informantes e meros espectadores, era um pressuposto subjacente aos esforços de controle e erradicação da doença entre os anos de 1940 e 1950, tal como era o princípio de todo o esquema de desenvolvimento durante aquele período (PACKARD, 1997, p. 289).

A ideia da erradicação foi redesenhada no final da década de 60 com a recomendação de reclassificação das áreas malarígenas em “áreas para erradicação em curto e longo prazo” e, em 1992, foi substituída pelo conceito de “controle integrado da malária” (TAUIL, 2002). Com isso, a OMS recomendava que a luta global contra a doença passasse a considerar a realidade epidemiológica e social de cada lugar, privilegiando o homem ao invés do mosquito, com foco na redução de casos graves e mortes, por meio da ação de órgãos governamentais e da sociedade para eliminar os riscos de transmissão (Idem).

O ideal da erradicação pode não ter sido viável, mas seus sentidos estão vivos no tecido social, ainda entranhando-se nos discursos contemporâneos, onde fortalecem a utopia de um mundo sem malária. A expressão aparece em alguns textos da Imprensa amazonense publicados entre 2004 e 2013, simplificando os enormes desafios que se interpuseram e ainda são barreiras entre o discurso e a prática: no imaginário popular, a malária é simplesmente uma “doença a erradicar”<sup>14</sup>.

No Brasil, cerca de 99,5% da malária ocorrem atualmente na Amazônia Legal (SARAIVA et al, 2009), formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Mato Grosso e do Maranhão. Desde o final do século XIX, quando começaram a ser feitos registros pontuais, sua presença é oscilante, assim como sua distribuição geográfica: a doença está associada principalmente à movimentação do homem no espaço e à relação das populações com o meio ambiente.

A ocorrência da malária tem relação direta com a coexistência dos elos de sua cadeia epidemiológica - portadores do *Plasmodium*, vetores e indivíduos suscetíveis - sendo os principais fatores sócio-ambientais de risco para malária na atualidade o crescimento

---

<sup>14</sup> MALÁRIA..., 2004, p.4.

desordenado das periferias (invasões de terra, assentamentos e novos conjuntos habitacionais) e o incremento da atividade de piscicultura, com a criação de barragens e tanques artificiais que servem de criadouro ao mosquito vetor (SARAIVA et al, 2009; BRASIL, 2013).

Até meados do século XX, a malária alcançava o país como um todo. À exceção do Rio Grande do Sul, todos os estados, em maior ou menor grau, registravam sua presença. A estimativa é de que no início da década de 1940 tenham ocorrido 6 milhões de casos da doença no Brasil (TAUIL, 2002).

O desenvolvimento sócio-econômico das outras regiões brasileiras e iniciativas de controle bem-sucedidas na maior parte do território nacional fizeram com que a partir dos anos 60 a incidência da malária se concentrasse na região amazônica, que passava por um processo acelerado e desordenado de ocupação, ocasionado por correntes migratórias - o crescimento populacional da região, entre 1970 e 1991, foi de 127%, enquanto o país cresceu apenas 57%, de acordo com o IBGE. Tauil (2002) aponta os fatores de determinação da permanência da malária apenas nesse recorte brasileiro:

Entre os primeiros estão: a) os fatores biológicos, como a presença de altas densidades de mosquitos vetores, de população migrante sem imunidade adquirida naturalmente contra a doença e prevalência de cepas de *Plasmodium falciparum* resistentes a medicamentos antimaláricos de uso seguro em campo; b) os geográficos, como a baixa altitude predominante, as altas temperaturas, a elevada umidade relativa do ar, os altos índices pluviométricos e a cobertura vegetal do tipo florestal, favoráveis à proliferação de vetores; c) os ecológicos, como desmatamentos, afastando animais nos quais os mosquitos se alimentavam, alternativamente à alimentação em seres humanos; como construção de hidroelétricas e de sistemas de irrigação, aumentando o número de criadouros de mosquitos (Povoa et al. 2000); e d) os sociais, como a presença de numerosos grupos populacionais morando em habitações com ausência completa ou parcial de paredes laterais e trabalhando próximo ou dentro de matas, propiciando um contato muito intenso com o mosquito vetor (TAUIL, 2002, p. 20).

Atualmente, são registrados 420 mil casos de malária por ano no país, considerando a média do período recente de 12 anos - entre 2000 e 2013. Em 2005, o país alcançou o maior número de adoecimentos registrados - 607,7 mil (BRASIL, 2008). Nos últimos anos, entretanto, a doença regrediu em função de ações integradas de vigilância e assistência e de um esforço conjunto do Ministério da Saúde, estados e municípios que permitiu, dentre outros avanços, o incremento no número de laboratórios para diagnóstico e a inclusão do novo tratamento para a malária causada pelo *Plasmodium falciparum* (LINDOSO; LINDOSO, 2009). Apenas em 2011, os nove estados amazônicos realizaram um total de 2,5 milhões de

exames, nos mais de 3 mil laboratórios atualmente instalados na região, sendo que mais da metade dos casos sintomáticos teria sido diagnosticada e tratada em até 48 horas.

Em 2013, de acordo com o Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica (Sivep-Malária)<sup>15</sup>, foram registrados no país 178,2 mil casos da doença e 41 óbitos<sup>16</sup>. Apesar de estar reduzindo a incidência da doença desde 2008, o Amazonas é o estado brasileiro com maior número de casos absolutos de malária - 77,5 mil, em 2013.

### **1.1 De hecatombe a Calcanhar de Aquiles: panorama histórico e atual da Malária no Amazonas**

Ao receber o levantamento médico-sanitário que Carlos Chagas fez com sua equipe após percorrer a Amazônia, entre outubro de 1912 e março de 1913, Oswaldo Cruz, provavelmente apenas confirmou o que ele próprio havia verificado em visitas àquela região anos antes<sup>17</sup>: a malária era o “o duende do Amazonas”. A gravidade da doença estava assinalada pelos números encontrados - considerados “aterradores” - e pela vulnerabilidade da população, submetida às “mais precárias condições de vida humana, talvez sem paralelo no mundo”. Os índices de morte e infecção foram descritos por Carlos Chagas como elevadíssimos na região, havendo em certas localidades “a morbidez total de seus habitantes entre os quais dificilmente se encontra um sem os sinais de infecção palúdica crônica”. A situação correspondia a uma “hecatombe”.

Essas e outras considerações, pormenorizadas em mais de 50 páginas do “Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas”<sup>18</sup> (CRUZ, 1913) refazem uma viagem histórica onde muitos elementos se modificaram no percurso do tempo e outros,

---

<sup>15</sup> Disponível em <[http://portalweb04.saude.gov.br/sivep\\_malaria/default.asp](http://portalweb04.saude.gov.br/sivep_malaria/default.asp)>. Acesso em 13 de março de 2015.

<sup>16</sup> Dado preliminar, sujeito à alteração, fornecido pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

<sup>17</sup> Oswaldo Cruz esteve na Amazônia em 1905, onde visitou Belém, Santarém, Óbidos, Parintins e Manaus, quando diretor Geral da Saúde Pública do Brasil e em 1910, contratado pela empresa construtora da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. (BATISTA, 1972)

<sup>18</sup> O levantamento de informações para o relatório foi feito entre outubro de 1912 e março de 1913, período em que a equipe visitou Manaus e percorreu cidades, vilas e seringais da Amazônia Ocidental: Amazonas e os então territórios federais do Acre e de Roraima, ficando de fora apenas o território de Roraima, onde Oswaldo Cruz já havia feito estudos similares em 1910. Embora assinado integralmente por Oswaldo Cruz são de sua autoria a primeira e a quarta parte do relatório, tendo sido a segunda parte escrita pela Comissão e a terceira por Carlos Chagas, que também apresentou suas observações na conferência “Notas sobre a Epidemiologia do Amazonas”, feita no Palácio Monroe (CRUZ, 1913; BATISTA, 1972).

teimosamente, continuaram iguais. O documento foi enviado no dia 11 de setembro de 1913, diretamente ao ministro Pedro de Toledo, da Agricultura, Indústria e Comércio, ao qual estava subordinada a Superintendência de Defesa da Borracha, um órgão de vida efêmera. Toledo havia encomendado a Oswaldo Cruz, então diretor do Instituto de Manguinhos, um estudo aprofundado e a indicação de um plano com medidas profiláticas, capazes de minimizar o impacto das endemias na região, em especial a malária, na atividade produtiva da borracha. Cruz designou Carlos Chagas, à época já um conceituado cientista, para chefiar a comissão que seria responsável pelo trabalho e que incluía os médicos João Pedroso de Albuquerque e Pacheco Leão.

Em resumo, o levantamento da Comissão mostrou que a malária era a questão de maior impacto no contexto social e econômico amazônico e para ela deveriam se voltar todos os esforços. Apontou, ainda, que as condições orgânicas da população favoreciam o desenvolvimento da infecção, ao mesmo tempo em que esta agravava as condições gerais de saúde, já precárias; que havia medidas conhecidas e eficazes de profilaxia, porém não aplicadas na região, o que permitia afirmar que as condições ambientais não eram razão para cenário de tamanha gravidade. Por fim, determinou que, apesar de todos esses componentes, a situação da malária, poderia ser revertida, mediante a prática de uma série de ações, reunidas no plano de campanha construído para este fim e apresentado no final do Relatório.

Para reabilitar essa terra distante, rica, porém insalubre, onde até então não haviam chegado nem o olhar nem as mãos do poder público federal, bastava “tenacidade e resolução”, escreveu Oswaldo Cruz: “A solução do problema foi encontrada, restando agora fazer executar o programa traçado, o que importará na conquista da Amazônia para a civilização e solução segura para a questão da borracha, que parece depender primariamente do problema sanitário” (CRUZ, 1913, p.2).

Mais de cem anos depois, as palavras de Oswaldo Cruz ecoam como lembrança de um passado persistente. A tenacidade e a resolução das quais falava o sanitarista ou não foram encontradas ou foram imperfeitas para enfrentar um problema que, nomeado “fantasma”, vem resistindo ao tempo. O “duende” não ruiu por terra, como Cruz previa. A malária atravessou todo o século XX e chegou ao século XXI com muitas flutuações em seus números, mas com a condição inalterada de principal endemia da região e como um importante problema da

saúde pública brasileira, indicando que, na Amazônia, a malária é passado e é presente, é ferida e cicatriz, substância viva da sua história e da sua identidade.

Apesar de não estar determinado com precisão o momento em que a malária chegou à região, a doença passou ser tratada como patologia de grande relevância a partir dos anos de 1890, durante o ciclo da borracha (ALBUQUERQUE; MUTIS, 1998; GALVÃO, 2003; LOUREIRO, 2004). A exploração de seringueiras na selva amazônica conduziu uma enorme quantidade de migrantes para viver em condições precárias e sob um regime de trabalho semi-escravista, produzindo as condições para uma explosão epidêmica:

Num ambiente natural onde as condições climáticas com altas temperaturas e umidade, grande potencial de coleções hídricas, fatores importantes para a reprodução do vetor e do parasita, adentra uma população altamente suscetível, completando-se desta forma a cadeia de transmissão da malária com todo o seu potencial, sendo o grande desafio para a sobrevivência e fixação destes migrantes na região (ALBUQUERQUE; MUTIS, 1998).

Em 1893, o chefe interino da Inspetoria de Higiene Pública do Governo do Estado, Henrique Álvares Pereira, relatava o estado de saúde do Amazonas como “lisongeiro”, com a ressalva de que as enchentes e vazantes dos rios formavam “pântanos febrífugos, em certas épocas calamitosas” (RIBEIRO, 1893, p.8). No ano anterior, 1892, haviam falecido em Manaus, segundo o inspetor, 678 pessoas, mas a mortalidade estaria dentro do esperado:

Calcula-se que nossa população vai além de 25 mil almas permanentemente, aumentando durante o começo e término do fabrico da borracha a um terço ou um quarto. E apesar de tudo isso, desprezando todas essas atenuantes e tomando como base somente a população de 25 mil almas, vemos que a mortalidade está na razão de 27 pessoas para cada mil habitantes por ano, o que é pouco (Idem, p. 8).

No Relatório de 1894, o governador Eduardo Ribeiro reiterava que as condições sanitárias do Estado eram “as mais lisonjeiras possíveis” (RIBEIRO, 1894, p.19) e que a capital, “que nesta época tem sido por diversas vezes vítima de febres palustres, este ano há sido privada, felizmente, dessa visita”. Apesar do otimismo, os dois relatos mostram que a malária já se destacava entre as outras doenças e que sua presença era cíclica e preocupante. “Nenhuma outra moléstia tem se desenvolvido, exceto as febres palustres que atacam mais frequentemente no começo da enchentes e da vazante”, dizia o governador.



A partir daí, a malária ocupou o primeiro lugar entre as doenças que mais causavam adoecimento e morte no Estado. Manteve-se como flagelo a ser enfrentado pelo homem amazônico e cujos sentidos, envolvidos em redes semânticas negativas, criadas por discursos socialmente legitimados, continuam a ecoar nos dias atuais, fortalecidos por sua longevidade como endemia de grandes proporções.

Na mensagem governamental de 10 de julho de 1898 (RAMALHO JUNIOR, 1898, p. 4), o vice-governador do Amazonas dizia que uma calamidade havia assolado o estado naquele ano: “o aparecimento de febres de mau caráter, malignas, devidas à infecção palustre”, para as quais todas as medidas haviam sido tomadas.

A malária não circulava sozinha, apesar do privilégio da sua grandeza frente às demais. Varíola, sarampo, leishmaniose, beribéri, tuberculose, tétano, sífilis, lepra e febre amarela, entre outras enfermidades, fizeram parte dos obituários locais do final do século XIX e início do século XX, em diferentes anos e com diferentes pesos.

A maior parte dos dados antigos sobre a ocorrência de malária no Amazonas refere-se ao período posterior à década de 1880, muitos dos quais integrantes das estatísticas demográfico-sanitárias produzidas pelo médico Alfredo da Matta durante sua permanência na repartição de Higiene Pública e no Serviço Sanitário do Estado do Amazonas.

A doença afetava moradores da capital - principalmente os da área suburbana - e do interior, em especial, seringueiros, cujo local de moradia e trabalho - o habitat natural do mosquito vetor -, associado às condições precárias de vida, oferecia as melhores conjunturas para sua transmissão (SCHWEICKARDT, 2011; LOUREIRO, 2004). Grande parte das estatísticas contempla apenas dados levantados em Manaus, o que pode significar que os números do Estado tenham sido bem mais elevados. Todavia, o interior buscava assistência na capital, uma vez que no fora dela não havia serviços de saúde.

Dados organizados por Alfredo da Matta, relativos ao período de 1895 a 1914, mostram a dimensão da malária naquele contraditório cenário de riqueza e de adoecimentos fatais. Nos 20 anos observados pelo médico, 12.209 pessoas morreram por malária, o que representa 64,4% do total de óbitos ocorridos em Manaus (LOUREIRO, 2004). O maior número de mortes foi registrado em 1898 e em 1900. Apenas no período de 1896 a 1906, onde se situa a fase áurea do Ciclo da Borracha, a malária foi responsável por 7.797 mortes, ou seja, 42% do total registrado na capital (BATISTA, 1946).

Na realidade, o ciclo da borracha resultara de uma guerra com milhares de mortos, que se computados a dois contos de réis por pessoa perdida, conforme o relatório de 1914 do deputado Eloy de Souza, ultrapassaria, em muito, todo o valor da borracha exportada de 1877 a 1913 (LOUREIRO, 2004, p. 85)

Nas décadas seguintes, em que pese o esvaziamento do Estado com a decadência do ciclo econômico, a malária continuou a ser a principal causa de morte em Manaus. Batista (1946) elaborou uma série histórica de 1922 a 1943, mostrando que a malária respondeu por 21% do total de óbitos nesse período de 22 anos.

Galvão (2003) aponta a escassez de dados sobre a malária após essa fase, mas estudos recentes citam que no Amazonas, entre 1960 e 1980, a malária apresentou baixos níveis endêmicos, com ocorrência de epidemias em poucos municípios (SARAIVA et al, 2009).

Na capital, a implantação de um novo modelo econômico, desta vez a Zona Franca de Manaus, no início da década de 70, ofereceria novas condições de proliferação da doença. Muitos deixaram o interior do Estado em busca de oportunidades de emprego, assim como fizeram migrantes de outros estados, também atraídos pela oferta de trabalho gerada pelas necessidades do comércio e da indústria proporcionados pela Zona Franca: uns e outros contribuíram para o aumento expressivo da população local, com reflexos na ocupação dos espaços.

Saraiva et al (2009) mostram que mudanças na configuração sócio-ambiental de Manaus geraram um incremento de 2000% da malária entre 1986 e 2003. As estatísticas oficiais dos primeiros anos do século XXI mostram que a malária alcançou no Amazonas, entre 2005 e 2007, os maiores patamares de sua história recente - lida agora pelo número de adoecimentos e não mais exclusivamente de mortes, como no final do século XIX.

Em 2005, ocorreram 228,3 mil casos de malária no Estado e em 2007 foram 202,6 mil, de acordo com os Relatórios de Gestão da Fundação de Vigilância em Saúde correspondentes a estes anos. Em 2007, o Amazonas respondeu por 45% do total de notificações da Amazônia Legal (AMAZONAS, 2012).

Medidas emergenciais e sistemáticas, definidas em planos estaduais de controle, foram implantadas para o enfrentamento da doença e desde 2008 a quantidade de adoecimentos vem sofrendo expressiva redução (AMAZONAS, 2011).

A malária, entre tantas representações criadas, fortalecidas ou esquecidas, é também o ponto fraco do poder público, a quem cabe o dever primordial de combatê-la. Nota publicada

no *Diário do Amazonas* em 2004 dizia que “a malária é o calcanhar de Aquiles da Saúde no Estado” (CALCANHAR, 2004, p.4). A expressão, carregada de sentidos, aponta a força dessa enfermidade em todos os tempos, como o reverso da fragilidade que impõe aos responsáveis pelo seu controle.

## **1.2. Quinino e fumacê: políticas para enfrentar um rival quase invisível**

O relatório que Oswaldo Cruz entregou ao ministro Pedro de Toledo, em 1913, foi a primeira demonstração efetiva de interesse do governo federal em resolver a questão da malária na região (SANTOS, 1986; LOUREIRO, 2008). A Amazônia era uma importante produtora de divisas para o país e as doenças haviam se tornado um complicador à atividade da borracha que, desde 1907, apontava sinais de decadência (LOUREIRO, 2008). O estudo fazia parte das ações promovidas pela recém-criada Superintendência da Defesa da Borracha, destinada a seguir um conjunto de diretrizes nacionais para salvar a região das ameaças que a empurravam em direção à uma crise econômica, dentre as quais suas condições médico-sanitárias.

O “Plano geral da campanha sanitária a se empreender no vale do Amazonas”, que integra o relatório apresentado por Oswaldo Cruz (CRUZ, 1913), previa uma série de medidas para a prevenção e o controle da doença. Cruz indicava que o Governo deveria tutelar as medidas sanitárias na atividade extrativa da borracha. De maneira geral, recomendava a implantação de postos-hospitais e postos de quinização; premiação para os seringueiros com os melhores resultados na campanha sanitária e para os trabalhadores não infectados por malária durante um ano; fiscalização e distribuição de quinina gratuitamente ou a preços reduzidos; proteção de barracões e residências contra os mosquitos; oferta de mosquiteiros a baixos preços; manutenção de ambulâncias fluviais; instalação de enfermaria de 100 leitos em Manaus; e profilaxia preventiva em casas, vilas e cidades, com correto saneamento e abastecimento de água.

O documento e todas as intenções de superar a decadência econômica da Amazônia chegaram tarde, entretanto. A crise anunciada se consolidou diante da incapacidade do Estado para enfrentar a crescente concorrência da borracha asiática no mercado internacional e as medidas de salvação, inclusive as elaboradas pelo sanitarista, nunca foram aplicadas como

previstas. À época em que foram pensadas, as “ambiciosas metas” da Superintendência “estavam além dos poucos recursos de que o País poderia dispor” (LOUREIRO, 2008, p. 125). Cambaleante, então, a vida do Estado seguiu mais pobre e tão doente quanto antes.

Em 1972, Arthur César Ferreira Reis lamentava a não realização do que havia sido planejado 60 anos atrás. Segundo o historiador, isso poderia ter evitado as “deformações que vieram depois”, porque “os problemas que ali se procurava enfrentar [...] são ainda problemas com que nos deparamos hoje e com soluções, muitas delas, ainda aquelas que ali se previam” (BATISTA, 1972, p. VIII). Até mesmo as palavras de Reis parecem atuais quatro décadas depois de pronunciadas: um breve passeio pela história mostra instituições, políticas e diretrizes de saúde como avanços e outros aspectos que, imunes ao tempo, são o que foram há algumas décadas ou há mais de um século.

#### *De “louváveis intenções” ao DDT*

A forma de atenção à saúde, especificamente à malária no Amazonas, durante a fase áurea do Ciclo do Borracha e após esse período não pode ser vista independentemente das políticas nacionais. O modelo de saúde centralizado e focado na higiene terrestre e dos portos, que marcou as últimas décadas do Império, foi mantido nos primeiros anos da República, assim como continuou restrita à capital federal a atuação do governo central (ESCOREL; TEIXEIRA, 2008). “Além de ter seu raio limitado à capital federal, as atividades de saúde pública nos primeiros anos da República se voltavam quase exclusivamente para as epidemias” (Idem, p. 285).

No final do século, não havia no Amazonas um sistema organizado de atenção à malária e o controle da doença não incluía o combate ao vetor, elemento até então desconhecido na cadeia de transmissão.

O vice-governador Ramalho Junior, em 1898, ao prestar contas sobre as providências de enfrentamento da malária - uma calamidade que havia assolado o estado -, relacionava as realizações do poder público para combater o problema (RAMALHO JUNIOR, 1898, p.4): “inspeção sanitária domiciliar, visitas médicas, socorro aos indigentes, oferta de medicamentos e medidas gerais de saneamento, não tendo faltado aos pobres rações diárias, boa alimentação”. As medidas citadas não estavam integradas a nenhum sistema organizado

de saúde. Eram então medidas pontuais que caracterizavam a atuação do poder público no enfrentamento da doença. Os avanços em serviços e infraestrutura que fizeram de Manaus uma charmosa Paris dos Trópicos não alcançaram em igual proporção a saúde de seus habitantes.

Apesar do quadro sanitário extremamente desfavorável, não existiam no século XIX e até as duas primeiras décadas do século seguinte postos de saúde para atividades em regime permanente (SANTOS, 1986), ficando a assistência médico-hospitalar de caráter geral por conta das instituições beneficentes - Santa Casa de Misericórdia e hospital da Sociedade Beneficente Portuguesa<sup>19</sup>.

Quando, em 1912, foi feito o levantamento das condições médico-sanitárias contidas no relatório entregue ao ministro Pedro de Toledo, mostrou-se um panorama sobre a ausência, até aquela altura, de medidas de prevenção e controle da malária e da falta de assistência aos pacientes, especialmente os do interior do Estado. “Sem dúvida, na grande Amazônia, a dificuldade de viver só encontra medida exata na própria facilidade de morrer, sendo ali a vida humana quase uma epopeia, pela intensidade de causas destruidoras” (CHAGAS, 1972, p. 160).

Ao se referir a providências oficiais para enfrentamento da epidemia de malária em São Felipe (atual município de Eirunepé), Carlos Chagas (Idem, p. 161) escreveu que estas eram “louváveis intenções dos governantes [...] muito aquém das exigências práticas”. Dizia ainda que a “desorientação daquele meio em assuntos médicos” era tão grande que, numa ambulância farmacêutica [...], ao lado de vinhos tônicos, xaropes reconstituintes e outras drogas, “só encontramos lá num canto, no abandono das coisas inúteis, um pequeno frasco com dose nunca superior a 20 gramas de um sal de quinina. De um sal de quinina que, naquelas terras, constitui a garantia máxima da vida”.

Chagas avaliou que era “absoluta a ausência nos seringais, de qualquer medida, curativa ou profilática, contra a malária”, daí a grande mortalidade, que era de 30% a 40% entre os seringueiros que atuavam em seringais de rios navegáveis, com comunicação com Belém e Manaus, que enviavam “medicamentos aproveitáveis”. Nos rios menores, a

---

<sup>19</sup> O único hospital existente no Amazonas até o início da década de 1870 era a Enfermaria Militar de São Vivente, em funcionamento desde 1855. A Santa Casa de Misericórdia de Manaus foi inaugurada em maio de 1880 e o hospital da Sociedade Portuguesa começou a funcionar em dezembro de 1893 (LOUREIRO, 2004, p. 58).

mortalidade era muito maior, em torno de 70%, “havendo ali verdadeira hecatombe da vida humana” (Idem, p. 162).

Somada à falta de medidas de prevenção eficazes no interior, estava uma enorme resistência da população ao uso da quinina. Quando não recusavam totalmente, usavam a medicação de forma deficiente, o que apenas atenuava a febre, mas tornava a infecção resistente, sendo necessário para a cura doses superiores à tolerância do organismo humano. Chagas disse que depois de muito tentar entender as causas da resistência ao tratamento, chegou a uma razão provável: o uso de xaropes, licores e outros produtos farmacêuticos com pouca ou nenhuma presença de quinina, que não curavam os doentes e ainda perpetuavam a doença. Esses produtos eram vendidos por médicos regatões, que visitavam as comunidades de barco, exercitando uma “clínica de passagem” (CHAGAS, 1972, p. 163). Além disso, não havia fiscalização sobre os sais de quinina distribuídos aos seringueiros. “Daí a aversão generalizada dos seringueiros ao tratamento racional da malária e a fácil introdução de todas as panaceias farmacêuticas, nas quais, via de regra [...] figuram doses mínimas de um sal de quinina”.

As fórmulas tinham ampla divulgação nos jornais, prometendo cura fácil e rápida, como o *Xarope Celeste*, cujo anúncio dizia: “Última palavra! Xarope Celeste. Fórmula do farmacêutico E. E. Borba. O mais poderoso de todos os medicamentos no tratamento específico da febre palustre e as diferentes consequências do impaludismo” (ÚLTIMA PALAVRA, 1898, p.40). Ou as fórmulas *Assyris*, nas versões de xarope e comprimidos: “Drágeas Assyris. Último triunfo da ciência. São de efeito absoluto e certo. Mais ativas do que a quinina mais pura. Não ofendem o estômago. Curam em 3 dias febres, sezões, malária, impaludismo” (DRÁGEAS ASSYRIS, 1912, p.3). As publicações<sup>20</sup> serviam para alimentar a crença em tratamentos milagrosos que, ao final, por não garantir o prometido, causavam o efeito reverso.

A organização sanitária do Estado durante as primeiras décadas do século XX seguiu as diretrizes técnico-administrativa de âmbito nacional (SANTOS, 1986; SCHWEICKARDT, 2011), colocando em funcionamento estruturas sustentadas com recursos do Estado ou com grande parcela de contribuição financeira deste e que, ainda assim, seguiam

---

<sup>20</sup> No período de 1898 a 1912, mais de 30 tipos de medicamentos contra a malária foram anunciados nos quatro jornais amazonense que analisamos de forma preliminar - *Commercio do Amazonas, A Federação, Correio do Norte e Quo Vadis?*. Publicados nas terceiras e quartas páginas, os anúncios de produtos contra a malária estiveram presentes em mais de 60% das 2,2 mil edições disponíveis.

as formas organizativas do governo federal, o que se explica pelo contexto: neste período, “foram estabelecidas as bases para a criação de um sistema nacional de saúde, caracterizado pela concentração e verticalização das ações do governo central” (LIMA; FONSECA; HOCHMAN, 2005, p. 37).

Sob o sistema centralizador mas pouco cooperativo do Governo Federal foram criados ou reformados na Primeira República alguns órgãos investidos da função de cuidar da saúde local, mas que tiveram pouca ou nenhuma relevância para o controle da malária e a assistência dos doentes no Amazonas (SANTOS, 1986), especialmente no interior do Estado, onde as condições de tratamento eram precárias e a doença era agravada pelas péssimas condições de vida (SCHWEICKARDT, 2011), com nutrição deficiente e elevado consumo de álcool.

Sem nenhuma medida de controle sistemático da malária instituída até os anos 20, as ações para estudar e tratar questões específicas eram pontuais. Entre 1897 e 1913, o Estado teve quatro comissões de saúde (SCHWEICKARDT, 2011), três das quais com a missão de combater a malária: a primeira funcionou de 1897 a 1899, chefiada pelo engenheiro Samuel Gomes Pereira e pelo médico-chefe da Diretoria de Higiene, Henrique Álvares Pereira; a segunda funcionou entre 1904 e 1906, sob a chefia do médico Márcio Nery; e a terceira, nomeada “Comissão de Profilaxia Específica e Sistemática da Malária e da Febre Amarela”, existiu entre 1907 e 1913, tendo como chefes os médicos Alfredo da Matta e Miranda Leão. Para tratar apenas da febre amarela, em 1913 foi criada a “Comissão Federal de Profilaxia da Febre Amarela”, sob o comando do médico Theophilo Torres.

Em 1898, o Governo Estadual criou a Diretoria-Geral de Serviço Sanitário em substituição à Repartição de Higiene Pública com o objetivo de estudar questões de interesse direto ou indireto da saúde pública (SCHWEICKARDT, 2011). O órgão incorporava novas especializações da Ciência, como a bacteriologia, dando um novo status conceitual à saúde pública local, refletindo o pensamento dos médicos do Amazonas, que estavam inteirados dos avanços científicos e operacionais desenvolvidos fora do estado. Mas a estrutura prevista, antes mesmo de ser completamente implantada, foi readequada e reduzida a partir de 1903.

As ações de prevenção à malária privilegiavam, à época, o saneamento e a distribuição de quinina. Além das inspeções de saúde realizadas em funcionários e instituições públicas, no início do século XX as casas eram fumigadas (LOUREIRO, 2004), no entanto, o

combate ao vetor só começou a ser realizado de forma sistemática a partir de 1907 (SCHWEICKARDT, 2011).

A partir de 1921, com a criação, pelo Governo Federal, do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural (SSPR), o Amazonas começou a contar com uma estrutura de saúde que alcançava o interior, até então desassistido (SCHWEICKARDT, 2011). O serviço funcionou por meio de contrato do governo estadual com o governo federal, e mesmo com poucos recursos, considerando a decadência da economia do látex, deu início à expansão e organização da saúde: instalação de postos de saúde na zona urbana e periférica da capital, interiorização das ações com a criação de postos itinerantes para o combate às principais endemias, realização de campanhas, instalação do laboratório central, do leprosário e do desinfetório, entre outras ações (SANTOS, 1986). O Serviço, que absorveu todas as atividades do Serviço Sanitário do Estado (que seria reativado em 1926), funcionou até 1930 com o governo federal e por mais quatro ou cinco anos como estrutura estadual, tendo como grande desafio combater a malária (SCHWEICKARDT, 2011). As ações de prevenção à doença incluíam quininizacão preventiva, com a distribuição de quinina durante os meses maio a agosto (os de maior incidência da doença) e a oferta permanente do medicamento nos postos de saúde, além de educação sanitária e destruição de focos do mosquito.

Batista (1972, p. XVII), ao resumir algumas das tentativas de sanear a Amazônia no período que vai da década de 1920 até os anos 60, destaca a atuação do SSPR, que só não teria produzido resultados mais satisfatórios por se tratar de uma iniciativa dissociada de “planos globais”. Batista cita também o Serviço Nacional de Malária, vinculado ao Departamento Nacional de Saúde Pública e, ainda, o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), “um dos mais importantes organismos que atuaram na área”, responsável pela realização, em grande escala, de pesquisas, aplicação de DDT e de cloroquina, com um sucesso que deu a impressão aos médicos da região “de que o impaludismo estava atingindo o seu ocaso” (Idem, p. XVII).

O Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) surgiu em 1942, por meio de parceria entre os governos brasileiro e norte-americano, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Foi concebido como agência temporária, encarregada de políticas sanitárias pontuais para proteger a saúde dos soldados americanos em bases brasileiras e a dos trabalhadores em regiões produtoras de matéria-prima para a guerra: a Amazônia, produtora de borracha e a



única que poderia suprir as necessidades dos países aliados, uma vez que os seringais asiáticos estavam sob o controle dos japoneses; e o Vale do Rio Doce, produtor de minérios.

A criação do Sesp foi integrada à política de desenvolvimento do governo de Getúlio Vargas, que pretendia expandir a autoridade federal e chegar ao interior do país. A malária era considerada o maior empecilho ao desenvolvimento da região, por isso, saneá-la era a chave para uma nova era de progresso e cultura, conforme declarou à época o ministro da saúde, Gustavo Capanema (CAMPOS, 2006). Suas atividades começaram no Rio, mas logo foram para Belém, sede das operações do programa na Amazônia, sendo estendido a partir daí para toda a região.

O Sesp foi responsável pela implantação de um novo modelo de controle da malária, promovendo a implantação de postos e centros de saúde, o desenvolvimento de pesquisas, a distribuição de medicamentos, o combate ao vetor na fase larvária (por meio de drenagem, limpeza de valas e uso de antilarvário) e na fase alada, com a introdução do DDT, inseticida de efeito residual, aplicado no interior das habitações (GALVÃO, 2003; CAMPOS, 2006). A atebrina, criada na Alemanha nos anos 20 como substituto químico do quinino e aperfeiçoada nos anos 40, foi amplamente distribuída às populações amazônicas, agora aumentadas com os milhares de migrantes novamente atraídos para os seringais e oportunamente chamados *soldados da borracha*. Entre 1942 e 1946, o Sesp havia distribuído 17 milhões de tabletes de atebrina. No entanto, os efeitos colaterais e o uso deficiente, provocaram resistência à droga e a descrença da população na sua eficácia.

O DDT, também de desenvolvimento recente à época, passou a ser aplicado no Amazonas a partir de 1945, logo após experiência de sucesso realizada na cidade de Breves, no Pará (CAMPOS, 2006), sucedida pelo uso em outras áreas para melhor avaliar sua eficácia em larga escala. Os bairros Matinha e Bilhares, em Manaus, que tinham elevada incidência de malária entre 1942 e 1945, foram incluídos no programa e, a partir de 1962, o DDT passou a ser usado em toda a cidade de forma organizada (GALVÃO, 2003).

Os resultados no controle da malária, através da redução da população dos mosquitos transmissores, fizeram com que o DDT, usado também em outras regiões, fosse comemorado como a medida mais eficaz para combater a doença. Os bons resultados inspiraram o plano da OMS de erradicar a malária no mundo, depois abandonado pela inviabilidade de seu alcance. O DDT logo apresentou seus inconvenientes. Em 1976, três espécies do mosquito

transmissor, o *Anopheles*, já eram resistentes ao produto e outras espécies estavam a outros tipos de inseticida (CAMPOS, 2006). Com a suspensão do seu uso, a malária voltou a crescer.

As políticas de funcionamento do Sesp permitiram a realização de pesquisas científicas que, seguindo os estudos iniciais de Evandro Chagas, ajudaram a definir, por exemplo, que o *darlingi* era a subespécie de *Anopheles* predominante na região, além do mapeamento da malária na Amazônia, levado a efeito por Leônidas Deane.

A presença do Sesp na Amazônia avançou até dezembro de 1949, quando o Serviço Nacional de Malária, que ainda não atuava na região, assumiu o trabalho, começando a funcionar de forma efetiva a partir de 1953 (CAMPOS, 2006). Em 1956 o Serviço foi extinto e quem assumiu as ações de controle da malária foi o Departamento Nacional de Endemias Rurais, DNERu, (GALVÃO, 2003), vinculado ao Ministério da Saúde, que havia sido criado três anos antes. Em 1965 entrou em funcionamento a Campanha de Erradicação da Malária, CEM, (TAUIL, 2002), depois incorporada à Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), que também incorporou o DNERu e a Campanha de Erradicação da Varíola (CEV).

A Sucam instalou distritos sanitários em todos os estados brasileiros, visando o controle ou erradicação de quatro endemias - além da malária, doença de Chagas, esquistossomose e febre amarela - atuando sob o modelo de sanitarismo campanhista, com intervenções verticais<sup>21</sup>.

No Amazonas, muito se ouviu falar da Sucam e sua presença no imaginário popular pode ser medida pelas marcas ainda hoje encontradas nos muros ou portas das casas. O nome “Sucam” e um número indicando sua passagem podem ser vistos em muitas delas, principalmente, nas zonas periféricas da capital. Na música “O mosquito da malária”, o compositor Eliakim Rufino reafirma a imagem da Sucam, por meio de sua ação mais visível: “... não adianta a Sucam jogar DDT na sua área, o maior ecologista da Amazônia é o mosquito da malária”.

---

<sup>21</sup> Informação do site oficial da Fundação Nacional de Saúde. Disponível em <<http://www.funasa.gov.br/site/museu-da-funasa/sucam/>>. Acesso em 13 de março de 2015.

### *O SUS e o controle integrado da malária*

A implantação efetiva do Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>22</sup>, a partir de 1990, promoveu uma nova concepção de saúde pública, baseada nos princípios doutrinários da universalidade, equidade e integralidade e nos princípios organizativos da descentralização, hierarquização e participação social. Conseqüentemente, promoveu mudanças na organização e execução das ações de prevenção e controle da malária.

Em linhas gerais, o novo Sistema deu origem à reformulação dos papéis governamentais na gestão de saúde, introduziu novos critérios para transferência de recursos financeiros e viabilizou a criação e a ampliação de instâncias de negociação, integração e decisão (SCOREL, 2008).

Em relação à malária, o SUS incorporou a orientação global do *controle integrado*<sup>23</sup> que substituiu o sonho da erradicação. No lugar dos mosquitos transmissores, as pessoas passaram a ser consideradas o maior foco da atividade de luta contra a doença e os objetivos prioritários tornaram-se a redução dos casos graves e das mortes (TAUIL, 2002; BRASIL, 2006). A orientação no país se deslocou, então, para o diagnóstico precoce e o tratamento imediato, para a prevenção (incluindo o controle dos vetores), para a imediata detecção e controle de epidemias e para a avaliação contínua da situação da doença. Estes conceitos formam a base dos principais objetivos do Programa Nacional de Controle da Malária (PNCM): reduzir a letalidade e a gravidade dos casos, reduzir a incidência da doença, eliminar a transmissão em áreas urbanas e manter a ausência de malária em locais onde a transmissão já foi interrompida (BRASIL, 2008).

Desde 1999, as ações de vigilância em saúde começaram a ser descentralizadas, com a definição de responsabilidades específicas para União, estados e municípios, cabendo aos dois primeiros o papel principal de coordenadores e ao último, o de executor, o que significou a

---

<sup>22</sup>As bases do SUS estão na Constituição brasileira, de 1988 que, em atendimento a reivindicações do movimento de Reforma Sanitária, iniciado na década de 70, descreve a saúde, em seu artigo 196, como um direito de todos e dever do Estado, “garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação”. A implantação SUS começa no início dos anos de 1990, após a promulgação da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080, de 19 de setembro de 1990), complementada pela Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (SCOREL et al, 2005; NORONHA et al, 2008).

<sup>23</sup> A Conferência Ministerial sobre Malária, realizada em 1992 na Holanda, recomendou o controle integrado da malária como nova estratégia global para o controle da malária em substituição à estratégia de erradicação, orientando para diferentes medidas de controle de acordo com a realidade de cada local, serviços permanentes de saúde, envolvimento de outros setores da sociedade e participação ativa da população (TAUIL, 2002).

inserção das ações de vigilância, prevenção e controle da malária na Atenção Básica, em especial, na estratégia Saúde da Família (BRASIL, 2006).

Em 2000, o Ministério da Saúde elaborou o Plano de Intensificação das Ações de Controle da Malária, com estratégias adaptadas pelos estados às suas especificidades. O Plano foi aplicado em 254 municípios da Amazônia Legal, visando “fortalecer o processo de descentralização e garantir a sua sustentabilidade” (Idem, p. 11).

No Amazonas, o órgão responsável pela coordenação do programa de controle da malária é a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS), criada pelo Governo do Estado em 2005 como parte da reorganização administrativa do SUS em âmbito local, garantindo estrutura específica para a prevenção e o controle da doença, antes a cargo da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e da Secretaria de Estado da Saúde (Susam), com a assistência aos pacientes concentrada na Fundação de Medicina Tropical do Amazonas (FMT).

A descentralização do serviço assistencial para as unidades de saúde municipais e para os Serviços de Pronto Atendimento (SPAs) estaduais, promovida na última década, permitiu que a FMT concentrasse seus esforços relativos à malária nas atividades de ensino, pesquisa e assistência especializada. A instituição é referência internacional em doenças tropicais, desenvolvendo atualmente diversos projetos com universidades e institutos nacionais e do exterior para a pesquisa científica e aplicação de resultados em novos protocolos, visando avanços na prevenção, no diagnóstico e no tratamento da malária, dentre outras endemias<sup>24</sup>.

A FMT trabalha de forma articulada com a FVS, responsável pela definição de políticas e técnicas de vigilância em saúde no nível estadual em consonância com o PNCM, monitoramento de resultados e, ainda, execução de medidas do Programa nos municípios não habilitados para as ações de vigilância em saúde.

Nos anos de 2005 e 2007, a FVS coordenou a elaboração de dois planos que visavam conter o aumento expressivo da malária no Amazonas. Em 2005, o Estado tinha em mãos um histórico de aumento de casos apontando um descontrole insustentável: os registros haviam

---

<sup>24</sup> A FMT foi criada em 1970 pelos professores Heitor Dourado e Carlos Borborema como Clínica de Doenças Tropicais, unidade voltada para o diagnóstico e tratamento de doenças tropicais no Amazonas. Funcionando inicialmente nas dependências do Hospital Universitário Getúlio Vargas, a instituição ganhou sede própria em 1974, passando a chamar-se Hospital de Moléstias Tropicais, depois Instituto de Medicina Tropical do Amazonas e finalmente Fundação de Medicina Tropical do Amazonas. Recentemente agregou ao seu nome o de um dos seus fundadores, tornando-se Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado. Informação disponível no site oficial da FMT, <<http://www.fmt.am.gov.br/layout2011/diretoria/quemsomos.asp>>, acessado em 16 de março de 2015.

passado de 49,2 mil em 2001 para 152,3 mil em 2004, mantendo-se elevados até meados de 2005, quando o plano começou a ser desenhado. A preocupação inicial era com a capital, mas as ações foram estendidas para outros 16 municípios onde a doença também preocupava. Desenvolvido e apresentado em parceria com a prefeitura de Manaus, o plano foi chamado de “Plano Operativo Emergencial” - uma adaptação do nome original “Proposta de reestruturação do Programa de Controle da Malária no Estado do Amazonas visando o declínio no número de casos e a sustentabilidade do Programa” - para facilitar sua divulgação e reconhecimento por parte da população.

O plano foi construído por uma comissão técnica de representantes das duas esferas de governo, visando a ampliação do controle vetorial, a expansão da assistência ao paciente e a intensificação dos trabalhos de educação e mobilização social. Com as ações, Estado e município esperavam evitar 6,6 mil casos novos da doença até o final daquele ano, o que significava 40% de redução no número de notificações na capital. As ações estavam voltadas para as zonas Leste, Oeste e Norte, consideradas prioritárias. Os investimentos previstos eram de R\$ 2,6 milhões<sup>25</sup>.

No ano de lançamento do plano, foram notificados no estado 228,3 mil casos de malária, de acordo com o Relatório de Gestão da FVS de 2005. No ano seguinte, as notificações caíram para 188,7 mil casos, mas em 2007 voltaram a subir. Entre os fatores que favoreciam a expansão da doença, o Governo estadual apontava a expressiva mobilidade populacional e a ocupação desordenada das áreas urbanas, com alta concentração de invasões na periferia de Manaus.

O plano de 2007, ao contrário do anterior, já nasceu formatado para atingir o estado como um todo - a capital e os 39 municípios que respondiam por 94% do total de registros. A meta era alcançar uma redução de 70% dos casos até 2010, tomando por referência o ano de 2007, que tinha como estimativa 216 mil casos<sup>26</sup>. Para o Governo do Estado, o plano foi uma “decisão política”, compartilhada com o Ministério da Saúde e prefeituras locais e com o envolvimento de inúmeros setores públicos e privados externos ao setor Saúde. Nomeado

---

<sup>25</sup> “Estado anuncia plano para malária”, notícia publicada em 2 de setembro de 2005 no site oficial da Secretaria de Estado da Saúde, disponível em <[http://www.saude.am.gov.br/index.php?id=not&id\\_not=401](http://www.saude.am.gov.br/index.php?id=not&id_not=401)>, acessado em 13 de março de 2015; e “Proposta de reestruturação do Programa de Controle da Malária no Estado do Amazonas visando o declínio no número de casos e a sustentabilidade do Programa” (AMAZONAS, 2005).

<sup>26</sup> O ano fechou com números ligeiramente abaixo do esperado: 202,6 mil, de acordo com o Relatório de Gestão da FVS de 2007.

“Operação Impacto para o Controle da Malária” (nome fantasia de “Plano Plurianual de Prevenção e Controle da Malária no Estado do Amazonas, 2007-2010), o plano foi lançado pelo governador do Amazonas, na presença de várias autoridades, inclusive do secretário nacional de Vigilância em Saúde<sup>27</sup>.

Para alcançar as metas, estavam previstas novas estratégias, algumas inéditas no Brasil, de acordo com o Governo. Uma delas era a distribuição de 300 mil mosquiteiros impregnados com inseticida para a proteção individual dos que moravam em áreas de alto risco. Um novo produto para borrifação intradomiciliar, visando melhores resultados e redução de risco de alergias, deveria proteger 195 mil casas por ano, com aplicações semestrais. Também estavam previstas as estratégias de ampliar a rede de diagnóstico em mais 500 postos para exame e preparar toda a rede pública de saúde (municipal e estadual) para oferecer diagnóstico e tratamento da doença. Para áreas remotas, o Governo definiu a implantação de teste rápido, que dispensa o uso do microscópio. Cinco pólos descentralizados para apoio técnico e logístico também foram previstos para os municípios de Tabatinga, Lábrea, Eirunepé, Parintins e Tefé, estrategicamente localizados em relação ao fluxo populacional dentro do estado. O plano ainda contemplava a distribuição de 2,5 mil motores de popa para uso dos agentes de saúde, além de outros equipamentos e insumos. O monitoramento dos trabalhos nos municípios prioritários deveria ser feito por 40 técnicos cubanos, convidados pelo Estado para atuar no interior. Os recursos previstos para a execução do plano eram de R\$ 276 milhões, entre verbas federais e estaduais<sup>28</sup>.

Colocadas em prática, as ações resultaram na queda de 64% dos casos da doença em 2010 e serviram de base para a elaboração do “Plano Plurianual de Vigilância e Controle da Malária, 2011-2015”, que atualmente orienta as estratégias aplicadas pelos municípios amazonenses. O plano de 2007 deu Estado o título de “Campeão da Malária nas Américas 2010”, conferido pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) pelo esforço para a prevenção e controle integrado da doença que, naquele ano, também premiou experiências bem-sucedidas desenvolvidas pela Colômbia e Suriname<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> “Estado anuncia plano para malária”, notícia do site oficial da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas, disponível em <[http://www.saude.am.gov.br/index.php?id=not&id\\_not=726](http://www.saude.am.gov.br/index.php?id=not&id_not=726)>, acessado em 13 de março de 2015; e Plano Plurianual de Prevenção e Controle Integrado da Malária no Estado do Amazonas - Julho/2007 a dezembro/2010, Amazonas, 2007.

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> “Combate à malária é premiado pela Opas”, notícia publicada em 10 de novembro de 2010 no site oficial da Secretaria de Estado da Saúde, disponível em <[http://www.saude.am.gov.br/index.php?id=not&id\\_not=1245](http://www.saude.am.gov.br/index.php?id=not&id_not=1245)>, acessado em 13 de março de 2015.

O Governo destaca que a redução dos casos não ocorreu de forma homogênea. Trinta e seis dos municípios reduziram os casos acima do esperado, 19 reduziram mas não atingiram a meta de redução de 70% e em outros sete a malária cresceu (AMAZONAS, 2012). A observação do poder público estadual ilumina um cenário de desigualdades. O interior é uma metade social e economicamente desfavorecida, assim como são as bordas geográficas da capital - ambos ocupam uma periferia com evidentes disparidades. É na área suburbana e rural de Manaus que se concentra o maior risco de adoecer por malária: mesmo com o sexto maior PIB nacional, a cidade apresenta grandes problemas sócio-ambientais, dentre os quais a deficiência de saneamento básico, de moradias adequadas, de escolas, de sistema de transporte urbano e de segurança pública (Idem), condições compartilhadas pela outra periferia - a metade do estado representada pelos 61 municípios do interior, onde vivem 48% da população.

Em 2012, a capital, com 1,8 milhão de pessoas, concentrou 11% do total de casos de malária. Eirunepé, município com 30 mil habitantes, teve os mesmos 11% de participação (9,2 mil casos) e Atalaia do Norte, onde vivem apenas 15 mil habitantes, registrou 7% de participação (5,7 mil casos). O índice parasitário anual (IPA), que mede o risco de se contrair malária (BRASIL, 2006), é muito alto nestas duas localidades - em Atalaia era, em 2012, de 367 por mil habitantes e em Eirunepé, de 298. Em outros 18 municípios o risco também é alto, variando entre 59 e 177. Em contrapartida, em Manaus, o IPA é 5 por mil habitantes.

Embora as mortes agora sejam um evento raro, o número de adoecimentos por malária no Amazonas e as desigualdades na distribuição dos riscos e dos danos é uma ferida aberta. Os avanços nas políticas de controle e o trabalho empenhado de pesquisadores e profissionais da saúde não têm correspondência na solução deste problema multifatorial. O próprio Estado reconhece os enormes desafios a vencer no controle da doença: as medidas implantadas ou implementadas ainda precisam garantir a manutenção dos resultados, o que não tem sido alcançado em função da “descontinuidade das ações e a fragilidade das parcerias dentro e fora do setor Saúde” (AMAZONAS, 2011).

Falando do lugar da história das Ciências e da Saúde, Rosenberg (1997), destaca que a doença é uma “entidade indescritível” - ao mesmo tempo é um evento biológico, um repertório de construções verbais, uma ocasião de legitimação para política públicas, um aspecto da função de identidade social e individual, uma sanção para os valores culturais e um

elemento de mediação entre médico e paciente - e em certos aspectos, não existe até que seja aceita e nomeada (ROSENBERG, 1997, p. XIII).

Ensina a Semiologia Social que os discursos legitimados da Ciência, da Imprensa e do Estado - que aqui nos concederam o privilégio de aprender e contar, assim como fizeram a outros pesquisadores e leigos, ao longo dos últimos 120 anos em que foram produzidos e circularam - integram os mecanismos complexos responsáveis pela construção dos sentidos sobre aquilo que enunciam, participando de um processo social inescapável: construir realidades. A malária, como qualquer referência concreta ou abstrata é, nesta condição, uma realidade simbólica, que todos os discursos ajudam a produzir. Seus sentidos são atribuídos socialmente, sendo gravados e transformados na memória discursiva no curso do tempo e das relações sociais.



## 2 Realidades em construção: a produção social dos sentidos

Partindo do entendimento de que o campo da Saúde apresenta algumas das mais importantes questões da atualidade e que os sentidos que o constituem nascem de muitas relações e mediações, dentre as quais e fortemente as que mantêm com as Políticas Públicas e com a Comunicação, aportaremos neste capítulo alguns conceitos teóricos e metodológicos da Semiologia Social dos Discursos que sustentam o método de Análise Social de Discursos<sup>30</sup>. Eles nos guiaram na busca de respostas sobre o modo histórico de construção dos sentidos da malária no Amazonas. Com eles, iluminamos as pistas deixadas nos discursos governamentais e midiáticos para conhecer melhor suas formas de construção, estabelecer comparações e identificar sentidos produzidos sobre a doença e sobre seus doentes nos dois períodos que constituem nossos tempos de estudo: o final do século XIX e o início do século XXI, com suas semelhanças e diferenças nas maneiras de prevenir, diagnosticar, tratar, pesquisar e significar a malária na região amazônica.

Nesta abordagem, consideramos a Saúde, as Políticas Públicas e a Imprensa como campos distintos e em permanente relação e estabelecemos o discurso produzido pelos dois últimos sobre o primeiro como nosso principal material de análise.

Araújo e Cardoso (2007, p.19), tomando por base a noção de campo de Bourdieu - espaço multidimensional de posições onde se desenvolvem condições de produção de sentido - o definem como “espaço sócio-discursivo de natureza simbólica, permanentemente atualizado por contextos específicos”, do qual fazem parte não apenas “teorias, modelos e metodologias”, mas também “agentes, instituições, políticas, discursos, práticas, instâncias de formação” e, ainda e especialmente, “lutas e negociações”.

As fronteiras entre campos são tênues e a transitividade grande, sendo eventualmente difícil e arriscado cristalizar um objeto em um único campo. Entretanto, situamos a malária originalmente no campo da Saúde, enxergando sua transversalidade com os campos da Imprensa e das Políticas Públicas e, por sua natureza, com o da Ciência.

---

<sup>30</sup> Em sua obra, Milton Pinto utiliza a denominação Análise de Discursos Sociais. Adotaremos aqui a proposta por Inesita Araújo – Análise Social de Discursos – que, sem contradição com Pinto, inverte os termos para acentuar a natureza social da análise, evitando assim o entendimento de uma análise meramente lingüística ou de outra tradição. Ambos referem-se ao método que busca descrever, explicar e avaliar de forma crítica os processos de produção, circulação e consumo de sentidos sociais, a partir de “textos”, compreendidos como forma empírica do uso da linguagem verbal, oral ou escrita e/ou de outros processos semióticos, inseridos em práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente.

Campos disputam entre si o poder simbólico de construir a realidade (BOURDIEU, 1989), de dar sentido ao mundo e a tudo aquilo que o habita, no nível concreto e abstrato. E se todos os diferentes campos da atividade humana estão irremediavelmente comprometidos com a linguagem (BAKHTIN, 2011), então é pelo discurso que as disputam ocorrem.

Enquanto o campo jornalístico toma por base “um conjunto de pressupostos e crenças partilhadas (inscritas em certos sistemas de categoria de pensamento e linguagem) que estão no princípio da seleção que os jornalistas operam na realidade social e produções simbólicas” (BOURDIEU, 1997, p. 67), o das Políticas Públicas, como quaisquer outros, submete-se a esses filtros de seleção, para isso promovendo a adequação de linguagem e conteúdo de parte da produção discursiva governamental como estratégia para levá-la à opinião pública pela Imprensa, tornando o discurso oficial duplamente legitimado. Ao mesmo tempo, exerce pressões de diversas ordens sobre o campo midiático para estabelecer um equilíbrio de forças.

Imprensa e Estado são vozes legitimadas socialmente pela prerrogativa da enunciação de verdades. Centrais no mercado simbólico, operam ora de forma cooperada, em favor de determinados sentidos, ora como oponentes, disputando a imposição de diferentes modos de construir a verdade sobre o que está em pauta. Armas poderosas os credenciam para a disputa. Enquanto a Imprensa tem o poder de selecionar fatos e fontes, silenciar versões e rápida e amplamente dar publicidade a uma determinada verdade, o Estado, por sua vez, age por meio de pressões econômicas e pressões inerentes ao fato de deter informação legítima de fontes oficiais. Esse monopólio proporciona às autoridades governamentais o poder de manipular a informação e à Imprensa de manipular as fontes para obter informação exclusiva. Além disso, há “o poder simbólico excepcional conferido às grandes autoridades do Estado pela capacidade de definir, por suas ações, suas decisões e suas intervenções no campo jornalístico (entrevistas, entrevistas coletivas etc) a ‘ordem do dia’ e a hierarquia dos acontecimentos que se impõem aos jornais” (BOURDIEU, 1997, p.104, grifos do autor).

Ao mesmo tempo, o campo jornalístico, apesar de cada vez mais tensionado pelo poder de voz conferido ao cidadão pelas novas tecnologias, ainda detém o monopólio dos instrumentos de produção e difusão em grande escala da informação (BOURDIEU, 1997), exercendo por meio dele o controle de acesso dos seus públicos.

É o discurso, aqui entendido como um conjunto de textos articulados, que, com primazia, constrói e reconfigura realidades simbólicas - o discurso é um “objeto de desejo”,

nas palavras clássicas de Foucault (2012, p.10), ou “aquilo porque, pelo que se luta, o poder pelo qual nos queremos apoderar”. Campos, instituições, sujeitos usam a palavra e o modo de pronúncia-la em favor de seus pontos de vista e para que suas verdades, suas realidades construídas tornem-se hegemônicas. O discurso não é simplesmente um conjunto de combinações lexicais, construídas mecanicamente com elementos significantes fixos, que transmitem mensagens para as quais há uma única possibilidade de significado. Nem é construído individualmente e independentemente dos contextos. Discurso é uma formação complexa, que carrega múltiplas possibilidades de sentido. É um produto histórico, social e cultural. Está na palavra e além dela.

Tomando Foucault como ponto de partida, Fairclough (2001) dá ênfase à relação do discurso com a prática e a estrutura social. A partir de uma abordagem tridimensional, propõe que o uso da linguagem seja entendido como prática social: um “modo de ação” que transcende a atividade de comunicação no nível individual, configurando-se como um meio pelo qual o sujeito pode agir sobre seu ambiente espaço-temporal e sobre os outros, sendo capaz não apenas de representar a realidade, mas de recriá-la. Nesta concepção, o vínculo entre o discurso e a estrutura social é dialético - a estrutura é condição e é efeito da prática social, da qual faz parte o discurso: este contribui para construir a estrutura social que, ao mesmo tempo, direta ou indiretamente, o molda e o restringe por suas normas e convenções, suas relações, suas identidades e instituições.

Isto significa que a prática discursiva participa da construção das identidades e relações sociais e dos sistemas de conhecimento e crença, por meio de processos repetitivos (que reproduzem e substanciam sentidos e estruturas hegemônicas) ou criativos (que transformam realidades, produzindo mudanças sociais).

Jogando com a polivalência da expressão, podemos dizer que, para fazer sentido, os discursos dependem de uma série de variáveis que se encontram em todas as etapas de sua produção, circulação e consumo, ou seja, em cada função da sua cadeia produtiva, representação apropriada da economia, pela qual diferentes autores (PINTO, 1999, 1994; VERÓN, 1980; ARAUJO, 2000, 2002), consideram os fluxos e as etapas dos processos comunicativos. É no contexto desta cadeia que estão distribuídos os sujeitos, as condições, as intenções e as interações envolvidas na produção dos discursos e seus sentidos. Estes elementos compõem a dinâmica de um mercado simbólico, que Araujo, baseada na

articulação do modelo produtivo de Verón com a teoria do poder simbólico de Bourdieu, caracteriza como:

Um espaço pré-construído, por um lado, pois as posições sociais estão previamente determinadas. Por outro, um espaço em construção, na medida em que através de suas práticas discursivas os agentes sociais definem sua posição, nomeiam, descrevem, fazem ver e, deste modo, produzem a realidade social. Nesse espaço eminentemente relacional, o poder circula e é exercido por fluxos de interações simbólicas entre os agentes, que ocupam posições diferenciadas, ora centrais, ora periféricas, de acordo com seu âmbito de atuação, a conjuntura histórica e política, a vinculação institucional e a propriedade e composição das várias espécies de capital (ARAUJO, 2000, p. 151).

No interior deste mercado, um lugar de reconhecimento, são processadas as negociações pelo poder simbólico, pela capacidade de determinar um tipo de visão sobre o real, de construir a realidade, de falar e ser ouvido, tornando dominante um determinado modo de ver e dar sentido ao mundo. Sujeitos ou comunidades discursivas com maior centralidade na cena social, aqueles com maior capital social legitimado (econômico, intelectual, cultural, político) têm também o privilégio da centralidade no mercado simbólico, enquanto os de menor capital ocupam frequentemente os espaços periféricos, onde o poder simbólico é reduzido. A cena discursiva conforma e é conformada pela cena social, por isso desigualdades sociais e discursivas emergem do texto: o poder de falar é desigual. Estes lugares de interlocução, no entanto, são móveis na cena discursiva e os fluxos entre as diferentes posições são favorecidos ou dificultados por fatores de mediação, estando em permanente negociação simbólica, que visa sempre maior aproximação com o centro (ARAUJO, 2002).

Ao elaborar uma matriz analítica dos fatores de mediação envolvidos na prática discursiva, Araujo (2002) estabelece estes fatores por tipo: motivações e interesses, relações, competências, discursividades, dispositivos de comunicação, leis, normas e práticas, capazes de promover a movimentação dos interlocutores na cena discursiva e determinar que os capitais simbólicos dos interlocutores sejam equilibrados ou que as diferenças entre eles sejam acentuadas. Além disso, aponta várias estratégias dos sujeitos e comunidades situadas no Centro para manter os demais nos espaços periféricos do mercado simbólico, incluindo a negação, a desqualificação, o silenciamento e, por outro lado, a sedução, a cooptação, a legitimação e outros recursos, sem negar estratégias de poder usadas na mesma medida pelos dos sujeitos da periferia, garantindo ao mercado seu caráter instável.

Menos evidente que as demais estratégias, o silenciamento, importante dimensão na produção de sentidos, é parte do que Orlandi (2011) classifica como política do silêncio. Esta política é conformada pelo silêncio constitutivo e pelo silêncio local, que se diferenciam do implícito. O silêncio constitutivo está na ordem da produção do sentido e em qualquer produção de linguagem, como o reconhecimento de que dizer de uma maneira significa evitar outras maneiras possíveis, de sentidos indesejáveis, em uma determinada circunstância - “todo dizer traz consigo um não dizer” (Idem, 2011, p.74). O silêncio local representa a censura, a interdição do dizer, o que é proibido em dado momento, sendo a manifestação mais visível da política do silêncio. A censura à qual se refere não é a impossibilidade de dizer algo em função dos contextos sociais e históricos onde o discurso é produzido: é aquilo que seria possível mas não permitido dizer, o que faz da censura não um elemento relacionado à constituição do discurso, mas à sua formulação. “Em face dessa sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)” (ORLANDI, 2011, p.29). O implícito, por outro lado, está em formações discursivas que dão a entender algo que não foi dito explicitamente, ou porque já é um sentido naturalizado ou porque os enunciadores desejam dizer fazendo parecer não ter dito, o que os exime da responsabilidade social sobre o enunciado e seus sentidos.

Os sistemas taxonômicos, a classificação das coisas pelo discurso, é outra estratégia cara à produção dos sentidos. “Nomear, como se sabe, é fazer ver, é criar, levar à existência. E as palavras podem causar estragos [...]” (BOURDIEU, 1997, p. 26). Mais do que traduzir realidades, as nomeações criam sentidos, muitas vezes exagerados ou minimizados e ainda representações falsas sobre determinado objeto, tema ou condição (Idem, p. 26).

“Todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras”. A sentença, de Orlandi (2011, p.15), remete para a natureza do discurso como um espaço habitado por muitas vozes, conhecidas e desconhecidas, cujos encontros e confrontos reafirmam e reformulam sentidos. A própria palavra já é um discurso, uma vez que para significar tira seu sentido de formulações que se sedimentaram historicamente: “toda palavra é a atestação do interdiscurso” (Idem, p.174). Isto quer dizer que cada enunciado é a expressão de uma multiplicidade de vozes que se articulam, se confrontam, se legitimam ou

se desqualificam mutuamente e que representam diferentes “sotaques” sociais, refletindo interesses e posições diferentes na topografia social (ARAÚJO, 2002).

Para a Semiologia Social, a natureza polifônica (ou heterogênea) é constituinte dos discursos, encontrando sua base conceitual em teóricos como Bakhtin, para quem o discurso (ou enunciado, como o autor prefere) não é uma criação original e exclusiva do enunciador, mas, ao contrário, um espaço simbólico pleno de palavras dos outros. Nesta direção, ao falar do uso do discurso em sua origem individual-contextual, Bakhtin diz que qualquer palavra existe para o falante em três aspectos:

[...] como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra alheia dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e por último como a minha palavra, porque uma vez que opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada na minha expressão (BAKHTIN, 2011, p. 294).

Por esta razão, cada enunciado é um elo na cadeia comunicativa que “não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (Idem, p. 300). O dialogismo representa a maneira pela qual as diferentes vozes do enunciado se relacionam, ou “o jogo das diferenças e das relações entre vozes do texto, entre enunciados, entre textos, entre texto e contexto etc” (ARAÚJO, 2002, p. 31).

Os conceitos de polifonia e dialogismo sustentam o postulado semiológico da Heterogeneidade Enunciativa (PINTO, 1999), onde é descartada ideia de unicidade do sujeito como autor de um discurso e reconhecida, no interior do texto, a presença de múltiplas vozes, convocadas pelo autor empírico de modo intencional ou inconsciente. A maneira como dialogam, ou a orquestração entre as diferentes vozes de um discurso - dialogismo - é a base do princípio da *intertextualidade* ou *interdiscursividade*. As vozes podem estar no enunciado de forma explícita - neste caso chamadas de constituintes do discurso, mostradas (PINTO, 1999) ou manifestas (FAIRCLOUGH, 2001) - ou de forma implícita, sendo, desta forma, constitutivas do discurso. O dialogismo torna possível a semiose infinita ou semiose social (VERÓN, 1980; PINTO, 1999), que promove, a cada ato enunciativo, o movimento dos sentidos por uma rede remissiva de significantes. Os princípios de polifonia e dialogismo ampliam ou libertam a consciência sobre a construção dos sentidos, portanto, sobre o poder de construir realidades. A ilusão de um sujeito-autor único e autônomo, por outro lado, tem como efeito ideológico o estabelecimento e a reafirmação das dominações (ARAÚJO, 2002).

Além de se constituir por diferentes vozes (discursos precedentes), os enunciados se ligam a discursos subsequentes, uma vez que visam o Outro.

Quando o enunciado é criado por um falante, tais elos ainda não existem. Desde o início, porém, o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel dos outros, para quem se constrói o enunciado é excepcionalmente grande [...]. Desde o início o falante aguarda a resposta deles. [...] É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta (BAKHTIN, 2011, p. 301).

O direcionamento do enunciado a alguém, ou seja, o endereçamento sobre o qual Bakhtin se refere acima, co-determina o modo de constituição do discurso e também seu gênero. Verón (1980) chamou esse Outro a quem está endereçado o enunciado de “leitor ideal”. As escolhas discursivas são feitas para atender as expectativas desse leitor, dando origem ao que o autor denominou “contrato de leitura”, por meio do qual o dispositivo de comunicação mantém como regularidades algumas características de sua forma, de seu conteúdo e de seu funcionamento. No caso dos jornais impressos, corresponde ao tamanho, editorias, apresentação gráfica, periodicidade etc e, especialmente, sua linha editorial, enquanto para os documentos oficiais representa sua produção ritual e ordinária a cada ano (se mensagens governamentais) ou sua elaboração na excepcionalidade e na emergência epidemiológica (relatórios e planos oficiais), configurados a partir dos parâmetros formais da oficialidade. O contrato de leitura prevê o reconhecimento mútuo e o estabelecimento de um vínculo com o leitor.

As diversas vozes ou sujeitos do texto ocupam posições na cena discursiva que as constituem simbolicamente e revelam seu poder maior ou menor de definir a direção dos sentidos. Araujo (2000) as classifica<sup>31</sup> como sujeito da enunciação, sujeito do enunciado e enunciadores. O sujeito da enunciação corresponde à imagem de quem assume a responsabilidade pelo texto, podendo ou não ser o autor empírico; o do enunciado corresponde à imagem daquele a quem ou de quem se fala (sujeito falado); os enunciadores são todas as outras vozes, explícitas ou implícitas, convocadas para o discurso com a finalidade de legitimar a imagem do sujeito da enunciação.

Nas notícias de jornal, o sujeito da enunciação é quase sempre o próprio jornal. Esta condição é mais evidente nos editorias, que representam, por conceito, o espaço onde o veículo se posiciona direta e explicitamente sobre determinados temas, e menos evidente em

---

<sup>31</sup> A autora baseou a classificação em termos e referências de Bakhtin, Benveniste, Ducrot e Pinto.

textos noticiosos, em especial, os assinados por colunistas ou repórteres, onde o jornal é autor solidário, ou seja, é co-responsável simbólica e legalmente pelo discurso veiculado, sendo desta maneira, também sujeito da enunciação. Em documentos oficiais, este lugar cabe ao sujeito - individual ou institucional - que os assina, embora os autores empíricos sejam quase sempre gestores e técnicos das diversas pastas de governo. As mensagens governamentais são responsabilidade do governador do Estado que não apenas imprime sua assinatura como autor do documento, como o apresenta diante do poder legislativo. Relatórios, planos e programas costumam ter mais sujeitos da enunciação explícitos, mais frequentemente como sujeitos institucionais - secretarias, departamentos e gerências pertencentes à hierarquia da administração pública. Os sujeitos da enunciação têm o privilégio de definir a estrutura do discurso, permitir ou não a entrada de outras vozes no diálogo, selecionar o que e como dizem, e, desse modo, qualificá-las, exercendo maior poder simbólico.

A escolha de vozes, de palavras e da estrutura textual é um processo do qual o sujeito que produz o enunciado nem sempre tem plena consciência, como destacado anteriormente. Embora haja intencionalidades, ou seja, ainda que haja investimento para que o discurso produza determinados sentidos - e o sentido tem sempre uma direção -, o enunciador é influenciado, sem que se aperceba, por muitas variáveis que integram o seu contexto pessoal, social e histórico e que determinam suas condições de produção. Esses contextos deixam marcas no texto, cuja identificação permite, de acordo com Pinto (1999), sua recomposição e compreensão dos modos de dizer aplicados ao discurso: modos de mostrar, de interagir e de seduzir, situados na dimensão não do *que* o texto diz, mas de *como* diz e produz sentidos.

Contextos interferem em todas as etapas da cadeia produtiva do sentido, não sendo possível, para efeito de compreensão, dissociar os discursos dos contextos em que foram produzidos e nos quais circularam e foram recebidos (PINTO, 1999; ARAUJO, 2000). As matérias jornalísticas, os documentos públicos oficiais ou qualquer outro texto não significam sozinhos. É o modo de produção, circulação e consumo, com toda a diversidade e complexidade das suas configurações históricas e sociais que permite ao discurso produzir uns ou outros sentidos. Linguagem em interação (ORLANDI, 2011), os discursos são produto da relação cooperativa ou concorrente entre interlocutores, da tecitura heterogênea feita de muitos textos explícitos e implícitos e também dos contextos de onde nascem e onde são lidos - dimensões indissociáveis na produção do sentido. Espaços privilegiados de relações e



disputas, os discursos são (porta) vozes das épocas históricas em que foram produzidos, o que faz de uma página de jornal, por exemplo, “o reflexo vivo das contradições da realidade social no corte de um dia” (RIBEIRO, 2000, p.24).

Se os sentidos resultam do trabalho social sobre a língua, com a manifestação de relações de força e confrontos de natureza ideológica, sua existência também pode ser percebida pelas ordens do ideológico<sup>32</sup> e do poder (VERÓN, 1980). O sentido, a ideologia e o poder estão permanentemente atravessando e contaminando-se no tecido de relações sociais, o que permite que o sentido, como fenômeno social, possa ser lido em relação ao ideológico e ao poder. Estes devem ser entendidos “como *dimensões de análise* e não como ‘coisas’ ou ‘instâncias’ que teriam ‘lugar’ na topografia social” (Idem, p.192, grifos do autor).

De acordo com Verón, o ideológico é o sistema de relações entre os textos e suas condições de produção (contextos), podendo ser entendido como um conjunto de regras que geram sentido, ao estilo de uma gramática. Pertencem a esse sistema os “pré-construídos”, que Pinto (1999) explica como as interferências e pressuposições que o receptor (ou coemissor, como o autor classifica) precisa fazer para tornar coerente sua interpretação. Segundo, Pinto, o ideológico pode não se ligar de imediato ao bom senso socialmente compartilhado, adquirindo relevância apenas na luta pelo consenso:

Essas disputas criam relações de dominância entre os discursos reconhecidos como hegemônicos e os discursos subordinados, favorecendo a naturalização ou reificação dos primeiros. Como ponto final desse processo, eles parecem perder as conexões que mantinham com as condições de produção, ou seja, perdem o seu caráter ideológico ou de simulacro interesseiro, e se travestem de 'verdade' e 'bom senso' (PINTO, 1999, p.41, grifos do autor).

Como sentidos naturalizados que ocultam sua condição de construção social, os pré-construídos “apresentam-se como evidências, sendo por isto o território favorito da ideologia” (ARAUJO, 2002, p.51). O ideológico é, portanto, para a Análise Social de Discursos, uma dimensão inerente à produção dos sentidos sociais. A outra dimensão - o poder - está em jogo em todos os atos comunicativos, seja na disputa pela palavra final ou na submissão dos participantes às regras da interação comunicacional.

Verón (1980) liga o poder ao reconhecimento do texto, à capacidade do discurso de produzir sentido em um determinado contexto de relações sociais:

---

<sup>32</sup> Verón (1980) usa a expressão *ideológico* para designar as forças sócio-históricas que determinam as condições de produção, circulação e consumo de sentidos. Outros autores, como Orlandi, Pinto, Araujo e Fairclough adotam *ideologia* quando referem-se às mesmas injunções.

Todo reconhecimento engendra uma produção, toda produção resulta de um sistema de reconhecimento. Se tal tipo de 'mensagem' dos mass media tem efetivamente um poder sobre os 'receptores', como se diz, esse poder só existe sob a forma de sentido produzido: comportamentos, falas, gestos, que definem, por sua vez, relações sociais determinadas entretidas por esses 'receptores' e que se entrelaçam assim na rede infinita da semiose social (VERÓN, 1980, p. 197).

O sentido, portanto, não está afixado em lugar algum, mas se produz nas relações entre sujeitos e discursos, que também se constituem mutuamente. O discurso está na língua e na história, está na memória e a memória discursiva traz para atualidade sentidos antigos, em permanente processo de atualização. Jornais antigos podem ter desaparecido e as páginas das mensagens governamentais escritas há mais de cem anos podem nunca mais ter sido abertas, mas os sentidos que estes dispositivos ajudaram a produzir continuam operando na construção das realidades simbólicas contemporâneas.

Buscar sentidos no passado e confrontá-los com o presente é um exercício especialmente útil à desnaturalização de um futuro presumido. Realizá-lo idealmente é como desnaturalizar-se ou desamarrar-se ou desvendar-se - para, sob o espanto, sem amarras ou vendas, perceber o conhecido como novo, o natural como extraordinário, as rotas gastas como novos caminhos. O pesquisador, aquele que se aventura nas linhas e entrelinhas alheias é, no entanto, um mediador: contextualizado, influenciado, moldado por sua história e pelas realidades e constrangimentos do seu lugar e do seu tempo - como qualquer sujeito social. Seus textos terão suas marcas - as marcas do seu contexto. Os resultados encontrados serão uns, dentre muitos possíveis, em que pese o rigor do seu trabalho. E os sentidos produzidos serão os possíveis entre a intencionalidade e a inconsciência, entre o querer e o não perceber, potencialmente investidos da capacidade de interferir no mundo complexo de onde emergem. O esforço do pesquisador/analista é, então, e antes de tudo, a razão e o resultado de sua condição humana de produzir e ser linguagem. Fato. O homem, diz Orlandi (2011, p.29), “está ‘condenado’ a significar, porque está irremediavelmente constituído pela sua relação com o simbólico”.

### *Mediações e a passagem do sentido*

Quando, no Ciclo da Borracha amazônico, a malária se tornou tema recorrente nos discursos dos campos da Saúde, da Ciência e das Políticas Públicas, as disputas pela construção dos sentidos se intensificou com a mediação da Imprensa. Não é possível afirmar que os demais campos se anteciparam ao campo jornalístico na amplificação do tema. Nem que tenha ocorrido o inverso. É possível verificar, no entanto, que a partir do final do século XIX, em um contexto epidêmico, os jornais não apenas repercutiram de maneira acentuada os acontecimentos, as preocupações e os sentidos circulantes sobre a malária, como também ajudaram a gerar novos sentidos, que hoje reverberam seus efeitos.

Os jornais integram o conjunto cada vez mais amplo de dispositivos de comunicação social e servem de espaço público para uma variedade de discursos, inclusive e muito frequentemente, o governamental. Os documentos públicos oficiais, por sua vez, secularmente servindo de suporte para a manifestação oficial dos poderes públicos constituídos, produzem sentidos que os jornais se encarregam de fortalecer ou enfraquecer, mantendo com a Imprensa uma relação desde sempre complexa e essencial.

Estes campos, em correlação histórica, respondem por grande parte dos processos de representação e significação da malária nos dois espaços temporais que representam nosso universo de análise - o final do século XIX e o início do século XXI. Entre um momento histórico e outro, as mediações sofreram alterações não apenas provocadas por mudanças de configuração da sociedade e dos campos da Saúde e das Políticas Públicas, com novos arranjos sociais, descobertas científicas, modelos de atenção aos doentes, mas também por novas realidades tecnológicas que expandiram o funcionamento e os efeitos do campo midiático sobre a vida social.

As relações humanas são feitas de mediações e a comunicação é um dos seus processos fundamentais. Do enfoque positivista, que a enxerga como aquilo que faz a ligação entre o emissor e o receptor, até os conceitos que a relacionam com operações e espaços abstratos sofisticados e não apenas midiáticos, por onde os sentidos se movimentam e se transformam, a mediação tem muitas formas de ser compreendida e classificada contemporaneamente.

Martin-Barbero (1997), que privilegia em seus estudos os contextos latino-americanos, considera que os processos de mediação ocorrem entre as práticas de comunicação, a cultura e o contexto social, por meio das quais os sentidos são produzidos, circulam e são apropriados. Sodré (2012, p.21) lembra que a linguagem é uma forma de mediação universal pelo poder originário de fundar o conhecimento, inscrevendo-se na ordem social a partir de bases materiais representadas por instituições ou formas reguladoras do relacionamento em sociedade (escola, família, partido e outras instituições) que mobilizam a consciência individual e coletiva e, por meio de valores e normas institucionalizadas, “legitimam e dão sentido social às mediações”.

Na abordagem específica da análise social dos discursos, Pinto (1999) indica que a mediação é feita de práticas discursivas (práticas sociais de produção de textos<sup>33</sup>) que obedecem ao conjunto de normas, convenções, códigos e práticas sociais de um dado espaço temporal e que, entre outras injunções, interferem na definição dos gêneros dos discursos, por meio dos quais a comunicação pode ser dificultada ou facilitada. O acesso às práticas discursivas pelos diferentes setores e membros da sociedade é extremamente desigual, o que em parte (e apenas em parte) se deve ao maior domínio dos diferentes gêneros pelos que estão em posição social mais elevada no contexto das mediações, revelando que “a chamada liberdade de expressão é na verdade um dos grandes mitos democráticos do nosso tempo” (Idem, p.50). No entanto, os interlocutores que, de maneira geral, são obrigados a seguir as práticas discursivas hegemônicas, podem interferir para transformá-las, como ocorre com as práticas sociais - estas não são imutáveis, mas surgem e desaparecem segundo uma dialética da estabilidade e da mudança.

Araújo e Oliveira (2012), quando se referem a mediações no campo da Saúde, as associam tanto a processos e dispositivos de comunicação, quanto aos discursos, atores, redes e políticas públicas envolvidos nos processos discursivos. Os autores defendem que a mediação deve ser compreendida como alteridade: os sentidos sobre todas as coisas são formados nas relações entre os sujeitos, que se constituem nesta dinâmica e, ainda, que as mediações estão relacionadas às estratégias discursivas usadas nos processos de interpretação da vida cotidiana e de posicionamento dos sujeitos no interior da linguagem.

---

<sup>33</sup> Texto aqui compreendido em seu conceito ampliado, que abrange todas as formas culturais de expressão humana.

Rodrigues (1990) enfatiza o campo midiático como o campo social que realiza os processos de mediação entre os demais<sup>34</sup>. Legitimado pelos outros, que lhes confere parte de suas funções expressivas, é um campo relativamente autônomo. Está estruturado para funcionar em relação aos objetivos e interesses dos demais campos, incluindo, de forma acentuada, o da Saúde e o das Políticas Públicas, com os quais mantém relações de cooperação e disputa. Seu diferencial está na natureza *exotérica* da sua expressividade, que, oposta à natureza *esotérica* dos demais, visa a exterioridade, a dessacralização, a tradução do conteúdo que, sem sua mediação, seria de acesso restrito. Neste campo, as funções expressivas se sobrepõem às funções pragmáticas, o que significa que, nele, o dizer prevalece sobre o fazer, elevando o discurso a uma posição de extrema centralidade. Na mídia, pelo princípio da mediação que rege sua natureza, o discurso não é apenas uma entre outras de suas funções, mas o seu principal produto (RODRIGUES, 1997). Por meio do discurso e seu funcionamento, o campo midiático exerce uma “técnica política de linguagem” (SODRÉ, 2001), capaz de intervir na consciência humana, requalificar a vida social, estruturar e reestruturar percepções e cognições e estabelecer uma agenda coletiva, que traduz seu enorme e histórico poder como campo social.

Em quaisquer dos campos, as técnicas, rotinas e procedimentos profissionais são, em geral, considerados ideologicamente neutros por seus usuários (Pinto, 1999), o que no campo do Jornalismo é reforçado pelo princípio da imparcialidade, incorporado pela Imprensa brasileira desde a primeira metade século XX, como recurso de legitimidade. A “verdade” dos fatos, produto da imparcialidade, criou a ilusão de que o discurso jornalístico seria inquestionável. Enfraquecido pelas marcas da sua insustentabilidade - ser parcial é da natureza do simbólico, por isso sempre haverá, no nível do discurso, várias ou nenhuma verdade - o princípio, ainda no século XXI, é um elemento que fortalece a atividade jornalística e seu poder de construir realidades sobre o mundo, socialmente.

Estar na mídia corresponde a garantir uma existência simbólica extremamente valiosa à existência social. Se está publicado, aconteceu, existe, é real. Por isso, cada vez mais a realidade se confunde com aquilo que é mediatizado (RODRIGUES, 1990). Pessoas e instituições buscam as páginas de um jornal ou um programa de televisão para que possam se

---

<sup>34</sup> O autor prefere o uso da expressão *campo dos media* pela intenção de transcendência ao conjunto tradicional dos meios de comunicação de massa. Os *media* incluem, para o autor, não apenas o jornal impresso, o rádio, a televisão, o cinema, a publicidade, mas todos os dispositivos de comunicação, organizados de maneira formal ou informal.

fazer ver e ser vistas (BOURDIEU, 1997), o que requer compromissos e comprometimentos com o campo midiático.

O poder de construção social da realidade subjaz a interesses de todas as ordens, inclusive e especialmente os políticos e os econômicos, cuja relação é sempre próxima e muitas vezes interdependente, ajudando na manutenção da ordem simbólica. Pouco percebido pelo leitor, o jogo de vantagens habita os subterrâneos do discurso e interfere decididamente nos sentidos produzidos. A seleção do que é notícia e de quem integra a cena discursiva do texto noticioso é atravessada por interesses hegemônicos que ajudam a construir a agenda jornalística, tecnicamente pautada em critérios clássicos, como o da atualidade (o novo) e do extraordinário (o que é sensacional, espetacular, não cotidiano). As seleções de diferentes naturezas - conjuntural e técnica - produzem determinados recortes que, publicados, definem uma realidade socialmente construída: existe o que está nas páginas dos jornais - ou, como dizia o antigo slogan de uma emissora de rádio amazonense, “se a Tropical não deu, nada aconteceu”.

O campo jornalístico depende das fontes para encontrar os acontecimentos que serão notícia ou para construí-la como narrativa no interior da qual dados e relatos sustentam os fatos. Entre as grandes fontes jornalísticas fixas estão as agências de notícias, que funcionam como veículos de comunicação universais (produzem notícias e as distribuem para seus assinantes) e as fontes diretas - pessoas, grupos e instituições públicas e privadas - assim constituídas quando interessadas na publicidade de determinados fatos. Quando procuram ou são procuradas pelos jornalistas, as fontes não estão em posições neutras - ao contrário, estão implicadas com interesses próprios no âmbito particular ou institucional, que influenciam não apenas a direção de suas entrevistas, mas também a forma com que produzem outras fontes - dados, balanços e documentos para divulgação.

Se, por um lado, os jornalistas buscam as fontes para obter informação e imprimir credibilidade e legitimidade aos seus discursos, as fontes particulares ou institucionais procuram a Imprensa para obter visibilidade e atenção, criar uma agenda pública com a imposição de certos temas, conquistar apoio ou adesão às suas ideias, produtos ou serviços, neutralizar interesses de concorrentes ou criar e fortalecer uma imagem pública positiva (PINTO, 2000).

Por uma dupla motivação, os campos sociais passaram a desenvolver nas últimas cinco décadas ações estratégicas para ocupar os espaços da Imprensa e reduzir as interferências do jornal na construção dos seus discursos - estes campos consideram que, muitas vezes, a mídia trai a autenticidade dos textos especializados, quando os reorganiza para torná-los mais inteligíveis para o público leigo (RODRIGUES, 1990). Como consequência, para reforçar sua presença na mídia e evitar uma espécie de adaptação discursiva inadequada, as instituições desenvolvem mecanismos de reelaboração dos seus discursos, adaptando-os às exigências de forma e conteúdo da mídia. Isto acontece no campo das Políticas Públicas e acontece na Saúde, onde focamos o olhar.

As assessorias de comunicação, consolidadas no Brasil a partir da década de 1960, são em grande parte responsáveis por esse trabalho. Seu papel é de conciliação entre o campo específico que representam e a mídia, o que fazem não apenas adaptando rotineiramente os discursos internos e agindo taticamente para conquistar espaço, mas também orientando os membros institucionais para o uso de lógicas e linguagens adequadas à exposição midiática. Não apenas. Por meio deste recurso, ampliando sua visibilidade dentro e fora de seus limites, as instituições visam reforçar sua legitimidade, alcançando o público por meio de um campo já fortemente legitimado.

A crescente organização e profissionalização das instituições como fontes jornalísticas, buscando ocupar espaços relevantes na Imprensa, aponta para uma nova disputa na instância privilegiada de mediação do jornalismo, tornando mais complexos os processos sociais de seleção de notícias e de construção da realidade social.

De fato, nas últimas décadas com particular acuidade, foram sendo construídos campos de saber, instituições diversificadas e uma panóplia de profissionais cuja razão de ser e cujo papel consiste precisamente em posicionarem-se como fontes estrategicamente colocadas na órbita dos *media* e interessadas em ser desses mesmos *media* fontes privilegiadas. Referimo-nos naturalmente às diversas formas de comunicação institucionais, de assessorias de comunicação, de gabinetes de Imprensa, de conselheiros de imagem, de porta-vozes e adidos (PINTO, 2000).

O autor assinala a frequente demonização deste tipo de atividade especialmente nos meios jornalísticos, de onde saíram muitos dos “condenados” e aponta para a necessidade de mais estudos que permitam entender o significado, a natureza e as implicações deste novo

fenômeno, a partir da compreensão das origens, desenvolvimento, lógica de funcionamento e práticas sociais da institucionalização das fontes.

Impulsionadas pela profissionalização que lhes garante agir estrategicamente para pautar a Imprensa e ampliar seus espaços de contato com o público leigo, as instituições de saúde, no âmbito governamental, figuram como fontes recorrentes em notícias de jornal. No contexto específico do Amazonas e apenas considerando a publicação de textos sobre malária em impressos, é substancial a presença do Estado como representante dos campos da Saúde e das Políticas Públicas, onde sua presença é relevante não apenas como fonte das notícias - frequentemente a principal -, mas como sua instância produtora.

Entre os anos de 2004 e 2013 dois dos grandes jornais amazonenses - *A Crítica* e *Diário do Amazonas* - publicaram 351 notícias que tinham a malária como tema. Em todas elas, o poder público - Secretarias de Saúde do Governo do Estado ou da Prefeitura de Manaus e Ministério da Saúde - foi indicado como fonte principal ou secundária, como agente institucional ou pela representação de gestores, técnicos e especialistas. Além disso, do total de notícias publicadas pelos dois veículos, 57% foram produzidas a partir de sugestões de pauta encaminhadas aos veículos de comunicação pelas assessorias de Imprensa desses órgãos públicos, sendo que algumas delas foram reprodução integral ou parcial dos releases.

Ao mesmo tempo em que absorve parte dos discursos produzidos por outros campos, aceitando que estes revertam para si o que era uma de suas funções originais - tornar inteligível para o leitor a informação de acesso restrito - o campo jornalístico interfere nas dinâmicas de funcionamento dos demais campos. Os ritmos, a intensidade e a velocidade das instituições podem ser acelerados ou reduzidos por força de sua exposição na mídia (RODRIGUES, 1997), o que pode ser claramente observado, em especial, no campo das Políticas Públicas. Governos são pressionados a dar respostas, quase sempre imediatas, para demandas da sociedade ou de interesse próprio da mídia. Para responder no tempo que rege o campo jornalístico (frequentemente muito mais acelerado que o seu), as instituições muitas vezes anunciam ações que não estavam programadas e para as quais é necessário o deslocamento de profissionais e recursos financeiros de setores menos visíveis e mais urgentes - uma tarefa que compromete menos a sua imagem e que, embora apressada ou inadequada, satisfaz as exigências midiáticas.



Além da estratégia de manter fontes disponíveis - inclusive para responder às demandas urgentes - e encaminhar com regularidade textos de padrão jornalístico sobre temas de seu interesse, instituições dos diversos campos sociais produzem documentos que também servem de fonte para a produção de discursos jornalísticos, tanto no âmbito das assessorais quanto diretamente pelos veículos de comunicação, promovendo na atualidade, mais do que no passado, o que Fairclough (2001), em um contexto bastante ampliado, chama de cadeias intertextuais. Estas cadeias são formadas por textos que se desdobram em novos textos, dando origem a novos discursos.

Na transitividade discursiva, as cadeias intertextuais são dinamizadas por instâncias, práticas e sujeitos mediadores do discurso entre o campo original e a mídia. Programas de governo, relatórios epidemiológicos, boletins, ofícios, legislações e outros documentos oficiais são transformados em material de divulgação externa, como peças de campanha e releases que, por sua vez transformam-se em matérias jornalísticas ou geram trechos de notícias. Esses, por sua vez, desdobram-se em diferentes gêneros, para diferentes meios: notas para rádio, entrevista para para televisão e assim por diante. Quando, há cem anos, publicavam relatórios do Estado na seção oficial e quando, hoje, aproveitam os releases enviados pelos órgãos públicos, os jornais realizavam e continuam realizando o movimento que faz funcionar as cadeias intertextuais, por meio das quais o sentido também é reciclado.

Bourdieu (1997, p. 33) traz para a discussão sobre fontes os próprios jornais, apontando a “circulação circular da informação” e a uniformização dos veículos como uma realidade decorrente deste processo. Jornais também são fontes jornalísticas porque, como concorrentes, são objetos de consulta permanente e crucial para a definição das pautas do dia. Pautando-se mutuamente, ou “refletindo-se mutuamente” neste jogo de espelhos que produz um formidável efeito de barreira e em busca de um detalhe de informação que o outro não deu (quase sempre perceptível só aos próprios jornalistas), os jornais tornam-se homogêneos.

A “interleitura” (BOURDIEU, 1997, p. 33), motivada pela concorrência, uniformiza forma e conteúdo, nivela a informação e homogeneiza as hierarquias de importância da notícia:

Os produtos jornalísticos são muito mais homogêneos do que se acredita. As diferenças mais evidentes, ligadas sobretudo à coloração política dos jornais (que, de resto, é preciso dizê-lo, se descolorem cada vez mais...), ocultam semelhanças profundas, ligadas em especial às restrições

impostas pelas fontes e por toda uma série de mecanismos, dos quais o mais importante é a lógica da concorrência (Idem, p.31).

Neste contexto de concorrência e uniformidade, os jornais perseguem o furo jornalístico, a informação primeiro descoberta e primeiro publicada. No entanto, insiste Bourdieu (1997, p. 107), os furos, “procurados e apreciados como trunfos na conquista da clientela estão destinados a permanecer ignorados pelos leitores ou pelos telespectadores e ser percebidos apenas pelos concorrentes, sendo os jornalistas os únicos a ler o conjunto dos jornais”. Se a notícia é um bem altamente perecível, o furo não sobrevive por mais de alguns instantes no cenário jornalístico contemporâneo. Rapidamente a concorrência trata de se apropriar do furo, acrescentando ao fato original novas informações e opiniões.

Independente das fontes, da exclusividade da informação ou do furo jornalístico, e das motivações conjunturais ou técnicas que permitiram seu surgimento, as notícias passam pela mediação do jornalista, seu autor empírico. As marcas que deixa no texto e que ajudam a produzir sentidos são influenciadas, dentre outros aspectos por sua visão de mundo, sua formação, suas disposições, suas preferências políticas, seu conhecimento prévio do assunto, suas crenças e tudo o mais que constitui suas condições de produção. Sua autonomia é relativa, mas sua atividade de autor incide na escolha das palavras, do seu encadeamento, das ênfases no texto, nas sutilezas dos confrontos e das cooperações entre os sujeitos do discurso, fundamentais na produção do sentido. Suas escolhas, como já nos referimos ao tratar das escolhas de qualquer enunciador, são em parte intencionais e em parte inconscientes - e o jornalista, tanto quanto as fontes, está sob a influência da censura invisível (BOURDIEU, 1997) que os faz aceder aos limites do jornal e seu contexto. Este tipo de censura, que restringe o tempo, o espaço, o tom e o conteúdo por uma lógica de interesses internalizada mas não pronunciada, é exercida normalmente como auto-censura, ajudando na manutenção da ordem simbólica.

Ao analisar a relação entre os campos da Saúde e da Mídia e os sentidos produzidos na esfera jornalística, Oliveira (2013) identificou que os fatores de risco e a promoção da saúde são as duas questões sobre as quais a mídia mais se ocupa. Citando Ulrich Beck, Oliveira destaca que a sociedade moderna vive uma espécie de insegurança ontológica, em oposição às certezas vividas pelas sociedades tradicionais e que, nesse contexto, o campo midiático se tornou uma espécie de centro nervoso que vigia e alerta a sociedade sobre os fatores de riscos

e suas consequências. Oliveira diz, ainda, que como forma de gerar confiança e afirmar sua condição de sistema perito, a mídia associa aos riscos reais e imaginários formas correspondentes de controle. A observação parece se adequar à parte da abordagem da malária pelo jornalismo amazonense, onde os conteúdos e formatos de matérias sobre a doença dão a impressão de atender a um quase padrão, onde são valorizados os dados epidemiológicos (se a malária cresceu ou diminuiu), as ações bem sucedidas ou as falhas do poder público, acompanhadas de formas de prevenção a serem seguidas pela população.

A malária, doença secular, não é em si um assunto extraordinário, nem sobre o qual os jornais perseguem com afincado uma informação exclusiva. Faz parte de um grupo de assuntos publicados com alguma regularidade, quase sempre determinada pelo poder público. Os jornais, via de regra, contentam-se com a pauta pública e além de pouco publicarem por iniciativa própria, dificilmente produzem textos com enfoques originais.

Oliveira (2013) cita também a larga utilização de taxonomias nos materiais jornalísticos sobre saúde, criando formas de nomeação e classificação das doenças, dos doentes e dos aspectos a eles relacionados. Por meio dos sistemas taxonômicos são construídos lugares de interlocução, identidades, sentidos. Nos textos jornalísticos, coisas, pessoas e situações são nomeadas e classificadas, muitas vezes de forma dramatizada. As palavras que nomeiam e dão existência também criam representações falsas, medos ou fantasias (BOURDIEU, 1997). Por meio desses sistemas de nomeação, a malária vem sendo significada ao longo dos séculos. Referida de muitas maneiras, principalmente no final do século XIX, onde atendia por vários nomes, a doença foi quase sempre qualificada negativamente, somando-se à gravidade de sua natureza social o drama de sua representação simbólica.

Ainda que permaneçamos com o foco nos jornais impressos e nos documentos oficiais (que também integram as mediações e os discursos jornalísticos) e cujos suportes continuam sob muitos aspectos semelhantes ao que eram há mais de cem anos, é preciso registrar mudanças do campo midiático entre os dois contextos que nos interessam diretamente - o século XIX e os dias atuais. Neste período, em que a malária se manteve na pauta da Imprensa, surgiram meios agora tradicionais, como o rádio, o cinema, a televisão e mais recentemente aqueles ancorados na internet e em uma gigantesca capacidade informacional e interativa oferecida pela tecnologia. Com a transformação de todos eles em “instrumentos

essenciais para a vida cotidiana” (SILVERSTONE, 2002, p.17), a mídia ganha o caráter onipresente que a torna uma dimensão essencial da vida contemporânea, sendo impossível escapar a ela e às suas representações: “a mídia agora é parte da textura geral da experiência” (idem, p.12).

Fausto Neto (2008) defende que as transformações da estrutura e do funcionamento dos meios de comunicação e sua relação com as dinâmicas sociais e simbólicas - presentemente em curso - marcam uma nova ordem comunicacional, em que a “sociedade dos meios” dá lugar a uma “sociedade da midiatização”, onde a convergência dos fatores sócio-tecnológicos influenciam de forma definitiva nos modos de vida contemporâneos. A compreensão da centralidade dos meios na organização de processos de interação entre os diferentes campos sociais está sendo superada pela constatação de que “a constituição e o funcionamento da sociedade - de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação - estão atravessados e permeados por pressupostos e lógicas do que se denominaria a ‘cultura da mídia’” (Idem, p.92, grifos do autor). Os meios deixam, assim, de ser auxiliares nos processos de interação social para se tornar a referência sobre a qual a sociedade constrói sua organização e funcionamento.

Privilegiando o aspecto de funcionamento da midiatização, Fausto Neto (2008) estabelece uma “análise da midiatização”, por meio da qual os processos sociais passam a ser lidos, interpretados e construídos, tendo por base as lógicas da cultura midiática.

Os ‘efeitos de poder’ da ‘análise da midiatização’ inscrevem-se na própria organização societária, colocando-se como referência para a organização discursiva e as operações de inteligibilidade das práticas sociais. Atravessam-nas, permeando suas ‘políticas de sentido’, tanto em situação de produção como também junto àqueles sobre os quais se assentam as possibilidades de seu reconhecimento. A midiatização institui um novo ‘feixe de relações’, engendradas em operações sobre as quais se desenvolvem novos processos de afetações entre as instituições e os atores sociais (FAUSTO NETO, 2008, p. 96).

No âmbito do jornalismo, a organização e o exercício desta “análise” estão sendo processados em aspectos que alteram os modos de vinculação entre o veículo e seu leitor. O primeiro dos aspectos está relacionado às “transformações da ‘topografia jornalística’ como espaço ‘organizador de contato’, expondo os ambientes de produção ao leitor, na forma, por exemplo, de referências nominais aos jornalistas e da indicação de mudanças gráficas como mudanças no contrato de leitura, visando vínculos mais duradouros (FAUSTO NETO, 2008,

p. 97). Os jornais ainda promovem, no contexto na sociedade da midiaticização, a “auto-referencialidade do processo produtivo”, ou uma “auto-celebração”, chamando a atenção do leitor para sua própria existência e seus processos de enunciação, dando ênfase às suas dinâmicas de construção da notícia mais do que à própria notícia; também realizam a “auto-reflexividade”, por meio da qual o jornal teoriza sobre o fazer jornalístico; e a “protagonização do leitor”, instalando-o no sistema produtivo por meio de recursos tecnológicos e criando a ilusão de um “regime de simetrias”, onde o leitor seria um conhecedor das lógicas e processos de produção e interpretação dos discursos do seu jornal, portanto, um co-gestor de operações de sentido.

Enquadrando a midiaticização como uma mediação social tecnologicamente exacerbada, onde as relações humanas tendem à virtualização ou telerrealização, Sodré (2012) aponta a origem de um novo ambiente social, um quarto âmbito de vida - o *bios* midiático - onde as interações sócio-tecnológicas definem um novo modo de presença do sujeito no mundo.

No interior desse mundo interativo, instantâneo, midiático, de contornos em franca (re)definição, as desigualdades ainda determinam lugares sociais e de interlocução opostos - centrais e periféricos - permitindo a coexistência de sujeitos com mais e menos poder de construir verdades no nível simbólico e tornar pontos de vista hegemônicos. Novas tecnologias, capazes de alterar o tempo, o espaço e formas individuais e coletivas de existir, não apagaram os jornais, dando-lhes ao contrário, a possibilidade da virtualização e do alargamento de seus territórios de ação. Documentos oficiais continuam a ser produzidos pelo poder público e reproduzidos pela Imprensa, com poucas mudanças perceptíveis na interação entre os dois campos - de onde os discursos afloram e a partir dos quais irradiam. Contemporaneamente, como no final do século XIX, os sentidos continuam a ser produzidos na relação do sujeito com a linguagem e, em que pese todas as mudanças, avanços e promessas de um novo mundo midiático, a malária continua a ser uma pauta recorrente, embora há muito tenha deixado de ser original.

### **3 (Porta)Vozes do tempo: considerações sobre a Imprensa amazonense ontem e hoje**

Buscamos sujeitos, relações e sentidos sobre a malária em linhas e entrelinhas de discursos da Imprensa pertencentes a dois momentos históricos - o final do século XIX, instante em que começamos nossas buscas, e a primeira década do século XXI, aquela que marca o encerramento da nossa pesquisa. Sobre eles - os dois momentos - poderíamos dizer que mais de cem longos anos os separam. E em outra perspectiva, que pouco mais de cem anos marcam seu entremeio. As diferentes leituras, forjadas no movimento contínuo e breve de ir e voltar no tempo, nos levaram ao entendimento de que o passado e o presente - e conseqüentemente os suportes discursivos de cada época - são muito diferentes, embora, em muito, sejam também semelhantes. Em qualquer dos casos, os jornais impressos foram construtores do seu tempo, da mesma forma que se materializaram sob a influência das configurações sócio-históricas de cada período, o que lhes confere, a despeito de mudanças e permanências, a condição de (porta)vozes do seu tempo, acomodando em seus discursos as suas e outras vozes e guardando, sob suas marcas, as histórias e os sentidos que constituem nossas memórias.

Enquanto os jornais *A Crítica* e *Diário do Amazonas* - nossas fontes do século XXI - fazem parte de um tempo marcado pela midiatização e por uma diversidade de meios que ampliam extraordinariamente o tráfego de informações, os jornais *Commercio do Amazonas* e *A Federação*, do final do século XIX, pertencem a uma fase algumas décadas posterior ao início da Imprensa amazonense, quando os impressos eram absolutos na comunicação de massa. Os documentos oficiais - mensagens, relatórios, atos da administração pública e programas institucionais - estão da mesma forma inseridos nestes contextos sócio-históricos, entretanto, menos que os jornais sofreram modificações em suas formas e conteúdos.

O *Commercio do Amazonas* foi fundado 1869, em substituição ao jornal *O Mercantil*, enquanto *A Federação*, quase 30 anos mais novo, entrou em circulação em 27 de março de 1895, substituindo *A República* (FARIA E SOUZA, 1908). Os dois periódicos fazem parte da história inicial da Imprensa amazonense, marcada pelo surgimento de um grande número de títulos, quase todos de vida breve - alguns com uma única edição - e fortemente comprometidos com causas políticas.

Até 1889, foram mais de cem os jornais impressos no estado (REIS, 1989), mas até 1908 o número de jornais, revistas e outras publicações teria chegado a 307 na capital, além de 40 títulos editados em outros 11 municípios localizados nas calhas dos rios Negro, Solimões, Purus, Baixo Amazonas e Madeira<sup>35</sup> (FARIA E SOUZA, 1908).

“Pode-se dizer que Imprensa amazonense nasceu com sua autonomia política”, escreveu João Baptista de Faria e Souza (1908) na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no tomo consagrado à Exposição Comemorativa ao Primeiro Centenário da Imprensa Periódica Brasileira (1808-1908). O autor referia-se ao contexto de criação do primeiro jornal a circular no Amazonas - o *Cinco de Setembro*, fundado em 3 de maio de 1851, oito meses depois de sancionada a Lei no. 582, de 5 de setembro de 1850, que elevava a Comarca do Alto Amazonas à categoria de Província do Império. O jornal tinha periodicidade semanal, formato pequeno, quatro páginas de duas colunas e publicava predominantemente assuntos políticos e atos oficiais. Seu primeiro proprietário e diretor foi o artista gráfico Manoel da Silva Ramos, estabelecido em Manaus<sup>36</sup>, capital provincial, a convite do primeiro presidente da Província, João Baptista Tenreiro Aranha, ambos de Belém do Pará (FARIA E SOUZA, 1908).

Como homenagem à nova Província, efetivamente instalada em 1o. de janeiro de 1852, o jornal foi renomeado *Estrella do Amazonas* no dia 7 de janeiro daquele ano, trazendo, até maio de 1856, o brasão do Império brasileiro na sua logomarca. Em editorial, o jornal destacou a dependência que marcaria sua vinculação com o poder público, referindo-se ao apoio do governamental sem o qual sua existência não seria possível. O oficialismo de suas páginas o situa entre os representantes da Imprensa áulica (SODRÉ, 2011), observada nos primórdios da Imprensa brasileira, no início do século XIX. Circulou até 30 de junho de 1865, quando a mesma tipografia, adquirida por Antônio da Cunha Mendes, passou a imprimir o

---

<sup>35</sup> Barcelos, Coari, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manicoré, Manacapuru, Parintins, São Joaquim, Tefé e Acre (Souza, 1908)

<sup>36</sup> Então Cidade de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro (LOUREIRO, 2008) ou simplesmente Cidade da Barra do Rio Negro. A alteração do nome para “Manaos”, foi feita pela Lei Provincial no. 68, de 4 de setembro de 1856 (LOUREIRO, 2007)

jornal *Amazonas*<sup>37</sup>, que seria o primeiro jornal diário e o órgão de maior projeção na Província<sup>38</sup>. (REIS, 1989).

Até o final da década de 1870, os jornais amazonense eram visualmente densos, refletindo as condições de produção - não apenas locais, mas nacionais - da época em que circularam. A maioria vinculava-se a algum partido político e muitas foram as discussões travadas entre eles, em favor de seus interesses, alcançando o que Faria e Souza (1908, p.52) classificou como um grau de “extrema virulência”. O noticiário local era bastante reduzido e muitas eram as transcrições de notícias políticas da capital, publicadas originalmente por outros periódicos. Os textos, fartos de classificações e adjetivações, elogios e ataques, demonstravam um recurso comum aos jornais da época, quando a linguagem era livre, rebuscada e, por vezes, grotesca.

Os anúncios nasceram junto com os jornais. A *Estrella do Amazonas*, apesar de seu caráter publicista governamental, já em 1854, publicava pequenos textos anunciando serviços ou venda de produtos, sendo que em 1858 reunia esses classificados na coluna “Avisos Diversos”.

Especialmente nas duas últimas décadas do século, os jornais evoluíram em termos visuais, ampliaram a publicação de notícias e anúncios, incluíram em suas páginas os folhetins e passaram a estampar suas vinculações partidárias, com os maiores avanços ocorrendo a partir da década de 1890, com a chegada do telégrafo, do telefone e de outros recursos que incrementaram as oficinas tipográficas e facilitaram a produção diária dos jornais.

Os anos que antecederam a República assistiram ao nascimento, no Amazonas, de um grande número de jornais, além de contar com a circulação dos que foram os principais periódicos da época: O *Amazonas*, vinculado ao Partido Liberal, o *Commercio do Amazonas*, sem vinculação partidária, e o *Jornal do Amazonas*, do Partido Conservador (FARIA E SOUZA, 1908). Como no restante do país, haviam se multiplicado os pequenos periódicos de vida efêmera, fenômeno comum às fases de agitação (SODRÉ, 2011). Também no estado, o curso de desenvolvimento da Imprensa não foi modificado pela mudança de regime. Se no

---

<sup>37</sup> Entre 1873 e 1874 foi chamado *Diário do Amazonas*, retomando posteriormente o nome *Amazonas* (REIS, 1989).

<sup>38</sup> Era um jornal que representava os interesses conservadores, inicialmente liberal e no período republicano, órgão dos democratas. Sofreu várias reformas e contou com a colaboração das “melhores penas do Amazonas” (REIS, 1989, p. 25)



Brasil, de maneira geral, “os grandes jornais continuaram os mesmos, com mais prestígio e força os republicanos, com mais combatividade os monarquistas” (SODRÉ, 2011, p. 371), no Amazonas, a República trouxe um período “quase estacionário” até que a Imprensa local foi novamente tomada por um “entusiasmo significativo”, que marcaria a década seguinte, com o aparecimento de dezenas de pequenos jornais e com a modernização dos grandes, que aumentaram seus noticiários e reformaram suas oficinas, tornando-se mais atraentes e importantes (FARIA E SOUZA, 1908, p.59).

A Imprensa também se desenvolveria no interior do Estado. Antes mesmo que o ciclo da borracha alcançasse a fase áurea, com a instalação ou ampliação de grandes seringais localizados nas principais calhas de rio, favorecendo o intenso movimento de pessoas e mercadorias, os municípios começariam a ter seus próprios veículos de informação periódica. O primeiro jornal fundado fora da capital foi o *Itacoatiara*, que circulou entre maio de 1874 e abril de 1875, seguindo pelo *Foz do Madeira*, também criado em Itacoatiara, em 1o. de janeiro de 1876. Depois foram criados o *Rio Madeira*, o *Commercio do Madeira*, o *Correio do Madeira* e a *Gazeta de Manicoré* (todos no município de Manicoré, respectivamente nos anos de 1881, 1884, 1885 e 1886) e o *Commercio do Purus*, *Purus* e *O Labrense*, fundados em Lábrea, em 1886 e 1888 (REIS, 1989).

A velocidade com que a Imprensa amazonense se renovava e expandia foi medida por comparação entre o total de periódicos do Amazonas e do Rio de Janeiro, então capital da República, no período de 1880 e 1907. Utilizando dados de publicações dos dois estados, Souza (2010, p.111) mostra que a quantidade de títulos catalogados no Amazonas (279) correspondia a 35% dos títulos colocados em circulação no Rio (882), centro político e “maior produtor de folhas jornalísticas do país naquele momento<sup>39</sup>.

À época uma atividade não regulamentada como profissão, o jornalismo foi praticado durante todo o século XIX por advogados, médicos, engenheiros ou escritores, comprometidos com ideais políticos e sociais, muitos dos quais com funções públicas legislativas ou executivas e mandatos políticos.

A Imprensa amazonense, ainda que protagonizasse embates calorosos envolvendo nomes importantes da cena política e social, “desfrutou a mais absoluta liberdade”, com um único episódio de empastelamento registrado - o do *Jornal do Amazonas*, em 1878 (REIS,

---

<sup>39</sup> As quantidades de publicações relativas ao Amazonas e ao Rio de Janeiro foram levantados por João Baptista Faria e Souza e Juarez Bahia, respectivamente.

1989, p.209). No período, além das lutas políticas, algumas causas, como a libertação dos escravos e interesses comerciais, uniram os diferentes jornais, gerando manifestações coletivas. Este foi um movimento observado na Imprensa brasileira que, à exceção dos jornais escravagistas, esteve engajada com as lutas abolicionistas (BAHIA, 2009). Em 1885, com a ameaça de excluir Manaus da escala de navios da *Companhia Brasileira de Navegação*, os jornais *Amazonas*, *Commercio do Amazonas*, *Jornal do Amazonas*, *A Província* e *Gazeta de Manáos* assinaram uma exposição de motivos contrários à medida, para envio ao governo Imperial e a outros jornais editados no Rio de Janeiro - *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *O Paiz* e *Vanguarda* (FARIA E SOUZA, 1908).

No final do século, os jornais do país começavam a contar com correspondentes no exterior para aumentar seu prestígio e, ao mesmo tempo, suprir as lacunas dos serviços de agência, considerados insuficientes (BAHIA, 2009). No Amazonas, onde, desde as décadas anteriores, os jornais publicavam grande quantidade de cópias de notícias e artigos de periódicos nacionais ou estrangeiros, informações vindas do exterior passaram a ser publicadas com maior frequência, incluindo textos autorais aparentemente exclusivos - alguns assinados como cartas - em colunas nomeadas “Da Europa” ou “De Paris”, como fazia o *Commercio do Amazonas* na década de 1890.

Outros avanços também marcaram o desenvolvimento da Imprensa local na última década do século XIX, permitindo maior atualidade, diversificação de conteúdo e incremento de elementos visuais. A utilização do clichê, possível no país a partir de 1895 (BAHIA, 2009), começou a ser usada em 1897 pelo *Commercio do Amazonas* que, em parte, adquiria material pronto, a peso, de jornais ilustrados de Portugal, no gênero “Mala da Europa” (AZEVEDO, 2008). Em 1899, *A Federação* indicava no expediente seu número de telefone e seu endereço telegráfico, recursos que o *Commercio do Amazonas* começou a usar em 1891 e em 1898<sup>40</sup>, respectivamente.

Em 1908, Faria e Souza (1908, p.60) escrevia: “os jornais manauenses são hoje atraentes, bem feitos, preenchendo as exigências do tempo [...], são escritos com proficiência e maestria e neles trabalham jornalistas de valor” , não ficando atrás das outras capitais do

---

<sup>40</sup> Considerando informações publicadas no Expediente das edições disponíveis para consulta na BN. *O Imparcial*, que cedeu suas instalações para o *Commercio do Amazonas*, deixando de existir com o retorno deste, em 1898, começou a informar seu endereço telegráfico em 1897.

país, “quer pelos recursos gráficos de que é dotada, quer pelos elementos intelectuais de que dispõe”.

Ao contrário da imensa maioria dos periódicos que circularam na segunda metade do século XIX, o *Commercio do Amazonas* teve vida longa, embora em várias ocasiões tenha interrompido sua publicação, ressurgindo com nova numeração ou dando sequência ao último número publicado, sempre mantendo o sequenciamento anual. Fundado por José Gregório de Moraes, em 15 de agosto de 1869, foi o jornal de maior circulação no estado. Sem vinculação partidária, representou a Imprensa neutra, discutindo questões de interesse sócio-econômico do Estado, postura que lhe garantiu credibilidade e importância dentro e fora do Amazonas (REIS, 1989; FARIA E SOUZA, 1908). O *Commercio* foi no uso de serviço telegráfico e na introdução de ilustrações por clichê (Idem).

A edição mais antiga da coleção histórica que integra o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional é a de 1o. de julho de 1870 (Ano 2) e a última preservada é a de 28 de março de 1912 (Ano 53). Não há edições disponíveis entre 1905 e 1911. Faria e Souza (1908) indica o desaparecimento definitivo do jornal em 30 de julho de 1904, assim como Azevedo (2008). A ficha de identificação da Hemeroteca Digital também indica seu período de circulação entre 1869 e 1904. No entanto, o acervo digital da BN inclui edições do ano de 1912, mostrando o reaparecimento do jornal após o que teria sido a suspensão definitiva de sua circulação. Por falta de outras referências bibliográficas e de acervo, não é possível afirmar que o *Commercio* só tenha reaparecido em 1912, nem que não tenha sobrevivido para além dele.

O próprio jornal se encarregou de contar sua história. Com quatro páginas ao longo de toda a sua existência, o *Commercio do Amazonas* era publicado diariamente, “exceto nos dias imediatos aos santificados e de festa nacional”, embora entre 1875 e 1881 tenha circulado apenas às terças, quintas e sábados. Sua escritório e oficina funcionavam na rua Henrique Martins (primeiro no número 5, depois no número 18)<sup>41</sup>, no centro de Manaus. O jornal era distribuído para diversas localidades do Amazonas, o que se conclui pelos diferentes valores de assinatura para a capital e para o interior estampados na primeira página. Em 1898, o valor

---

<sup>41</sup> Em dezembro de 1891, meses antes de ter sua circulação suspensa, o expediente indica que o escritório e a oficina do jornal estavam localizados na rua da Instalação, sendo seu proprietário e redator Luiz Mesquita de Moreira Júnior.

de assinaturas para o “estrangeiro” passou a ser impresso ao lado do valor das assinaturas para o “Brasil”.

O *Commercio* existiu durante toda a fase áurea do Ciclo da Borracha, testemunhando o momento em que a Amazônia alcançou o patamar de principal produtora mundial de látex e a construção de grandes obras de arquitetura e engenharia, financiadas por esta economia para fazer de Manaus “a Paris dos Trópicos”, com as muitas contradições mantidas ou acentuadas no decorrer do enriquecimento e das rápidas transformações da cidade e seus arredores, incluindo as questões de saneamento e saúde.

As primeiras edições disponíveis mostram farta publicação oficial, algumas vezes identificada como “Parte Oficial”, onde estavam incluídas, de forma parcial ou integral, resoluções, editais, relatórios, registro civil e outras informações do poder público municipal e estadual, além de poucas notícias, transcrições de revistas e jornais de fora, informações comerciais e muitos anúncios de produtos e serviços.

As notícias foram ganhando mais espaço ao longo do tempo, o que em parte pode ser atribuído às necessidades demandadas pelos leitores e à utilização de ferramentas de comunicação, particularmente os vapores e o telégrafo, que encurtaram as distâncias e o significativo atraso - dias, semanas ou meses - das notícias em relação aos fatos ocorridos.

Graficamente, o *Commercio do Amazonas* era, como os demais jornais da época, pouco atraente. As primeiras edições tinham apenas duas colunas, que evoluíram para quatro e depois para sete. A maior parte dos textos vinha sem título e a separação entre eles era feita por fios horizontais e verticais simples. Os clichês, viabilizados pela utilização da xilogravura e que começaram a ser usados no final da década de 1890, era um recurso quase exclusivo da primeira página, para mostrar imagens de personalidades nacionais e estrangeiras, prédios ou paisagens públicas. Imagens, cercaduras e uma pluralidade de tipos tornavam as páginas de classificados visualmente mais interessantes que as demais, com dezenas de pequenos anúncios ilustrados e distribuídos quase aleatoriamente para a completa ocupação da página.

Em setembro de 1892, o *Commercio* suspendeu a circulação (FARIA E SOUZA, 1908), voltando a circular em 15 de agosto de 1897, dia em que comemorava 29 anos. Na edição extraordinária, sob o número 1, o jornal ressurgia como propriedade de Joaquim Rocha dos Santos, do jornal *Imparcial*, que a partir de então deixaria de existir. Várias mensagens

comemorando o aniversário e a volta do jornal foram publicadas na edição, incluindo uma em francês, uma em italiano e uma em Nheengatu<sup>42</sup>.

Na primeira coluna, Rocha dos Santos, escrevia: “é com [...] prazer que hoje cedemos o nosso lugar ao velho defensor das liberdades públicas...”. E em outro trecho: “Reaparece hoje o *Commercio* em número extraordinário, a fim de interromper a prescrição de sua propriedade literária [...]. Ao público amazonense [...], sempre pronto a coadjuvar os que trabalham e que nunca negam o seu prestígio ao *Commercio do Amazonas*, serei eternamente grato pelo auxílio que de todos recebi, sem distinção de nacionalidade ou partidos políticos”<sup>43</sup>.

As mensagens publicadas naquela edição traçam a imagem de um *Commercio* forte e independente. Moreira Jr., de *O Imparcial*, o denominou como “velho batalhador” que, “alheio à política partidária como nós, tinha por divisa ser ecos da opinião pública, ser fiel fotógrafo dos reclames da maioria”. João Leda destacou sua condição de “neutro no terreno político, dedicado unicamente a defender e impulsionar o comércio deste prodigioso Estado”. O jornal foi, ainda, nas palavras de A. Jardim, “um dos órgãos que com mais vantagem advogou o desenvolvimento da antiga Província, hoje Estado”.

Os motivos da suspensão do jornal não foram mencionados. Enquanto A. Jardim assinala que se deviam a “circunstâncias que não vêm ao caso apurar neste momento” e João Leda diz que “os motivos imperiosos [...] estão no domínio público”, A. Olavo Ferreira citava que o periódico fora “obrigado a um mergulho no mar revolto desta República”<sup>44</sup>.

Entre 1898 e 1900, onde se situam nossas análises, o *Commercio* já contava com sete colunas e, entre os assuntos publicados estavam pequenas notícias locais, nacionais e internacionais (estas últimas transcritas na íntegra de outros jornais ou reproduzidas com comentários da redação), notas sobre o interior do Estado, publicações oficiais, incluindo editais, relatórios e atos administrativos do poder público municipal e estadual (plantões de polícia e farmácias, editais de concorrência, análises e estatísticas de saúde, economia e engenharia, registro civil, com nascimento e óbitos, relatórios oficiais etc) e publicações comerciais da Junta do Comércio e da Associação Comercial do Amazonas (boletim de câmbio, cotação da borracha, cotação e impostos de produtos locais como castanha, cacau,

---

<sup>42</sup> Derivada do Tupi e considerada a língua geral da Amazônia.

<sup>43</sup> ROCHA DOS SANTOS, 1897, p.1

<sup>44</sup> JARDIM; LEDA; FERREIRA, 1897, p. 1.

carnes e madeira), além de informações meteorológicas, chegadas e partidas de navios e muitos anúncios. Os classificados ocupavam toda a página 4, quase completamente a página 3 e em alguns casos eram publicados nas duas primeiras páginas como pequenas notas que se misturavam aos textos informativos. Nesse período, o jornal também publicava regularmente o “Folhetim do Commercio”, sempre no rodapé da primeira página, com textos de autores nacionais e estrangeiros. Classificava-se como “Órgão Especial do Comércio” e, entre 1898 e 1899, adotou a epígrafe “Vitam Impendere Vero”, do latim “consagrar a vida à verdade” (em tradução livre). Sua condição de jornal com maior tiragem ou alcance foi expressa, em edições de 1900, no cabeçalho da contracapa, com a frase: “A folha de maior circulação nesse estado”.

A primeira coluna, onde eram publicados os editoriais, também era ocupada com textos de colaboradores de fora do Amazonas e, eventualmente, com artigos científicos, dando sentido e lugar aos avanços da Ciência que marcaram o século.

Em 1898, o *Commercio* anunciou sua modernização, sob o título de “O nosso Jornal”<sup>45</sup>. Informava que já se encontrava na Alfândega o novo material a ser utilizado para “reformular as oficinas e dar nova forma, mais elegante ao jornal”, anunciando as novidades editoriais: serviço “inteiramente novo de reportagem [...], duas seções humorísticas” e o desenvolvimento do “serviço comercial, de forma a podermos retribuir os favores dispensados pelo comércio ao nosso jornal”.

Na edição de 17 de agosto de 1899, data do seu 31o. aniversário, entre as cartas de parabéns que publicou estava a do jornal *A Federação*, estabelecendo seu status em relação aos demais periódicos da época: “Dos jornais da terra, pode-se dizer que o *Commercio* é o tecnicamente melhor acabado, mais abundante de informações”<sup>46</sup>.

Como os demais impressos, o *Commercio* era feito para uma elite de alfabetizados - políticos, intelectuais e homens das finanças - em um tempo em que o Amazonas (como o Brasil) era formado em boa parte por uma população de analfabetos. Dados populacionais de 1873 apontavam para uma população de 53 mil habitantes em todo o Estado, com 44 mil analfabetos, situação que foi sendo modificada muito lentamente, embora o crescimento populacional tenha sido meteórico. Em 1890, a população chegava a 148 mil habitantes, com

---

<sup>45</sup> O NOSSO JORNAL, 1898, p.1.

<sup>46</sup> FEDERAÇÃO, 1899, p.1.

um crescimento de 350% em relação a 1856, década em que começaram a circular os primeiros jornais. E Manaus, que havia sido no final de 1856 um vilarejo com 1.200 moradores, já contava com quase 40 mil habitantes no início da década de 1890 (LOUREIRO, 2008).

Seus redatores, como seus leitores, faziam parte da elite política e intelectual do período. A maioria ocupava ou iria ocupar cargos públicos no Legislativo ou no Executivo. Outros cumpriam dupla jornada, dividindo a atividade jornalística com as funções de médico ou advogado, anunciando seus serviços no próprio jornal. Em 1900<sup>47</sup>, conforme o expediente, o redator-chefe do *Commercio* era Gaspar Guimarães, cujo nome constava no seguinte anúncio, publicado na primeira página: “O Dr. Gaspar Guimarães, juiz de Direito avulso, pode ser encontrado nesta redação para os misteres de sua profissão de advogado”. Alberto Moreira Jr., “redator principal” do *Commercio* no final de 1898, também figurava no anúncio “Amazonense - Companhia Nacional de Seguros sobre a vida”, como diretor-gerente da companhia<sup>48</sup>. Gregório José de Moraes, fundador do *Commercio* era pai de Jorge Moraes, que seria deputado federal e senador pelo Amazonas. Da mesma forma seriam deputados Pereira Teixeira, do *Commercio*, e Justiniano Serpa, de *O Rio Negro* (AZEVEDO, 2008). Silvério Nery, deputado, governador do Estado e senador, colaborou com *O Rio Negro* e com o *Diário de Notícias* (Idem), e foi diretor político de *A Federação*. Silvério Nery ainda teria sido sócio do *Amazonas Commercial*, enquanto seu irmão, Raymundo Nery, deputado federal, teria sido do *Commercio do Amazonas*, de acordo com o historiador Genesino Braga, citado por Souza (2010).

Vínculos políticos e duplas funções não eram privilégios do Amazonas. Até a Primeira Guerra Mundial a Imprensa manteria seu caráter essencialmente opinativo e conjugado com a política, com diretores, redatores e gerentes acumulando função dupla no jornal e em cargos públicos no governo ou no parlamento (BAHIA, 2009).

Até o ano de 1903, o *Commercio* mantinha o mesmo formato e basicamente as mesmas seções, mas havia deixado de se qualificar como órgão do comércio. Nas edições de 1912, que encerram a história do jornal depois de um grande hiato que se inicia em 1904, não

---

<sup>47</sup> EXPEDIENTE, 1900, p.1.

<sup>48</sup> AMAZONENSE, 1898, p.3.

há identificação do proprietário, de diretores ou redatores, todavia o nome do seu criador é retomado, aparecendo abaixo do título: “Fundador: Gregório José de Moraes”.

Diferentemente do *Commercio do Amazonas*, longo e que se declarava independente, *A Federação* sobreviveu por apenas sete anos, entre 27 de março de 1895 e 4 de junho de 1902, como órgão do Partido Republicano Federal. Surgiu com o número 141, em substituição ao jornal *A República*, que havia circulado entre 8 de abril de 1894 e 24 de março de 1895 (FARIA E SOUZA, 1908). No expediente, até o final de 1898, o jornal informava ser “propriedade de uma Associação”. A partir daí, Euclides Nazareth passou a figurar como seu proprietário e gerente, assim permanecendo até a última edição disponível para consulta na Hemeroteca Digital (30 de dezembro de 1900). Considerando os valores de assinatura informados ao leitor, circulava também no interior do Amazonas, em outros Estados e no exterior. Em 1896 informava ter representação comercial em 15 municípios: Tefé, Fonte Boa, São Paulo de Olivença, Coari, Codajás, Borba, Manicoré, Humaitá, Canutama, Lábrea, Barcelos, Moura e São Gabriel. A edição avulsa custava 200 réis em 1898. Seu escritório e redação estavam localizados inicialmente na rua Barroso, 22, e depois na rua Joaquim Sarmiento, 16, ambos no centro de Manaus.

Tinha quatro páginas e cinco colunas e sua periodicidade era diária. Suas colunas eram separadas por linhas finas, os títulos eram mais frequentes em colunas e textos maiores, enquanto as notas eram publicadas uma embaixo da outra, sem separação ou apenas separadas por um fio horizontal. Depois da sua modernização, no início de 1900, passou a ter seis colunas e reforçou a publicação de notícias, principalmente nacionais e internacionais.

Em suas páginas entravam publicações oficiais (incluindo editais de concorrência, registro civil, relatórios e expedientes do legislativo), às vezes sob o título “Pelos Repartições”, às vezes na coluna “Solicitados” ou na de “Atos Oficiais”. Publicava a coluna “Comércio”, depois chamada “Revista Comercial”, com o boletim de câmbio de moedas, incluindo cotações de Londres, Lisboa, Porto, Paris, Hamburgo e Nova Iorque, a cotação da borracha e o cálculo de imposto sobre outros produtos nacionais, o movimento de entrada e saídas de navios a partir do Porto de Manaus, além de avisos e anúncios, parte deles a partir das primeiras páginas, em forma de pequenas notas. Também publicava notas científicas, literatura, variedades e muitos telegramas e informações de outros jornais e revistas (nas colunas “Várias Notícias”, “Notícias de toda parte” ou “Correio dos Estados”) e fazia um



apanhado de notícias internacionais em espaços variados, incluindo a coluna “Através do Estrangeiro” (existente em 1899 e assinada por “Peregrino”), publicando notícias da Suíça, Alemanha, Itália, Espanha e outros países, dentre os quais os da América Latina, como o Chile e a Argentina. Em algumas edições publicava pequenas piadas em “Notas para desopilar”. Uma espécie de coluna social ganhava vida em “Sala de Visitas”, onde o jornal reunia pequenas notas sobre aniversários, casamentos e outros eventos envolvendo personalidades locais. Na página 4, com exclusividade, vinham os maiores anúncios. À exceção desta, o conteúdo era manejado entre as páginas, de acordo com o material disponível - uma lógica diferente da contemporânea, onde o privilégio é da forma, que constrange o conteúdo.

Sintonizada com as novas necessidades do final do século XIX, em 10. de janeiro de 1899, *A Federação* anunciava reformas em suas oficinas a fim de se modernizar: “Em breve chegará da importante fábrica Marionini um novo prelo dos mais modernos e aperfeiçoados, de forma a poder-se aumentar o formato d’A Federação, bem como novos tipos e acessórios indispensáveis ao trabalho tipográfico”. O texto dizia que o jornal iria organizar “um serviço noticioso completo”, informando diariamente sobre “o movimento comercial desta praça no estrangeiro” e, ainda, que seu corpo redacional seria composto de “cidadãos experimentados nas lides da Imprensa e que procurarão elevar esta folha à altura da civilização e desenvolvimento deste grande estado”<sup>49</sup>.

Então impressa em uma moderna impressora a vapor, em 1900 *A Federação* oferecia seus serviços em anúncio de meia página. Destacava possuir a única tipografia do Estado com “prelo de reação”, o que se devia à “completa reforma por que acabam de passar as nossas oficinas e da magnífica aquisição que fizemos de material europeu”. Dizia contar com pessoal numeroso e habilitadíssimo”, estando capacitada para “trabalho a cores” e impressão de “jornais de grande ou pequeno formato, relatórios de companhias e associações, obras literárias, romances, revistas e todo o trabalho concernente à tipografia”.

Considerando o que ambos ofereciam ao leitor, há muitas semelhanças entre *A Federação* e o *Commercio*, ficando as diferenças por conta da abordagem dos assuntos políticos, apresentados em textos autorais que estabeleciam o lugar de fala de cada um deles.

---

<sup>49</sup> SEM TÍTULO, 1899, p.1.

Também em *A Federação* os jornalistas e dirigentes pertenciam à elite intelectual e política do Estado, conciliando a Imprensa com funções particulares nos campos médico e jurídico ou com funções e cargos públicos. Thaumaturgo Vaz, por exemplo, um dos redatores do jornal, é quem assina a chamada de concorrência pública para limpeza, da Secretaria de Intendência Municipal de Manaus. Silvério Nery, que seria governador do Estado a partir de julho de 1900, também figurou no expediente de *A Federação* como seu diretor político, durante o primeiro semestre daquele ano, quando era senador.

O uso de várias expressões em inglês e francês, usadas igualmente pelo *Commercio do Amazonas*, e a publicação de alguns textos de refino intelectual, reforçam o entendimento de que *A Federação* e os demais periódicos da época eram feitos e dirigidos para um grupo de privilegiados sociais. No texto “Ciências, Letras e Artes”<sup>50</sup>, em 1900, o jornal faz uma espécie de resenha sobre um artigo da revista alemã “Deutsche Bundschatt” a respeito de obras e autores com “real importância nas correntes intelectuais”, citando e comentando as influências de Voltaire, Victor Hugo, Dickens, George Eliot, Baudelaire, Nietzsche, Dostoiévski e Tolstoi e outros.

*A Federação* esteve sempre comprometida com o Governo do Amazonas. Durante nosso período de análise, apoiou a gestão do governador Fileto Pires Ferreira, substituído em abril de 1898 pelo vice, José Cardoso Ramalho Júnior<sup>51</sup>, e a gestão de Silvério Nery, a partir do segundo semestre de 1900<sup>52</sup>. Em nome deste apoio, o jornal escrevia editoriais, comentava e respondia publicações de jornais oponentes e dava destaque ao que seriam os avanços do Governo, vistos sempre no contexto de desenvolvimento e justiça republicanos. Qualificava-se como o Governo e, assim, defendê-lo ou exaltá-lo era como defender-se e exaltar-se a si próprio. Membro e voz do Partido Republicano Federal, repercutia assuntos tratados pelo *O Paiz*, também órgão do Partido, editado na capital federal.

---

<sup>50</sup> CIÊNCIA..., 1900, p.1.

<sup>51</sup> Fileto Pires Ferreira tomou posse em 23 de julho de 1896. Em 4 de abril de 1898, licenciado, viajou para a Europa oficialmente para se submeter a tratamento médico. Uma falsa carta de renúncia, supostamente enviada de Paris, datada de 27 de junho de 1898, foi recebida e aceita pela Assembleia Legislativa do Estado. Fileto Pires tentou reverter a renúncia, denunciando a fraude, mas não alcançou êxito. José Cardoso Ramalho Junior, vice-governador, assumiu definitivamente o cargo em 1o. de agosto de 1898, onde permaneceu até o fim do mandato, em 23 de julho de 1900. (BITTENCOURT, 1973).

<sup>52</sup> Silvério Nery governou o Amazonas entre 23 de julho de 1900 a 23 de julho de 1904. Foi deputado provincial em dois mandatos, entre 1882 e 1889, deputado estadual entre 1893 e 1896 deputado federal entre 1897 e 1899, senador no ano de 1900 e depois em quatro mandatos consecutivos, entre 1904 e 1930. Informação disponível no site oficial do Senado Federal, <[http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=2240&li=34&lcab=1927-1929&lf=34](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2240&li=34&lcab=1927-1929&lf=34)>. Acesso em 10 de março de 2015.

A saída de Fileto Pires do Governo, em 1898, foi um episódio rumoroso. Sua carta de renúncia teria sido forjada com a participação de seus aliados políticos, favorecendo a posse definitiva de Ramalho Junior que, como vice, o substituíra na função desde sua viagem para a Europa, em abril daquele ano. A assinatura da carta, postada de Paris no final de junho de 1898, foi reconhecida em vários cartórios de Manaus para ‘comprovar’ sua autenticidade. Fotografias foram levadas ao presidente da República, Campos Salles, para pressioná-lo a não anular a renúncia, já consumada pela Assembleia Legislativa do Estado.

*A Federação*, que sempre elogiara Fileto Pires, passou a usar textos próprios e notas de outros veículos para desqualificar o ex-governador. Em “Os Boatos”<sup>53</sup>, mencionava Fileto Pires como um homem arrependido que buscava apoio federal para voltar ao cargo e denominava os apoiadores do político de “nossos adversários”. Em “O caso do Amazonas”<sup>54</sup>, publicado dez dias antes, o jornal havia reproduzido notas dos jornais da capital federal *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Cidade do Rio*, *Notícia e Tribuna*, repercutindo a audiência do deputado federal pelo Amazonas, Carlos Marcellino, com o presidente da República, a quem apresentou fotografias que mostrariam a autenticidade da assinatura de Fileto Pires na carta de renúncia. “Pelo rápido exame que fizemos, parece-nos que a firma do ofício fotografado da renúncia era em tudo semelhante à assinatura das cartas”, dizia a nota do *Jornal do Brasil*. Fileto Pires nunca voltou ao cargo e *A Federação* deu continuidade ao seu apoio incondicional ao Governo do Estado, ocupado por Silvério Nery quando o jornal foi extinto, em 1902.

Nenhum dos jornais publicados no Amazonas no final do século XIX foi capaz de sobreviver até os dias contemporâneos<sup>55</sup>. Apenas o *Jornal do Commercio*, fundado em 2 de janeiro de 1904, está ainda hoje em circulação, embora enfraquecido de tamanho e poder em relação aos demais e ao início de sua história centenária.

Nos mais de cem anos decorridos desde os primórdios da Imprensa amazonense, a comunicação se desenvolveu de uma maneira impossível de ser definida pelos que viveram a era do telégrafo sem fio. O conjunto restrito de impressos (jornais, revistas, pasquins,

---

<sup>53</sup> OS BOATOS..., 1899, p. 1.

<sup>54</sup>O CASO..., 1899, p. 1.

<sup>55</sup> O Diário Oficial do Estado, neste estudo categorizado como documento do poder público oficial e não como jornal comercial, existe desde novembro de 1893, quando começou a circular para divulgar os atos públicos do Governo do Amazonas, na gestão de Eduardo Ribeiro. Foi o segundo do gênero do Norte do país, depois do Pará (*Diário Oficial*, 15 de novembro de 1893).

panfletos e poliantéias, arduamente montados em linotipos e impressos em máquinas tipográficas instaladas em oficinas no centro de Manaus) evoluiu para uma diversidade de meios que, agora, mais do que alcançar com informações diárias um leitor conhecido e localizado geograficamente, persegue o ideal de comunicação instantânea e globalizada - marcas do mundo contemporâneo.

As novas lógicas comunicacionais que transformaram a comunicação “centralizada, vertical e unidirecional” em potenciais de “interatividade e multimídia” (SODRÉ, 2012), marcaram a história dos jornais amazonenses - especificamente manauenses - como, de resto, a Imprensa brasileira, alterando, em parte, sua feição, funcionamento e influência sobre os novos cenários sócio-históricos. “No século XIX e no começo do século XX, a Imprensa era mais poderosa numa sociedade menos pluralista e na qual a informação se apresentava menos concentrada” (BAHIA, 2009, p. 242). Não mais fontes absolutas ou soberanas, mas integrantes de uma variedade de formas e conteúdos convergentes, os jornais impressos continuam, no entanto, palavra autorizada dentro da qual se articulam e se enfrentam outras vozes que agora ajudam a constituir, atualizar e naturalizar os sentidos sociais do século XXI.

A palavra, ontem impressa em tipografias, hoje ganha as páginas dos jornais em equipamentos de alta tecnologia operados eletronicamente e capazes de reproduzi-la a uma velocidade de 60 mil ou 100 mil impressões por hora, complementando seus sentidos com cores, formas e imagens perfeitamente captadas de um cotidiano marcado pela urgência. Não só os exemplares se multiplicaram. A quantidade de páginas dos impressos passou de quatro para, em média, 36, divididas em cadernos que estabeleceram um novo padrão de leitura do mundo: capa com chamada para os principais assuntos e editoriais fixas, nomeadas de forma similar por todos os veículos: opinião, política, cidades, economia, cultura e entretenimento, esportes, país, mundo, classificados. O papel deixou de ser apenas um suporte discursivo concreto e agora existe virtualmente, ampliando em muitas vezes o poder de circulação da palavra impressa nos grandes jornais da atualidade: todos têm versões digitais para leitura em computadores, tablets e smartphones, inimagináveis por jornalistas e leitores do século retrasado.

O Amazonas onde se imprimem os novos jornais traz apenas lembranças e cicatrizes da Ciclo da Borracha. A crise do produto que foi a principal fonte de enriquecimento da região, iniciada ainda na primeira década do século XX (LOUREIRO, 2008), jamais foi

revertida, mesmo com o sopro de superação ensaiado durante a Segunda Guerra Mundial, quando a Amazônia seria escolhida fornecedora de látex para os países aliados. O lugar próspero e pioneiro em tantos itens de urbanização, como bondes elétricos, sistema de telefonia, eletricidade e água encanada, recolheu-se em décadas de desenvolvimento sombrio até que no final dos anos 60, a instalação da Zona Franca de Manaus redirecionou o curso da sua história. O comércio de importados e depois a instalação do Pólo Industrial de Manaus, favorecidos pelo modelo econômico de zona franca, promoveram um novo e súbito crescimento demográfico: em duas décadas, entre 1960 e 1980, a população da capital saltou de 200 mil para 900 mil habitantes, chegando a 1,5 milhão em 2002 e a 1,8 milhão em 2010, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>56</sup>. Mais de 400 empresas foram instaladas na cidade, gerando nos dias atuais 50 mil empregos diretos, 350 mil empregos indiretos e um volume de capital que supera os 10 bilhões de dólares<sup>57</sup>. A produção industrial garantiu que Manaus, hoje a mais populosa da região Norte, alcançasse o lugar de sexta cidade mais rica do país, considerando o Produto Interno Bruto (PIB)<sup>58</sup>.

Os grandes jornais que coexistem nesse novo tempo e que ajudam a construir sentidos são quatro, todos produzidos na capital: *Jornal do Commercio*, *A Crítica*, *Amazonas em Tempo* e *Diário do Amazonas* - o primeiro fundado em 1904, o segundo, no final da década de 40 e os dois últimos em meados dos anos 80. Entre 2005 e 2007, período de análise da fase contemporânea desta pesquisa, também estiveram em circulação o *Correio Amazonense* e *O Estado do Amazonas*, de brevíssima existência - o *Correio* funcionado de junho de 2005 a novembro de 2006 e *O Estado*, de março de 2004 a dezembro de 2006.

À exceção do *Commercio*, todos deram origem a grandes empresas de comunicação, que atualmente congregam emissoras de rádio e televisão, editora, jornais populares e portal de notícias, seguindo uma tendência mundial de concentração de poder que no Brasil tem suas origens na primeira metade do século XX, com os Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand (BAHIA, 2009), um império formado por mais de uma centena de veículos espalhados pelo território nacional.

---

<sup>56</sup> Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2015.

<sup>57</sup> Informação disponível no Portal do Governo do Estado do Amazonas, <<http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/historia/>>, acessado em 15 de janeiro de 2015.

<sup>58</sup> Idem.

*A Crítica* começou seu processo de expansão na década de 1980, criando a *Editora Calderaro* e agregando a ela a rádio *A Crítica* e a rádio *Tarumã* (retransmissora da Jovem Pan), a *TV Baré*, transformada em *TV A Crítica* (retransmissora do SBT e, posteriormente, da *TV Record*). O conjunto de veículos faz parte do que é hoje a Rede Calderaro de Comunicação, que, nos anos 2000, ainda colocou no ar seu portal de notícias *ACritica.com* e lançou o jornal tablóide *Manaus Hoje*. A Rede, por tradição, tem grande influência nas questões políticas, e por longos anos fez do seu jornal convencional o de maior circulação e credibilidade no Estado.

O *Diário do Amazonas*, 36 anos mais novo que *A Crítica*, integra a Rede Diário de Comunicação, criada no final dos anos 2000, com a incorporação do tablóide *Dez Minutos* e do portal de notícias *D24am.com*. à Editora Ana Cássia, responsável pela impressão do *Diário*. Recentemente a Rede também adquiriu os direitos de retransmissão da *Record News*. Circulando alguns anos como um jornal popular e de pouco alcance político, o *Diário* migrou para uma plataforma editorial que o capacitou a competir com *A Crítica* e ameaçar sua liderança no mercado. Em 2005, filiou-se ao Instituto Verificador de Circulação (IVC) e desde então, como único impresso auditado, agrega às suas credenciais a de jornal com maior circulação local.

Nos últimos anos, os dois grupos vêm contando com a concorrência do *Amazonas em Tempo*, jornal fundado em 1987 pela jornalista Hermengarda Junqueira que, depois de vendido e modernizado, passou a integrar o grupo Raman Neves de Comunicação, do qual fazem parte, além do jornal tradicional, o tablóide *Agora*, a *TV Em Tempo* (retransmissora do SBT), a rádio e o portal de notícias *Em Tempo*.

Sodré (2011) destaca os conglomerados empresariais formados por diversos meios de massa - principalmente jornal<sup>59</sup>, rádio e televisão - e o aumento da concentração de poder decorrente deste processo como um traço significativo da história recente da Imprensa brasileira. Assinala a existência de concentração inclusive no campo da própria Imprensa, com a existência de um número reduzido de grandes jornais em função do desaparecimento de vários títulos tradicionais, do não surgimento de novos com grau de importância similar e da sobrevivência de poucos centenários que hoje “não são mais do que sombras do que

---

<sup>59</sup> O autor é crítico em relação à inclusão da Imprensa (entendida como jornais e revistas) entre os meios de massa, uma vez que esta não seria “de uso habitual em parcela numerosa, majoritária mesmo, do nosso povo” (SODRÉ, 2011, p.2).

foram” (Idem, p.3). O autor traça esse panorama no contexto das relações capitalistas, onde um grande jornal corresponde atualmente a uma empresa de grandes proporções, fenômeno em parte determinado pelos avanços tecnológicos que transformaram significativamente os meios de produção jornalística.

Os três grupos locais, que processam a maior parte das informações jornalísticas impressas no estado<sup>60</sup>, levantam a bandeira da independência político-econômica e da imparcialidade, espécie de mantra improfícuo do novo jornalismo. Estão sediados na capital e sobre o cotidiano da cidade concentra-se a grande maioria das pautas que geram, o que se explica não apenas pela relevância política e administrativa de Manaus, como pela baixa circulação destes veículos nos demais municípios. Assim como nenhum jornal “é nacional no sentido estrito de cobrir todo o território” (BAHIA, 2009, p. 393), os jornais do Amazonas, neste sentido também não são estaduais.

O interior do estado, escassamente retratado nas páginas dos jornais impressos que a capital produz, é onde vive metade da população amazonense: 1,6 milhão de pessoas em 61 municípios que compõem a parte de um Amazonas reverso, disperso e florestal - uma amplitude de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, impossível de ser percorrida por estrada, restando a alternativa de caros trajetos de avião ou lentos e resignados caminhos de barco. Sua economia é pouco desenvolvida, baseada na piscicultura, agroindústria e produção rural<sup>61</sup> que, entre outros itens regionais, produz uma quantidade irreconhecível de látex se comparada com a produção registrada na virada do século XIX para o século XX.

Nessa metade, desconhecida de muitos, quase tudo é diferente, a começar pelas injunções que regem o tempo. Dos meios de massa, o rádio é o que ocupa o lugar de soberania. As tecnologias e concepções modernas que favorecem as novas configurações comunicacionais - redes, instantaneidade, amplo acesso, conglomerados de mídias - não são nem de longe uma realidade no interior do Amazonas, principalmente nos municípios menos habitados e mais remotamente instalados, onde o sistema de telefonia móvel é restrito, a internet é inexistente ou precária e as distâncias continuam invencíveis nos tempos curtos, instituídos pela nova lógica de comunicar e viver dos grandes centros urbanos.

---

<sup>60</sup> Outro grande grupo é a Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo, líder de audiência entre as TVs locais, mas que não tem em seu conjunto de mídias nenhum jornal impresso.

<sup>61</sup> Informação disponível no Portal do Governo do Estado do Amazonas, <<http://www.amazonas.am.gov.br/o-amazonas/economia/>>, acessado em 15 de janeiro de 2015.

Distantes entre si, sem uma economia favorável e com um público reduzido - o maior município, Parintins, tem 102 mil habitantes, e o menor, Japurá, tem 7,3 mil - nenhum grande jornal impresso é produzido nessas localidades. No entanto, os maiores municípios onde o acesso à Internet é minimamente regular, criaram nos últimos anos webjornais independentes, por meio dos quais retratam as realidades locais, complementando o que já fazem as rádios. De certa forma, apresentam uma resposta às suas necessidades de informação, incorporando o conceito de jornal como empreendimento individual ou como a “aventura isolada” de que fala Sodré (2011, p. 406), só possível de ser vivida fora dos grandes centros. De acordo com o Guia de Mídia, o interior do Amazonas tem 17 webjornais em 13 municípios<sup>62</sup>, enquanto na capital existem nove, incluindo os portais das redes Calderaro, Diário e Raman Neves. Um avanço no desenvolvimento da comunicação produzida localmente, mas ainda assim muito longe da realidade vivida no século XIX, quando vários periódicos circularam principalmente em municípios com intenso movimento proporcionado pela atividade de extração da borracha.

Nem mesmo em relação à capital, o Amazonas do século XX foi tão próspero em lançamento de títulos quanto foi o do século XIX, mas alguns jornais teriam vida longa e estariam em circulação quando *A Crítica* lançasse sua primeira edição, em 19 de abril de 1949. Entre eles estavam os vespertinos *A Gazeta*, que circulou entre o final da década de 40 e 1964, o *Diário da Tarde* (1936 a 1962) e o *Jornal da Tarde* (1937 a 1962), e os matutinos *O Jornal*, fundado no início da década de 1930, com circulação até 1977, e o *Jornal do Commercio*, publicado desde 1904.

*O Jornal* e o *Diário da Tarde*, criados por Henrique Archer Pinto, eram os jornais de maior circulação no período. No livro “A Crítica de Umberto Calderaro Filho”, lançado em 2010, o autor Antônio Lopes, relata que para enfrentar a concorrência, Calderaro, ao fundar o jornal, optou por colocá-la no mercado às 11 horas, um horário intermediário entre as edições matutinas e vespertinas, o que rendeu ao veículo a referência de “onziero” e um lugar estratégico para enfrentar a concorrência dos títulos já consolidados. Seus primeiros números foram impressos nas oficinas de *O Jornal* e depois em uma impressora Marionini antiga, cedida pela diocese do Amazonas. Com autorização da justiça, eram menores infratores,

---

<sup>62</sup> Barcelos (*Barcelos na Net*), Barreirinha (*Barreirinha*), Benjamin Constant (*O Tambaqui*), Boa Vista do Ramos (*Portal BVR*), Boca do Acre (*Portal Purus*), Fonte Boa (*Portal Fonte Boa*), Humaitá (*Folha de Mangaba e Portal Barrancas*), Itacoatiara (*Canal Itacoatiara*), Manicoré (*Folha de Manicoré*), Nhamundá (*Nhamundá AM e Portal Nhamundá*), Nova Olinda do Norte (*NON Hoje*), Parintins (*Alvorada Parintins e Parintins*), Santa Izabel do Rio Negro (*Portal Regis Goes*) e Tabatinga (*Portal Tabatinga*). Fonte: Guia de Mídia, <<http://www.guiademidia.com.br/jornaisdoamazonas.htm>>, acessado em 26 de fevereiro de 2015.



remunerados, que faziam o serviço de jornalheiros. Umberto Calderaro contou com a ajuda da família para produzir o jornal e ainda hoje a Rede Calderaro é um grupo familiar, presidido pela viúva do fundador, Rita de Cássia de Araújo Calderaro, e vice-presidido pela única filha, Tereza Cristina Calderaro Corrêa (LOPES, 2010).

O jornal qualifica sua posição como independente e crítica, utilizando desde os primeiros anos de vida o slogan “De mãos dadas com o povo”, por se considerar porta-voz da população. Ao longo da sua história fez oposição a diversos governos, lançando durante suas primeiras décadas campanhas que tinham como objetivo o que seriam conquistas sociais: desativação dos bondes, fim do jogo de cassino, defesa do Banco de Crédito da Borracha, apoio aos portuários e apoio à criação da Zona Franca de Manaus, entre outras que se seguiram nos períodos mais recentes, incluindo, de acordo com o jornal, o combate à corrupção, ao nepotismo e a desvios éticos de representantes do poder público.

De início, sua oposição aos governos foi quase panfletária, posição superada depois de sedimentada sua credibilidade (LOPES, 2010). Os anos mais difíceis de *A Crítica* teriam sido vividos entre 1959 e 1964, quando o jornal fazia oposição ao governo local. O comércio teria sido proibido de anunciar nas suas páginas e um atentado a bomba destruiu parte da redação. Também teriam sido difíceis os períodos dos governos de Leopoldo Amorim da Silva Neves (1949), Plínio Ramos Coelho (1959) e Amazonino Mendes (1989). A oposição a Plínio Coelho teria tido mais consequências para *A Crítica* que a ditadura militar. Após o golpe de 1964, o jornal “manteve a independência, superou a censura direta, não aderiu ao regime e noticiou os fatos e as versões de todos os protagonistas das notícias”, abrindo espaço para opositores do regime, inclusive com coluna semanal, como foi o caso de Fábio Lucena, senador de oposição (LOPES, 2010).

Quando *A Crítica* entrou em circulação, no final da década de 1940, a leitura de jornais continuava a ser privilégio de poucos, como havia sido no século XIX, mas o rádio<sup>63</sup>, uma realidade consolidada, era um novo meio de concorrência aos impressos, da mesma forma que representava uma fonte de notícias, aproveitada pelos periódicos que até então contavam com poucos recursos para a busca de informação nacional e internacional.

---

<sup>63</sup> Existindo no Brasil desde 1923, quando Roquette Pinto inaugurou a *Rádio Sociedade*, a primeira rádio do Amazonas, a *Voz de Manaus*, surgiu em 1927 com o objetivo era levar para o interior do estado informações sobre a cotação de produtos regionais, movimento nos portos e outros informes de utilidade públicas, além das realizações governamentais (“História do Rádio no Amazonas”, disponível no portal Amazônia Real, <<http://amazoniareal.com.br/historia-do-radio-no-amazonas>>, acessado em 30/09/2014).

O tempo trouxe novos concorrentes, como o jornal *A Notícia*, na década de 70 e o *Jornal do Norte*, na década de 80, além dos que hoje estão em circulação. Quase sempre *A Crítica* manteve a liderança de mercado. Acompanhou as evoluções experimentadas em nível nacional, quando as características que fizeram dos jornais mais antigos um produto visualmente pouco atraentes começaram a ser superadas no final da década de 50 por iniciativa dos jornais *Última Hora*, *Diário Carioca* e *Jornal do Brasil*, com a ordenação hierárquica dos assuntos conforme seu valor jornalístico e a valorização das fotografias (BAHIA, 2009), promovendo reformas gráficas, que se repetiriam por mais três vezes ao longo da sua história. Nos seus 65 anos, funcionou em vários endereços no centro de Manaus até que fosse construída sua sede atual, na avenida André Araújo, onde conta com um moderno parque gráfico e onde abriga todas as empresas integrantes da Rede Calderaro (LOPES, 2010).

Entre 2005 e 2007, período em que se concentram as análises desta pesquisa, *A Crítica* fez oposição ao governo Eduardo Braga (governador no período de 2003 a 2010), embora esta não tenha sido uma posição explícita. Seu contraponto foi o *Diário do Amazonas*, segunda fonte do nosso estudo, cujo posicionamento favorável ao governo também não era explícito, obedecendo teoricamente ao preceito de imparcialidade jornalística.

O *Diário do Amazonas* foi fundado em 15 de março de 1985, por Cassiano Anunciação, com a proposta de ser um jornal de linguagem e assuntos mais populares que seus concorrentes, visando alcançar camadas de leitores com menor poder aquisitivo. O jornal considerava esse público “órfão” e pouco identificado com os veículos impressos de então<sup>64</sup>. No entanto, no início dos anos 2000, redirecionou sua linha gráfica e editorial, aproximando-se do padrão de jornais tradicionais, dando mais ênfase às editorias de política e economia. Em 2009, promoveu nova mudança gráfica, alterando seu formato para Berliner (47 cm x 31,5 cm, um pouco maior que o tablóide) e, em 2011, mudou novamente o projeto gráfico para valorizar o uso de fotografias, uma de suas apostas para estabelecer um diferencial imagético. O *Diário* foi o primeiro a sair às segundas-feiras, dia em que nenhum jornal circulava, e também o primeiro a imprimir em cores todas e não apenas as primeiras páginas da edição, recursos em seguida adotados por todos os outros diários.

---

<sup>64</sup> “Pioneirismo marca trajetória de 28 anos do Diário do Amazonas”, publicada em 15 de março de 2013, no portal d24am.com. Disponível em < <http://new.d24am.com/noticias/amazonas/pioneirismo-marca-trajetoria-de-28-anos-do-diario-do-amazonas/82291>>, acessado em 15 de março de 2013.

Em que pese a valorização do furo jornalístico e a existência de grandes reportagens, *A Crítica* e o *Diário do Amazonas*, como os demais jornais contemporâneos produzidos no Amazonas são semelhantes entre si, tanto quanto foram os do século XIX, onde inúmeras informações, especialmente as oficiais e as comerciais podiam ser encontradas em mais de um ou em todos os veículos em circulação. As semelhanças agora decorrem em grande medida do uso das mesmas agências de notícias, da circularidade da informação entre os próprios jornais, de farta produção originada nas assessorias de comunicação e pela necessidade de se produzir mais e mais rápido com menos profissionais, o que favorece o uso de material padronizado e, de maneira geral, a busca da informação onde ela é mais acessível.

As pessoas que produzem os jornais são diferentes das que os produziam no passado. Formados em universidades, os jornalistas de hoje obedecem às regulamentações da profissão e à hierarquia que estrutura o funcionamento da redação, com pouca autonomia para definir as pautas que, no geral, não são capazes de fazer de cada jornal um produto original. Os jornais são uniformes em relação à linguagem e ao conteúdo, a começar pelas editorias e pelo sequenciamento delas, com um pouco mais ou um pouco menos de conteúdo e cadernos novos ou ampliados nas edições de domingo, as mais nobres.

Contrariando a perspectiva de Sodré (2011) que discorda da capacidade dos jornais impressos serem, no Brasil, veículos de comunica o de massa, os grupos de comunica o no Amazonas, como os do restante do país, vêm alcançando o leitor com uma amplitude nunca registrada, embora não sejam os grandes jornais os responsáveis pela conquista. A partir da primeira década dos anos 2000 todos os grupos locais fundaram jornais populares, no formato de tablóide. Sem assinatura, os tablóides são vendidos de forma avulsa, nas bancas de jornal e nos sinaleiros, por 25 centavos. Com 16 páginas, são feitos de muitas cores, fotos e textos curtos para leitura rápida. Rotineiramente aplicam títulos e notas sensacionalistas, incluindo acidentes, crimes e outras tragédias, notícias breves de política, economia, cotidiano e esportes, fofocas envolvendo famosos, resumos de novela e, invariavelmente, mulheres seminuas que ocupam, com poses sensuais, cerca de 1/4 das primeiras páginas. Os últimos anos também viram surgir o *Maskate*, igualmente um tablóide de linha popular, editado de forma independente e sob o mesmo modelo. Entre seus títulos, alguns curtos e s brios, aparecem em destaque manchetes como “Noiado mata irmão trabalhador para não ouvir

sermão”<sup>65</sup> ou “Arranca-rabo eleitoral: Dilma partiu pra porrada e não aguentou o tranco”<sup>66</sup>. Os quatro jornais populares são matutinos e passaram a responder pelo maior volume de vendas de impressos na capital, atingindo um público diferente do que lê os jornais convencionais.

O *Dez Minutos*, do grupo *Diário do Amazonas*, tornou-se ícone de um novo modo de fazer circular a informação e gerar lucro, privilegiando a notícia rápida, feita sob medida para o consumo em poucos minutos. Lançado em 2008, logo alcançou o patamar de mais vendido na região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de acordo com relatório do IVC publicado em julho de 2010, divulgado pela própria Rede Diário<sup>67</sup>. Foi apontado como o 13o. jornal mais vendido do país e o 8o. nas capitais brasileiras, com a venda diária de 100 mil exemplares.

O desempenho do tablóide ajuda a explicar os resultados da pesquisa que a Rede Diário encomendou ao Instituto Ipsos Marplan. Divulgada e comentada pelo Observatório da Imprensa<sup>68</sup>, no início de 2010, a pesquisa mostrava Manaus em segundo lugar no índice de leitura de jornais no Brasil, atrás apenas de Porto Alegre. Do total de habitantes da capital (cerca de 1,8 milhão), 965 mil seriam leitores de jornais e destes, 726 mil leriam o *Dez Minutos* ou o *Diário do Amazonas*, também líder de mercado, segundo a Rede, com a venda de 11 mil exemplares por dia durante a semana e 22 mil aos domingos. Considerando os dados divulgados pelo Observatório da Imprensa, o popular *Dez Minutos* é o preferido pelos leitores jovens, que têm entre 18 e 24 anos, enquanto o *Diário*, convencional e de maior influência, é mais lido pelos que têm acima de 35 anos.

A venda expressiva dos tablóides traz novas questões para a história do jornalismo impresso no Amazonas, embora não signifique que Manaus tenha se tornado intelectualmente mais avançada ou melhor informada. O conteúdo e a forma desses jornais visam essencialmente a venda, obtida pela sedução do leitor mais pelo entretenimento do que pela informação. Trata-se de um categoria de publicação diferente, o que os próprios jornais indicam. Enquanto o tradicional *Amazonas em Tempo* exibe o slogan “o jornal que você lê”, o

---

<sup>65</sup> NOIADO..., 2015, p.12.

<sup>66</sup> DILMA..., 2012, p.1.

<sup>67</sup> “Editora Ana Cássia aumenta capacidade de produção”, publicada em 1o. de setembro de 2010 no Portal , D24am, <<http://new.d24am.com/noticias/amazonas/editora-ana-cassia-aumenta-a-capacidade-de-producao/6381>>, acessada em 01/09/2010.

<sup>68</sup> Em nota (<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/comunique-se--38966>, acessado em 12/12/2014) e em artigo de Lúcio Flávio Pinto, “Um fenômeno efêmero”, <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/um-fenomeno-efemero>>. Acesso 12 dez. 2014.

tablóide *Agora*, do mesmo grupo, sob uma perspectiva reducionista, adota o seguinte: “só o que interessa”.

O sucesso desses veículos nos últimos anos também não determina seu o poder de sobrevivência em longo prazo. O futuro está em construção e os elementos que concorrem para defini-lo são muitos e estão intrinsecamente associados à tecnologia informacional, que ao ser capaz de viabilizar a comunicação em rede, o apagamento de fronteiras geográficas e a reestruturação do tempo, cria novas questões sociais, algumas delas relacionadas a como o novo mundo, teorizado e discutido, chega de fato a periferias, a novos públicos ou ao silencioso interior do Amazonas.

#### **4 Carta de navegação: procedimentos metodológicos**

De certa maneira, quem nasce ou vive no Amazonas acaba por conhecer a relação indissociável entre o seringal e a malária. Famílias reproduzem histórias vividas por antepassados - seringueiros, seringalistas e todos aqueles que ocuparam diferentes posições na hierarquia da produção de borracha e que, apesar das diferenças sociais, sucumbiram igualmente a essa doença durante o apogeu da riqueza amazônica, entre o final do século XIX e o início do século XX. Em Manaus e no interior, ainda é possível ouvir relatos pessoais de trabalhadores remanescentes de seringais reativados durante a Segunda Guerra Mundial que, apesar de terem entrado na floresta 40 ou 50 anos depois daqueles que protagonizaram a fase áurea do primeiro ciclo da borracha, experimentaram semelhantes agruras. Também há histórias, estas mais comuns, de pessoas que contraíram malária um sem número de vezes, contadas com naturalidade, como se apesar do sofrimento imposto pela doença, esta fosse não mais que uma realidade inevitável.

Essas narrativas certamente carregam sentidos com muitas marcas do passado e promovem o duplo movimento de impregnar os discursos da atualidade e por eles contaminar-se. Estão vivas. Como está a própria doença, tanto na sua perspectiva endêmica, quanto na sua existência simbólica, secular. Buscando na memória as origens do objeto de estudo escolhido, para aqui contá-las, percebi que foi essa vida grandiosa, absurda, ousada e instigante da malária e suas significações o que me seduziu. As palavras que a traduzem ou a corrompem, os números que a revelam ou ocultam, as histórias que alguém ou um ofício contam, as pessoas que emprestam a ela um caráter febril e humano. Isto me tocou.

Inicialmente, minha vivência da realidade amazônica e as leituras que realizei em livros, jornais e documentos antigos levaram-me a concluir que a manifestação da malária no final do século retrasado teve importante repercussão nos periódicos locais, nos textos governamentais, nas produções literárias e, presumidamente, nas conversas populares. Estes meios conformaram, juntos, uma pluralidade de maneiras de pronunciar a malária e de construí-la como representação simbólica. Os dois primeiros - que encarnam as vozes da Imprensa e do Estado - ocuparam e continuam a ocupar posição privilegiada na construção de sentidos, uma vez que, legitimados socialmente como porta-vozes da verdade, têm amplificado seu poder de construir realidades e de interferir fortemente no cotidiano social.

Esta compreensão nos impulsionou - a mim e à minha orientadora - a configurar o projeto de pesquisa que ora desenvolvemos. Entre a primeira ideia e o projeto final percorremos um caminho razoável, consultando pessoas, livros, periódicos e estudos acadêmicos relacionados à comunicação, à saúde, à Imprensa e à vida no Amazonas. Durante o trajeto, nos sentimos muitas vezes em grandes rios, de limites impossíveis. Em outras vezes nos percebemos em estreitos igarapés que, ao final, nos levavam a uma margem sem saída. Todavia, o navegar foi sempre um desafio prazeroso, no curso do qual conseguimos adequar nossos propósitos às condições que nos garantiriam seguir com êxito.

A proposta inicial da pesquisa era realizar uma investigação que revelasse como jornais e documentos oficiais produziram sentidos sociais sobre a malária durante a fase áurea do Ciclo da Borracha (1894 a 1906). Como demonstrado em capítulos anteriores, esse foi um dos mais importantes períodos de desenvolvimento econômico da região, no qual foram construídos grandes monumentos e serviços públicos e também uma das mais expressivas cotas de adoecimento e morte por malária - não a única endemia a afetar o estado (naquela época, também havia a febre amarela, a lepra e o sarampo, por exemplo), mas de todas a mais importante por sua capacidade de aniquilar, em poucos anos, milhares de homens, mulheres e crianças que viviam nos seringais e aqueles que moravam na capital ou nela estavam de passagem, com forte impacto na vida social e econômica local.

Amadurecida a ideia original, logo surgiram novas questões. Ao substanciar com mais leitura e discussão minha capacidade de ver e crer que os discursos se propagam e que os sentidos por eles produzidos viajam pelo tempo e pelo espaço em permanente movimento e mudança - assim como os banzeiros que se multiplicam enquanto os barcos navegam para os seus destinos - decidimos ir além. Definimos, então, uma nova proposta de pesquisa: alcançar o presente (aqui compreendido como este início de século) para que nele pudéssemos enxergar o que mudou - ou o que não mudou - em relação às formas de significar a malária, passados mais de cem anos do final do século XIX, nosso ponto de partida. A nova perspectiva de estudo também foi fundamentada pelo que a malária manteve de real e palpável no Amazonas atual: os mais de 100 mil casos anuais que a sustentam ainda hoje como a principal endemia do Estado e que garantem sua presença frequente ou eventual nos discursos contemporâneos. Estabelecemos desta maneira um novo lugar de investigação -

nosso ponto de chegada - onde poderíamos perceber, olhando para trás, os movimentos do sentido permeando diferentes contextos.

Ainda não era o ponto final. Preocupadas em viajar tão longo período sem escalas, de novo decidimos recriar nossa carta de navegação, com a intenção de estabelecer dois locais de parada entre um período histórico e outro. Dessa maneira, evitaríamos que a distância entre a partida e a chegada parecesse excessivamente longa e nos permitiríamos observar possíveis mudanças processadas no meio do caminho. Fixamos como primeiro cais intermediário o início da década de 1940, quando o governo Getúlio Vargas promoveu reformas na Saúde, dando início à implantação de serviços com impacto na atenção à malária, dentre os quais o Serviço Nacional de Malária, em 1941, e o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp), criado em 1942, por meio de parceria com os Estados Unidos, para garantir atenção específica à Amazônia, então transformada em alternativa para fornecimento de borracha aos países aliados no cenário da Segunda Guerra. Como segundo ponto de amarração estabelecemos o início da década de 1990, quando se deu a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir do qual foram introduzidas mudanças nas concepções e práticas da saúde pública brasileira e cujos princípios doutrinários e organizativos orientam atualmente as políticas nacionais de controle da malária.

Definidas as fases históricas do projeto de pesquisa - reconfigurado finalmente como um navegar entre dois períodos separados por um século, com duas paradas interpostas - realizamos novas pesquisas bibliográficas e buscamos identificar jornais e documentos para dar início à construção do *corpus* de análise.

Antes da composição final do conjunto de textos para o estudo, as fases intermediárias foram suprimidas do projeto por sugestão da banca do exame de qualificação, que considerou a dificuldade de estudá-los a contento em função do tempo. Por esta razão, os procedimentos metodológicos relativos a esses períodos não serão detalhados. Descreveremos a seguir o método de análise e os procedimentos que adotamos para nos guiar no ponto de partida (o final do século XIX) e no ponto de chegada (o início do século XXI). Embora este último período também tenha sido objeto de ponderação da banca, o mantivemos na proposta final da pesquisa mesmo reconhecendo a pertinência das preocupações, que se basearam em um ângulo de visão que privilegiou o bom senso e nossa capacidade de oferecer respostas em tão curto espaço de tempo. Para manter o período, consideramos os motivos acima expostos,



dentre os quais voltamos a destacar a possibilidade de observar mudanças ou permanências discursivas relacionadas à malária e de construir novos entendimentos sobre a produção de sentidos que, uma vez percebidos, podem servir ao propósito de realinhar ações comunicativas individuais ou institucionais. Ainda nos foi proposto pela banca focar a análise apenas nos textos da Imprensa, excluindo do *corpus* específico os documentos oficiais, aos quais recorreríamos, caso necessário, como referências contextuais e complementares ao estudo. Optamos, no entanto, por mantê-los em função de sua relevância para a análise do discurso oficial - parte essencial dos nossos objetivos de pesquisa - e como fonte fecunda para o entendimento das relações de parceria ou concorrência entre a mídia e o Estado.

Ainda que tenhamos mudado rotas, nossa questão de pesquisa e nossos objetivos, os que nos moveram desde sempre em busca de respostas, foram mantidos no que tinham de essencial: compreender como a Imprensa e o poder público do Amazonas produzem sentidos sociais sobre a malária. Sustentamos nosso objetivo de analisar como esses sentidos foram produzidos quando a doença tornou-se discursiva e epidemiologicamente um grave problema de saúde pública para o Estado<sup>69</sup>, no final do século XIX, estabelecendo um contraponto com este início de século XXI, em que ela, um mal milenar, ainda é capaz de afetar a população do Amazonas, assim como afeta extraordinariamente diferentes populações ao redor do mundo. No nível específico, mantivemos os objetivos de compreender as estratégias discursivas utilizadas por estes dois dispositivos - Imprensa e Estado - para significar a malária nos tempos históricos citados, verificar as relações de concorrência e colaboração entre o discurso oficial e o midiático e, ainda, verificar possíveis mudanças nos sentidos produzidos sobre a malária e seu doente no passado e na atualidade.

Entendemos que, assim como no discurso, na pesquisa a escolha de um e não outro período, de uma e não outra voz, de um e não outro método significa silenciar outras possibilidades que, no entanto, estarão sempre abertas para novas investigações. As escolhas aqui apresentadas são as que nos pareceram mais adequadas aos nossos objetivos, ao nosso tempo e à nossa capacidade de compreensão e realização. Apenas um entre outros caminhos. Um entre muitos rios navegáveis.

---

<sup>69</sup>A expansão da doença durante a fase áurea da borracha, conforme apontam Albuquerque e Mutis (1998), indicam o final do século XIX como o momento em que a malária assumiu relevância epidemiológica, de forma coincidente com a relevância discursiva observada nos periódicos disponíveis.

#### 4.1 Análise Social de Discursos: o método

Considerando nossos objetivos de pesquisa, optamos por utilizar o suporte teórico da Semiologia, ciência que estuda os fenômenos da comunicação como fenômenos de produção de sentidos, e o método de Análise Social de Discursos (ASD), que se preocupa essencialmente em apontar a maneira como os sentidos são produzidos em determinadas condições sociais, históricas e culturais.

Seguindo alguns procedimentos deste método, nos seria possível, como confirmamos posteriormente, analisar como a Imprensa e o poder público do Amazonas contribuíram para a construção social dos sentidos da malária nos dois momentos históricos contemplados pela pesquisa, observando, para isso, aspectos linguísticos e extralinguísticos dos textos selecionados (sempre em relação). Em termos teórico-metodológicos, a proposta que estabelecemos foi a de desvelar o "dispositivo de enunciação" (VERÓN) dos jornais e documentos do *corpus* de análise, elegendo os seguintes procedimentos:

1) Identificar, em cada suporte discursivo, o sujeito da enunciação - imagem discursiva de quem se responsabiliza pelo enunciado, quem convoca os demais sujeitos (outras vozes) para polemizar ou para legitimar sua própria voz - em sua relação com o emissor empírico - que pode ou não coincidir com o sujeito da enunciação. Elaboramos, então, as seguintes perguntas para que fossem guias fundamentais da análise neste quesito: quem fala? quem assume essa voz e seu dizer? qual o lugar de fala desse sujeito? este sujeito fala de um lugar autorizado? emana de que campo social? qual seu lugar de interlocução? Consideramos que este passo seria fundamental para entendermos as relações de concorrência entre os campos e o poder de nomeação em cada época estudada.

Os procedimentos 2 e 3 são de tal forma associados, que não é possível separá-los na análise. No entanto, para fins de explicitação metodológica, os nomeamos separadamente.

2) Identificar os sujeitos do enunciado e os enunciadores. Os primeiros são aqueles de quem se fala. Considerando nosso objetivo, são os doentes de malária e outros agentes sociais, sejam individuais ou coletivos. Poderíamos também incluir a malária nessa categoria, mas preferimos considerá-la um referente, ao modo de Verón. Os enunciadores são todas as vozes arregimentadas, tanto as antagonistas quanto as aliadas.

3) Identificar o(s) sistema(s) taxonômicos dos quais esses sujeitos lançam mão em seus discursos. Como eles identificam, nomeiam e (des)qualificam a malária, os doentes de malária e seus aliados e oponentes reais e discursivos? Aqui, elegemos quatro elementos analíticos relevantes, embora não exclusivos: as palavras plenas (MAINGUENEAU) e as metáforas (FAIRCLOUGH), estas que apontam expressivamente para modos de significação do mundo e da sociedade e aquelas que, por carregarem em si a história de disputas de sentido, são verdadeiros nós nas redes semióticas; e os pré-construídos e implícitos (PINTO, ORLANDI), que tanto quanto as anteriores operam no sentido da naturalização dos sentidos sociais. Todos apontam para a dimensão intertextual da prática discursiva e seriam, portanto, indispensáveis para os nossos propósitos.

Do ponto de vista linguístico, decidimos que a identificação dos vários sujeitos e vozes deveria utilizar os recursos das modalidades do dizer e do dito (Pinto), dos dêiticos, das palavras instrumentais (MAINGUENEAU, ORLANDI). Também consideramos estas últimas como instrumento para o desvelamento das relações polêmicas nos discursos (ORLANDI, ARAUJO), assim como para a compreensão do lugar de interlocução e de centro e periferia discursivos (ARAUJO).

Com este arsenal analítico acreditávamos ser possível, como de fato foi, encontrar respostas às nossas indagações e entender, nos diferentes períodos analisados, como ocorreram as relações de poder simbólico que possibilitaram ou impediram mudanças discursivas no cenário da malária no Amazonas.

Em atenção ao circuito produtivo da comunicação (VERÓN), devemos dizer que optamos por focar nossa análise apenas na etapa de produção, sem nenhuma pretensão de compreender os processos de circulação e apropriação (ou consumo), mesmo com a convicção de que a semiose social só se dá efetivamente no âmbito da apropriação, fortemente condicionada pela circulação.

#### **4.2 Tempos e vozes do passado e do presente**

Para identificar os jornais e os documentos do poder público estadual produzidos no período áureo do Ciclo da Borracha (1894 a 1906) - o ponto de partida da pesquisa - buscando as bases para a construção do *corpus* de análise, consultamos inicialmente o

Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (Igha). Por meio desta instituição, obtivemos uma relação de cinco periódicos, com seus respectivos períodos de circulação - *Comercio do Amazonas* (1872 a 1903 e 1912), *Correio do Norte* (1906, 1909 a 1912), *Quo Vadis?* (1902 a 1904), *A Federação* (1895 a 1900) e *Diario Oficial* (1893 a 1900) - e a indicação, para a leitura dos exemplares, da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional ([memoria.bn.br](http://memoria.bn.br)), onde seria possível encontrar os títulos digitalizados e, ainda, as mensagens governamentais elaboradas entre 1891 e 1930. Considerando a natureza do *Diario Oficial* - órgão produzido pelo Governo Estadual para dar publicidade aos atos governamentais - o deslocamos do grupo dos periódicos comerciais para o *corpus* de documentos oficiais.

A fim de identificar possíveis referências ao nosso tema de interesse - a malária - e conhecer as características gerais de cada periódico, realizamos uma primeira pesquisa exploratória. O procedimento adotado foi a visualização de edições em anos aleatórios, onde verificamos formato, distribuição e tipos de conteúdo e os dados de identificação presentes no expediente. Em um segundo momento, para a varredura específica do conteúdo, utilizamos o mecanismo de busca oferecido pela Hemeroteca Digital, aplicando palavras-chave comumente utilizadas no século XIX como sinônimo ou variação clínica da malária. Além da própria “malária”, usamos “maleita”, “paludismo”, “impaludismo”, “febre quartã”, “febre terçã”, “febre palustre” e “sezões”.

A pesquisa apontou 2.308 ocorrências nos quatro periódicos que, juntos, atingem um período de circulação que vai de 1870 a 1912, com 2.364 edições disponíveis para consulta. As expressões “maleita”, “febre quartã” e “febre terçã” não foram encontradas. Todas as ocorrências reveladas na busca foram abertas, lidas superficialmente e catalogadas a partir das principais categorias de gênero observadas: anúncios médicos e farmacêuticos, obituário, textos oficiais do poder público municipal ou estadual, editoriais, folhetim, notas, notícias e entrevistas. A grande maioria era relativa a anúncios de produtos farmacêuticos, que se repetiam por várias edições, e a obituários, publicados regularmente nas primeiras páginas. Os primeiros registros sobre malária foram encontrados a partir de 1898. Antes disso, uma única referência a “impaludismo” foi localizada em 1891, no *Comercio do Amazonas*, e três referências a “sezões” foram achadas no mesmo jornal nos anos de 1870, 1880 e 1891. Em *A Federação*, que começou a circular em 1895, nada foi encontrado antes de 1898.

Para verificar se jornais anteriores ao Ciclo da Borracha haviam publicado informações sobre a doença, a fim de melhor avaliar a relevância dos resultados obtidos, usando para isso parâmetros quantitativos de comparação, revimos os dados de uma pesquisa anterior<sup>70</sup>, onde havíamos observado o conteúdo de saúde publicado em sete jornais do Amazonas, veiculados entre os anos de 1852 e 1897. Esse estudo nos mostrou que raras foram as referências à malária no período estudado, todas elas relativas à anúncios de produtos farmacêuticos.

Também realizamos nova pesquisa exploratória, desta vez junto aos demais periódicos amazonense disponíveis na Hemeroteca Digital da BN - um total de 48, cujo período total de circulação vai de 1852 a 1918, contemplando períodos anteriores e posteriores à fase áurea do Ciclo da Borracha. Foram excluídos da pesquisa o *Diario Oficial* e os quatro periódicos já explorados na consulta anterior. A investigação de ocorrências repetiu o procedimento de aplicação das palavras-chave e o resultado apontou para 67 citações em todas as coleções desse período. Mais uma vez, a maioria delas era relativa a anúncios farmacêuticos e obituários, com a presença também de poucos textos relativos à estatística mortuária, relatório sanitário e relatório e texto sobre a crise da borracha, com menção à malária.

A lista de periódicos catalogados pela Hemeroteca Digital mostrou que a maior quantidade de edições dos títulos disponíveis está concentrada entre os anos de 1898 a 1900 (826 edições), em 1903 (216 edições) e entre 1906 e 1912 (993 edições). O cruzamento dessas informações - maior quantidade de edições e maior quantidade de referências - aponta para a possibilidade de que o maior número de referências à malária a partir de 1898 tenha se dado apenas em função do número de edições disponíveis para consulta, o que nos impede de afirmar que em outros períodos a malária não tenha sido, de fato, um assunto recorrente.

A grande quantidade de anúncios de produtos farmacêuticos nos apontou a relevância deste gênero na produção de sentidos sobre a malária entre o final do século XIX e o início do século XX. No entanto, por tratar-se de gênero diferente dos textos noticiosos e opinativos, o que nos traria dificuldades metodológicas para inclui-los no conjunto, mantivemos a

---

<sup>70</sup> Realizamos a pesquisa durante a graduação em Comunicação Social, na Universidade Federal do Amazonas, como uma das etapas do trabalho de conclusão de curso, intitulado "Comunicação e Ciência, uma antiga fórmula de difundir conhecimentos - Estudo do Jornalismo Científico na segunda metade do século XIX em Manaus", a partir do qual também produzimos o *paper* "Mídia e Ciência: como os jornais da segunda metade do século XIX podem ter iniciado a história do jornalismo científico em Manaus", apresentado durante o 36o. Intercom, em 2013.

determinação de não estudá-los neste momento, ainda que não os tenhamos descartado como material de análise para pesquisas posteriores.

A identificação dos documentos oficiais que poderiam compor o *corpus* de análise seguiu o mesmo procedimento aplicado aos periódicos. Além do *Diario Oficial*, elegemos as Mensagens Governamentais, aquelas que os governos, desde a instituição do regime republicano apresentam às Assembleias Legislativas como rito de prestação de contas da gestão no ano anterior e apresentação das propostas de governo para o ano que se inicia. As Mensagens eram, e até hoje o são, apresentadas resumidamente pelo próprio governador na sessão de abertura do ano legislativo, sendo publicadas na íntegra como volume oficial de amplo acesso. A escolha deste tipo de documento levou em conta, no nível conceitual, sua representação como palavra oficial do Estado e, no nível prático, sua disponibilidade e sua periodicidade regular (anual).

Uma pesquisa exploratória foi feita em todas as edições das Mensagens Governamentais disponíveis na Hemeroteca Digital, onde estes documentos estão catalogados sob a nomeação Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros. Observamos o acervo completo disponível, embora nosso principal interesse estivesse no período correspondente ao Ciclo da Borracha, com extensão até o ano de 1912, o último de circulação dos periódicos antigos eleitos como fonte de pesquisa. Foram utilizadas as mesmas palavras-chave para a busca, sendo localizadas 111 ocorrências para as palavras “malária”, “paludismo”, “impaludismo”, “febre palustre” e “sezões” em Mensagens do período de 1898 a 1930, sem nenhuma ocorrência das palavras pesquisadas nos anos de 1891 a 1897, 1899, 1907, 1913 e 1923. Assim como nos periódicos, nesses textos governamentais não identificamos em qualquer edição o uso das expressões “maleita”, “febre quartã” e “febre terçã”. As referências identificadas estavam contidas nos textos de abertura, assinados pelos governadores do Estado, compondo teoricamente o conjunto de aspectos que teriam sido mais relevantes no ano concluído e aqueles que seriam objeto de atenção do Governo no ano então em curso. As referências também estavam nos relatórios específicos da saúde pública, incluídos no texto principal da Mensagem, e nas estatísticas mortuárias, incluídas como anexo das Mensagens.

O mesmo tipo de pesquisa foi feita nas 1.907 edições do *Diario Oficial* disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital, correspondendo ao período de 1893 a 1900. Em toda a coleção foram encontradas 150 referências à “malária”, “paludismo”, “impaludismo”, “febre

palustre” e “sezões”, só não havendo referências a nenhuma dessas expressões no ano de 1900. Também não localizamos nenhuma ocorrência para as expressões “maleita”, “febre quartã” e “febre terçã” em qualquer das edições.

Diante dos dados levantados pela pesquisa exploratória nos jornais e documentos do final do século XIX e início do século XX, demos início ao estabelecimento dos períodos e dos textos que conformariam nosso *corpus* específico de análise. Muitas foram as alternativas reveladas pela observação e pelo cruzamento dos dados e por nossa curiosidade e interesse em estudar todo o material levantado. Recortar foi uma das tarefas mais desafiadoras desta pesquisa. No entanto, retomamos a determinação de navegar com a segurança de chegar com sucesso a algum lugar, eliminando tanto quanto possível os riscos de fugir da rota definida ou de nos afogar em meio aos excessos.

O recorte foi iluminado por alguns critérios não observados em separado, mas como um conjunto de limites e possibilidades: quantidade de referências à malária nos textos jornalísticos e oficiais publicados durante a fase áurea do Ciclo da Borracha, tempo para análise dos textos oferecida pelo mestrado, interesse em alcançar com a análise o período histórico mais remoto possível, relevância epidemiológica da doença. Considerando estes critérios, determinamos o ano de 1898 - onde se situam as primeiras referências à malária tanto nos jornais quanto nas Mensagens governamentais do período escolhido - como o marco inicial da pesquisa - e o ano de 1900 como o marco final deste bloco de análise, conformando esses três anos como o espaço de tempo de onde extrairíamos o *corpus* específico.

A seleção dos textos de jornal para análise foi definida a partir do critério de categoria. Selecionamos, dentro do período estabelecido - 1898 a 1900 - todos aqueles que citavam a malária, excetuando-se os anúncios, os obituários e os folhetins, cuja exclusão deve-se apenas restrições de metodologia e tempo e não à sua falta de relevância nos processos de produção de sentidos, como nos referimos anteriormente. Os textos pinçados para análise integram o conteúdo dos jornais *Commercio do Amazonas* e *A Federação*, dos quatro títulos integrantes do *corpus* ampliado os dois únicos a circular nesses três anos.

Quanto aos documentos oficiais, selecionamos as Mensagens Governamentais publicadas em 1898 e em 1900 (em 1899 a malária não foi citada) e, destas, os trechos nos quais a malária é referida. Também foram selecionados todos os textos publicados pelo *Diario Oficial* que, no mesmo período, citavam a malária.

Com essas escolhas e, após excluir dos textos selecionados nos periódicos e documentos oficiais aqueles que citavam mas não tinham a malária como assunto principal, chegamos ao *corpus* específico dessa fase histórica, um conjunto de 17 textos, assim distribuídos: seis em 1898 (três publicados no jornal *Commercio do Amazonas*, dois no *Diario Official* e um da Mensagem Governamental daquele ano), seis em 1899 (um do *Commercio do Amazonas*, dois de *A Federação* e três do *Diario Official*) e cinco em 1900 (dois do *Commercio do Amazonas*, dois de *A Federação* e um da Mensagem Governamental). A lista detalhada com os títulos, edições e datas em que foram publicados encontra-se no final deste capítulo.

Todo o material identificado e registrado deu origem a resumos quantitativos e qualitativos que nos facilitaram a visão em relação à quantidade de edições disponíveis por periódico/ano, a ocorrência de palavras-chave por periódico e por periódico/ano e o que chamamos de mapas descritivos de referências, onde reunimos as informações de data, edição, página, coluna, título e categoria dos textos publicados, por palavra-chave/periódico, além do inventário de jornais antigos disponíveis na Hemeroteca Digital.

Estabelecidos os contornos do *corpus* de análise do período antigo da pesquisa, partimos para a construção do *corpus* contemporâneo, seguindo, dentro do possível e necessário, procedimentos e critérios semelhantes, a fim de obter resultados de análise que pudessem servir de contraponto aos obtidos com as análises do final do século XIX.

Por habitarmos e nos locomovermos neste tempo, a relação dos periódicos atualmente em circulação foi feita de forma automática. Por outro lado, a busca por referências sobre a malária, surpreendentemente foi uma tarefa mais simples quando aplicada aos jornais e documentos antigos. Apenas uma pequena parte das edições jornalísticas atuais estava disponível para consulta *on line* e, considerando que no curso de nossas pesquisas preliminares esta alternativa foi suspensa, tornando-se válida apenas para assinantes e, ainda assim, restrita a alguns períodos e edições, optamos por fazer as buscas a partir do *clipping* da Secretaria de Estado da Saúde - um procedimento mais rudimentar e mais lento, no entanto, viável para o cumprimento das nossas necessidades metodológicas.

Para dar início ao levantamento, realizamos a escolha dos periódicos que nos serviriam de fonte, estabelecendo que trabalharíamos com dois, a fim de manter no *corpus* contemporâneo a mesma quantidade definida para as análises do século XIX. Dentre os



quatro grandes jornais locais - *A Crítica*, *Amazonas em Tempo*, *Diário do Amazonas* e *Jornal do Commercio* - elegemos o primeiro o terceiro pelos critérios de maior alcance e tradição, considerando que estes, juntos, ajudam a indicar teoricamente o potencial de força dos veículos na produção de sentidos sociais, em função de sua circulação e credibilidade. Os parâmetros de comparação foram a data de fundação e a tiragem estimada, esta última levantada informalmente, uma vez que à exceção do *Diário do Amazonas* nenhum deles é filiado ao Instituto de Verificação de Circulação (IVC) e não há informações oficiais sobre a quantidade de exemplares impressos por dia.

O *Jornal do Commercio*, fundado em 1904, é o mais antigo, mas perdeu espaço ao longo do tempo para os jornais criados a partir da segunda metade do século XX, voltando-se hoje mais fortemente para a área econômica. O *Amazonas em Tempo* é o mais novo dos quatro. Foi fundado em 1987 e nunca atingiu grandes tiragens, mantendo-se como o segundo menor em circulação. O *Diário do Amazonas* circula desde 1985 e, de acordo com divulgação do próprio Diário, baseada no IVC, imprime diariamente 11 mil exemplares, elevando a tiragem para 22 mil aos domingos. *A Crítica*, cujo ano de fundação é 1949, é o segundo mais antigo, e reivindica o título de jornal de maior circulação no estado, ainda que não tenha sua tiragem auditada.

Definidos os jornais *A Crítica* e *Diário do Amazonas* como fontes, demos início à busca de conteúdo. Com o apoio da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (Susam), tivemos acesso direto ao *clipping* da instituição. Percebemos, então, que a existência desse material para consulta irrestrita era uma luz valiosa no nosso navegar. O trabalho de busca, por sua vez, uma tempestade amazônica, daquelas que nos oferecem um belo espetáculo, mas nos obrigam a seguir devagar. O *clipping* da Secretaria é formado por dezenas de volumes com as notícias de saúde veiculadas desde 2001, data de início do acervo e alguns assuntos não estão identificados no cabeçalho, o que requereu a leitura, quando não trechos das notícias, ao menos de todos os títulos. Também pela natureza da clipagem, as notícias do dia derivam de todos jornais, o que exigiu o folhear inclusive das notícias publicadas em veículos que não eram do nosso interesse.

Levando em conta o tempo e o esforço necessários para pesquisar tão vasto arquivo, decidimos, por precaução, definir preliminarmente o período específico de análise. Assim, garantiríamos, no prazo, o essencial, fazendo posteriormente, e apenas se houvesse

possibilidade, o levantamento do material restante. Conseguir consultar o acervo total, como de fato acabamos por conseguir, nos deixaria mais confortáveis para estabelecer análises gerais e obter elementos de contextualização da malária ao longo da primeira década do século XXI, ao modo do que havíamos feito em relação ao século XIX.

A definição do período específico de análise teve como critério principal o número de casos anuais da malária a partir do ano 2000. Consideramos que o cenário epidemiológico, assim como ocorreu no passado, poderia indicar maior presença do assunto na mídia e nos discursos oficiais, ampliando a probabilidade de encontrarmos material significativo para a análise. Dados fornecidos pela Fundação de Vigilância em Saúde mostraram que entre 2000 e 2013 as maiores notificações ocorreram em 2005 e 2007, com 228,3 mil e 202,7 mil casos da doença, respectivamente. Para estabelecer o período de análise em três anos consecutivos, conforme aplicado ao século XIX, definimos que, no período contemporâneo, estes seriam 2005, 2006 e 2007.

A fim de garantir um ano a mais no levantamento de dados, antes e depois deste período, fizemos as primeiras varreduras de conteúdo entre 2004 e 2008. Posteriormente, em função dos motivos já expostos, realçados por uma obsessão pessoal, levantamos o período de 2009 a 2013, o que só foi possível com a ajuda valiosa da equipe de estagiários da Assessoria.

As pesquisas exploratórias, que contemplaram o período de 10 anos (2004 a 2013), revelaram 351 textos relacionados à malária, dos quais 177 publicados pelo jornal *A Crítica* e 174 pelo *Diário do Amazonas*. Em duas etapas (de 2004 a 2008 e de 2009 a 2013, em função da dinâmica dos procedimentos de busca), todos foram lidos e catalogados a partir das principais categorias observadas. Diferentemente do que fizemos em relação aos textos do século XIX, e pelas possibilidades oferecidas pela padronização do jornalismo moderno, desdobramos as categorias em *gênero jornalístico* (notícia, nota, editorial, foto-legenda, charge e carta); *assunto* (controle e prevenção, assistência, investimentos, estatísticas e balanços, medicamentos e vacinas, pesquisas, reuniões e eventos, treinamentos, visitas); e *editorias* (cidades, opinião, capa, cultura/entretenimento, esportes, especiais, últimas notícias/leitura rápida, Brasil e mundo). Estas informações foram utilizadas para a construção de resumos quantitativos, para rápida visualização do material coletado. Resumos qualitativos também foram construídos, substanciados pela observação preliminar das matérias, gerando a

seguinte classificação informativa: assunto da matéria, fontes da notícia, instituições citadas, qualificação da malária, qualificação do doente, abordagem (local, nacional etc).

Os resumos e os procedimentos adotados para construí-los, tanto a partir do *corpus* antigo quanto do contemporâneo, nos garantiram uma visão privilegiada da malária nos dois cenários. Nos ajudaram, no curso das análises propriamente ditas, a melhor compreender a dinâmica da comunicação e da saúde em cada tempo, evitando uma percepção reduzida ou extremada dos fatos, das palavras e das relações observadas.

Para escolher, dentre os textos catalogados, os que iriam compor o *corpus* específico do século XXI definimos critérios básicos. O primeiro deles foi o protagonismo da malária, o que nos levou a selecionar apenas aqueles que tinham a malária como assunto principal. Dos 125 textos do período, ficamos com 108 - 56 publicados por *A Crítica* e 52 pelo *Diário do Amazonas*. Nestes, aplicamos o segundo critério - assunto - optando por analisar, em 2005 e 2007, todos os textos relacionados aos planos de combate à malária lançados pelo Governo do Estado nestes dois anos. Aos demais, aplicamos um terceiro critério, que foi a presença da malária em editoriais, selecionando para o *corpus* estes e os textos a ele relacionados, publicados na mesma data. Os demais textos foram descartados. Como em 2006 não houve nenhum plano especial de combate, selecionamos os textos que atendiam ao primeiro e ao terceiro critério e, ainda, aqueles que vinham acompanhados de manchete ou chamada, além daqueles que faziam alguma referência ao plano de 2005. O critério de editoriais, chamadas e manchetes está relacionado à hierarquia de distribuição de assuntos no suporte discursivo jornalístico, que destina a estes espaços aqueles que, na edição do dia, teriam para o jornal maior relevância.

Para a seleção dos documentos oficiais do século XXI, consideramos, mais uma vez, a existência de planos especiais de combate à malária, avaliando que estes documentos, assinados ou chancelados pelo governo, continham a voz oficial do Estado em relação aos aspectos teóricos e práticos da malária e às políticas públicas para o controle da doença. Desta maneira, estabelecemos como fonte de análise a “Proposta de reestruturação do Programa de Controle da Malária no Estado do Amazonas visando o declínio no número de casos e a sustentabilidade do Programa”, elaborado em 2005, e o “Plano Plurianual de Prevenção e Controle Integrado da Malária no Estado do Amazonas - Julho/2007 a dezembro/2010”, lançado em 2007. Para o ano de 2006, definimos como documento oficial de análise a

Mensagem apresentada pelo governador do Estado à Assembleia Legislativa, da qual extraímos o capítulo “Saúde”, sub-itens “Controle de Doenças e Agravos” e “Vigilância Ambiental e Controle de Doenças - Ações específicas de combate à malária”.

Poderíamos, aqui, repetir o procedimento do século XIX, utilizando as mensagens governamentais e o Diário Oficial do Estado como nossas fontes de documentos oficiais. No entanto, verificamos que, diante da multiplicação das áreas de competência oficial e da amplitude das necessidades públicas de saúde, o assunto malária agora ocupa pouco espaço nos dois suportes discursivos, sendo brevemente citado nas mensagens e apenas burocraticamente no Diário Oficial. Assim, preferimos os Planos, mais ricos em tamanho e em sentidos, selecionando as Mensagens somente na ausência destes, como ocorreu em 2006, ou de forma complementar, como em 2005.

Concluído o processo de seleção, o *corpus* de análise contemporâneo recebeu a seguinte configuração: 26 textos ou conjunto de textos da Imprensa, dos quais 17 publicados em 2005 (nove em *A Crítica* e oito no *Diário do Amazonas*), cinco em 2006 (três em *A Crítica* e dois no *Diário*) e quatro em 2007 (dois em *A Crítica* e dois no *Diário*); e mais três documentos ou trechos de documentos, dois quais dois em 2005 (mensagem governamental e plano de prevenção), um em 2006 (mensagem) e um em 2007 (plano).

Dois procedimentos ainda foram realizados durante a etapa de levantamento de material para análise. Entramos em contato com os jornais para solicitar cópia impressa ou eletrônica das edições completas, necessárias à nossa análise, considerando os procedimentos analíticos da ASD. Tanto *A Crítica* quanto o *Diário* informaram que parte dos seus arquivos havia sido perdido. *A Crítica* forneceu as edições possíveis em DVD e ambos os jornais nos orientaram a procurar a Biblioteca Pública Estadual do Amazonas para acessar os demais números. Este procedimento foi realizado e as edições foram fotografadas diretamente do acervo de periódicos impressos da Biblioteca, privilegiando-se a capa, a página e o caderno onde o texto de análise havia sido publicado, obtendo-se imagens de baixa qualidade, no entanto, dadas as condições desgastadas dos exemplares e a dificuldade de manuseá-los.

Também demos início ao levantamento dos releases distribuídos pela Assessoria de Comunicação da Susam à Imprensa, para apontar objetivamente a relação entre as notícias publicadas pelos jornais e os textos produzidos pelo poder público. Catalogamos os releases no período de 2004 a 2010. No entanto, percebemos que este poderia se tornar um dos

excessos com os quais poderíamos nos afogar e, assim como fizemos em relação aos anúncios de produtos farmacêuticos que vendiam a cura para a malária no século XIX, optamos por reservar este material para, quem sabe, um estudo aprofundado posterior.

Consideramos que nesta pesquisa o *corpus* ampliado é representado pela totalidade de textos lidos e catalogados, em função da importância do seu conjunto como contraponto e contextualização dos discursos produzidos no período específico de análise.

Devemos registrar que nenhum dos procedimentos adotados esteve completamente livre de erros ou ausências. Textos podem não ter sido eventualmente clipados pela Assessoria de Comunicação, ficando, portanto, fora do *corpus* ampliado ou específico de análise. Da mesma maneira, os mecanismos de busca da Hemeroteca Digital podem ter apresentado falhas (algumas foram verificadas no curso da pesquisa, como a não identificação de uma palavra-chave presente na superfície observada) o que, tendo ocorrido sem nossa percepção, também pode ter resultado na não inclusão de um ou outro texto no conjunto de matérias selecionadas.

Nossas opções metodológicas, voltamos a afirmar, foram iluminadas por nossos objetivos de pesquisa e pelas exigências do método de análise, sendo passíveis também de ausências ou excessos. Ao defini-las, esperávamos que pudessem responder às nossas perguntas, sendo a dimensão real e objetiva dos rios que nos propusemos a seguir.

### ***Jornais do século XIX***

#### *Jornal Commercio do Amazonas*

1. Nota sem título, sobre o estado sanitário da capital, com a recomendação de que fossem mantidas medias para enfrentar a malária durante a vazante do Rio Negro. Página 1, coluna 5, em 19 de julho de 1898.
2. Carta intitulada “Do Rio”, publicada em partes sequenciais no período de 02 de junho a 15 de agosto de 1898, abordando questões políticas, econômicas e sociais relativas ao Brasil e ao Amazonas. Os trechos selecionados para análise foram os que têm a malária como tema central, publicados na página 1, coluna 1, nos dias 9 e 10 de agosto de 1898.

3. Nota “As reclamações”, informando que o moradores do bairro Mocó pediam ao governador providências para solucionar a falta d’água porque a água imprópria utilizada estaria provocando casos de malária. Página 1, coluna 5, em 7 de dezembro de 1898.
4. Relatório “Benjamin Constant - O relatório médico”, assinado pelo Dr. Carlos Grey, dirigido ao Secretário dos Negócios do Interior do Estado do Amazonas, coronel Pedro Freire, abordando aspectos gerais das instalações físicas do Instituto Benjamin Constant e da saúde de suas internas, sendo a malária a principal doença citada. Página 2, das edições de 3 e 5 de janeiro de 1899.
5. Notícia científica “A malária, sua profilaxia e seu tratamento”, publicada em dois trechos sequenciais, assinada pelo Dr. Gastão Lyon, “Chefe da Química Medica na Faculdade de Medicina de Paris”, abordando a ação da quina no tratamento e prevenção da malária. Página 1, colunas 1 e 2, em 7 e 8 de novembro de 1900.
6. Nota sem título, informando sobre o estado sanitário à bordo de um navio no município de Óbidos com casos de malária e beribéri. Página 1, coluna 6, em 7 de novembro de 1900.

#### *Jornal A Federação*

1. Relatório “Benajmin Constant - Mortalidade”, assinado pelos médicos Vasco Theophisto de Oliveira Chaves, Pedro Nolasco Buarque de Gusmão, Domingos José Ferreira Valle e Jorge de Moraes, da comissão nomeada pelo Governo do Estado para avaliar as causas de óbitos ocorridas na instituição. Publicado em partes. Página 2, colunas 3 e 4, nas edições de 13 a 17 de janeiro de 1899.
2. Editorial “Os críticos da *pa’rulha*”, respondendo a críticas contra o Governo do Estado feitas pelo jornal *Manaos*<sup>71</sup> e mencionando obras de melhoramento público, inclusive na saúde, viabilizadas pelos recursos do mercado da borracha. Página 1, colunas 1, 2 e 3, de 30 de setembro de 1899.
3. Relatório “Higiene”, produzido por solicitação da Inspetoria de Higiene do Governo do Amazonas, assinado pelo médico Domingos Pinheiro, abordando doenças em comunidades do Rio Negro. Publicado em partes, entre as páginas 1 e 3, no período de 14 de setembro e 5 de outubro de 1900.

---

<sup>71</sup> Periódico não disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional.

4. Notícia científica “Os mosquitos e a malária” sobre pesquisas de cientistas como Koch, Laveran e Ross, que levaram ao entendimento da transmissão vetorial da doença, além do detalhamento das experiências de Patrick Manson, da Escola de Medicina Tropical de Londres. Página 1, colunas 1 e 2, em 8 de novembro de 1900.

### ***Documentos oficiais do século XIX***

#### *Diario Oficial*

1. Relatório sobre a “constituição médica” de Manaus, incluindo fatores etiológicos relativos à malária, assinado pelo Dr. Manoel Carlos de Gouveia Filho e encaminhado ao secretário dos Negócios do Interior. Página 1, colunas 1, 2 e 3, de 21 de maio de 1898.
2. Mensagem Governamental - “Mensagem do Exmo. Sr. José Cardoso Ramalho Junior, vice-governador do Estado, lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da primeira sessão ordinária da terceira legislatura, em 10 de julho de 1898”, onde o trecho “Estado Sanitário” se detém sobre a situação da malária. Página 1 e 2, colunas 1-2 e 3, em 16 de julho de 1898. (Também consta na lista de Mensagens)
3. Relatório “Benjamin Constant - O relatório médico”, assinado pelo Dr. Carlos Grey, dirigido ao Secretário dos Negócios do Interior do Estado do Amazonas, coronel Pedro Freire, abordando aspectos gerais das instalações físicas do Instituto Benjamin Constant e da saúde das internas, sendo a malária a principal doença citada. Publicado em duas partes. Página 1, colunas 1 a 3; páginas 1 e 2, colunas 3 e 1, das edições de 11 e 12 de janeiro de 1899. (Também consta no *Commercio do Amazonas*)
4. Relatório “Benjamin Constant - Mortalidade”, assinado pelos médicos Vasco Theophisto de Oliveira Chaves, Pedro Nolasco Buarque de Gusmão, Domingos José Ferreira Valle e Jorge de Moraes, da comissão nomeada pelo Governo do Estado para avaliara as causas de óbitos ocorridas na instituição e indicar soluções preventivas a novos casos, dirigido ao secretário de Negócios do Interior, major Pedro Freire. Publicado em duas partes. Página 1, coluna 3; página 1, colunas 1 e 2; página 2, coluna 1, nas edições de 20 e 21 de janeiro de 1899. (Também consta em *A Federação*)
5. Ofício assinado pelo Dr. Alfredo da Matta, diretor de Higiene, dirigido ao secretário de Negócios do Interior, comunicando sobre a ocorrência de febre palustre em bairros da

cidade, especialmente na Cachoeirinha, publicado na sessão “Higiene Pública - Expediente do mês de setembro de 1899 - Dia 21”. Páginas 1 e 2, colunas 3 e 1. Em 24 de setembro de 1899.

### *Mensagens Governamentais*

1. “Mensagem do Exmo. Sr. José Cardoso Ramalho Junior, vice-governador do Estado, lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da primeira sessão ordinária da terceira legislatura”, em 10 de julho de 1898”. Trechos analisados: abertura e “Estado Sanitário”, páginas 3 e 4.
2. “Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes em sessão ode 10 de julho de 1900 pelo Exm. Snr. Coronel José Cardoso Ramalho Junior, governador do Estado”. Trecho analisado: referente à saúde pública e à malária, páginas 19 e 20.

### *Jornais do século XXI*

#### *Jornal A Crítica*

1. Conjunto de textos. Editorial “Diante de uma ameaça” que critica a saúde pública estadual, tomando por base dados de malária e cobertura vacinal (Editoria Opinião, p. A4); Chamada “Estado sofre surto de malária e registra 120 mil casos até julho” (Editoria Cidades, Capa); Notícia “Surto de malária sem controle”, anunciando aumento de 20% da doença no primeiro semestre. (Cidades, página C5). Em 21 de agosto de 2005.
2. Conjunto de textos. Chamada “Prefeitura e Estado se unem contra a malária” (Capa); Notícia “Operação de guerra contra a malária”, informando sobre o plano emergencial para combater a malária, anunciado pelo Governo do Amazonas e Prefeitura de Manaus (Últimas). Em 31 de agosto de 2005.
3. Notícia “Plano de combate tem início dia 8”, informando a data de início e metas do plano elaborado pelo Governo do Estado e Prefeitura de Manaus (Cidades, C7). Em 03 de setembro de 2005.



4. Nota “Campanha”, anunciado acerto entre as secretarias de Comunicação do Amazonas e de Manaus para campanha de esclarecimento sobre malária. (Opinião, Coluna Sim&Não, A4). Em 6 de setembro de 2005.
5. Conjunto de textos. Chamada de primeira página “Campanha contra malária começa amanhã” (Capa); Notícia “Campanha de combate à malária inicia amanhã”, anunciando o início das ações do plano emergencial para o dia seguinte (Cidades, C7). Em 7 de setembro de 2005.
6. Conjunto de textos. Nota “Combate à malária”, informando sobre o início do plano estadual e municipal com locais de ação (Cidades, C2); Notícia “Soldados do Exército no combate à malária”, abordando a participação do Exército nas ações de controle da malária (Cidades, C5). Em 10 de setembro de 2005.
7. Nota “Combate à malária”, informando sobre o início do plano emergencial, com locais das ações (Cidades, C2). Em 11 de setembro de 2005.
8. Conjunto de textos. Chamada “Garis começam hoje operação de combate à malária” (Capa); Notícia “Garis começam operação de combate ao mosquito da malária”, destacando a participação dos garis no plano de controle da malária, com locais e datas de ação (Cidades, A11). Em 12 de setembro de 2005.
9. Nota “Plano contra a malária”, informando sobre a discussão de um plano operativo contra a malária para municípios do interior com alto risco de transmissão (Cidades, C2). Em 16 de setembro de 2005.
10. Conjunto de textos. Chamada “Vivenda Verde já tem 10 casos de malária em janeiro” (Capa); Notícia “Combate à malária será intensificado na cidade”, informando sobre problemas no controle da doença no Tarumã e Puraquequara (Cidade, C1). Em 19 de janeiro de 2006.
11. Conjunto de textos. Manchete “Zonas Oeste e Leste têm surto de malária” (Capa); Notícia “Surtos de malária no Tarumã e no Puraquequara”, apontando um surto endêmico de malária nos conjuntos habitacionais Vivenda Verde e Santa Maria (Cidades, A9). Em 27 de março de 2006.
12. Notícia “Incidência da malária diminui”, anunciando a redução dos casos de malária e a entrega de veículos e equipamentos para o controle da doença, pelo ministro da saúde (Cidades). Em 13 de maio de 2006.

13. Notícia “Plano contra a malária”, anunciando um plano plurianual para controle da malária em 38 municípios do Amazonas (Cidade, A10). Em 13 de agosto de 2007.
14. Conjunto de textos. Manchete “R\$ 276 mi para combater a malária” (Capa); Notícia “Programa de R\$ 276 mi para combater malária”, anunciando o lançamento, pelo governo do Estado, do programa “Operação Impacto para Controle da Malária” para reduzir 70% dos casos até 2010 (Cidades, C1). Em 8 de novembro de 2007.

*Jornal Diário do Amazonas*

1. Conjunto de textos. Editorial “Refêns dos laboratórios”, apontando a escassez de investimentos em novos medicamentos para o tratamento da malária (Opinião, 4); Notícia “Estado investe para reduzir em 15% casos de malária”, informando meta de redução da Secretaria de Estado da Saúde e Ministério da Saúde (Cidades, A11). Em 7 de julho de 2005.
2. Notícia “Susam e Semsas elaboram plano emergencial”, informando sobre documento elaborado por especialistas do governo e da Prefeitura de Manaus, a ser apresentado ao governador e ao prefeito (Cidades, 4). Em 10 de setembro de 2005.
3. Nota “Plano entra em operação dia 8”, informando a data em que Governo e Prefeitura darão início às novas ações (Cidades, 5). Em 04 de setembro de 2005.
4. Notícia “Combate será intensificado”, informando que Governo do Amazonas e Prefeitura de Manaus anunciaram plano conjunto para controle e prevenção da malária (Cidades, 11). Em 5 de setembro de 2005.
5. Conjunto de textos. Chamada “Mapa mostra áreas com mais casos de malária” (Capa); Notícia “Malária oferece risco em cinco áreas da capital”, apresentando os bairros com os maiores índices da doença e informando que um plano de controle está sendo executado pelo Governo do Amazonas e Prefeitura de Manaus (Cidades, 3). Em 9 de setembro de 2005.
6. Nota “Garis participam de combate”, informando sobre a participação de 90 garis da Prefeitura de Manaus no controle da malária (Cidades, 1). Em 10 de setembro de 2005.
7. Nota “Malária”, anunciando trabalho dos garis no combate à malária e local da primeira ação (Opinião, coluna Claro&Escuro, 4). Em 12 de setembro de 2005.

8. Nota “Municípios fazem plano de controle”, informando sobre reunião para elaboração de planos municipais de combate à malária (Cidades, 1). Em 16 de setembro de 2005.
9. Notícia “Postos de saúde vão poder fazer exames de malária”, informando a descentralização do diagnóstico e tratamento da malária na capital (Cidade, 13). Em 13 de maio de 2006.
10. Conjunto de textos. Chamada “Malária” (Cidades, Capa); Notícia “Dados da FVS indicam que os casos de malária diminuíram no 1o. semestre, apontando redução dos casos no Amazonas e em Manaus e ações do trabalho preventivo (Cidade, 1). Em 13 de agosto de 2006.
11. Notícia “Estado busca redução de 30% dos casos de malária”, anunciando metas, investimentos e ações do “Plano Plurianual de Prevenção Integrada da Malária” (Cidade, 4). Em 17 de agosto de 2007.
12. Conjunto de textos. Chamada “Combate à malária terá mosquiteiros” (Capa); Editorial “Ação de impacto contra a malária”, abordando o plano governamental e criticando laboratórios farmacêuticos pela falta de investimentos para novos tratamentos (Opinião 2); Notas de opinião “Mosquiteiro tailandês”, “Estratégia” e “O custo” (Opinião, 4); Notícia “Governo lança plano para combater malária”. Notícia e nota abordam o lançamento da Operação Impacto para Controle da Malária, com estratégias e metas até 2010 (Cidades, 1). Em 8 de novembro de 2007.

### ***Documentos Oficiais do século XXI***

1. “Proposta de reestruturação do Programa de Controle da Malária no Estado do Amazonas visando o declínio no número de casos e a sustentabilidade do Programa”. Documento produzido pelo Governo do Amazonas em agosto de 2005, composto de 17 páginas e sete capítulos - “Situação Epidemiológica”, “Diagnóstico da situação estrutural do programa”, “Suporte orçamentário e financeiro”, “Perspectivas”, “Objetivos do Programa de Controle Integrado - PCIAM”, “Propostas de metas do PCIAM” e “Necessidades para implementação do controle”.
2. Mensagem Governamental, apresentada pelo governador Eduardo Braga à Assembleia Legislativa do Estado na abertura do ano Legislativo de 2006. Trechos de análise:

Capítulo “Saúde”, sub-itens “Controle de Doenças e Agravos” e “Vigilância Ambiental e Controle de Doenças - Ações específicas de combate à malária”.

3. “Plano Plurianual de Prevenção e Controle Integrado da Malária no Estado do Amazonas - Julho/2007 a dezembro/2010”. Documento editado pelo Governo do Estado do Amazonas em julho de 2007, com 91 páginas e oito capítulos - Introdução, Situação Epidemiológica da Malária no Amazonas, Objetivos, Metas, Metodologia de Implantação, Componentes, Monitoramento e Avaliação e Estratégias de Financiamento - e anexos - Cronograma de Implantação, Municípios Prioritários, Cronograma de Capacitação, Cronograma de execução de obras e Detalhamento de Receitas e Despesas. Trechos de análise: Introdução e capítulos 1 a 3 (situação epidemiológica, objetivos e metas).

## 5 Papéis que falam, sentidos que ecoam: resultados da análise

Depois de seguir pelos rios amazônicos - veias e as bússolas que concederam o pulso e a direção do navegar - em busca de respostas sobre os modos pelos quais Estado e Imprensa construíram sentidos sobre a malária no final do século XIX e no início do século XXI, chegamos a um ponto de amarração de nossa viagem simbólica. Nele, descemos para reunir e organizar memórias, aquelas que nos permitiram reconstruir de um modo particular a tecitura dos discursos analisados.

Ao longo do trajeto, sempre conduzidas pela Semiologia Social, tentamos desfiar superfícies e subterrâneos dos 47 textos de jornais e documentos oficiais do *corpus* de análise para encontrar as estratégias discursivas responsáveis por estabelecer a presença e a ausência de sujeitos, a relação entre eles e as maneiras pelas quais a malária e o doente foram significados. Assim como nossas opções metodológicas foram guiadas por nossos objetivos, aqui também reunimos o que consideramos essencial para alcançá-los.

Começaremos a relatar os resultados da nossa análise - aquilo que trazemos como elementos reveladores ou nossas memórias de viagem - pelos sujeitos que encontramos e suas relações. Sujeitos também englobam a imagem do doente ou daquele exposto ao risco de adoecer, no entanto, em atenção aos objetivos da pesquisa, os resultados encontrados em relação à imagem do doente de malária serão apresentadas em separado. Pela mesma razão, apresentaremos em sub-item específico os resultados obtidos em relação aos sentidos da malária, produzidos pelos sujeitos no entrelaçamento dos seus discursos.

### 5.1 Enunciados e enunciadores: vozes que ecoam do século XIX

Uma das estratégias mais evidentes nos textos da Imprensa e do Estado do final do século XIX foi o fortalecimento do sujeito da enunciação, aquele que assume a autoria do discurso, por meio de atributos próprios e de Ouros. O autor da carta intitulada “Do Rio”, publicada no jornal *Commercio do Amazonas* em agosto de 1898<sup>72</sup>, usa deste mecanismo para

---

<sup>72</sup> DO RIIO, 1898, p.1.

construir-se como uma voz sólida e autorizada, que define o problema da malária<sup>73</sup> em Manaus, julga os envolvidos e oferece soluções para “pronta execução”.

Entre os que o autor convoca para o discurso estão Torquato Tapajós<sup>74</sup> e João Coelho de Miranda Leão<sup>75</sup>. Torquato Tapajós, falecido no ano anterior à publicação da carta, foi, nas palavras do autor - identificado pelas iniciais M.L -, “um dos mais notáveis higienistas”, “ilustre amazonense de saudosa memória” e “de reconhecida competência científica”, tendo apontado o que seria a “verdadeira” origem do problema da malária em Manaus; Miranda Leão, “moço de talento”, “distinto acadêmico”, seria o responsável pela organização das medidas de prevenção à doença apontadas no final do texto.

M.L. também se fortalece pelo confronto, promovendo a desconstrução da imagem dos representantes governamentais e contrapondo-se a ela. Enquanto diz que “levantar barracões, distribuir esmolas aos indigentes” são medidas “dignas de aplauso” e reveladoras do “altruísmo dos altos poderes do Estado”, mas que “em nada removem as causas do mal”, ele próprio apresenta-se como uma “alma indignada” a clamar por justiça, sendo capaz de sofrer com a epidemia e de colaborar para o seu combate com “lealdade” e “dedicação”. O autor cria para o governador uma imagem oposta à sua - de autoridade insensível, ausente, inoperante e inexperiente: “acaso o jovem governador, que hoje viaja a Europa, não via, não sentia, não apalpava as consequências já manifestas de erro tão grave?” E, conferindo ao seu discurso um valor pragmático, conclui: se como ele “procedessem os mais competentes”, a malária não estaria em marcha “progressiva e triunfal”.

Mesmo a população, a quem o autor irá se dirigir diretamente para orientar sobre medidas preventivas, é um Outro em situação oposta: “A higiene um dia asseverou que o flagelo caminhava ao seu declínio e, para logo, governo e povo olvidaram as precauções que se deviam tomar a fim de evitar que o mal ressurgisse de novo”.

---

<sup>73</sup> Usaremos “malária” como nomeação padrão para a doença nos trechos não reproduzidos do original, embora, como indicado nos capítulos 1 e 4, várias expressões tenham sido usadas nos textos analisados para nomear a doença.

<sup>74</sup> Torquato Xavier Monteiro Tapajós, amazonense radicado no Rio de Janeiro, poeta e engenheiro, membro da Academia Nacional de Medicina, autor de obras como “Climatologia do vale do Amazonas” e “Estudos de Higiene”. Informação disponível na Biblioteca de Literaturas de Língua Portuguesa, <<http://literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=10444>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2015.

<sup>75</sup> À época em que o texto foi escrito, João Coelho de Miranda Leão era estudante de medicina no Rio de Janeiro. Depois de se formar em 1899, retornou para o Amazonas, onde assumiu o cargo de inspetor do Serviço Sanitário do Estado e, depois, juntamente com o médico Alfredo da Matta, a chefia da Comissão de Profilaxia Específica e Sistemática da malária e da febre amarela, entre 1907 a 1913. Entre outras instituições fundou a Sociedade de Medicina e Cirurgia (BITTENCOURT, 1973; SCHWEICKARDT, 2011).

O “chefe do saneamento”, Samuel Pereira<sup>76</sup>, é a mais evidente imagem de oposição à M.L., sendo apontado como “o único causador da tremenda hecatombe da população” (o que representa uma contradição, uma vez que a população e o governo também seriam responsáveis pelo problema). Sua desqualificação é contundente, metafórica e irônica. Samuel Pereira é classificado como o “coveiro da formosa Manaus”, aquele que “ao norte e ao sul da República” deixou seu “mais brilhante atestado” de “incompetência científica em matéria higienista” e sua “mediocridade em coisas de saneamento”, o que preparou “com tanto amor esses viveiros onde multiplicaram-se os micróbios da malária”, o “pai dos micróbios” a quem o governador deveria “decapitar”.

Ainda que seja taxativo ao criticar as figuras governamentais e a própria população, M.L. expõe ambivalências no texto, o que poderia enfraquecer seu discurso, mas ao mesmo tempo permitir um espaço de negociação futura - discursiva ou empírica - com o poder público. A principal ambivalência está relacionada à constituição da imagem do governador, a quem não é atribuído nome. Para o governante, o autor cria duas imagens, uma negativa (a qual nos referimos acima) e uma positiva, potencializando ambas com o uso de expressões qualificadoras e antagônicas. O governador seria o que “infelizmente” foi incapaz de conduzir o controle da malária e, ao mesmo tempo, o “distinto amazonense” que “atualmente” dirige o Amazonas e que, “felizmente”, “fez um paradeiro nas ambições de Samuel Pereira”, encerrando os trabalhos da comissão por ele chefiada. Considerando a saída do governador do Amazonas, Fileto Pires, e a ascensão definitiva ao cargo do vice-governador José Cardoso Ramalho Junior, em julho de 1898, é provável que as duas imagens sejam de dois sujeitos ocupando o lugar institucional de governador em momentos diferentes).

Textos oficiais também servem de exemplo para a estratégia de convocar vozes legitimadoras. No período de 3 a 5 de janeiro de 1899, o mesmo *Commercio do Amazonas* publicou o relatório “Benjamin Constant - O relatório médico”<sup>77</sup>, onde o autor, o médico Carlos Grey, dirige-se ao Secretário de Negócios do Interior do Estado do Amazonas para

---

<sup>76</sup> Engenheiro responsável pelos trabalhos da comissão de saneamento criada em 1897 pelo governador Fileto Pires.

<sup>77</sup> GREY, 1899, p. 1 e 2; Idem, 1899b.

apresentar suas conclusões acerca de várias mortes ocorridas naquela instituição<sup>78</sup>, a maioria delas por malária.

No documento, a população é um dos sujeitos convocados para legitimar o discurso sobre a importância epidemiológica da malária em Manaus: “nenhum habitante desta terra desconhece os efeitos do impaludismo e a influência e predominância que ele exerce sobre todas as outras moléstias no organismo humano [...]”. O uso do pronome indefinido *nenhum* aponta para o conhecimento de *todos* a respeito do que diz o enunciado, ou seja, a malária seria uma questão com a qual a população de maneira geral estaria habituada a lidar e por isso saberia da sua dimensão e consequências, o que leva o autor a sentenciar: este sujeito “jamais porá em dúvida” sua “asserção”. Dando concretude ao que enuncia, o autor diz que a população “sabe” que a água que abastece a capital “não é de boa origem e a tem visto represada nos açudes da Cachoeira Grande [...]”. Manejando-a no texto como um sujeito aliado, o autor diz o que a população conhece, faz, pensa e sabe, evocando proximidade e intimidade, mas mantendo-a em silêncio enquanto fala em seu nome.

Carlos Grey não foi o único a convocar a população para tonificar sua voz e nem o recurso esgota-se no século XIX. A população, com o peso simbólico de representar a imagem de *todos*, é um sujeito ao qual tanto a Imprensa quanto o poder público recorreram e continuam a recorrer para robustecer a autoridade do que enunciam. Há neste movimento de aproximação e apoio, uma facilitação para quem diz: a população é um sujeito genérico a quem não se confere nome e sobrenome. Ao mesmo tempo, pessoas *da população*, com identidades reveladas, raramente presentes nos textos do século retrasado, habitam muitos dos discursos atuais, com a mesma função legitimadora. Também em nome dessa população, Imprensa e Estado enunciam sobre projetos e melhorias públicas, problemas e reivindicações, tornando-se a voz daqueles - e aqueles - que seu próprio discurso silencia. Os dois discursos - o da Imprensa e o do Estado - usam a mesma estratégia. No entanto, enquanto mais frequentemente o primeiro reivindica em nome da população, o segundo justifica suas ações em nome dela.

No dia 19 de julho de 1898, o *Commercio do Amazonas* publicou uma nota sem título onde informava que o estado de sanitário de Manaus havia melhorado e chamava a atenção da Junta de Higiene para manter medidas de prevenção à malária no período de vazante e “não se

---

<sup>78</sup> Instituição pública do Governo do Amazonas fundada em 1894, destinada à educação, em sistema de internato, de meninas pobres.



acomodar”, preparando-se para uma possível nova epidemia. Ao longo do texto, o jornal assume o lugar de um Eu coletivo, formado por todos aqueles a quem a malária ameaça. O autor reforça sua posição discursiva com a primeira pessoa do plural, reconstruindo o cenário da doença na capital e intimando o poder público a agir: a malária “*nos* visitou dizimando a população” e deve ser enfrentada se, “por *nossa* desgraça”, reaparecer.

Também falando em nome da população, aqui como um mediador, o jornal *Comercio do Amazonas* informa, por meio da nota “As reclamações”<sup>79</sup>, que os moradores do bairro Mocó pedem ao governador providências para solucionar a falta d’água. A água utilizada pelos moradores estaria, de acordo com médicos, causando muitos casos de malária.

O jornal não se posiciona como membro do grupo em nome do qual enuncia, como na nota anterior, mas media a relação de um grupo de necessitados (“os moradores do bairro Mocó”) com o poder público, representado pelo “Exmo. Sr. Governador do Estado”. A voz dos moradores é indireta. É o jornal - sujeito da enunciação - quem diz: “os moradores [...] reclamam a falta d’água” e “pedem” ao governador “que lhes mande suprimir o precioso líquido”.

Um terceiro sujeito falado - “os médicos” - confere credibilidade à reivindicação e ao que o jornal aponta como “motivos muitos justos” para o pedido de abastecimento. Socialmente autorizado, este sujeito (não nomeado) constrói a relação de causa e consequência entre falta de água e malária e sustenta a necessidade de atendimento ao pedido popular. Como a população do bairro, fala de forma indireta: “os médicos declaram grassar com insistência o impaludismo nesse lugar devido tão somente a água de que os moradores fazem uso”.

Na Mensagem Governamental de 1900<sup>80</sup>, apresentada pelo governador José Cardoso Ramalho Junior, encontramos tanto a população como sujeito em nome de quem se diz e faz, quanto um Outro de quem o sujeito da enunciação se aproxima para reforçar seus atributos e sua voz. Ao relatar a atuação oportuna do Governo em relação à epidemia de malária, Ramalho Junior menciona os relatórios produzidos por sua equipe. Nesses documentos, segundo o governador, estava evidenciada a “solicitude” com que seu governo “procurou socorrer a população indigente, dando-lhe os meios de combater a enfermidade, visitada ela

---

<sup>79</sup> AS RECLAMAÇÕES, 1898, p. 2.

<sup>80</sup> RAMALHO JUNIOR, 1900.

por médicos, profissionais habilitados e zelosos, e tendo ao seu dispor os recursos farmacêuticos necessários”. Aqui, o sujeito da enunciação robustece sua imagem institucional destacando sua atuação em favor dos necessitados e juntando-se a Outros, socialmente também legitimados: a equipe de médicos da diretoria de Higiene, cuja chefia era ocupada por clínicos e pesquisadores, com respeitada atuação<sup>81</sup>.

Outra estratégia usada na disputa de forças em cenas discursivas do século XIX - que também será visível na fase contemporânea da pesquisa - é a de qualificar de maneira oposta - positiva e negativamente - sujeitos que representam o mesmo grupo institucional ou o mesmo governo. Usado pela Imprensa, o recurso parece facilitar a dinâmica de colaboração e oposição com o poder público, uma vez que, atribuindo diferentes qualidades a membros da mesma estrutura política-administrativa, os jornais mantêm uma margem de negociação social ou simbólica. Usada nos discursos oficiais, a estratégia revela a disputa pela independência discursiva daqueles que representavam o governo na condição de dirigentes ou consultores.

Quando o *Comercio do Amazonas* cobra, em nota<sup>82</sup>, atenção das autoridades do Estado quanto a medidas de prevenção à malária, qualifica diferentemente o governador do Amazonas e o diretor de Higiene, embora este esteja inserido na estrutura hierárquica governamental. No texto, enquanto o Governo é aquele que “não se furtou a auxiliar pecuniariamente o serviço de higiene”, as providências tomadas pelo diretor do serviço “nem sempre [...] foram acertadas”. A qualificação antagônica dos dois sujeitos é explícita: “é simplesmente contra quem o dirigiu (o serviço de Higiene) que nos revoltamos”. Esta declaração imprime sentido ao enunciado de abertura da nota, onde é apontada a melhoria na saúde da capital. A ausência de nomeação para os sujeitos qualificados - o diretor de Higiene e o governador de imagem ambivalente - os enfraquece ainda mais. Ao mesmo tempo em que o nome confere existência, sua ausência expande os espaços para referências metafóricas, irônicas e de sentido negativo, uma prática aceita e valorizada no jornalismo em suas fases iniciais.

---

<sup>81</sup> Nos três anos analisados foram diretores de Higiene os médicos Hermenegildo Campos e Alfredo da Matta, ambos com atuação clínica e produção técnica e científica ainda hoje usadas como referência. Alfredo da Matta foi diretor do Serviço Sanitário entre 1899 e 1912 e, de acordo com Schweickardt (2011), publicou mais de 200 artigos científicos em diferentes revistas nacionais e internacionais, estando envolvido nos principais debates científicos e na definição de políticas para a prevenção de doenças tropicais.

<sup>82</sup> SEM TÍTULO, 1898.

A desqualificação do diretor é feita desde o primeiro parágrafo. A frase “continuamos a insistir com a Junta de Hygiene para que não se descuide com as medidas a tomar” indica uma relação de embate anteriormente estabelecida e pressupõe que o diretor não está tomando ou não tomará as medidas para evitar a volta do “triste período por que a população manauense acaba de passar”, ou seja, a “visita” dizimadora da malária. Depois do parágrafo onde opina que “mais vale prevenir do que remediar” e estabelece a aprovação do Governo e a “revolta” contra o diretor da Junta, o jornal desqualifica este último com um enunciado irônico: “Portanto não adormeça o douto areópago sobre as tréguas que a epidemia está oferecendo”. A ineficiência presumida do gestor público e a ausência de seu nome e da sua voz o levam para periferia do discurso, em oposição ao lugar central do jornal (não apenas o sujeito que tem o poder de enunciar, mas de falar em nome da população). As duas posições são reforçadas pelo tom imperativo com que o jornal se dirige ao diretor: “não se descuide”, “não adormeça”, “previna-se”.

Os jornais e documentos oficiais do século XIX também utilizaram o recurso da distinção entre sujeitos políticos, técnicos e operacionais<sup>83</sup>, expondo ou privilegiando uma função no nível do discurso correspondente ou não à sua condição empírica. O estabelecimento de funções distintas e a possibilidade de trânsito entre elas revela a força dos sujeitos de um texto para o outro. O uso do recurso é mais evidente nos discursos originários do poder público ou que englobam sujeitos da estrutura governamental. Observadas nos textos analisados do século XIX, estas funções não estarão ausentes - ao contrário, serão recorrentes - nos jornais e documentos produzidos mais de um século depois.

No relatório<sup>84</sup> que dirigiu ao secretário de Negócios do Interior, o médico Manoel Carlos de Gouveia Filho indica os médicos das circunscrições sanitárias como fontes de “ilustrada e criteriosa opinião” sobre o assunto. Estes representam, no texto, a imagem do sujeito técnico que subsidia a análise do autor, a pedido do secretário do Interior (o sujeito político): “como fosse de vosso desejo, ouvi a [...] opinião dos dignos facultativos”, sendo o relatório o resultado daquilo que os “dignos colegas são acordes manifestamente em acreditar”.

---

<sup>83</sup> Classificamos *sujeito político* da cena discursiva o que enuncia sobre questões macro e que no discurso encarna o poder de decidir sobre algo. O *sujeito técnico* assume a função de especialista, a quem cabe analisar, explicar, sugerir, propor. O *sujeito operacional* emerge do discurso como executor de tarefas. A força simbólica diminui do primeiro para o último.

<sup>84</sup>GOUVEIA FILHO, 1898, p.1.

Na Mensagem apresentada ao Congresso, em julho de 1898<sup>85</sup>, o governador Ramalho Junior constrói a imagem dos médicos como sujeitos técnicos, socialmente encarregados de estudar e oferecer planos para combater a malária, atribuindo-lhes ao mesmo tempo a função de sujeitos operacionais, revelados na narrativa de socorro aos doentes: os médicos foram os “zelosos e eficazes auxiliares” a quem o Governo confiou “essa melindrosíssima tarefa”.

Ao dirigir ao secretário de Negócios do Interior o ofício que trata da ocorrência de malária na capital<sup>86</sup>, o médico Alfredo da Matta investe-se da imagem de sujeito técnico da saúde pública. Oferece recomendações baseadas em observações técnicas e científicas para subsidiar a tomada de decisões, sobre a qual não demonstra ter grande influência: “eis o que sugere a Diretoria de Higiene [...] restando pôr em prática o que achardes mais acertado”. A imagem de sujeito técnico do autor é destacada também pelo verbo dirigido ao seu superior - “vos lembro, cidadão secretário do Interior”, a quem atribui uma função política (decidir pelas ações) - estando, ainda, nos enunciados que fundamentam seu diagnóstico e as sugestões para o enfrentamento da doença - detalhes técnicos de como os rios são contaminados e de como os micróbios se proliferam.

Além dos sujeitos técnico e político, o texto traz a imagem dos sujeitos operacionais representados pelas comissões médicas e pelos médicos da Repartição de Higiene (ambos deveriam assumir o tratamento dos doentes nos bairros afetados pela doença, segundo o autor), e os “práticos da farmácia da Santa Casa” (que deveriam ser responsáveis pelo fornecimento de medicamentos).

Na Mensagem Governamental de 1898, o governador Ramalho Junior estabelece um distanciamento em relação aos aspectos técnicos e científicos da malária e em relação aos “profissionais” que tratariam destas questões. Esta posição está bem demarcada no enunciado “[...] quais as causas que as determinaram, a sua etiologia (da malária), eis matéria que incumbe exclusivamente a profissionais e sobre a qual não me é dado enunciar parecer algum”, onde o advérbio *exclusivamente* reforça a isenção do governante em relação aos aspectos mencionados. O mesmo ocorre com o enunciado “se o mal não cessou inteiramente, nenhuma responsabilidade cabe ao Governo, que envidou esforços para extinguir a epidemia”. Nas duas orações, os pronomes indefinidos *algum* e *nenhuma* enfatizam o não compromisso

---

<sup>85</sup> RAMALHO JUNIOR, 1898, p.4.

<sup>86</sup> MATTA, 1899, p.1.

técnico e científico do Governo, enquanto a afirmação “envidou esforços” sublinha a ação do Estado no âmbito do que o governante considera sua responsabilidade (assistência médica e social, como o texto mostra mais à frente). Desta maneira, o Governo, representado na imagem do governador, é o sujeito político e operacional do discurso, com diversos atributos positivos, dentre os quais a capacidade de prover e tomar “todas as medidas ao seu alcance para combater e extinguir o mal”, oferecendo “prontos socorros” aos doentes, e agindo com “zelo”.

Um aspecto bastante evidenciado nos discursos do Estado - e da Imprensa, considerando a publicação dos documentos oficiais nos jornais - é a posição de independência assumida pelos profissionais da saúde, mesmo na função de dirigentes públicos ou em atividade de consultoria para análise de problemas como surtos ou epidemias de malária em pontos específicos do Amazonas. Embora a serviço do Governo, os autores desses relatórios usam argumentos técnicos e científicos fazendo, quando necessário, críticas ao poder público ou responsabilizando o Estado pelos problemas encontrados, indicando sua autonomia. Assim, revelam que, ao produzir seus relatórios privilegiam seu lugar de interlocução de especialistas e assumem, no texto, a função de sujeitos técnicos. No século XXI este posicionamento de independência estará de alguma maneira demonstrado nos documentos analisados, entretanto pouco será visível na Imprensa, uma vez que na contemporaneidade está estabelecida uma nova lógica de divulgação e exposição da imagem do Estado, com a existência de filtros que ‘purificam’ os discursos para torná-los mais adequados às necessidades políticas da gestão pública, incluindo adaptações de conteúdo e linguagem para divulgação na mídia.

No relatório “Benjamin Constant”<sup>87</sup>, a comissão de médicos que assina o documento<sup>88</sup> indica ter aceito o trabalho solicitado pelo poder público, destacando o interesse do Estado na solução de um problema grave: “Honrados com vossa confiança e no desejo de corresponder à paternal solicitude do governo do Estado de socorrer à orfandade desvalida [...] nos dirigimos àquele estabelecimento para nos desempenharmos da tarefa humanitária”. Isso não os impede, no entanto, de incluir críticas ao Governo nas considerações reunidas após a análise das mortes por malária ocorridas no Instituto.

---

<sup>87</sup> CHAVES et al, 1899; Idem, 1899b.

<sup>88</sup> O relatório foi assinado pelos médicos Vasco Theophisto de Oliveira Chaves, Pedro Nolasco Buarque de Gusmão, Domingos José Ferreira Valle e Jorge de Moraes.

Os enunciadores mantêm a polidez em relação ao poder público e usam o recurso da crítica combinada ao elogio. Valorizando seu lugar de interlocução de especialistas, os médicos apontam problemas, orientam o Governo e classificam o que enunciam como um “pedido” de providências e uma indicação de “conselhos tendentes a melhorar a própria constituição daquelas pobres meninas”, atribuindo de forma contundente a responsabilidade do Estado sobre a ocorrência da doença em patamares elevados: “O revolver de terras feito pela incúria ou inexperiência” causaram as febres “que assolaram esta população sob a forma epidêmica”.

Para iluminar o cenário da doença e tornar claro o envolvimento governamental com a realidade encontrada, os médicos qualificam Manaus como uma cidade que “até pouco tempo” era “regularmente salubre”, tornado-se um lugar de proliferação da malária após as obras de embelezamento e modernização: “Foi depois desses trabalhos de escavação e aterro para o nivelamento das ruas, que apareceram aqui as febres de mau caráter”.

Além de proferir em nome próprio, os autores apresentam o implícito de um descontentamento preexistente sobre as condições de saúde da capital, quando enunciam que “o que dizem sobre a negativa influência do revolvimento do solo não é simples conjectura, mas um fato conhecido”. Além de buscar apoio nesse Outro indeterminado (*dizem*), os autores reforçam a relação entre obras e malária apontando episódios epidêmicos de doença ocorridos em Paris, em 1811, e em outras regiões brasileiras, em 1840.

O médico Carlos Grey, que havia sido convocado para fazer parte da comissão encarregada de estudar as mortes ocorridas no Benjamin Constant, preferiu trabalhar individualmente e produziu seu próprio relatório. No documento<sup>89</sup>, publicado na Imprensa e no Diário Oficial na mesma época em que o da comissão, o autor, apesar de cortês, também responsabiliza o Estado pelo cenário que favoreceu os óbitos no Instituto e a epidemia de malária observada na capital.

Baseado na compreensão de que os miasmas davam origem à proliferação de doenças endêmicas, Carlos Grey aponta que “imensos buracos, aterros feitos sem ordem nem providência por toda a cidade” impedem “o escoamento das águas” e formam “pântanos artificiais que infeccionam todo o ambiente”. O uso da expressão “sem ordem nem providência” evoca uma ação não ou mal planejada, cuja responsabilidade cabe, pelo

---

<sup>89</sup> GREY, 1899, p. 1 e 2; Idem, 1899b.

contexto, ao poder público estadual, que à época não apenas estava realizando grandes obras, como respondia pelo abastecimento de água (outra fonte de malária, de acordo com o texto).

Ao aconselhar o Governo a seguir um plano de melhorias, o autor o qualifica como um “governo patriótico”, disposto “a sanear a cidade e o Instituto”, “interessado vivamente” no “assunto de higiene”, enaltecendo qualidades que servem também para comprometê-lo com a solução do problema. Do mesmo modo que seus colegas no relatório conjunto, Carlos Grey recorre a exemplos para reforçar a relação de causa e consequência entre obras públicas e malária: Nova Friburgo, em virtude de obras de “embelezamento”, e Serra do Mar, durante a construção da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, citando também as vantagens do aterro ou calçamento de terrenos alagados feitos na Holanda para evitar casos da doença.

Descrevendo o processo ambiental que daria origem à malária - elementos vegetais arrastados pelas correntes dos rios, fixação deles no solo e depois a fermentação geradora dos miasmas contaminantes do ar - Manoel Carlos de Gouveia Filho, em relatório publicado um ano antes<sup>90</sup>, também atribui responsabilidade ao poder público. Baseando-se na explicação científica que se preocupou em apresentar detalhadamente, o autor sentencia: “A morosidade incontestável com que se tem realizado a beneficiação do solo posteriormente ao revolvimento é circunstância de alto valor etiológico na manifestação da endemo-epidemia que presentemente nos assalta”. A responsabilidade do poder público, executor do demorado serviço, permanece indeterminado na oração pelo uso do pronome *se*, mas está pressuposto pelo contexto.

A explicação dos processos que permitiriam o surgimento da malária conferem credibilidade ao discurso, indicando que o autor fala do lugar de especialista, constituindo-se na cena discursiva como sujeito técnico. Manoel Filho faz uma série de recomendações ao Governo usando preceitos da “higiene pública e individual”, incluindo aterro dos pântanos, drenagem do solo, calçamento das ruas e outros. “Um aterro convenientemente executado e seguido de arborização do terreno é poderoso meio de destruição do agente malárico”, diz, recorrendo a Outros (indefinidos) para tornar seu discurso incontestável: “Está evidentemente comprovado que o isolamento do solo [...] do contato do ar é medida profilática de valor inestimável”.

---

<sup>90</sup> GOUVEIA FILHO, 1898, p.1.

De início endereçados oficialmente aos representantes do Governo, os relatórios dirigiam-se quase sempre a outros sujeitos - nomeados e não nomeados - aos quais o autores falavam de maneira direta ou indireta. Em 22 de setembro de 1900, em *A Federação*<sup>91</sup>, o autor do relatório que descreve as condições de saúde da região do Rio Negro, Domingos Pinheiro, usa a forma de tratamento “Senhores” para dirigir-se aos médicos: “aquele profissional” que deveria entregar-se “à contemplação da sintomatologia alarmante e bizarra”. Com estes, o autor estabelece uma relação conflituosa, raramente verificada entre a categoria, nos textos observados. Diz que a “incredulidade cética ou otimista de *muitos*” será desfeita se “fatalmente cederem ao trabalho, penoso, é verdade, mas sobremodo útil, de viajar ao interior do Estado, observando, inquirindo e estudando”. Deste modo, além de reafirmar seu conhecimento sobre a região, o autor indica o desconhecimento de parte da comunidade médica sobre aspectos condicionantes da saúde em regiões fora da capital.

Outros endereçamentos específicos também estavam presentes nos textos não oficiais. Em “Os mosquitos e a malária”, publicado em *A Federação*, em novembro de 1900<sup>92</sup>, além de dirigir-se à comunidade científica, o autor fala diretamente aos “viajantes que se propõem a atravessar regiões palustres ou permanecer nelas”, aos quais os “médicos” recomendam “evitar os mosquitos fazendo uso de mosquiteiros e evitando sair de casa após o sol posto”. O texto também fala a um sujeito indeterminado que precisa de adotar medidas preventivas: “para combater-se a malária [...]”.

No texto “A malária, sua profilaxia e seu tratamento”, veiculado pelo *Commercio*, também em 1900<sup>93</sup>, depois de promover discursivamente o diálogo entre os diferentes pesquisadores sobre a ação da quina no tratamento da malária, o autor passa a se dirigir a um outro sujeito: aquele com o poder de avaliar e prescrever tratamento aos doentes e a quem interessariam diretamente as recomendações que o texto fornecia de maneira explícita e detalhada. Este sujeito não é nomeado, mas emerge pelo contexto: o médico. O enunciador usa frases nominais e pronomes indefinidos durante todo o processo de orientação, criando uma cena simbólica em que tanto o sujeito da ação (o que está sendo orientado a prescrever tratamento, portanto, o médico) como aquele que será submetido ao tratamento, são

---

<sup>91</sup> PINHEIRO, 1900, p.2.

<sup>92</sup> OS MOSQUITOS..., 1900, p.1.

<sup>93</sup> LYON, 1900, p.1.



indeterminados gramaticalmente e presumidos pelo contexto. Em tom didático, o jornal faz as recomendações de maneira direta - “As soluções de quinina são irritantes e por isso deve-se tomar precaução de enterrar profundamente a agulha no tecido celular subcutâneo” -, e por meio de perguntas e respostas - “Pode-se prescrever a dose de uma só vez ou em 2 ou 3 frações [...]?”; “Durante quanto tempo deve-se prescrever o quinino?”.

M.L., autor do texto publicado em 1898 no *Commercio do Amazonas*<sup>94</sup> se dirige a muitos: à população, que critica pela falta de cuidados; aos “altos poderes” e ao Governador do Estado, a quem condena pela inoperância e a negligência, fornecendo uma receita de medidas de saneamento básico; à “higiene”, compreendida como instituição de correta conduta; e ao “chefe do saneamento”, em quem a carta deposita as mais pesadas críticas. Além desses, M.L. fala diretamente ao leitor, usando para isso o modo pedagógico e o tom impositivo de dizer. No último trecho da carta, faz um elenco de medidas profiláticas contra a malária, introduzindo ou comentando cada uma delas com termos como “não ignora o leitor”, “note-se”, “vejamos”, “é fácil”, “é o que se chama de [...]”.

No final do século XIX, em um contexto de descobertas e avanços promovidos no campo científico, fundamentais para a quebra de paradigmas - como a teoria do vetor, que viria alterar a compreensão sobre a transmissão da malária a partir do século XX - os jornais (desde sempre abertos para a Ciência) criaram ou reproduziram textos com debates técnicos e recomendações de prevenção à doença, tratamento de doentes e contenção de epidemias, alguns deles ocupando a área nobre de suas páginas. Da mesma forma, o poder público, pelas penas de seus colaboradores, buscou na Ciência a sustentação dos discursos oficiais sobre a malária. Não por acaso, a Ciência foi a voz mais presente nos discursos de ambos, de acordo com os textos analisados. O espaço privilegiado nos discursos midiáticos e oficiais ocupado pelas descobertas científicas sobre a malária no final do século XIX não encontrará paralelo na fase contemporânea, onde predominarão, por força de conjuntura e estrutura dos campos da comunicação, da saúde e das políticas públicas, informações factuais e predominantemente baseadas no incremento ou na redução dos casos registrados.

A convocação de vozes científicas, principalmente vindas da Europa, foi consonante ao cenário vivo das transformações do mundo ocidental daquele período. Sustentadas pela

---

<sup>94</sup>DO RIO, 1898, p1.

Ciência, as vozes autorizadas da Imprensa e do Estado, expandiam assim seu poder simbólico, algumas vezes assumindo enunciados científicos como sua própria voz.

“Os mosquitos e a malária”, publicado em *A Federação*, em 8 de novembro de 1900<sup>95</sup>, é um dos textos em que a Ciência e seus cientistas ocupam o centro da cena discursiva. O texto aparece nas primeiras colunas da primeira página daquela edição, o mais nobre espaço do jornal. Aborda novas descobertas sobre o modo de transmissão da malária e cita a realização de pesquisas científicas internacionais. Descreve especificamente as experiências de Patrick Manson, da Escola de Medicina Tropical de Londres, realizadas com a finalidade de demonstrar que o parasita causador da malária era transmitido ao ser humano pela picada de um mosquito e não pelo ar e outros elementos contaminados, como aceito até então.

Apesar do trecho relativo às experiências de Manson ter como fonte o *British Medical Journal*<sup>96</sup>, o sujeito da enunciação é o próprio jornal: a notícia não é assinada, muitas vezes há o uso da primeira pessoa do plural (“subtraímo-nos”, “devemos”) e o texto foi publicado em espaço destinado aos editoriais.

Muitos foram arregimentados para o texto, compondo uma narrativa científica harmônica. Para construí-la o autor os situa em um tempo e um espaço comuns, onde avanços científicos foram ocorrendo até alcançarem a possibilidade de uma sentença inquestionável: “todos os trabalhos que se sucederam há três anos pouco mais ou pouco menos, nesta ordem de ideias, confirmaram esta interpretação geral”. A interpretação à qual o autor se refere é: “o mosquito ou, mais exatamente, certas espécies de mosquitos, sugam o sangue infeccionado nos indivíduos atacados de malária e quando os mesmos insetos picam um indivíduo são, lhe inoculam o parasita que, afinal, acha neles um terreno de cultura favorável”.

Apesar de se responsabilizar pelo enunciado, o jornal apoia seu discurso nos sujeitos que representam a comunidade científica internacional: em “diferentes sábios italianos, franceses e ingleses, entre os quais devemos citar Koch, Laveran, Ronald Ross, Manson, Sephens e Christophere, Grassi, Biguani e outros”. De acordo com o texto, estes cientistas foram responsáveis por demonstrar com suas pesquisas a validade da teoria do vetor na transmissão da malária: “segundo toda a probabilidade, o mosquito representa na propagação

---

<sup>95</sup> OS MOSQUITOS..., 1900, p.1.

<sup>96</sup>Editado na Grã-Bretanha ininterruptamente desde outubro de 1840 e, ainda hoje em circulação com o nome *The BMJ*, é um dos mais importantes periódicos de medicina e biologia dos últimos cem anos, de acordo com a *US Specialist Libraries' Association* Fonte: site oficial do BMJ, [www.bmj.com](http://www.bmj.com).

da malária o papel que representa a mosca na propagação da pústula maligna, o tse-tse na do [...] <sup>97</sup> da África e, sem dúvida, a pulga na propagação da peste”.

O texto começa com a referência a um sujeito que, em oposição à exclusão que sugere, materializa a inclusão de todos: “Ninguém ignora que, há dois ou três anos, os médicos e higienistas receberam luzes novas a respeito do modo de propagação da malária”. Aberto desta maneira, o discurso situa o leitor sobre universo do qual emerge: um universo onde todos são conhecedores de que novas descobertas vinham sendo feitas em relação à transmissão da malária - incluindo o leitor e o autor: “Sabia-se que o impaludismo é um estado infeccioso...”; “Não se sabia, porém, como esse parasita penetrava no organismo”; “Outrora invocara-se a contaminação pelas vias respiratórias”; “A doutrina era fraca, porém em falta de outra, aceitava-se”.

O autor aplica duas maneiras para mencionar os cientistas envolvidos no discurso. Usa apenas um nome para identificar os pesquisadores, à exceção de Ronald Ross (com nome e sobrenome) e qualifica dois deles: no início do texto, “o sr. Laveran” (“um francês”, responsável pela descoberta do parasita que causa a malária) e o “sr. Manson, professor da escola de medicina tropical em Londres e um dos principais promotores da nova doutrina”. As duas formas situam o autor em posição de proximidade e intimidade científica com os sujeitos de renome internacional.

Diferentemente da maioria dos textos de jornais da época, este tem o tom assertivo e a objetividade do discurso científico e, para o padrão da época, apresenta uma linguagem popular, demonstrada em frases explicativas e conclusivas como a que sintetiza a principal contribuição das pesquisas relatadas: “as experiências demonstram claramente que o ar das regiões palustres não influi para o paludismo, este propaga-se pelos insetos, pelos anolephos”<sup>98</sup>.

Além de valorizar os aspectos relacionados às novidades científicas da malária (“resultados da experiência”, “nova doutrina”), o texto revela o sentido de atualidade das informações levadas ao leitor ao publicar as datas exatas das etapas de realização das

---

<sup>97</sup> Palavra em itálico, ilegível pela qualidade da impressão e reprodução digital da página. A doença cujo vetor é a mosca tse-tse (nome comum do gênero *Glossina*) é a Doença do Sono ou tripanossomíase africana, causada pelo parasita *Trypanosoma brucei*.

<sup>98</sup> Refere-se a *Anopheles*, gênero do mosquito transmissor do plasmódio causador da malária.

experiências - início da experiência: “12 de setembro deste ano”; começo de julho até 21 de setembro, “data em que foram recebidas as últimas notícias dos engaiolados”.

Também em 1900, em “A malária, sua profilaxia e seu tratamento”<sup>99</sup>, o *Commercio do Amazonas* demonstrava a valorização da Ciência no cenário social e discursivo da época e a presença de sujeitos oriundos deste universo no conjuntos de vozes que enunciavam sobre a malária no Estado.

O autor, Dr. Gastão Lyon, “Chefe da Química Médica na Faculdade de Medicina de Paris”, abordava no texto a ação da quina, especificamente do quinino e sais derivados, no tratamento e prevenção da malária, tratando desta ação como algo conhecido mas não explicado até então. A publicação de origem do texto não é informada pelo jornal, constando apenas que foi traduzido para a publicação (“tradução de Gegê para o Commercio”).

Para abordar o assunto, o autor convoca muitos sujeitos e media um diálogo científico: “Esta explicação foi proposta por Buiz [...]”; “Para compreender a possibilidade das recaídas, cumpre ainda invocar os belos trabalhos de Laveran”; “contrariamente a Laveran, Golgi admite [...]”; “os fatos seguintes narrados por Longuet [...]”; “as observações de Graecer [...]”; “O chefe dos médicos das tropas inglesas [...], Anthony Home, encara como dos mais duvidosos os resultados de administração preventiva do medicamento; contrariamente os médicos americanos que o têm experimentado [...] são em geral favoráveis”; “Dois sais de quinino [...] são usados no tratamento da febre intermitente [...], entretanto Laveran prefere [...]” . O texto também adota a identificação do autor entre parênteses em parte das citações indiretas, seguindo o modelo de publicações científicas: “o sulfato de quinino [...] destrói os protozoários (Bouché Fontaine)”; “Pode-se estudar diretamente a ação do quinino [...] (Laveran)”.

Dois anos antes, o autor da carta publicada no *Commercio*<sup>100</sup>, buscou nas inovações científicas a força para as recomendações de prevenção à malária que oferecia ao Governo e ao leitor. Além de convocar Torquato Tapajós e João Coelho de Miranda Leão, que seriam grandes conhecedores do assunto, usou o termo “mais científico” ao explicar um dos métodos que recomendava, desacreditando uma série de preventivos usados à época (ainda que recomendados pela “ciência médica”). Assim, valorizava a Ciência enquanto conhecimento

---

<sup>99</sup> LYON, 1900, p.1.

<sup>100</sup> DO RIO, 1898, p1.

em evolução capaz de transformar antigas crenças, apontando também a valorização da experiência científica em detrimento do conhecimento popular.

Domingos Pinheiro, autor do relatório publicado em *A Federação*<sup>101</sup>, também recorreu à Ciência para confirmar suas afirmações quanto ao consumo prejudicial do álcool, que logo depois iria relacionar com a malária, estabelecendo a “tríade maligna”. Ele dizia: “é fato incontestável que notícias de todos os recantos do mundo científico [...]” mostram “as graves conseqüências resultantes do abuso das bebidas alcoólicas”. Este conhecimento científico ainda estaria sendo “mostrado” e “provado por “estatísticas”, instrumento que àquela época começa a ser explicitamente referido como fonte e prova do que os autores enunciavam.

O governador José Cardoso Ramalho Junior recorreu à elas - as estatísticas - para demonstrar, em sua Mensagem Governamental<sup>102</sup>, que a situação da malária em 1898 era preocupante, mas não tão grave quanto se achava (e como ele, contraditoriamente enunciava na abertura do documento). Ramalho Junior reduz, no texto, a gravidade da epidemia informando que a situação no Amazonas não teve o rigor observado em outros estados e procurando desconstruir um pressuposto discurso antagônico: “a mortalidade não foi tão crescida como se propalou”. Para isso, usa o advérbio *apenas*, minimizando a questão - “apenas uma média diária, nos meses de janeiro a maio de 2,48, aproximadamente 5 óbitos em dois dias”. Recorrendo aos números, o autor sentencia que a estatística “prova a eficácia dos meios empregados para combater o mal”.

Um ano depois, Carlos Grey, autor do relatório individual sobre o Instituto Benjamin Constant<sup>103</sup>, também buscava na estatística uma voz legitimadora do seu discurso (“Para não citar mais do que um argumento poderoso em apoio do nosso modo de ver...”), adotando uma prática que seria mantida e fortalecida no século XXI. É ao registro anual de mortes do Benjamin Constant que Carlos Grey recorre para demonstrar a relação de causa e consequência entre águas e malária, comparando a quantidade de óbitos nos períodos de seca e nos períodos de chuva. O autor usa a “estatística mortuária” para qualificar a malária como um problema grave - nove dos dez óbitos do ano tinham “causa palustre” - e atestar que “o impudismo reina naquele estabelecimento”, além de concluir pela “recrudescência insólita

---

<sup>101</sup> PINHEIRO, 1900, p. 1 e 2.

<sup>102</sup> RAMALHO JUNIOR, 1898.

<sup>103</sup> GREY, 1899, p. 1 e 2; Idem, 1899b.

daquela infecção” no mês de dezembro. Além da estatística de óbitos, o texto inclui outras informações, também quantitativas, para compor o cenário epidemiológico do Instituto, dentre as quais a quantidade de doentes internadas na enfermaria (*cinco*) e o adoecimento de *várias* asiladas.

O uso das estatísticas como recurso legitimador dos discursos da Imprensa e do Estado no século XIX, se deu em um cenário onde a comprovação do conhecimento por parâmetros objetivos passou a ser valorizada no contexto de evolução da Ciência. Avanços como o da Bacteriologia, deslocaram a fonte das certezas: do conhecimento tradicional e empírico acumulado, elas passaram a emergir de resultados exatos, visíveis, laboratoriais. As estatísticas e novas leituras oferecidas pela Epidemiologia moderna também ocupariam - e com destaque - uma grande quantidade dos textos produzidos no século XXI, como poderemos observar, o que significa que mantiveram e ampliaram sua capacidade de motivar e moldar fortemente os discursos, fortalecendo ou enfraquecendo enunciados públicos e midiáticos cujo destino é, em última análise, dar forma e sentido à malária e sua história.

## **5.2 Flagelo que mata, mal que devasta: antigas significações da malária**

A malária parece ter sido desde sempre uma doença superlativa. Por sua existência milenar. Pelo meio mundo que habita. Pelos milhões que afeta. Por seus sucessivos retornos. De paludismo a maleita, passando por impaludismo, febre palustre, febre terçã, febre quartã e sezões, a malária também foi uma doença de múltiplos nomes. De manifestações fortes, deixou suas marcas na textura social e discursiva, recebendo em troca, no fluxo contínuo da história e do texto, os sentidos da sua existência: adjetivada, metaforizada, qualificada, contextualizada e enquadrada pela memória e pelo tempo.

Observamos que nos discursos que circularam nos jornais e documentos oficiais do final do século XIX, quando a Ciência ainda esquadrihava suas raízes biológicas, ambientais e sociais, a malária esteve quase sempre envolvida em redes semânticas de sentido negativo. Mas não só as palavras e expressões, com funções substantivas e adjetivas, a investiram de sentidos. Os jogos de poder, a ciência, a política, a voz ou o silêncio de seus doentes também são parte dos processos de significação e todos os textos analisados a qualificam de algum modo. Nesta análise, procuramos identificar tanto suas nomeações - termos pelos quais foi

diretamente referida nos textos - quanto as qualificações que recebeu direta e indiretamente ao ser contextualizada pelos discursos.

O texto “A malária, sua profilaxia e seu tratamento”<sup>104</sup>, publicado no *Commercio do Amazonas*, em 1900, demonstra o uso de diferentes nomes aceitos pela Ciência e adotados por leigos e especialistas para denominar a doença. De “malária” no título<sup>105</sup>, o nome muda ao longo do discurso para “impaludismo” e “febre palustre”, sendo que “febre intermitente” também é uma expressão usada neste e em outros textos para identificar a malária pelo tipo de manifestação clínica. Os diferentes nomes aparecem isoladamente em algumas orações e em outras estão associados, como nestas sequências: “a ação específica da quina [...] sobre as diversas manifestações do *impaludismo* não podia ser explicada. Sabe-se, hoje, que é a seu poder germicida que o quinino deve sua ação e que ele cura a *febre intermitente* matando os agentes animados que a provocam”; “O quinino é o único remédio que se pode opor à *febre palustre*; as doses e o modo de administração variam muitas vezes segundo se trata de uma *febre intermitente* simples ou de um acesso pernicioso”.

Em “Os mosquitos e a malária”<sup>106</sup>, a doença também é nomeada “impaludismo”, “paludismo” e “cachexia palustre” e o uso dos nomes é aparentemente aleatório, como sugere a sequência onde “malária” é usado no final de um parágrafo (“modo de propagação da *malária*”) e “impaludismo” é usado na frase de abertura do parágrafo seguinte (“Sabia-se que o *impaludismo*...”). Em nenhum momento do texto, a doença é referida como “doença tropical”, apesar da menção à atuação de Manson como professor da Escola de Medicina Tropical londrina. O termo, aliás, não foi encontrado em nenhum dos textos do final do século XIX analisados, o que pode, em parte, ser explicado pela incipiência da disciplina naquele período.

As muitas nomeações da malária parecem refletir uma compreensão ainda em desenvolvimento naquele período dos aspectos de transmissão, sintomatologia e cura e a não consolidação, até aquele momento, de um termo científico preferencial eleito pela Ciência para nomear a doença. A lista de nomeações usadas na época era variada, como Martins Costa (1885) teve a preocupação de apontar, incluindo suas respectivas etimologias: malária,

---

<sup>104</sup> LYON, 1900, p.1.

<sup>105</sup> O uso do nome “malária” apenas no título pode indicar a preferência do jornal por esta forma como nomeação mais popular ou pode ter sido uma decisão particular de quem editou a página.

<sup>106</sup> OS MOSQUITOS, 1900, p. 3

originada do italiano *mala*, que significa mau, e *aria*, ar; impaludismo ou paludismo, do latim *palus*, cujo significado é pântano; febres palustres ou paludosas, febres de acessos, afecções *limnhemicas*<sup>107</sup> (derivadas do grego, e relacionadas a pântano e sangue), febres intermitentes (sem referências específicas, mas que designam uma das manifestações da doença), intoxicação telúrica (do latim *tellus*, terra), febres maremáticas, do italiano, *marémma*, terreno alagadiço à beira mar; além de febres perniciosas, febres de quina, febres endemo-epidêmicas dos países quentes, sezões e maleitas que o autor cita como variações de nome, mas não explicita a origem etimológica ou cultural.

Apesar de não considerarmos que o uso de uma ou outra terminologia tenha produzido sentidos com diferenças significativas, uma vez que tanto os textos midiáticos quanto os oficiais as utilizavam de forma concomitante, identificamos a preferência de alguns termos por gêneros de discurso. “Sezões”, por exemplo, foi um nome usado exclusivamente em anúncios farmacêuticos (aproximadamente 30 tipos de anúncio em um total de 595 referências encontradas na coleção completa dos dois jornais analisados), com uma exceção: uma nota publicada no *Commercio do Amazonas*, em 9 de agosto de 1898, encaminhada de Parintins, onde era informado que as “sezões” estavam se manifestando no interior do município, com alguns casos fatais. “Febre palustre” e “paludismo” estiveram mais presentes em anúncios e obituários do que em textos noticiosos e oficiais. “Impaludismo”, também bastante encontrado em anúncios farmacêuticos e, principalmente no obituário, por sua vez, foi muito observado em relatórios oficiais e notas informativas, onde o termo mais aplicado foi “malária”. Duas expressões, ambas publicadas em textos oficiais, foram encontradas apenas uma vez no *corpus* analisado: “pixeria palustre” e “cachexia palustre”.

A escolha de um termo ao invés do outro em determinado tipo de discurso nos leva a supor que a escolha levasse em conta as preferências do próprio autor diante da necessidade ou intencionalidade de produzir significações: mais abrangente ou mais específica, com uma linguagem popular ou mais restrita. A ausência quase total de “sezões” em textos informativos e opinativos e, por outro lado, seu uso frequente em anúncios farmacêuticos, pode indicar seu sentido generalizado, impreciso e popular, bastante útil para vender a cura para febres intermitentes (que podiam ser malária, mas não necessariamente eram). O uso de “malária”,

---

<sup>107</sup> Mantida a grafia original aplicada pelo autor pela não identificação do termo na linguagem atual.



“impaludismo” e “febre palustre” na maioria dos textos oficiais e jornalísticos da época, indicam certamente sentidos mais precisos em relação à doença.

Assim como os nomes, muitas qualificações deram sentido à malária no final do século XIX. Usando estratégias semelhantes para situá-la no contexto da saúde pública do Amazonas, Imprensa e Estado construíram sua imagem como uma endemia grave. Nota (sem título), publicada no *Commercio do Amazonas* em julho de 1898<sup>108</sup>, a qualificou como uma doença capaz de “dizimar” a população e produzir “desgraça”, associada a fatores ambientais e contra a qual poder público e população precisariam se “armar” (o uso do verbo *armar* sinaliza uma linguagem de guerra pouco usada no século XIX, mas que seria bastante aplicada nos textos do século XXI).

Na carta de M.L., também publicada no *Commercio*<sup>109</sup>, a malária aparece como a materialização de um flagelo evitável, sendo “flagelo” o termo mais usado no texto para referir a doença. Seus sentidos negativos ganham o reforço de “hecatombe” (chacina, matança, catástrofe, calamidade) e de expressões como “dor”, “miséria” e “lágrimas”. A malária seria, de acordo com o texto, um flagelo “pavoroso”, “horroroso”, “terrível”, “que ceifa vidas” e “provoca efeitos assustadores”, “uma tremenda enfermidade que devasta”, “uma tremenda hecatombe da população”, “o mal” que, no entanto, poderia ser evitado se “estrangulado ao nascedouro”. A palavra “coveiro”, que no texto refere-se ao chefe do saneamento, também integra a rede semântica que carrega a malária de pesadas e desoladoras significações. Os pré-construídos (pressuposições de senso comum) dos quais o autor se vale para qualificar a malária são referências úteis para indicar especialmente a semiose infinita, que promove a viagem dos sentidos no tempo, naturalizando sua existência.

“Flagelo” e “hecatombe” eram palavras plenas, já carregadas de sentido negativo, aplicadas também para outras endemias, como a febre amarela, citada deste modo no relatório de Domingos Pinheiro, no final de 1900. Ainda encontramos “hecatombe” no texto sobre as condições médico-sanitárias do Amazonas, assinado por Oswaldo Cruz, em 1912 (CRUZ, 1913) mais de dez anos após a publicação da carta de M.L, no *Commercio do Amazonas*.

O sentido da malária também é construído por sua oposição ao que é bom e belo. O “flagelo” transforma a “formosa cidade”, a “devasta”, dizia M.L. em seu texto, reforçando a

---

<sup>108</sup> SEM TÍTULO, 1898, p.1.

<sup>109</sup> DO RIO, 1898, p. 1.

gravidade e inevitabilidade da doença: sem as medidas de controle, está “a bela capital do Amazonas a braços com o terrível flagelo que a oprime”.

O texto apresenta o pressuposto de que o leitor reconhece a malária como o principal problema de saúde pública local, percebendo seus sinais e efeitos. A palavra “malária” só aparece a partir do oitavo parágrafo da segunda parte do texto, publicada no dia 9 de agosto. Antes e depois disso, a doença é referida apenas com metáforas e adjetivos.

No relatório de Manoel Carlos de Gouveia Filho, publicado no *Diario Official*, em maio de 1898<sup>110</sup>, além do nome “malária”, que aparece apenas no décimo parágrafo, a doença é referida como “pirexia palúdica”, expressão não encontrada em nenhum outro texto do *corpus* expandido. Sua aplicação, neste, aumenta a lista de exemplos de variáveis adotadas nos discursos da época para significar a malária. *Pirexia* é sinônimo de “febre” e ao adotar “pirexia palustre” o autor reforça o sentido da malária como febre que vem dos pântanos, assim como o indicam os nomes “paludismo” e “impaludismo”. No texto, a crença na origem pantanosa da malária também dá sentido ao elenco de causas e condições facilitadoras de sua transmissão em Manaus. O médico faz, textualmente, a ligação entre a doença e as condições que favoreceriam sua transmissão, em perspectiva histórica: “Desde tempos imemoriais se conhece a influência fatal dos pântanos sobre a saúde do homens, bem como a frequência nas zonas palustres das febres intermitentes e remitentes simples e perniciosas”.

O autor assinalava as chuvas, o calor, a enchente dos rios e a impermeabilidade do solo como responsáveis pela formação de pântanos no Amazonas, “verdadeiros laboratórios de malária ou viveiros de germes-morbígenos”, reproduzindo deste modo o discurso hegemônico do período. Para sustentar seu discurso, o médico recorre a resultados de observação empírica e estudos especializados que provariam ser nas regiões de clima quente e águas paradas, que “as febres palustres, com seu cortejo de acidentes clínicos, atingem a máxima frequência e gravidade, como acontece atualmente entre nós”.

Referindo-se a um “cortejo de acidentes clínicos”, Gouveia Filho apontava diferenças regionais nas manifestações da malária, sinalizando para um perfil amazônico da doença, assim como faria Domingos Pinheiro dois anos depois<sup>111</sup>. A expressão “máxima frequência e gravidade” acentua tanto o sentido grave da malária - pelos números e características dos

---

<sup>110</sup> GOUVEIA FILHO, 1898, p.1.

<sup>111</sup> PINHEIRO, 1900.

sintomas - como também sua condição epidemiológica naquela época do ano. Como representante das zonas tórridas, o Amazonas seria, de acordo com o enunciador, uma “bela e florentíssima região” de onde “as manifestações palúdicas absorvem a doença”.

Gouveia Filho também qualifica a malária como uma “infecção cosmopolita” indicando que doença não é uma exclusividade da região (apesar da gravidade e das peculiaridades de seus sintomas locais), “reinando endemicamente” em grande parte da zona tórrida ou temperada do globo. Assim, evoca atenção à presença inerente - ou natural - da malária na capital e à necessidade de que fosse enfrentada conforme suas recomendações, sob pena de ser inescapável ao processo de desenvolvimento urbano.

Um cenário de “dor”, “sofrimento” e “morte” associados à malária também é revelado nos enunciados construídos pelo médico Domingos Pinheiro<sup>112</sup> em diversos pontos do seu relatório. Aqui, a malária torna-se não apenas um mal em si, mas um conjunto de males que dela decorrem. O enunciador diz que as “manifestações reconhecidamente palustres de alta gravidade [...] têm desdobrado o manto sombrio do pavor” e que a vila de Barcelos (antiga capital do Estado e um dos locais visitados pelo médico para a elaboração do documento) tornou-se lugar “de uma tristeza tumular com a passagem merencória da fatídica mandatária da inércia na poliubiquidade de suas manifestações mórbidas distintas e de alta gravidade, pelo complexo cortejo sintomático assustador de curto desenlace e fatal”. Ao criar a expressão *poliubiquidade*, o autor amplia os sentidos devastadores da malária que a própria frase descreve, realçando com esta palavra, sua presença em todos os lugares (ubíqua), aliada aos seus múltiplos modos de se manifestar.

Em trecho mais adiantado do relatório, o médico diz que “uma feição inteiramente nova e estranha” de alguns “estados mórbidos”, que se distanciavam “completamente das descrições clássicas” da malária, apontavam a necessidade de “estudo acurado da patologia amazônica com a respectiva terapêutica clínica”. A observação fortalece o sentido de um diferencial amazônico para a doença, traz o pressuposto de uma inadequação terapêutica (em função da aplicação de tratamentos clássicos para casos não clássicos de malária na região) e ainda dirige uma cobrança a um alvo definido (por lógica de contexto aos profissionais de saúde e poder público): estudos deveriam ser feitos para que “os novos lutadores do bem melhor se inspirem, orientem e se instruem dos descabrosos espinhadeiros que margeiam as

---

<sup>112</sup> PINHEIRO, 1900.

veredas da luta nesta ubérrima porção do Brasil, que muito necessita de corretivos para tranquila e serena travessia”.

Esta característica da doença na Amazônia, com manifestações diferentes das observadas em outros lugares, também integra os discursos de Carlos Chagas e Oswaldo Cruz, elaborados entre 1910 e 1912 e ajudam a criar o sentido de uma *malária amazônica*, ou seja, uma doença universal com características locais, mais graves e pouco conhecidas.

Domingos Pinheiro aborda o estado de saúde das comunidades visitadas a partir do “grande mal amazônico”, que também chama de “tríade patogênica do Amazonas” (malária, alcoolismo e beribéri) ou de “grande mal amazônico”. Os três problemas, postos em situação de coexistência, seriam responsáveis pelo agravamento da saúde das populações observadas pelo especialista. A abordagem das doenças por meio desta “tríade” produz discursivamente o agravamento da imagem de cada uma delas, inclusive a malária, pela superposição de suas implicações e consequências específicas. O agravamento é sugerido quando o autor diz que estes “três estados mórbidos de suma gravidade pelas formas e modalidades as mais caprichosas e bizarras” podem por vezes se associar, “complicando o horroroso cenário patológico” da região.

A maioria dos textos observados destaca a relação da malária com questões não biológicas, estabelecendo o que entendemos como qualificações sociais, ambientais ou geográficas da doença. Estas classificações iluminam a relevância de cada aspecto na formação dos sistemas taxonômicos que promoveram os sentidos da malária e que no século XXI seriam acompanhadas de uma qualificação numérica (quantitativa), largamente observada nos textos da Imprensa e do poder público (no primeiro mais que no segundo).

O médico Carlos Grey, em seu relatório de 1898<sup>113</sup>, qualificava as educandas, muitas delas vítimas da malária, como órfãs, racialmente degeneradas e doentes. Qualificando-as desse modo, o autor qualificava a doença como uma questão social, como causa e consequência de uma miséria física, racial e emocional. O médico também indicava a água como importante causa da malária - tanto pela má qualidade da “água de beber”, quanto pelos pântanos artificiais criados especialmente na época das chuvas e das cheias - apontando, assim, os aspectos ambientais da doença. Carlos Grey, como seus contemporâneos, associava a malária a “miasmas palustres” que teriam como “elemento capital” os “detritos vegetais”.

---

<sup>113</sup> GREY, 1899, p. 1 e 2; Idem, 1899b.

Os miasmas, em Manaus, emanariam de poças e pântanos naturais e artificiais, favorecidos pela conjunção do escavamento da área urbana para a realização de obras; das águas oriundas da chuva e enchentes de rios e igarapés; e da derrubada de árvores sobre as águas paradas. Como destacamos anteriormente, o entendimento de que miasmas dariam origem a doenças epidêmicas orientaram os discursos sobre a malária mesmo após a descoberta do *Plasmodium* como seu agente etiológico, ocorrida na década de 1880. A transmissão vetorial da malária (pelo mosquito do gênero *Anopheles*), que viria a nulificar o paradigma do miasma, só foi reconhecida na virada do século XIX para o século XX, fato que o próprio jornal *A Federação* divulgou na notícia intitulada “Os mosquitos e a malária”, em novembro daquele ano.

A referência de Alfredo da Matta<sup>114</sup> às “imundícies de que se revestem os braços do igarapé da Cachoeirinha e a represa feita nas proximidades da usina elétrica” reafirmam o discurso hegemônico dos miasmas produzidos em pântanos e a transmissão da infecção por contato direto com a água e outros elementos contaminados. O médico associa a doença a micróbios e “quem sabe” a *ptomanas*, uma vez que as águas do igarapé teriam origem em manancial próximo ao cemitério.

Em “Os mosquitos e a malária”, de 1900, a qualificação ambiental e geográfica da doença está na referência aos meios onde sua transmissão é ou não facilitada: “regiões palustres”, “meio não palúdico”, “meio impregnado de paludismo”, “lugar sazonal”.

Os médicos que assinam o relatório sobre o Instituto Benjamin Constant, publicado no jornal *A Federação* e no *Diário Oficial*, no início de 1899<sup>115</sup>, também fundamentam o que estava ocorrendo em Manaus detalhando o processo que estabeleceria a relação de causa e consequência entre águas paradas e malária. De acordo com os autores, “as águas empoçadas [...] converteram-se em focos múltiplos e mais ou menos extensos de decomposição orgânica”, gerando “fermentações miasmáticas” a partir das quais a doença proliferava. À época em que foi publicado o relatório, a comunidade científica ainda acreditava que o protozoário estava no ambiente, o que os autores do texto afirmam no seguinte enunciado: “como o impaludismo tem sua causa específica no hematozoário chamado Laveran é natural

---

<sup>114</sup> MATTA, 1899, p. 1.

<sup>115</sup> CHAVES, 1899, p.2; Idem, 1899b.

supor que ele tenha entrado ali (no Benjamin Constant) com o ar e com as águas, seus veículos ordinários”<sup>116</sup>.

No relatório, o peso social da malária é simbolizado pela expressão “mortífera epidemia”. A adjetivação fortalece a gravidade do substantivo, carregando-o negativamente. Sob essa perspectiva letal e trágica, o relatório aponta a malária como um problema dentro e fora do Instituto Benjamin Constant, situando-a, como os demais textos da época, como decorrente da água empoçada em obras de melhoria urbana promovidas pelo Governo.

O modo pelo qual o governador José Cardoso Ramalho Junior fez a introdução do assunto “higiene pública” na Mensagem de Governo de 1900<sup>117</sup> demonstra o lugar da saúde na hierarquia de responsabilidades públicas estaduais. Depois de abordar a economia do Amazonas, o governante diz que a administração não consiste só em questões de ordem econômica, “embora estas sejam as primeiras pela sua relevância” (o que se explica no contexto de produção de borracha e enriquecimento do Estado). Além delas, “há serviços públicos de que convém tratar, essenciais em todas as sociedades civilizadas”, sendo o primeiro deles o “higiênico”, o que “zela a saúde de uma população”. Ao destacar a relevância da saúde para a vida coletiva, o governador substancia sua afirmação e assume discursivamente a responsabilidade do poder público, afirmando que “o estado sanitário é a condição preliminar de um agregado humano estável: cuidar da saúde pública é obrigação de todo governo que se inspira seriamente na compreensão do seu dever”.

A malária foi a única doença - nomeada - incluída no documento governamental e sua qualificação também foi geográfica e ambiental: a malária seria a “terrível doença dos países de água e vegetação”, ocupando nestes o patamar de “maior flagelo”.

No parágrafo com o qual finaliza o texto de abertura de sua Mensagem, o governador destaca a plena realização das obrigações governamentais em relação à principal endemia do estado: “Se não se conseguiu evitar inteiramente o mal, atenuou-se-o, todavia, largamente, que mais não era possível fazer, nem os socorros médicos são sempre infalíveis”. Deste modo, o poder público enaltecia o cumprimento integral de suas responsabilidades e assumia as limitações próprias e da Ciência, iluminando no texto a fragilidade da condição humana -

---

<sup>116</sup> Schweickdart (2011) destaca que a superação das teorias miasmáticas não ocorreu tão logo se comprovou a teoria dos mosquitos. Alfredo da Matta, que chefiava o Serviço Sanitário na virada do século XIX para o XX, considerava, até meados de 1902, a malária como doença naturalmente inserida na região amazônica, favorecida pelas condições geográficas e ambientais, sendo os pântanos naturais e artificiais sua fonte de infecção.

<sup>117</sup> RAMALHO JUNIOR, 1900.

tanto por uma eventual falha médica ou limitações do conhecimento, quanto pelo adoecimento ou pela morte independentes da falha e de qualquer socorro. Este discurso encontrará um paralelo antagônico no século XXI, onde predominam os discursos que destacam a máxima longevidade do homem e a infalibilidade da saúde como compromisso individual e do Estado, sentidos que representam um conjunto de totalidades discursivamente possíveis e socialmente improváveis.

Dois anos antes, ao abrir seu pronunciamento diante da Assembleia Legislativa, Ramalho Junior havia destacado que a ordem pública permanecia inalterada no Estado, sem qualquer eco das “perturbações graves” ocorridas na capital da República. Também enaltecia o progresso do Estado, que estaria visível no contingente de emigrantes e no aumento da riqueza estadual. E afirmava que “nada houve rigorosamente de natureza a constituir acontecimento de que vos deva largamente informar”, cabendo à Administração, no entanto, por exigência constitucional, apontar o que o Governo fez e o que julga necessário fazer.

Ao iniciar suas considerações sobre a situação de saúde do Estado, no entanto, o governante modifica seu discurso: “uma calamidade nos assolou este ano...”, referindo-se “às febres de mau caráter, malignas, devido à infecção palustre”.

A flagrante contradição no texto - a não existência de fato que devesse ser informando ao Congresso em oposição à “calamidade” com a qual o governador qualificou a ocorrência da malária na sua gestão - produz sentidos ambíguos sobre a doença. Ainda que tenha “assolado” o Estado, a malária não seria suficientemente importante para ser citada. É o que indica a parte inicial do texto. Mas, sendo citada em trecho posterior - como uma “calamidade” -, o sentido se desloca.

A oscilação de sentidos em relação à situação epidemiológica da doença é retomada quando Ramalho Junior suaviza a gravidade que havia indicado com a palavra “calamidade” ao afirmar que a situação no Amazonas não teve o rigor observado em outros estados. O governador ainda procurava desconstruir um discurso concorrente: “a mortalidade não foi tão crescida como se propalou”, apontando para isso os números de morte por malária: “apenas uma média diária, nos meses de janeiro a maio, de 2,48, aproximadamente 5 óbitos em dois dias”.

Usando números e qualificando-os como menores que o apregoado, o governante evoca o controle da situação, semeando certezas: a estatística “prova a eficácia dos meios

empregados para combater o mal”. O uso de dados quantitativos, como fez o governador para qualificar a situação da malária em um período específico, seria um recurso frequente nos textos contemporâneos, recheados de comparações estatísticas, cujo manejo é capaz de favorecer um ou outro aspecto, sem qualquer alteração na lisura das informações.

### **5.3 Febre do silêncio: a voz e o lugar do doente no passado**

Frequentemente o doente de malária esteve ausente ou, na condição de sujeito falado, permaneceu em silêncio nos discursos veiculados pela mídia e pelo Estado no final do século XIX. Quase sempre ocupou os lugares mais periféricos da cena discursiva<sup>118</sup> e muitas vezes serviu ao propósito da ilustração, onde sua história e realidade social deram sustentação aos enunciados elaborados por enunciadores outros. Foram revelados na imagem de pobres, indigentes, excluídos e mesmo no lugar apenas de “indivíduos” ou “doentes” permaneceram, entretanto, distantes do centro do discurso. Neste ponto é importante notar que, no século XIX, os mais expostos ao risco de contrair malária eram os menos favorecidos socialmente - aqueles que habitavam bairros afastados do centro de Manaus e os que viviam em comunidades nas principais calhas de rio, em função da exploração borracha.

Em 1899, ao escrever um ofício ao seu superior, informando sobre a ocorrência de malária me bairros de Manaus<sup>119</sup>, o médico Alfredo da Matta destacava o doente de malária em sua narrativa, manifestando preocupação: impedidos de trabalhar, os afetados pela doença tinham a condição social agravada, uma vez que pertenciam a “famílias pobres de recursos monetários”. Também os denominou “vítimas” da doença (neste caso, vítimas fatais, como indicam as informações de cotexto) e “indigentes atacados de febres”, sendo os da Cachoeirinha, um bairro à época de precária infraestrutura, os que “mais sofrem”. O autor ainda recorreu à palavra “melindroso” para determinar o estado de saúde dos doentes, indicando o sofrimento na situação de experiência da malária.

---

<sup>118</sup>Baseadas no conceito de “lugar de interlocução”, ou seja, o lugar ocupado pelos sujeitos no mercado simbólico, descrito por Araujo, privilegiamos nestas análises a dimensão discursiva do conceito que, em geral, fica ocultada pela força de sua dimensão relativa à cena social. Estes lugares definem-se no texto a partir do direito à voz. As posições mais centrais são ocupadas por aqueles que enunciam e discursivamente são sujeitos ativos. Nas posições mais periféricas, estão os sujeitos falados, com pouca ou nenhuma voz e que permanecem no discurso como sujeitos passivos.

<sup>119</sup> MATTA, 1899, p.1



Ao estabelecer a relação entre malária e trabalho e determinar como causas da doença elementos característicos da periferia social - contato e consumo de água contaminada pela ausência de abastecimento público adequado, e ausência de filtros domésticos - Alfredo da Matta fez emergir o discurso que relaciona doença e pobreza como condição que se perpetua pelo processo cíclico de causa e consequência. De forma explícita ou implícita, esse discurso está presente em muitos textos, realçando a perspectiva social desta endemia.

O governador José Cardoso Ramalho Junior, na Mensagem Governamental de 1898, também investiu o doente com sentidos da pobreza por meio de expressões como “indigentes atacados da malária” e “enfermos pobres”, a quem não faltaram rações diárias, boa alimentação, medicamentos e médicos. Este modo de qualificação mantém os doentes em uma dupla periferia: a social, pelas condições de vida objetivamente narradas, e a discursiva, onde permanecem em condição de passividade, como recebedores da assistência governamental necessária. *Melindrosíssima*, adjetivo superlativo, usado pelo autor para classificar o trabalho de assistência, qualifica tanto médicos quanto doentes, um pelo reverso do outro. O adjetivo, também usado por Alfredo da Matta no documento citado anteriormente, amplia, em um cenário de epidemia, os sentidos de dificuldade, esforço ou perigo associados à presença da malária.

No relatório de Carlos Grey sobre as mortes por malária ocorridas no Instituto Benjamin Constant<sup>120</sup>, são as internas do Instituto que representam a imagem dos doentes e das pessoas expostas ao risco de adoecer: vítimas não apenas da malária e de outras doenças, mas principalmente da pobreza. Os dois aspectos - doença e pobreza - aqui somam-se à orfandade que, por si só, revelaria o lugar social periférico das educandas. O autor aponta que “poucas são aquelas cujo estado é satisfatório”, indicando a gravidade da situação com a frase “forçoso é confessar que a impressão desta revista não foi muito agradável”, onde a expressão *forçoso é confessar* realça a dimensão do problema e o sentido de sua desnecessária existência.

A condição de vítimas sociais das educandas é sublinhada pelas referências negativas que o médico faz a parte delas. Algumas são, de acordo com ele, como “planta nascida em terreno exausto, fora da influência benéfica do sol e dos carinhos do agricultor”, nas quais se vê “a decadência da raça”, provocada pelo “nascimento no seio da miséria”. Outras “têm os

---

<sup>120</sup> GREY, 1899, p.1; Idem, 1899b.

estigmas do impaludismo”<sup>121</sup>, ou “ainda conservam sinais da moléstia”. Essas meninas estariam “depauperadas pelas condições de seu nascimento e pela vida miserável da primeira infância”, e também pelas “condições debilitantes de sua vida coletiva atual”, representadas, entre outras coisas, pelo confinamento e pela alimentação deficiente.

Triplamente (des)qualificadas como órfãs, racialmente degeneradas e doentes, as alunas do Benjamin Constant são levadas da periferia social para a periferia do discurso: socialmente desfavorecidas pela miséria física, racial e emocional e discursivamente, pela passividade e ausência de voz.

As educandas, como representação dos doentes de malária, ocupam, no relatório da comissão de médicos que visitou a instituição<sup>122</sup>, o mesmo lugar discursivo que ocuparam no relatório do médico Carlos Grey<sup>123</sup>. São igualmente qualificadas com recursos que indicam seu desfavorecimento social, com o uso de um advérbio de inclusão que pressupõe uma condição permanente de exclusão - “até as educandas” - ou o uso de um adjetivo de sentido diminutivo - “pobres meninas”. Mencionadas como as que seriam “ouvidas”, nada sobre o que tenham dito está escrito no relatório.

Quando os médicos da comissão reforçam a responsabilidade do poder público indicando que “o revolver de terras feito pela incúria ou inexperiência” causou as febres “que assolaram esta população sob a forma epidêmica” revelam outro sujeito passivo e sem voz - a população - que ocupa neste, e na maioria dos textos observados, um lugar discursivo periférico. Investida da imagem de uma coletividade sofrida, a quem a malária “assola”, a população surge no discurso para fortalecer os argumentos dos enunciadores - em nome dela o poder público deveria agir, em nome dela fica evidenciada a gravidade da malária na capital do Amazonas. É para o bem das “educandas e de toda a população” que os autores do relatório enunciam: “convinha que o governo, de preferência a tudo, promovesse a conclusão de aterros e escavações e mandasse calçar as ruas, como meio de extinguir os pântanos artificiais”.

Sujeito também passivo, ocupando a periferia do discurso, está o que representa a imagem dos operários de obras em Manaus, citados pelo jornal *A Federação*, no editorial “Os

---

<sup>121</sup> Estigmas neste caso indicam os sinais de cronicidade da doença, como se depreende deste e de outros textos do período, e não marcas discriminatórias.

<sup>122</sup> CHAVES et al, 1899; Idem, 1899b.

<sup>123</sup> GREY, 1899; Idem, 1899b.

críticos da *pa'rulha*<sup>124</sup>. O jornal os aponta como vítimas enquanto indivíduos afetados pela malária e seus desdobramentos físicos, emocionais e sociais - “uns morreram, outros fugiram, espavoridos ou enfermos em busca dos pátrios lares” - também responsabilizando-os de modo indireto pela proliferação da doença na capital, uma culpa compartilhada com o Governo. “Por isso (por *morrerem* ou *fugirem*) e por outras causas, os trabalhos marcham lentos, ficando em atividade os focos de infecção a ameaçar Manaus, qual espada de Dâmocles”<sup>125</sup>.

Em seu relatório de 1900<sup>126</sup>, Domingos Pinheiro qualifica as pessoas doentes de malária, ou afetadas por um dos componentes da “sombria trindade patogênica”, com o mesmo lirismo e o mesmo recurso de reforço semântico por oposição, utilizados para qualificar os demais aspectos e sujeitos envolvidos com a doença ao longo do texto.

Quando menciona os indígenas como os mais gravemente afetados pela doença, o autor utiliza um parágrafo inteiro para caracterizá-los como não civilizados e para apontar suas práticas culturais como ingrediente facilitador da malária: “De feito, mergulhados na estupidez selvagem de um barbarismo medieval, em absoluto inconciliável com os elementares preceitos de civilização e de progresso [...], convictos na prática do sentimentalismo bruto e cego fundamentado nos encantos inocentes de uma fonte inesgotável de lendas [...], os indígenas, isto é, os naturais da terra, foram dos que mais baquearam nesta horrorosa hecatombe”. Por outro lado, os não indígenas expostos à malária (ou à “tríade patológica”), são qualificados pelo enunciador como “população laboriosa e ordeira”, “arrojados lutadores da vida”, mas em estado de “penúria”, de “miséria fisiológica inconfessável”, sendo parte deles (os doentes, efetivamente) pessoas com “vícios de toda sorte” que sustentam o “grande mal amazônico”.

Dessa maneira, o autor responsabiliza os doentes e os distingue por raça e comportamento, classificando os indígenas como pertencentes a uma raça menor, com práticas incompatíveis com a saúde, enquanto os não indígenas pertenceriam a duas categorias: uma positiva, composta pelos trabalhadores sem vícios e uma negativa, onde estão os marcados pelo vício e pela miséria física. Assim, o doente (sempre observado pelas lentes da “tríade patogênica” que inclui a malária) é qualificado no relatório como um “miserável

<sup>124</sup> OS CRÍTICOS..., 1899, p.1. Provável erro na composição sugere que a palavra seja “patrulha” e não “pa'rulha”.

<sup>125</sup> Expressão que, pelo contexto, referencia perigos iminentes.

<sup>126</sup> PINHEIRO, 1900, p.1.

moribundo”. Ainda que por outros motivos, o sujeito que representa o doente neste texto, ocupa a mesma periferia social e discursiva das educandas do Benjamin Constant e dos moradores da Cachoeirinha.

O posicionamento do sujeito que representa a imagem do doente de malária na periferia discursiva não é um recurso adotado pelo sujeito da enunciação de forma totalmente intencional, na disputa pelo poder de produzir sentidos. As coerções ideológicas (Verón), assim como as coerções editoriais e de formato dos suportes discursivos concorrem sempre para que o dito seja um e não outro. Ainda que os doentes tenham sido eventualmente ouvidos - como é provável que tenham sido nos processos de investigação feitos pelos médicos a serviço do Estado, ou como fontes informais para a Imprensa - suas vozes e identidades não cabiam no formato hegemônico dos discursos de mídia e oficial do final do século XIX, o que em parte explica o fato de serem, quando muito, sujeitos de quem se fala e, com uma rara exceção nos textos avaliados, sujeitos invisíveis ou em silêncio. Nas cenas discursivas do período, quando presente, o doente permaneceu em situação de passividade, à margem do discurso onde outros, quase sempre os mesmos, fizeram suas narrativas sociais, políticas ou científicas e sobre as quais ao doente não foi dado enunciar. A passividade, complementar ao silêncio, parece decorrer mais diretamente das práticas sociais do que de coerções específicas impostas pelo fazer jornalístico e publicitário oficial.

De todos os lugares observados nos dois suportes discursivos em apenas um coube o doente, com nome, sobrenome, idade e naturalidade: o obituário, onde notas como “Francisca Aprígia da Silva, filha de Manoel Aprígio do Carmo, 50 anos, amazonense, solteira, vítima de malária” ou “Joanna Maria da Conceição, com 28 anos, casada, cearense: malária”<sup>127</sup> deram visibilidade à identidade das vítimas da doença.

O texto “A malária, sua profilaxia e seu tratamento”, publicado pelo *Commercio* em 1900, reforça o mesmo modelo de posicionamento do doente na periferia discursiva. Em nenhuma frase das inúmeras que o autor usa para oferecer orientação de tratamento e prevenção há uma referência direta àquele que será tratado. O jornal diz: “as doses médias a empregar nos casos simples são de 80 centigramas a 1 grama”; “seria inútil e muitas vezes perigoso passar estas doses; não se pode perder de vista que o quinino pode determinar diferentes perturbações nervosas, desordens digestivas, respiratórias, circulatórias (entre as

<sup>127</sup> OBITUÁRIO, 1900, p.2; Idem, 1899, p.2. Este gênero de publicação não integra o *corpus* analítico, como mencionado no capítulo anterior, servindo apenas para contextualizações e exemplos.

quais a síncope mortal tem sido muitas vezes observada); “o que cumpre reter, em suma, é que o quinino administrado 8 a 10 horas antes dos temores tem eficácia quase certa”. Sem ser mencionado, o sujeito a quem o tratamento se destinava foi mantido indeterminado no nível semântico e invisível no nível discursivo, permanecendo sem respostas perguntas que poderiam derivar das orações de aconselhamento: *a quem as doses serão empregadas? quem corre perigo se passadas estas doses? em quem o quinino pode produzir perturbações nervosas? quem sente temores?*

O reduzido poder do doente na cena discursiva reflete seu poder na cena social, estando a perpetuação de um sob a influência do outro. O rompimento do silêncio, da invisibilidade e da exclusão (que se mostrará crônica), como no mais qualquer mudança social operada pelas vias do discurso, dependeria, como ensina Fairclough, de recorrentes fugas das práticas hegemônicas, um movimento que no tempo e no espaço observados, não nos foi possível identificar.

#### **5.4 Aliados e oponentes nas linhas do século XXI**

A observação dos sujeitos e suas relações intra e interdiscursivas na fase contemporânea de análise (2005 a 2007) mostrou estratégias de concorrência e colaboração entre Estado e Imprensa em grande parte semelhantes às utilizadas no final do século XIX, ainda que os dois períodos tenham sido marcados por diferenças sócio-históricas expressivas, com variadas coerções, determinadas pela ideologia e pelos modos de produção jornalística inerentes a cada momento.

O poder público, principal interlocutor da Imprensa no passado, manterá aqui seu espaço central e privilegiado nas cenas discursivas vivificadas pelas páginas de jornal e a relação entre os dois continuará a ser feita com o auxílio de Outros, cuja presença explícita ou implícita ajudará a definir os contornos da realidade simbólica da malária, suas questões e seus sujeitos.

Durante os três anos de análise, os jornais *A Crítica* e *Diário do Amazonas* adotaram diferentes posturas político-editoriais em relação ao poder público, notadamente o estadual, então responsável pelo controle da malária na maioria dos municípios amazonenses, inclusive Manaus. Enquanto o primeiro posicionou-se de modo predominantemente crítico, o segundo

foi, de maneira geral, seu aliado ao longo do período estudado. Os distintos posicionamentos permearam a construção de frases, a escolha de palavras, a convocação de sujeitos aliados e oponentes e o manejo dos discursos, estando perceptíveis na superfície e nas entrelinhas dos textos.

Editoriais abordando diferentes aspectos da malária, com matérias vinculadas sobre o tema na mesma edição, são exemplos da definição dos espaços ocupados por cada veículo no cenário social e discursivo daquele período.

“Diante de uma ameaça”, editorial de *A Crítica*, publicado em 2005<sup>128</sup>, faz uma condenação explícita ao poder público estadual. O autor toma por base dados de malária e cobertura vacinal, fornecidos pela Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (Susam) e Ministério da Saúde (MS), respectivamente, para afirmar que a volta de doenças ameaça o futuro, concebido como um espaço generalizado de risco.

O quadro negativo da saúde pública, partindo do presente para o futuro, aumenta de gravidade na narrativa - de um “quadro preocupante” a uma “situação crítica” e, finalmente, a um “cenário assustador” - sendo o governo estadual responsabilizado e, desde o início, alertado e orientado a agir, a fim de evitar, no futuro próximo, “longos surtos, endemias, epidemias e todas as consequências provocadas por essa cadeia de males”. Para construir os cenários da saúde estadual, o jornal recorre a pré-construídos carregados de sentidos negativos e apelos emocionais, lembrando a “cruel fase das vítimas da paralisia infantil”, o tamanho do “drama” e a superação da “tragédia”.

A matéria “Surto de malária sem controle” e a chamada de capa no caderno de Cidades (“Estado sofre surto de malária e registra 120 mil casos até junho”)<sup>129</sup> potencializam o discurso do editorial sobre o cenário negativo da saúde pública, anunciando um aumento de 20% de casos de malária no primeiro semestre, decorrente do que seria a ineficiência de estratégias de controle utilizadas pelo Governo do Estado.

A chamada traz, sem legenda ou qualquer indicação, a foto do então presidente da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS), com a expressão de quem fala, de quem, por contiguidade observada no cotexto, se responsabiliza pelo enunciado, dando credibilidade ao que o jornal enuncia.

---

<sup>128</sup> DIANTE..., 2005, p. A4.

<sup>129</sup> SILVEIRA, 2005, C5 e C1, respectivamente.

O subtítulo aponta a responsabilidade do Estado no controle do surto enunciado e evoca a continuidade do problema por tempo indeterminado: “apesar da mudança de estratégia do Governo do Estado [...] ações ainda não surtiram efeito para reduzir o número de casos da doença”, dizia o texto.

No conjunto de fatores que concorrem para a apresentação de um cenário de surto descontrolado de malária, o jornal ainda inclui na seção “Busca Rápida” o título “Efeito Colateral”, termo que, no texto, indica o problema específico dos efeitos da medicação para a malária do tipo *falciparum* e que no contexto da notícia, e considerando a medicalização da linguagem, é uma expressão que sugere o conjunto de problemas decorrentes do “surto sem controle”.

O jornal também reforça a gravidade da malária no estado, destacando três números com uma cor diferente e com fonte maior que as usadas na página (só menor que a do título principal), em escala descendente e não referentes ao conteúdo da notícia principal: 160 mil, 10,4 mil e 700. Os 160 mil referiam-se aos casos de 1999 (maior surto até aquela data); 10,4 mil era o total de agentes que iria atuar no combate à malária; e 700 era o número correspondente à quantidade de criadouros de peixe existentes à época, apontados como “os principais responsáveis pela explosão da malária, principalmente no entorno de Manaus”.

Uma das fotos que ilustra a matéria é a de uma mulher deitada nas cadeiras de espera da Fundação de Medicina Tropical (FMT), com uma cadeira vazia no canto esquerdo da imagem, duas outras pessoas aguardando atendimento e um corredor livre. A legenda da foto quase a contradiz: “[...] em média são atendidas 100 pessoas por dia com os sintomas da doença”. A segunda foto mostra a coleta de sangue para o exame de gota espessa com a legenda, informando que a instituição faz testes para confirmação da doença. A segunda frase da legenda, desnecessária por não ter relação com a foto, diz que a malária pode “até matar”, agregando medo ao conjunto de fatores explícitos e implícitos sobre a malária no texto.

Em direção oposta ao jornal *A Crítica*, o *Diário do Amazonas*, por meio do editorial “Ação de impacto contra a malária”<sup>130</sup>, realça a imagem positiva do poder público estadual, qualificando o Governo como o reverso de “autoridades políticas” e “laboratórios farmacêuticos”, que “nunca levaram a sério o combate à malária”. Publicado na edição em

---

<sup>130</sup> AÇÃO..., 2007, p. 4.

que o jornal anunciava o lançamento do plano controle da malária<sup>131</sup>, o editorial incorporou ao título o discurso governamental<sup>132</sup>.

No conjunto de atributos negativos associados aos Outros (autoridades e laboratórios) estaria, de acordo com o texto, o limitado trabalho de prevenção à malária, que “resumia-se” à borrifação e a falta de novas drogas para o tratamento da doença, o que o autor realça citando a data de descoberta do quinino (1642), que até aquele período seria a base dos remédios disponíveis.

Anunciando e aprovando o plano, que destacou como um dos assuntos principais da edição, o jornal elevava a imagem daquela gestão, atribuindo-lhe o mérito de romper com uma tradição de indiferença: aquele seria o Governo que “sai da mesmice e busca a combinação de ações” para reverter o problema histórico da malária.

Para apoiar sua opinião e sublinhar, pelos Outros, os atributos positivos com que procura revestir a imagem do Governo, o jornal convoca “várias organizações de seriedade indiscutível”, defensores da distribuição de mosquiteiros - uma das estratégias do plano governamental - dentre os quais a Organização Mundial de Saúde e a Organização Não Governamental Médicos Sem Fronteiras. Também reúne os números que qualificavam a malária no mundo, apontando por meio deles o grau de importância global da doença e reforçando a relevância da atenção que o poder público estaria dando à questão no nível local. O texto apontava que a malária mata 1 milhão de pessoas por ano, fato que deveria sensibilizar “autoridades dos países ricos e a elite internacional” a investir o suficiente para “extirpar” essa doença “que tanto mal traz à humanidade” e, como contraponto local, dizia que a doença “deve estar sob controle”, em 2010, quando o número de casos cair para 56 mil, considerando as metas do plano.

Como *A Crítica*, o *Diário do Amazonas* potencializa seu discurso por meio de outros textos da mesma edição: três notas na coluna Claro&Escuro (“Mosquiteiro tailandês”, “Estratégia” e “O custo”) e uma charge<sup>133</sup>, na página de Opinião (abaixo do editorial), e uma

---

<sup>131</sup> AMAZONAS, 2007. Para facilitar a leitura, iremos nos referir sempre a “plano de 2007”.

<sup>132</sup> O Plano ganhou o nome fantasia de “Operação Impacto”, como o próprio Diário iria anunciar na notícia principal.

<sup>133</sup> Não analisada em função da escolha metodológica de selecionar para o *corpus* apenas notas e notícias, com seus elementos correspondentes (título, subtítulo, box e fotos).



notícia no caderno de Cidades (“Governo lança plano para combater malária”), com chamada de Primeira Página (“Combate à malária terá mosquiteiros”).

A chamada destaca o mosquiteiro como uma das estratégias do plano e o texto constrói a imagem de uma grande ação promovida pelo Governo com a finalidade de reduzir os casos de malária. A apresentação da meta (70%) e do período em que a ação aconteceria (até 2010), além da indicação de parceria com especialistas de Cuba, remetem para o sentido grandioso da medida.

As notas da coluna Claro&Escuro seguem o modo de construção positiva da imagem do poder público, utilizando o Outro como espelho ou reverso. Em “Mosquiteiro tailandês”, o texto convoca a Bayer, fabricante do inseticida usado nos mosquiteiros, e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), instituição reconhecida internacionalmente, para apontar as vantagens do produto. Enquanto a Bayer informava que o mosquiteiro pode ser lavado e durar até cinco anos, o Inpa afirmava que o custo do produto (18 dólares) é menor que o de borrifar as casas três vezes ao ano.

Estudo de um pesquisador da ONU é usado para realçar a importância do mosquiteiros: 250 mil mortes de crianças poderiam ser evitadas na África. A informação serve não apenas para destacar a qualidade técnica da estratégia escolhida, mas também para qualificar positivamente o cenário da doença no Estado, no quesito letalidade. Ao contrário do continente africano, diz a nota, “no caso do Amazonas, as mortes por malária são bastante raras”.

Outra estratégia do plano, indicada nas notas, é a utilização de novos produtos para borrifação. Como os mosquiteiros, os inseticidas teriam procedência estrangeira - “produzidos na França” (no jornal *A Crítica*, a troca do inseticida foi atribuída à exigência de famílias que teriam relatado alergias aos produtos então utilizados). A indicação de fabricantes estrangeiros reveste a gestão do atributo positivo de buscar ao redor do mundo as melhores soluções para o problema da malária<sup>134</sup>.

O jornal compromete-se com o Governo quando compromete-se com as metas do plano. Ao apresentá-las numericamente, o faz como afirmação sua, como já havia feito no

---

<sup>134</sup>Também rememora uma prática da fase áurea do Ciclo da Borracha: o intenso uso de serviços e, principalmente, produtos europeus, considerados melhores que os locais ou a única alternativa possível. O consumo e valorização do que é estrangeiro teve um novo reforço com a implantação da Zona Franca de Manaus, no final dos anos 60, a partir da qual o comércio se encheu de produtos importados, ampliando o consumo de alimentos, vestuário e equipamentos eletrônicos originários de outros países.

editorial: “Este ano, o Amazonas deverá fechar com 216 mil casos de malária, que *serão* reduzidos gradativamente até atingir 56 mil em 2010”.

Na notícia “Governo lança plano para combater malária”<sup>135</sup>, o jornal mantém sua aliança. As frases de abertura do texto destacam o Governo como sujeito político, no centro da cena discursiva. A partir do segundo parágrafo, a voz que enuncia é deste sujeito, representado pelo governador do Estado e pelo diretor presidente da FVS, que assume no discurso a função de sujeito técnico (função que no editorial coube ao secretário de saúde) - enunciando a maioria das informações relacionadas às metas e estratégias para o controle da malária.

A relação discursiva entre o Governo e os demais sujeitos do texto é feita por associação, sem embates explícitos. O Ministério da Saúde, silenciado nas notas, aqui é situado como um sujeito aliado. A parceria é destacada na voz do governador: “O Estado e o governo federal investem anualmente R\$ 14 milhões no Amazonas” .

No meio da notícia, pelo recurso do “olho”, o jornal destaca uma frase atribuída ao governador: “Este plano mostra que o Estado só avança e depende de todos nós para dar certo”. Na expressão “O Estado só avança”, o advérbio *só*, associado ao verbo *avancar*, indica uma ação plena e contínua e, neste contexto discursivo, sugere que o Estado, no espaço temporal de lançamento do plano (portanto, naquela gestão), está em avanço permanente. As aspas são também uma convocação ao leitor e todos os sujeitos envolvidos no texto para uma união de forças que estaria destinada a manter os avanços até consolidar o que o governador caracterizou como *dar certo*: “o Estado [...] depende de todos nós para dar certo”.

A foto que ilustra a matéria foi produzida, conforme o crédito, pela Agência de Comunicação do Governo do Amazonas (Agecom)<sup>136</sup> e mostra, em primeiro plano, uma rede equipada com mosquiteiro, que encobre a imagem do governador até a altura dos ombros. O governador está sorrindo para as autoridades que o acompanham. A legenda destaca o mosquiteiro como uma das estratégias do plano.

Na mesma data (8 de novembro de 2007), o jornal *A Crítica* publicou um conjunto de textos sobre o mesmo assunto<sup>137</sup>. Deu ao plano de controle a manchete do jornal (“R\$ 276 mi para combater a malária”) e uma notícia de página inteira, publicada no caderno Cidades

<sup>135</sup> GOVERNO, 2007, p.1.

<sup>136</sup> Atualmente Secretaria de Comunicação (Secom).

<sup>137</sup> “R\$ 276 MI...”, 2007, capa; PRAZERES, 2007, p.C1, respectivamente.

(“Programa de R\$ 276 mi para combater malária”). Mas, diferentemente do *Diário*, estabeleceu nítido embate entre o Governo e os Outros - mesmo entre os aliados na cena social - , tornando ambivalentes os sentidos sobre o plano e o poder público e mantendo a posição crítica demonstrada no editorial de 2005.

Na manchete e na notícia, *A Crítica* dá destaque aos investimentos. A manchete é nominal e oculta o sujeito responsável pelos valores anunciados: o Governo do Estado (que somente no subtítulo da notícia, no caderno Cidades, será apontado como autor do plano). O texto de apoio à manchete mantém o sujeito oculto e apresenta as metas do plano até 2010, sinalizando para o caráter não pontual da ação, que se justificaria pelos números da doença registrados pela FVS. O advérbio *somente*, usado na expressão “somente este ano”, aponta para a gravidade da situação.

As estatísticas foram, neste e na maioria absoluta dos textos observados entre 2004 e 2013, o aliado objetivo e numérico com o qual Imprensa e poder público contaram para substanciar seus discursos. Informações absolutas e percentuais sobre os casos de malária, com uma enorme variedade de comparações - foram, quando não o apoio, o fio motivador e construtor da maioria dos textos veiculados. Os números que balizam a realidade simbólica da malária na contemporaneidade, se não figuram como assunto principal, são infalíveis como assunto secundário. Além dos casos, outros números, quase sempre grandiosos, foram usados ao longo do período estudado como fontes qualificadoras da malária e seus aspectos técnicos, sociais e ambientais, como demonstrado aqui, onde *A Crítica* privilegiou, desde a manchete, os investimentos previstos para o programa.

O cabeçalho da notícia, no caderno Cidades, destaca a meta parcial do plano (evitar 60 mil casos novos de malária em 2008), colocando seu alcance em dúvida por meio da expressão “se possível”. O jornal usa *armas* entre aspas para citar algumas das estratégias anunciadas pelo Estado e classifica a ação do Governo como “empreitada”, reforçando o tamanho do desafio e o sentido da dúvida.

No texto, um embate é revelado na articulação de vozes que representam instituições presentes e ausentes na solenidade de lançamento do plano, comandada pelo governador do Estado. Metas e ações anunciadas são desafiadas no diálogo entre as vozes, na estrutura do texto e no uso de palavras e expressões desqualificadoras.

O Governo do Estado é situado no discurso como opositor da Prefeitura de Manaus, com quem dois antes havia executado um plano emergencial para combater a malária na capital. O embate começa no *lead*, após as frases que referenciam o lançamento do plano, suas metas e investimentos. O sujeito da enunciação - o repórter que assina a matéria e o jornal, solidariamente<sup>138</sup> - diz que o governador “acirrou os ânimos eleitorais” ao criticar a Prefeitura de Manaus e, afastando-se da cena, traduz a crítica do governante: “segundo ele (a prefeitura) não assume a responsabilidade de combater a malária na capital”.

A relação de conflito entre as duas instâncias de poder é levada para o box, onde ganha destaque. Neste lugar, iluminado pelo título “Braga<sup>139</sup> faz uso político do mosquito”, o governador é qualificado como um crítico freqüente do poder municipal (ele “não perdeu a oportunidade de criticar o trabalho feito pela Prefeitura”). O governante comparece ao diálogo pelo discurso direto: “Na capital, lamentavelmente, a Prefeitura de Manaus não assume o controle de endemias”. O complemento da fala sugere uma via de aproximação entre os dois sujeitos, que o jornal minimiza usando o verbo *disparar*, após o fechamento das aspas: “Nós estamos buscando uma parceria com a Prefeitura de Manaus”, *disparou* o governador em entrevista coletiva”. A escolha do verbo, que denota agressividade e ataque, foi um recurso usado para manter o tom de conflito.

A Prefeitura é convocada a se manifestar e o faz por meio da Assessoria de Comunicação da Secretaria Municipal de Saúde (Semsma Manaus), indicando neutralidade em relação ao debate firmado no texto e informando, duplamente pela via indireta (pela Assessoria e pelo jornal), que “realmente não tem o controle do combate de endemias, atribuição que cabe aos municípios”, mas que estuda a melhor forma de assumir essa responsabilidade.

O texto mostra que o discurso de união de forças em torno da malária robusteceu este sentido mas não neutralizou o embate político entre Estado e Prefeitura, embora ambos tenham procurado, de maneira geral, demarcar o plano como o ponto superação (ao menos

---

<sup>138</sup> A assinatura de matérias não configura, em nossa avaliação, a autonomia do autor em relação ao conteúdo e tipo de abordagem do assunto, a não ser nas páginas de opinião. Neste caso específico, a condição do jornal - e não apenas do repórter - como sujeito da enunciação fica reforçada pelo fato de que o assunto tornou-se a manchete do dia, o que evidencia o interesse editorial do veículo pelo tema em questão. Os processos de apuração e redação da notícia são marcados por coerções de forma e conteúdo sob as quais o repórter submete sua produção. Portanto, textos assinados ou não, exceção feita aos opinativos, publicados em espaço próprio, representam, em nossa concepção, a voz do jornal.

<sup>139</sup> Eduardo Braga, então governador do Amazonas.

temporária) do que seriam os problemas causados no campo da saúde pela não certificação de Manaus para o controle de endemias (reiteradamente citada em notícias anteriores).

Outros embates são promovidos no texto a partir da apresentação e desqualificação das ações e metas do plano: entre Governo e agentes de saúde; entre Governo e populações; entre Governo e Inpa.

O anúncio de distribuição de motores para embarcações é confrontado com o fato dos agentes terem de usá-los em suas canoas. O embate se dá na seção “Busca Rápida”, cujo título é “Rabeta nas próprias canoas”. O advérbio *apesar* abre a frase inicial, reduzindo a importância da ação: “Apesar de receberem 2,5 mil motores [...] os agentes terão que navegar em suas próprias canoas”, o que seria uma preocupação de “diversos agentes municipais” não nomeados no texto.

O uso de um novo inseticida para borrifação intradomiciliar, parte das mudanças previstas pelo plano foi, de acordo com o texto, “uma exigência de famílias que se negaram a ter suas casas borrifadas”, porque o inseticida usado até então causaria alergias. Como os “diversos agentes municipais”, “famílias” é um sujeito falado, de representação genérica, que emerge pelo discurso indireto - nesta mesma condição encontraremos “especialistas” mais à frente neste texto (e em outros do período analisado). Este é um recurso comum aos dois tempos de análise, sendo visto nos textos do século XXI da mesma forma que os encontramos nos textos publicados mais de cem anos atrás. Convocados pelo jornal para dar credibilidade a uma determinada narrativa, estes sujeitos coletivos são investidos de uma existência pontual, ilustrativa, e ainda que emprestem força ao discurso, são ocupantes da periferia discursiva, onde permanecem sem voz direta e identidade.

O jornal também destaca a meta do plano de evitar 60 mil casos novos de malária em 2008 como uma “meta ameaçada”, expressão que constitui um intertítulo na matéria. A ameaça seria a descontinuidade das ações, uma possibilidade indicada como um implícito na fala de um entomologista do Inpa: “Não adianta a gente fazer todo um esforço [...] e deixar isso pra trás no ano seguinte. A doença vai acabar voltando”. O entomologista citado foi um dos colaboradores formais do plano e sua fala corroborando este enunciado tem um peso duplo - é a de um especialista e de um colaborador aliado. Sua voz também é usada no conflito sobre a contratação de técnicos cubanos, no box “Da ilha para a Amazônia”. O texto diz que “especialistas dizem” que os técnicos estarão no Amazonas quando a malária costuma

diminuir em função da vazante dos rios, pressupondo erro na escolha do período de contrato, o que é fortalecido pelas aspas do entomologista: “Durante a seca, há menos água empoçada, logo, o número de casos diminui. É algo óbvio”. Ao confronto são chamados também um coordenador do grupo cubano e o presidente da FVS. Segundo o texto, o coordenador “*admite que o tempo é curto*” (o texto não falava de tempo curto e sim do período do ano em que os técnicos ficariam no estado), mas que “eles podem dar resultado mesmo assim”. O presidente da FVS, por sua vez, “explica que o tempo é o melhor possível”.

Uma das fotos da notícia é a mesma usada pelo *Diário*, mostrando em primeiro plano uma rede coberta com um mosquiteiro que encobre parcialmente o governador do Amazonas e outras autoridades do Estado, em relação de cortesia e confiança. Aqui, o crédito da foto é “Divulgação”, silenciando a Agecom, autora da imagem. A legenda destaca que o mosquiteiro é um modelo impregnado com inseticida e o caracteriza como um dos “apetrechos” que serão usados pelo Governo. Abaixo da foto há quatro colunas de texto e a última delas é o box “Braga faz uso político do mosquito” sobre o qual nos referimos acima. O posicionamento contíguo destes elementos - foto e box - cria uma associação na qual o texto dá novo sentido à imagem: a exploração política de uma questão técnica. O sentido é reforçado pelo uso da palavra *mosquito* ao invés de *malária*.

Em 2005 e 2007, período em que esses textos foram publicados, a malária ganhou visibilidade na Imprensa como uma prioridade de governo e não apenas uma questão técnica e operacional do campo da saúde. Na prática, isso foi induzido por ações estratégicas, incluindo a produção regular de material jornalístico para subsidiar o trabalho dos jornais nas fases de elaboração e execução dos planos, com a presença de vozes da cúpula governamental - governador, prefeito e secretários. No nível simbólico, a visibilidade foi conduzida por meio de um discurso basilar, tecido de elementos de força, como a integralidade e a sustentabilidade, e de elementos de grandiosidade - casos da doença, investimentos, metas, áreas de risco e ações, abordados conjuntamente.

A publicação de notícias cobrindo os mesmos aspectos dos planos, em datas coincidentes ou aproximadas nos dois jornais, é um indicador desta determinação governamental de incluir na pauta jornalística o que seriam novas ações e uma nova orientação política para o controle doença no Estado, promovendo uma variação no padrão de enunciar que, antes e depois disso, esteve caracterizado primordialmente pela abordagem do

comportamento quantitativo da malária, com a produção de notícias indicando o aumento ou a redução de casos.

*A Crítica* e o *Diário do Amazonas* publicaram, em 2005, respectivamente, oito e sete textos sobre o plano de 2005<sup>140</sup>, entre os dias 31 de agosto (primeira matéria de *A Crítica* sobre o plano) e 16 de setembro (última publicada nos dois jornais). Na cronologia das notícias, os temas centrais foram: anúncio do plano, anúncio do início das atividades, aspectos gerais e ações (especificamente as de limpeza de igarapés) e desdobramento das ações de controle para o interior. *A Crítica* abordou dois temas não tratados pelo *Diário*: a elaboração de uma campanha de divulgação sobre o plano e a participação do Exército nas ações de controle.

Em 2007, antes que os jornais fizessem a cobertura do lançamento oficial do plano<sup>141</sup>, ocorrido no dia 7 de novembro de 2007, quando ambos deram a notícia com destaque, publicaram dois textos anunciando a elaboração do documento, também em datas aproximadas. Enquanto *A Crítica* publicou a nota “Plano contra malária” no dia 13 de agosto, o *Diário* publicou a notícia “Estado busca a redução de 30% dos casos de malária”, quatro dias depois (17 de agosto).

Além dos aspectos já demonstrados, incluindo o posicionamento dos dois jornais em relação ao Governo do Estado, que, em boa parte, definiu a convocação e a relação de sujeitos aliados e oponentes na cena discursiva, os textos sobre os planos de 2005 e 2007 mostram algumas recorrências expressivas relacionadas aos sujeitos dos discursos, inclusive por serem vistas em notícias de períodos anteriores e subsequentes.

Ainda que os dois jornais tenham adotado posturas distintas em relação ao Estado, os sujeitos que representavam o poder público, primordialmente o estadual, foram aqueles convocados de maneira recorrente para informar, contrapor, confirmar, negar, ou defender questões relacionadas à malária neste período. Estes enunciadores foram, de forma predominante, os ocupantes dos cargos mais importantes da hierarquia da saúde (secretários, diretores e coordenadores, notadamente da Secretaria Estadual e órgãos vinculados como a

---

<sup>140</sup> “Proposta de reestruturação do Programa de Controle da Malária no Estado do Amazonas visando o declínio no número de casos e a sustentabilidade do Programa” (AMAZONAS, 2005), também chamada pelo Governo do Estado de “Plano operativo para o controle da malária” ou “Plano cooperado”. Iremos nos referir a este sempre como “plano de 2005”.

<sup>141</sup> “Plano Plurianual de Prevenção e Controle Integrado da Malária no Estado do Amazonas, julho/2007 a dezembro/2010” (AMAZONAS, 2007), denominado pelo Governo, para efeito de publicidade, “Operação Impacto de Controle da Malária”.

FVS e a FMT, com a presença menos frequente do Ministério da Saúde e, ainda menos, das secretarias municipais). Estes sujeitos desempenharam nos textos tanto a função política quanto as funções técnica e operacional, estas últimas raras vezes conferidas aos sujeitos que empiricamente as desenvolvem, como os técnicos e os agentes de endemias. Mesmo pertencentes ou historicamente vinculados a instituições científicas, médicos, especialistas e pesquisadores ocupantes de cargos públicos, falaram sempre deste lugar de interlocução, quando convidados para o discurso. Fora do setor Saúde, a mídia também recorreu a um grupo restrito de fontes institucionais, formado essencialmente pelo Inpa, Secretaria Municipal de Limpeza Pública (Semulsp) e Comando Militar da Amazônia (CMA).

A voz explícita dos mesmos sujeitos nos discursos da malária pode ser explicada por uma variedade de fatores, mas destacamos novamente a atuação das assessorias de comunicação, indicando aos jornais listas padronizadas de fontes - as mesmas que usam nos releases - somada às novas dinâmicas de produção que exigem a apuração de notícias em um tempo cada vez menor, favorecendo o aproveitamento de material produzido pelos governos.

Considerando que aspectos científicos da malária foram pouco abordados pela mídia e que representantes deste campo pouco participaram dos discursos sobre a doença no período contemporâneo, o poder simbólico da Ciência na produção de sentidos sobre a malária no Estado parece significativamente menor hoje do que demonstrou ter sido no passado. O desenvolvimento de conhecimento sobre a doença, realizado por instituições locais foi pouco enunciado pelos jornais analisados (apesar de haver produção significativa no Estado), assim como foram escassas as notícias sobre aspectos científicos da doença com abordagem nacional ou internacional. Uma das poucas referências está na fala do diretor da FMT, que aponta a resistência do mosquito transmissor da malária aos inseticidas e o fortalecimento da malária causada pelo *Plasmodium vivax*, considerados fatores que merecem investimentos para pesquisa<sup>142</sup>. Outra referência é o box “Novo medicamento vai ser aplicado este ano”, que cita testes e o uso de uma nova droga em países da África e da Ásia<sup>143</sup>, embora o enfoque da notícia principal<sup>144</sup> seja a disponibilidade do tratamento.

---

<sup>142</sup> XIMENES, 2006, p. A9.

<sup>143</sup> Idem.

<sup>144</sup> CARVALHO, 2006, p.1.



Outros campos e sujeitos tiveram pequena visibilidade nos discursos sobre a malária. Sistema dentro do qual os programas estaduais de controle da doença são elaborados, executados e monitorados, o Sistema Únicos de Saúde (SUS) foi silenciado na maioria absoluta dos textos analisados, tanto da Imprensa quanto do poder público estadual.

No documento que define o plano de 2005, o SUS não é citado nenhuma vez e na Mensagem Governamental de 2006, apesar de nomeado e valorizado no texto de introdução do capítulo Saúde, não aparece em nenhum dos parágrafos específicos sobre a malária, o que indica um desvio entre o discurso político e o discurso técnico. O sujeito da enunciação, representado pelo governador, esclarece que “o presente relatório refere-se às atividades relevantes realizadas pelo Governo do Estado através da Secretaria de Estado da Saúde em 2006, bem como a explicitação dos recursos [...] utilizados para a construção do SUS no Amazonas”. No entanto, silencia o SUS nos enunciados técnicos que usa para sinalizar os avanços do Estado no controle da malária. Dentre os “projetos e iniciativas” que teriam sido “deflagrados em parceria com o Ministério da Saúde” e que seriam o “marco para a organização e qualificação do sistema de saúde local”, são mencionados o Progesus, o Qualisus, o Humanizsus, o Samu regional e o Complexo de Regulação de Serviços Assistenciais”. Ao enunciar deste modo, o autor cria uma imagem superlativa do SUS - que se funde com a própria saúde pública estadual (“a construção do SUS no Amazonas”) e a apaga a seguir.

No plano de 2007, a presença do SUS está restrita a duas menções indiretas à sua existência. A primeira delas quando os enunciadores se referem à “disponibilidade da base de dados do Datasus”, no item relativo ao Sistema de Informação à Malária, e o outro quando o texto trata de estratégias de capacitação nas quais estariam envolvidas as “Escolas Técnicas do SUS”.

Nos textos de Imprensa analisados, o SUS foi encontrado apenas duas vezes, sendo uma delas no seguinte enunciado: “a municipalização faz parte de uma determinação do Serviço (sic) Único de Saúde (SUS). Ela já é cumprida em 25 municípios do Amazonas”<sup>145</sup>.

A ausência de um SUS, assim nomeado, concentra sobre as imagens dos governos estaduais e municipais os atributos positivos decorrentes de ações e proposições em relação à malária, em um sentido reverso à unidade proposta conceitualmente pelo Sistema.

---

<sup>145</sup> SUSAM, 2005, p.4.

Valorizando o papel individual de cada esfera político-administrativa, as ações de saúde pública relativas a esta doença aparecem desfragmentadas e desvinculadas de uma diretriz nacional.

Ao mesmo tempo, os municípios do interior, mesmo quando centrais no assunto abordado, raramente se pronunciam nos discursos contemporâneos. São frequentemente sujeitos falados, de pouca ou nenhuma voz, o que em parte, poderia ser explicado pela ausência física de representantes dessas instâncias nos eventos que geram as pautas e também pelas dificuldades de comunicação entre a capital e determinados municípios e pela exclusão crônica do interior - a metade dispersa, pobre e silenciosa do Amazonas - nos discursos gerados na capital.

Representantes da população, genéricos ou nomeados, continuam a merecer nos dias atuais o mesmo lugar periférico que ocuparam nas cenas discursivas do passado, embora hoje sejam muito mais vezes convocados. Sua participação, no entanto, é quase sempre pontual e ilustrativa, útil à sustentação de enunciados prontos. O jornal *A Crítica*, na notícia “Combate à malária será intensificado na cidade”<sup>146</sup>, publicada em 2006, convocou moradores para colaborar com a construção da realidade de saúde daquele condomínio, fazendo com suas narrativas o contraponto à fala que, no texto, era atribuída ao poder público. Dos 30 textos jornalísticos analisados, em apenas dois, incluindo o da Vivenda Verde, as pessoas convocadas para falar em nome de uma coletividade ou ilustrar qualquer aspecto (predominantemente relacionado ao adoecimento), permaneceram no texto por mais de uma referência.

Os conceitos usados pelo poder público para enunciar sobre a malária na mídia no período de 2005 a 2007 estão na base discursiva dos documentos oficiais produzidos no período. Estes provavelmente foram uma importante fonte de inspiração para os enunciadores que usaram a palavra em nome do Estado, mas o inverso também poder ser verdadeiro, uma vez que os autores do documento são também aqueles que representaram o poder público na Imprensa.

O plano de 2005 traz a ideia de união de forças entre as três esferas de governo como medida essencial ao controle da doença. Ao longo do documento, essa ideia é complementada e ampliada pelas noções e conceitos de “integração” (entre campos, instituições e setores),

---

<sup>146</sup> SILVEIRA, 2005 p. C1.

“integralidade” (das ações, considerando inclusive as que estão sob a responsabilidade de outros setores e instâncias) “sustentabilidade” (necessidade de ações permanentes garantindo o controle da malária e respeitando as condições humanas e do meio ambiente amazônico), “intersectorialidade” (parceria com áreas fora da saúde), “interdisciplinaridade” (parceria com outras instituições no âmbito público ou privado) e “efetividade” (realização concreta de ações das quais deveriam advir resultados positivos).

Encontramos “integração” no capítulo Perspectivas (item 4), permeando insistentemente o enunciado que determina o tipo de ação proposta pelo Governo: um “controle *integrado* da malária no Estado do Amazonas, *integrando* a política estadual de desenvolvimento, tendo como prioridade a *integração* e a participação de outros setores”. O uso do adjetivo, do verbo e do substantivo derivados da mesma raiz compromete a qualidade estética do texto e provavelmente passou despercebido pelos autores e revisores. No entanto, indica a integração como uma questão cara ao governo.

No plano de 2007, além de estar estabelecida nas justificativas, estratégias, metas e objetivos, a ideia de “intersectorialidade” e “interdisciplinaridade” emerge também da lista de autores e colaboradores do plano - sujeitos governamentais e não governamentais da saúde e de outros campos - e de expressões que indicam cooperações técnicas, científicas e políticas (“descentralização”, “articulação intersectorial”, “coordenação interinstitucional entre saúde e meio ambiente”, “esferas federal, estadual e municipal”, “pública ou privada”, “pactuações intermunicipais e interestaduais em áreas de fronteiras”, “técnico que tenha boa articulação política local”).

A interação interinstitucional é, ainda, um dos componentes do plano, conforme indicado no item 6.1 (Interação Interinstitucional). Seu objetivo seria o de manter o controle da malária na “agenda política do governo Federal, Estadual e Municipal” e ampliar a “governabilidade, mobilizando de forma contínua setores do governo, da iniciativa privada, assim como a própria população e, associações civis e religiosas”. Este trecho do documento cita uma série de órgãos, por meio da qual essa “governabilidade” seria alcançada: ministérios, secretárias estaduais e municipais, instituições oficiais vinculadas, universidades, organizações não governamentais, organizações internacionais como Opas e Unicef, além de associações civis organizadas. A palavra “parceiros” é usada para nomear esses sujeitos e

qualificá-los como comprometidos com o controle da malária no Amazonas, evocando uma relação de proximidade e comunhão de princípios e propósitos.

Enquanto o plano de 2005 destacava a união de forças entre as esferas municipal, estadual e federal, o de 2007 foi assinado por inúmeros representantes do Governo do Amazonas - do governador a assessores técnicos. Assinaram o plano como membros das equipes de elaboração, colaboração e validação, 48 representantes de 15 instituições: FVS, FMT, Unicef, UEA e Inpa (colaboradores) e Opas, Comitê Técnico de Assessoramento e Acompanhamento do PNCM, Ministério da Saúde (SVS e Funasa), Susam, FMT, Cosems, Semsma Manaus, Inpa, Incra e Ipaam (validadores). De todos estes, a FMT e o Inpa eventualmente foram enunciadores na mídia e o Ministério da Saúde e as secretarias municipais, quase sempre sujeitos falados. Os demais, quando presentes, estiveram sempre na periferia do discurso.

A Mensagem Governamental de 2006 também cita a “integração com instituições parceiras” (intersectorialidade e interinstitucionalidade), que, a partir de então passa a ser mais fortemente defendida pelo poder público estadual como reforço à concepção de que a responsabilidade pela malária ultrapassaria o setor Saúde e que seu controle deveria estar alinhado à política de desenvolvimento sustentável do Estado.

O plano de 2007 mostra claramente que os discursos oficiais sobre a malária - e seus desdobramentos na mídia - incorporaram elementos da política de desenvolvimento sustentável daquela gestão de Governo. Usando a sustentabilidade como matriz conceitual, os autores do documento apresentam o que seria o diferencial do Plano: “trabalhar a doença e o seu controle através de uma visão holística, inserindo-se um forte componente ambiental, social e econômico, identificando-se suas interfaces, propondo-se ações interinstitucionais e intersectoriais”. O conceito também integra explicitamente um dos objetivos gerais: “Imprimir aos diversos fatores que influem na transmissão da malária, uma filosofia de abordagem integral, por meio do fomento à promoção de ações sociais e de salubridade ambiental, coerente com a política de desenvolvimento sustentável do governo estadual, capaz de minimizar ou eliminar o risco da transmissão da malária”. Apoiados no conceito de sustentabilidade, os enunciadores do plano apontam ainda a presença natural do mosquito transmissor na floresta amazônica, apagando o discurso de eliminação do vetor professado nos anos 60, em favor do discurso de valorização do controle das condições de contaminação

e de contato do mosquito com o homem. Com isso, estabelecem, para o Amazonas do novo tempo, o que é considerado natural (o mosquito) e o que não é (a malária).

As marcas indicativas do conceito de sustentabilidade aplicado à malária ainda podem ser lidas no plano de 2007 e em outros textos da época, em expressões como “licenciamento ambiental” ou “fatores de risco” relacionados a atividades econômicas, dentre as quais a piscicultura e a construção civil.

A palavra sustentabilidade e suas derivações, observadas muitas vezes nos planos de 2005 e 2007 é usada também com o sentido estrito de sua significação gramatical (qualidade ou condição do que é sustentável), quando os enunciadores se referem especialmente à manutenção/continuidade de ações e resultados. No entanto, sua escolha e a de termos associados (“garantir sustentabilidade”, “controle de forma sustentável”) para representar a capacidade de manter ações e resultados de longo prazo em contraposição a resultados e ações pontuais, reforça o sentido de sustentabilidade (conceito) a partir do qual os enunciadores propõem a atenção à malária. Ao destacar o valor técnico e político do plano de 2007, os autores dizem: “O Plano [...] é uma macro diretriz do Governo do Estado do Amazonas, idealizada para impactar os atuais números de casos de malária e redirecionar e implementar, no período de 2007 a 2010, a política de vigilância, prevenção e controle, a fim de garantir a sustentabilidade dos ganhos obtidos”. Nas Estratégias de Interação Interinstitucional do plano de 2007 (item 6.1), o sentido de continuidade aparece sob a expressão “forma sustentável”: “implementar campanhas de informação e mobilização e oficinas, junto aos parceiros do setor saúde e outros setores da iniciativa privada e do governo, nas esferas federal, estadual e municipal, concretizando o desenvolvimento e a implantação de uma política de vigilância, prevenção e controle da malária de forma sustentável”.

O uso destas expressões pode derivar de uma preferência pessoal do autor empírico do texto. No entanto, sua aprovação pelos sujeitos da enunciação, garante a incorporação de seus sentidos à rede semântica da malária e aspectos a ela relacionados. É importante relembrar que a escolha pessoal por determinados léxicos advém das condições de produção do autor, o que significa que os termos escolhidos são marcas dos contextos sócio-históricos em que os discursos foram produzidos e que, cadeias intertextuais, garantem a reverberação dos seus efeitos.

Na nota “Plano contra malária”<sup>147</sup>, publicada em *A Crítica*, em agosto de 2007, a FVS, a FMT e o Inpa assumem a centralidade discursiva e a função de sujeitos técnicos e operacionais do discurso. Outros sujeitos merecem referência no texto - “órgãos federais, municipais e estaduais de saúde, meio ambiente e infra-estrutura” - revelando o sentido de intersetorialidade, o que também pode ser visto na união discursiva de dois órgãos da saúde (FMT e FVS) e um do meio ambiente (Inpa) como co-autores do plano, dando ao documento um caráter interdisciplinar.

A união de forças é observada em vários enunciados, sendo exemplar no enunciado “Prefeitura e Estado se unem contra a malária”, também publicada pelo jornal *A Crítica*, em 31 de agosto de 2005<sup>148</sup>, como chamada da notícia “Operação de guerra contra malária nas ruas de Manaus”. Também pode ser vista no título “Susam e Semsam elaboram plano emergencial”, da edição do *Diário do Amazonas* de 1o. de setembro de 2005<sup>149</sup>. A “operação de guerra” é a imagem simbólica do plano que o Governo e a Prefeitura anunciam, no texto, como medida de controle emergencial e está na citação direta do prefeito de Manaus: “Vamos fazer uma verdadeira operação de guerra”. O texto aponta a união entre Governo e Prefeitura, estabelecido pela chamada de primeira página, onde governador e prefeito, personificando as duas instâncias governamentais, anunciam conjuntamente a medida que seria executada em parceria. O sentido de parceria, união de forças e intersetorialidade está também no sub-título “Plano operativo emergencial, uma iniciativa do Governo do Estado e Prefeitura, visa controle do mosquito transmissor” e na notícia “Soldados do Exército no combate à malária”, onde a participação de sessenta soldados no trabalho de aplicação de biolarvicida em tanques de piscicultura era considerada um “reforço” ao combate à doença na capital e onde a expressão “plano cooperado” foi incorporada ao discurso, sendo usada também como “ação cooperada” em fala direta do secretário estadual de saúde<sup>150</sup>.

A participação dos garis, no trabalho de prevenção à malária, que mereceu ampla divulgação, é outro exemplo do conceito de intersetorialidade e do sentido de cooperação

---

<sup>147</sup> PLANO, 2007, p. A10.

<sup>148</sup> SILVEIRA, 2005, p. C1.

<sup>149</sup> SUSAM..., 2005, p.4

<sup>150</sup> SUSAM..., 2005, p. 4.

(“Garis começam operação de combate ao mosquito da malária”<sup>151</sup> e “Garis participam de combate”<sup>152</sup>). Destacamos, ainda, a fala do secretário estadual de saúde em “O combate à malária é prioridade dos governos federal e estadual”<sup>153</sup>, e a nota “Plano entra em operação dia 8”<sup>154</sup>, onde a parceria entre as esferas municipal e estadual é feita com a expressão “em conjunto” e pelo uso do conectivo *e* em todas as ocasiões em que suas representações são citadas: Governo do Estado *e* Prefeitura de Manaus começam [...]”, secretarias estadual *e* municipal [...], “Estado *e* município esperam [...]”.

No texto “Malária oferece risco em cinco áreas da capital”<sup>155</sup>, em 2005, o diretor da FVS anuncia a realização de atividades além daquelas que competem ao setor Saúde, para interferir em aspectos associados à malária, como condições de habitação e saneamento. Em 2007<sup>156</sup>, volta a se referir à moradia e saneamento básico como fatores que podem favorecer a malária, apresentando o plano como uma ação intersetorial e como parte do “projeto de desenvolvimento sustentável do Estado”.

Assumindo quase uma função matricial nos discursos do poder público, os conceitos de integralidade, intersetorialidade e sustentabilidade também permeiam enunciados pelos quais os jornais se responsabilizam, indicando uma contaminação semântica, que aqui pode ser explicada, em parte, pela incorporação do dito por Outros (as fontes oficiais) e de textos ou frases prontas, produzidas pelas assessorias de comunicação, que têm como princípio manter o discurso institucional, com a finalidade de garantir unidade nos discursos oficiais.

### **5.5 Mosquito e sustentabilidade: a malária nos discursos atuais**

A superação das teorias miasmáticas, estabelecendo há mais de cem anos o entendimento de que o microorganismo da malária é transmitido por um mosquito e não por maus ares formados em pântanos naturais e artificiais permitiu a ressignificação dos elementos biológicos e sócio-ambientais com os quais no século XIX Imprensa e Estado

<sup>151</sup> GARIS..., 2005, p. A11.

<sup>152</sup> GARIS..., 2005b, p. 1

<sup>153</sup> LIMA, 2005, p. 11.

<sup>154</sup> PLANO..., 2005, p.5

<sup>155</sup> SANTIAGO, 2005, p. 3.

<sup>156</sup> “TAVARES, 2007, p.4.

havam tecido os sentidos da doença. Todavia, não desfez esses fios primordiais: eles continuam a se entrelaçar nos discursos midiáticos e oficiais para dar vida e significado à malária do século XXI.

Memórias do século retrasado ainda pontilham enunciados públicos e midiáticos atuais, onde a história e os pré-construídos sob o seu curso são trazidos à tona para situar a malária na dimensão do seu peso simbólico. São mais luminosas nos textos de opinião, mas podem igualmente ser encontradas nos conjuntos linguísticos e extra-linguísticos que conformam notícias publicadas nas páginas informativas contemporâneas.

O editorial de *A Crítica*, “Diante de uma ameaça”<sup>157</sup>, de 2005, investiu a malária com os sentidos de um “mal”, de modo bastante similar ao que fez M.L na carta que publicou no *Comercio do Amazonas*, em 1898. Como o autor do passado, o editorialista do século XXI também recorreu a pré-construídos envolvendo a malária em uma rede formada pelos sentidos emanados de palavras como “crueldade”, “drama”, “tragédia”, “medo” e “pesadelo”.

Em matéria publicada na mesma edição, a doença ganhou uma qualificação substantiva - “moléstia” - usada de forma corrente no passado e ainda hoje de uso eventual nos discursos mais especializados, porém incomum em textos jornalísticos e populares. Assim nomeada, a doença tem fortemente sublinhados os sentidos que agregam sofrimento à sua identidade simbólica.

Nos textos informativos, o modo predominante de qualificar a malária não foi por palavras de antiga memória, mas pelo conjunto de fatores objetivos associados à sua existência. Como no século XIX, identificamos alguns tipos de qualificação derivadas das maneiras com que os discursos da Imprensa e do Estado abordam a doença e suas manifestações. As abordagens se misturam e, como os sujeitos, empreendem trocas com as quais seus sentidos se completam.

No texto “Ministro entrega equipamentos”<sup>158</sup>, do *Diário do Amazonas*, a malária é qualificada pelos números, pelas pessoas expostas ao risco do adoecimento e pelos aspectos ambientais que a circundam. Em seu discurso, o ministro da saúde relaciona a doença às condições de vida das populações vulneráveis e a determinadas atividades econômicas, estabelecendo uma qualificação sócio-ambiental da malária. O ministro sugere que os

---

<sup>157</sup> DIANTE..., 2005, p. A4.

<sup>158</sup> MINISTRO..., 2006, p.13.



governos locais dêem atenção especial à “população carente”, indicando o predomínio da doença entre os mais pobres, ou entre a população da “periferia” da capital, como aponta o texto “Postos de saúde vão poder fazer exames de malária”, publicado como notícia principal da mesma página. Em ambos, os enunciadores associam malária e pobreza, como o jornal também havia feito no editorial publicado no ano anterior (“Reféns dos laboratórios”). Neste aspecto, é importante lembrar que a inclusão e a visibilidade das classes economicamente desfavorecidas definiram as políticas e os discursos do governo federal (aliado real e discursivo do Governo do Estado), ao modo do slogan “Brasil, um país de todos”. Em relação à qualificação sócio-ambiental, o ministro cita a piscicultura, o extrativismo vegetal e mineral como “importantes para a economia”, mas “grande foco de mosquitos”.

No plano de 2007, ao resgatar a malária como uma questão histórica no Amazonas e indicar um novo padrão de transmissibilidade da doença a partir dos anos 80, o poder público destaca o aspecto sócio-econômico da malária, cuja ocorrência estaria relacionada à modificação dos espaços geográficos. É uma qualificação cujo reforço acontece pela contraposição entre o antigo e o novo padrão, ambos decorrentes da relação do homem com seus locais de moradia e trabalho e com sua movimentação pelo território. O isolamento populacional e a baixa mobilidade verificados entre o Ciclo da Borracha e os anos 80, que, de certa maneira, restringiam o alastramento da doença para fora dos espaços delimitados de concentração humana (como os seringais e comunidades ribeirinhas,) teriam sido substituídos por uma nova forma de viver e transitar no Estado. De acordo com os enunciadores “a atual conjuntura é permeada de diferentes cenários de transmissão da doença, aliada a uma mobilidade populacional expressiva, permitindo a introdução do parasita em diferentes áreas, num curto espaço de tempo”.

A qualificação social da malária aparece, no texto, vinculada à sua qualificação ambiental, que amplifica o sentido da doença como inerente ao território. Os autores apontam o estado do Amazonas como “ambiente natural favorável à malária”, com “todos os requisitos necessários” à transmissão, ou seja, “condições climáticas as mais propícias e um manancial de coleções hídricas que servem de suporte para a criação do mosquito transmissor”. O discurso inclui os mesmos elementos usados na qualificação da malária no século XIX, onde as questões ambientais sustentavam as explicações sobre a ocorrência da doença, como aspecto principal ou secundário. Aqui, no entanto, estes elementos - água, clima e floresta -

foram ressignificados pelo entendimento da transmissão vetorial. O clima quente, por exemplo, deixou de ser associado à malária por seus efeitos sobre a decomposição de material orgânico gerador de elementos contaminantes, para significar uma condição de vida e propagação do mosquito vetor, o mesmo ocorrendo com a água que, de fonte contaminante, passou a “criadouro” do mosquito, por representar o local de colocação de ovos do *Anopheles* para a proliferação da espécie.

Depois de destacar que o “ambiente social” contemporâneo tem permitido o “desenvolvimento de epidemias de malária em grandes proporções, assim como a manutenção de altos níveis endêmicos”, o texto apresenta várias outras indicações da determinação sócio-econômica da malária. Cita como locais de maior geração de casos os “municípios ou áreas nas quais se insere o processo de modificações do espaço, seja por implementação de atividades econômicas, problemas sociais, lazer etc”. Esta concepção aparece também na referência à “grande expansão econômica” do Estado e suas modificações sociais - citada no capítulo 2 (“Situação Epidemiológica da Malária no Amazonas”) - e, ainda, nos objetivos específicos do plano, que incluem a “melhoria do processo de licenciamento ambiental (para empreendimentos) considerando a saúde dos trabalhadores e da população” .

A utilização dos dois discursos - a malária como consequência do desenvolvimento, e como causa e consequência de problemas sociais - revela sua permanência como um mal potencializado pelo modo como as populações definem suas configurações sociais e sua relação com o meio ambiente, reverberando e atualizando os sentidos produzidos no século XIX por meio da associação entre malária e produção de borracha nas calhas de rios amazônicos.

A condição superlativa da doença, observada nos discursos do século retrasado também está mantida nos discursos atuais. Seus contornos, no entanto, são traçados primordialmente com a objetividade dos números - casos, recursos, metas - em substituição às narrativas de morte.

A maior parte dos textos contemporâneos inclui algum número relativo à malária - quando não e, quase sempre, muitos. As estatísticas, informações quantitativas com as mais diversas opções de leitura, que timidamente se apresentavam nos discursos de antes, são agora grandes, eloquentes aliadas. Pautas são geradas em função das variações que elas indicam, para mais ou para menos; e a realidade da doença é desenhada com a ajuda imperiosa de seus

gráficos, linhas e tabelas. Não só a Estatística e a Epidemiologia evoluíram como ciência, nos mais de cem anos que nos separam do final do século XIX, como esta mesma ciência consolidou a medida como fonte indiscutível de certeza. Os números também se coadunam com a objetividade propalada do jornalismo contemporâneo, onde as notícias requerem fontes, dados, comprovações.

A quantificação da malária como um modo de qualificá-la também deixa marcas lexicais, como mostrado em “Estado investe para reduzir em 15% casos de malária”<sup>159</sup>. Referências quantitativas à doença são usadas repetidamente: “casos” é uma palavra citada dez vezes ao longo do texto, “números”, cinco vezes e “dados”, duas. Além de apontar a malária como uma doença cuja importância se traduz nos casos registrados, os números também são usados para qualificar os aspectos associados ao seu controle. Neste texto, representam recursos, metas e percentuais, assim traduzidos: meta de 15% de redução; aumento de 29%; 71.508 casos no primeiro semestre de 2004; 15.065 casos em março do ano anterior; 15 mil casos a mais nos quatro primeiros meses de 2004; 17.116 casos em janeiro; 92.313 casos no primeiro semestre de 2005; R\$ 25 milhões de investimento; R\$ 7 milhões do governo estadual, R\$ 18 milhões do governo federal; acréscimo de 1,1% ou 183 casos em março em relação a fevereiro; 40 % do total de casos em Manaus; 29.869 casos no primeiro semestre do ano; 30.407 no ano anterior; redução de 538 casos ou 1,7%. Os números ocupam uma posição tão destacada que, ainda que o título seja “Estado investe para reduzir em 15% casos de malária”, nenhuma medida operacional é anunciada. O único investimento citado é o de recursos financeiros destinados ao combate de endemias, permanecendo oculta a maneira pela qual os recursos irão garantir a redução de casos que o título anuncia como meta.

Além de qualificar a doença por via numérica, o texto utiliza outro padrão também verificado em muitas das matérias observadas - muitas e variadas comparações, deixando turva a compreensão sobre a real situação quantitativa da doença no momento em que o assunto estava sendo abordado. Aqui são comparados, por exemplo: o primeiro semestre do ano em relação ao ano anterior, no Estado, com números absolutos e percentual de aumento; o mês com maior incidência do ano anterior; os primeiros quatro meses do ano em relação ao anterior; o segundo trimestre em relação ao primeiro; março em relação a fevereiro, Manaus em relação ao Amazonas, com números absolutos e percentuais. De acordo com a

---

<sup>159</sup> LIMA, 2005, p. A11.

comparação, o resultado pode ser o aumento ou a redução de casos, o que promove oscilação nos sentidos de controle e descontrole da malária, propiciando que, na leitura rápida das notícias, outros elementos exerçam a função primordial de estabilizar temporariamente o sentido, em especial o título e o subtítulo.

Na notícia “Programa de R\$ 276 mi para combater malária”<sup>160</sup>, publicada em *A Crítica*, a qualificação da malária também abrange as quantidades que dão materialidade e dimensão a aspectos como investimentos, metas, trabalhadores, materiais. No texto, esta qualidade aparece nos R\$ 276 milhões que representam o custo do plano, nos 43 técnicos cubanos contratados, nos 2,5 mil motores do tipo rabeta a serem distribuídos aos agentes de saúde, nos 150 mil mosquiteiros para famílias do interior. No *Diário*<sup>161</sup>, a qualificação quantitativa do plano é ainda mais ampla, reunindo os números que dimensionam o desafio de combatê-la (recursos e metas) e aqueles que expressam a materialidade da sua presença (os casos): meta de redução de 70%; investimento de R\$ 276 milhões; R\$ 14 milhões investidos anualmente; 300 mil mosquiteiros; 43 especialistas de Cuba; R\$ 14,8 milhões já investidos; US\$ 18 o custo unitário do mosquiteiro; 2,5 mil motores para os agentes de saúde; meta de atender 750 mil casas nos 40 municípios; cobertura a 100% do Estado até 2010; ampliação da rede de diagnóstico em 500 unidades; 95% dos casos em 40 municípios; perspectiva de 216 mil casos para 2007; meta de até 140 mil casos em 2008, até 84 mil em 2009 e até 58 mil em 2010.

Os números, e não só eles, são usados pelo poder público para indicar a gravidade da malária no período de análise. Todos os documentos analisados incluem informações que remetem para o sentido grave e persistente da doença no estado. Na Mensagem de 2006, a malária é qualificada como “principal endemia do Estado”, do mesmo modo que seria tratada no Resumo Executivo do plano de 2007, publicado em 2011<sup>162</sup>, onde a frase “a malária constitui o principal problema de saúde pública do Estado” abre o item Aspectos Históricos. Na Mensagem, o governador relaciona diversos parâmetros que indicariam a ação pública em favor do controle da doença. No item “Vigilância Ambiental, são quantificados os exames de diagnóstico (866.759), os casos tratados (167.783) e as casas submetidas à borrifação

---

<sup>160</sup> PRAZERES, 2007, p.C1.

<sup>161</sup> GOVERNO..., 2007, Cidades, p.1.

<sup>162</sup> AMAZONAS, 2011.

intradomiciliar (58.058) nos 62 municípios do Estado, além da extensão de igarapés limpos em Manaus visando o controle do vetor (30.000 metros) e a quantidade de imóveis cobertos pela aplicação de inseticida em 29 municípios (60.963).

A primeira frase da Introdução do plano de 2007 determina a relevância da malária no cenário epidemiológico do Amazonas, em perspectiva histórica: A malária é uma “doença secularmente conhecida”. Este horizonte permite aos enunciadores que as experiências do passado fundamentem a construção da narrativa de propostas para o futuro, ampliando seu peso simbólico. Em um dos parágrafos seguintes, os enunciadores sentenciam seu crescimento no Amazonas como “fato notório”, apontando o Estado como “o maior produtor da doença em número de casos nos últimos anos”.

Fortemente associada ao mosquito, que garante uma das etapas de sua sobrevivência robusta, a malária é abordada em muitos dos textos a partir de seus aspectos ambientais, como na notícia “Surto de malária sem controle”<sup>163</sup>, onde o diretor da FVS relaciona sua ocorrência a fatores como a derrubada da floresta e o clima que favorece a reprodução do vetor.

Controlar o mosquito, cuja presença é favorecida pelo meio ambiente amazônico é, dentre as estratégias usadas pelos governos, a que fica mais evidente nos discursos da mídia. O mosquito é usado em retrancas, títulos e sub-títulos de forma muito frequente e as recorrentes referências linguísticas e imagéticas à borrifação intradomiciliar e ao fumacê ampliam sua importância para a significação da malária.

A transmissão vetorial da doença está fortemente presente nos discursos atuais, onde o mosquito transmissor é citado e nomeado de diferentes maneiras (“mosquito”, “mosquito transmissor”, “anofelino”, “*Anopheles*”, “*Anopheles darlingi*”) dando sentido à malária e aos aspectos que colocam o homem em situação de vulnerabilidade, além de se ligar discursivamente à maioria dos enunciados relativos a medidas de prevenção.

O mosquito, presente nos discursos sobre o controle vetorial, carrega sentidos de décadas passadas. Estado e Imprensa agora dão bastante destaque à borrifação intradomiciliar e ao *fumacê*, nomeação popular para a termonebulização. O método visa eliminar mosquitos adultos, por meio da aspersão de inseticida no ambiente e é reconhecido pela população como a mais importante ou a medida de controle da malária. Este quase absolutismo do fumacê como estratégia reconhecida de combate ao mosquito parece ter sua origem no DDT,

---

<sup>163</sup> SILVEIRA, 2005, p. C5.

introduzido no Amazonas a partir da década de 1960 e encarado pelas autoridades científicas e políticas da época como a panaceia para erradicar a malária no mundo. O trabalho realizado pelos agentes da antiga Sucam - os “mata-mosquitos” - ainda é uma memória viva na população do Estado, memória que vem sendo mantida pelo uso e valorização discursiva da técnica.

Mais visível aos olhos dos moradores de áreas de risco do que qualquer outra estratégia, e com a visibilidade reforçada pelo seu uso também no combate à dengue, o fumacê é, algumas vezes, o foco de reivindicações ou reclamações populares, como no texto de *A Crítica*, onde o diretor da FVS responde a um pedido implícito, explicando que o fumacê, embora seja “o método mais conhecido pela sociedade [...] depende de vários fatores para apresentar bons resultados, como a direção do vento, o horário de pico e a presença de mosquito na área”.

O vetor da malária em sua relação natural com a floresta amazônica está retratado na música “Mosquito da Malária”, do roraimense Eliaquim Rufino, gravada e popularizada no Amazonas pelo compositor e intérprete Armando de Paula. Na composição, o mosquito ganha o simbolismo de defensor da Amazônia, uma vez que sua ação como transmissor da malária é associada ao desmatamento. Composta há cerca de 20 anos, a música aborda ainda a estratégia de aplicação do fumacê, recuperando os sentidos e a memória das últimas décadas: “Hoje quem defende a Amazônia/É o mosquito da malária,/Se não fosse esse mosquito/A floresta virava palha,/Salve, salve, salve ele/Viva sua febre incendiária/O maior ecologista da Amazônia/É o mosquito da malária/Não adianta a Sucam/Jogar DDT na sua área/Super-defensor da Amazônia/É o mosquito da malária”.

Fortemente associado ao controle da malária no imaginário popular, o mosquito foi investido de novos sentidos quando o Governo passou a se referir à doença como um tópico da política de desenvolvimento sustentável do Estado, admitindo a existência do vetor como inerente à Amazônia e destacando a possibilidade de sua presença sem a ocorrência da malária, desde que um conjunto de estratégias fosse executado.

O discurso governamental aponta, como muitos dos textos da Imprensa, para as questões ambientais que ajudam a qualificar a malária em sua relação intrínseca com as questões sociais e reformula estas questões para que sejam olhadas a partir das lentes da sustentabilidade ambiental.

O texto do *Diário*, “Dados da FVS indicam que os casos de malária diminuíram no 1o, semestre”<sup>164</sup>, de agosto de 2006, aborda a prevenção da doença no contexto social e ambiental, por meio de referência às campanhas de orientação à população e ao manejo de igarapés e tanques de piscicultura. O risco oferecido pela criação de peixes em tanques artificiais faz parte de um discurso que vinha sendo utilizado desde o ano anterior pelos gestores da saúde estadual para explicar o aumento de casos da malária, principalmente os verificados na capital. Esse discurso sucedeu o das invasões, que entre os anos de 2003 e 2004 foi apontado como fator determinante para o aumento da doença em Manaus. A mudança na prevalência das determinações sociais está na fala do diretor presidente da FVS<sup>165</sup>: “Até o ano passado a doença estava concentrada, principalmente, nas áreas de invasões. Como este ano as invasões estão controladas, a transmissão foi deslocada para as áreas rurais e semi-rurais”. A associação entre malária e regiões de ocupação irregular de terra sinaliza para o sentido periférico - geográfico e social - da doença, observado em vários textos do período.

Em agosto de 2007<sup>166</sup>, novamente no *Diário*, o diretor da FVS aponta, dentre as ações do plano, a “melhoria das condições de moradia dos ribeirinhos e a implantação de um sistema alternativo de coleta de água”. O discurso amplia a dimensão da malária como doença sócio-ambiental e constrói a imagem de um governo sintonizado com todos os atributos deste pré-construído: desenvolvimento sustentável carrega os sentidos de preservação ambiental, de respeito à vida humana e ao futuro do planeta, com coerência na produção de recursos. Nessa concepção, as ações intersetoriais, inerentes ao modelo de desenvolvimento sustentável, seriam estendidas para o controle da malária, promovendo o que o diretor classifica como “uma verdadeira guerra contra todas as causas da doença”. O discurso mantém neste ponto a linguagem bélica<sup>167</sup> que caracteriza alguns dos textos observados entre 2004 e 2013, provocando um choque de referências discursivas à malária (guerra e desenvolvimento sustentável).

---

<sup>164</sup> CARVALHO, 2006, p.1.

<sup>165</sup> LIMA, 2005, p. A11, Box “Foco da doença nos balneários” da matéria.

<sup>166</sup> TAVARES, 2007, p.4.

<sup>167</sup>A palavra *combate*, também do universo bélico, é usada neste e em boa parte dos textos jornalísticos e oficiais, observados (tanto do século XIX quanto do XXI). A palavra está incorporada ao léxico da Saúde, sendo aplicada de forma recorrente para indicar as ações que têm por objetivo reduzir casos e incidências de agravos.

Na perspectiva da sustentabilidade, o diretor traz para o texto o viés de um discurso pouco observado nos textos analisados - o da naturalização da doença - quando enuncia: “O fato de ter mosquito é natural, mas ter malária não pode ser considerado natural”. O uso da expressão “não pode ser considerado” pressupõe uma dimensão invisível da doença, sobre a qual não haveria, até então, nenhum espanto ou ação. Neste sentido, a naturalização da malária poderia ser entendida como um fenômeno de “esquecimento” - de tanto conviver com a doença, as pessoas “esquecem” de sua gravidade, de sua dimensão, de sua historicidade e da sua presença como algo questionável. “Naturalizada”, a malária alcança um outro status, o da invisibilidade, que enfraquece seu poder de mobilizar as pessoas para promover transformações. O discurso de rompimento com uma naturalização pressuposta da malária agrega qualidades ao poder público, sublinhando sua disposição em contribuir para a superação deste sentido.

A partir de 2005, Imprensa e Estado situaram a malária não só como um item da política de desenvolvimento do Estado, mas também como uma questão político-institucional prioritária. “O combate à doença se tornou uma prioridade de governo” é a frase atribuída ao governador na matéria “Governo lança plano para combater malária”<sup>168</sup>. O mesmo discurso está nas bases do plano de 2007. Reconhecendo as limitações de medidas anteriores - algumas das quais situadas naquela gestão, já em seu quarto ano - o Governo é apontado como o que colocaria a malária em um novo patamar de atenção. A “viabilidade e exequibilidade (do plano) é determinação e prioridade política do Governo do Estado”, diz o texto.

Embora seja uma doença tropical, é incomum que a malária seja qualificada como tal pela Imprensa pelo poder público. Em todo o período de observação (2004 a 2013) raras vezes a expressão foi usada. Uma exceção está no título “Programa de R\$ 276 mi para combater malária”, que tem “Doença tropical” como retransa<sup>169</sup>. A doença também raramente foi qualificada como negligenciada. Os dois termos não compõem de maneira geral o léxico da malária no Amazonas, sendo “endemia” a classificação mais encontrada.

O negligenciamento, nunca citado de maneira direta ou abordado como tema principal, está subjacente a referências feitas ao doente e à doença. Quando o *Diário do Amazonas*

---

<sup>168</sup> GOVERNO..., 2007, p.1.

<sup>169</sup> PRAZERES, 2007, p. C1.



publicou o editorial “Refêns dos laboratórios”<sup>170</sup>, colocou a questão na cena discursiva, ao reproduzir o que teria sido a declaração do diretor da FVS de que os grandes laboratórios internacionais não desenvolvem novos medicamentos para a malária “porque esta é uma doença dos pobres”.

A notícia “Estado investe para reduzir em 15% casos de malária”<sup>171</sup>, publicada na mesma edição do editorial do *Diário*, destaca o tema das invasões, amplamente tratado em notícias de 2004 como a razão para o crescimento de casos de malária na capital, abordando de maneira indireta e por outro caminho, a relação entre doença e pobreza e reforçando o lugar social periférico da malária, também retratado nas narrativas do passado. Na matéria, o diretor presidente da FVS diz: “Até o ano passado a doença estava concentrada, principalmente, nas áreas de invasões. Como este ano as invasões estão controladas, a transmissão foi deslocada para as áreas rurais e semi-rurais”.

### **5.6 O doente contemporâneo: um sujeito pressuposto**

Dos sujeitos colocados em cena nos textos sobre os quais nos detivemos, o doente, por sua condição indissociável da malária, foi o mais periférico de todos. No século XXI, o doente vem sendo, assim como foi no passado, um sujeito de pouca voz. Na maioria absoluta dos textos, é um sujeito pressuposto - imaginado diante de palavras e referências cuja realidade somente na sua existência poderia se consumir: casas, habitações, registros, notificações, casos, malária. Quase nunca é um doente do presente, sendo uma referência - também quase sempre pressuposta - de quem um dia adoeceu ou de quem está sob o risco de adoecer.

“Estado investe para reduzir em 15% casos de malária”<sup>172</sup>, publicado do *Diário do Amazonas*, em julho de 2005, é um texto, dentre muitos, em que doença e doente são representados quase exclusivamente pela via numérica. Ao longo do texto, “casos” qualificam quantitativamente a malária, dando a dimensão de sua presença no Estado. Considerando que a doença que se manifesta em pessoas, “casos” passa também a pressupor o doente, trazendo

---

<sup>170</sup> REFÉNS..., 2005, p.4.

<sup>171</sup> LIMA, 2005, p. A11.

<sup>172</sup> LIMA, 2005, p. A11.

para o discurso uma presença despersonalizada, integrante do que o editorial da mesma edição classificou como um “amontoado de números”.

Em “Governo lança plano para combater malária”<sup>173</sup>, o doente e aqueles expostos ao risco de adoecer estão pressupostos no texto a partir das referências geográficas que situam as ações de controle da doença: locais que “registram altos índices de malária” na área urbana, assentamentos, áreas indígenas e área de influência do gasoduto Coari-Manaus<sup>174</sup>. Aparecem - igualmente pressupostos - através da meta de distribuição de mosquiteiros e casas a serem alcançadas pelos agentes de saúde.

Este dispositivo de enunciação marca também o discurso oficial. Na Mensagem governamental de 2006, o doente de malária ou a pessoa exposta ao risco de adoecer nenhuma vez são mencionados de maneira direta, estando apenas pressupostos em “casos” da doença, apontados no documento em perspectiva comparativa.

Em alguns discursos o doente está implícito em “comunidades”, “moradores”, “população”, ganhando visibilidade como sujeito coletivo. Nesta condição, permanece quase sempre sem voz e passivo, como alguém de quem se fala e para quem as ações de controle da malária seriam promovidas - por isso, na periferia da cena discursiva.

No plano de 2007, além de pressupostos em “casos da doença”, os doentes surgem na imagem de “população vulnerável à doença” e também em nomeações singulares, mas de sentido coletivo - “indivíduo”, “homem”, “paciente”. As “Metas de Atenção ao Paciente”, definidas no plano, incluem “prover medicamentos antimaláricos”, “diminuir a receptividade à transmissão da malária em áreas endêmicas”, “reduzir a incidência de formas graves e ocorrência de óbitos”, “oferecer cobertura de acesso ao diagnóstico e tratamento antimalárico”, “despertar na população maior participação”, “fomentar o uso de cortinados, telas e mosquiteiros”.

Eventualmente, como coletividade, o doente ou quem está exposto ao risco de ter malária, é convocado para sustentar ou contestar enunciados. Mesmo quando identificado como indivíduo, com nome, sobrenome, local de moradia ou idade, o sujeito que representa a

---

<sup>173</sup> GOVERNO..., 2007, p.1.

<sup>174</sup> O gasoduto Coari-Manaus, um projeto da Petrobras destinado a viabilizar o transporte de gás natural do município de Coari, no interior do Amazonas até a capital, foi construído entre... e a Fundação de Vigilância em Saúde foi responsável pelo plano de contingência da Saúde.

imagem do doente, figura no texto de forma ilustrativa, com a mesma função das coletividades que sustentam ou contestam o discurso do Outro.

A matéria de *A Crítica* “Combate à malária será intensificado na cidade”<sup>175</sup>, uma das poucas em que o doente ganha visibilidade como indivíduo, promove duas moradoras do condomínio Vivenda Verde à função de enunciadoras. Suas narrativas ilustram o enunciado principal da notícia: o aumento de casos de malária naquele local. Uma das entrevistadas ganha destaque na seção *Personagem*, onde sua história reforça os sentidos de sofrimento, dor e morte relacionados à malária, que o texto, desde o início, propõe. *Sofrer* é o verbo utilizado pela repórter para classificar a condição da personagem como vítima da malária: “Sofrendo há uma semana [...]”. Pelo discurso indireto, a comerciante “afirma” não ter “contraído nada pior do que essa doença”. E pelo discurso direto, diz: “Teve um dia que pensei que ia morrer” (mesma frase que o jornal utiliza no 'Olho' da seção). E na sequência: “A dor era tanta que não conseguia nem pensar”.

Em “Surtos de malária no Tarumã e Puraquequara”, também publicada em *A Crítica*<sup>176</sup>, o texto principal é construído pela narrativa - direta e indireta - de três personagens dos dois bairros citados na notícia, incluindo moradores da Vivenda Verde, condomínio que já havia sido notícia dois meses antes. É pela fala desses personagens, do próprio jornal e da FVS que as imagens da malária e dos espaços geográfico e social de cada um se constrói. O tom do texto é dramático e os personagens ocupam o lugar de vítimas amedrontadas, abandonadas e revoltadas, contrapondo-se ao poder público, responsabilizado no texto por ineficiência das ações de enfrentamento à doença. Os personagens dizem: “estamos assustados, porque aqui não há mais controle da doença”; “isso aqui parece não ter mais fim. Sempre está caindo um de cama com o mosquito”. “Revoltado com o abandono da Vivenda Verde”, segundo o texto, um morador critica o trabalho da FVS, medindo as ações pelo adoecimento de sua família: “Não adianta nada. Meus filhos estão doentes e minha mulher já adoeceu também”.

O jornal, distinguindo os moradores de cada lugar, estabelece uma separação entre “ricos” e “pobres”, buscando uni-los por meio da doença. Faz isso no texto e nas duas fotos publicadas acima do título, que mostram duas famílias reunidas, claramente pertencentes a

---

<sup>175</sup> SILVEIRA, 2006, p. C1.

<sup>176</sup> XIMENES, 2006, p. A9.

diferentes níveis sócio-econômicos. A imagem da família “rica” tem cinco adultos e duas crianças, todos arrumados, com as crianças segurando brinquedos. A da família “pobre”, dez, incluindo duas crianças. Contrapondo as imagens, uma ao lado da outra, o jornal destaca as diferenças entre as duas e pelas legendas (ambas indicando que quase todos os que aparecem na foto tiveram malária), aponta o que as tornaria iguais: a malária. Unir as classes sociais em torno da doença é um desvio discursivo. De maneira geral, os textos situam o doente na periferia social e os poucos entrevistados pertencem a este espaço. No entanto, ao apontar a presença da doença entre as diferentes classes, o jornal potencializa os sentidos de expansão, gravidade e risco da malária, estendo-os a todos.

O doente e a pessoa exposta ao risco de contrair malária costumam ligar-se discursivamente aos aspectos da prevenção, emergindo como sujeitos a quem cabe aprender e executar medidas de proteção individual e coletiva. Quando a FVS cita, na mesma matéria de *A Crítica*, que o órgão realiza borrifação intradomiciliar e fumacê, convoca a população a complementar o trabalho de controle, dizendo que “o mais importante é que as pessoas que moram ou frequentam esses locais adotem medidas preventivas”.

No box “Falta educação sanitária”<sup>177</sup>, *A Crítica* configura a malária como um problema que vai “continuar se alastrando”, caso não haja “campanhas educacionais mais frequentes para a população”. O texto “Dados da FVS indicam que os casos de malária diminuíram no 1o. semestre”<sup>178</sup>, publicado no *Diário do Amazonas*, em 2006, cita campanhas ou ações educativas e dirige-se diretamente à população. Um quadro de três colunas (uma a mais que a notícia principal), publicado logo abaixo do título e ao lado da notícia, aponta diversos aspectos sobre a transmissão e a prevenção da malária, dirigindo-se a quem deve se prevenir contra a doença, o que fica estabelecido pelo uso da forma verbal “Veja” (“o que é, como tratar e prevenir a malária”). O modo de dizer é imperativo e repete o padrão de campanhas de saúde produzidas pelo poder público, em qualquer das esferas. Também reproduz a maneira usada pela Imprensa e pelo Estado para se dirigir ao leitor/doente utilizado no final do século XIX, mantendo a população como um sujeito falado a quem compete, no discurso, receber orientações.

---

<sup>177</sup> XIMENES, 2006, p. A9.

<sup>178</sup> “CARVALHO, 2006, p.C1.

O discurso da prevenção, no qual cabe à população, no nível empírico, o papel de executor, também é observado nos documentos oficiais. No plano de 2007, o poder público estadual recomenda às instâncias municipais a “construção de uma consciência preventivista da malária”. O documento insere o tema no conjunto de ações propostas ao nível municipal: “Promover a saúde da população amazonense por meio de ações educativas esclarecedoras e preventivas da malária, que visam despertar a adoção de cultura preventivista de cunho individual e coletivo”. O texto propõe aqui que, por meio do desenvolvimento desta “cultura preventivista”, conduzida pelo poder público municipal, a população seria incorporada ao grande esforço de controlar a doença, “identificando [...] sinais e sintomas e buscando o diagnóstico precoce”, realizando o “tratamento completo”, permitindo “a borrifação intradomiciliar” e usando adequadamente os mosquiteiros, entre outras condutas consideradas preventivas.

A relação entre malária e periferia estende-se para a qualificação do doente como um sujeito social e discursivamente periférico. No mesmo box, “Falta educação sanitária”<sup>179</sup>, o jornal demarca as diferenças entre ricos e pobres, sinalizando para a maior vulnerabilidade e sofrimento dos que vivem na periferia. Ao dizer implicitamente que o trabalho de prevenção não está sendo feito pelo poder público, o texto sentencia: “os sintomas da doença vão continuar cada vez mais fortes, sobretudo nas populações da periferia”. Com isso, posiciona a população no lugar social da vítima e reforça a imagem da malária como doença da periferia social. Na notícia principal, como citado anteriormente, o texto já havia contraposto sujeitos que, na cena social, ocupam posições de maior e menor poder simbólico.

Em “Postos de saúde vão poder fazer exames de malária”<sup>180</sup>, as pessoas que podem estar doentes são citadas de forma indireta, pelo coletivo “população” (“a proposta é facilitar o acesso da população [...]”), classificada por seu local de moradia: “bairros da periferia”. A utilização do termo periferia traduz uma situação real: a maioria dos doentes vive em bairros da periferia da cidade porque nestes locais um conjunto de fatores sociais e ambientais favorece a transmissão da malária. A expressão, no entanto, traz para o texto, sentido que vai além do espaço geográfico. Periferia é um pré-construído, que indica pobreza, exclusão e que

---

<sup>179</sup> XIMENSES, 2006, p. A9.

<sup>180</sup> POSTOS..., 2006, p.13.

associa os doentes da malária a um espaço físico e simbólico distante do centro, onde concentra-se o maior poder de falar e ser ouvido.

O interior do Amazonas, que na vida real, ocupa a periferia do Estado nos aspectos sociais, políticos e econômicos - é também nos discursos um sujeito periférico, assim como, na grande maioria das vezes, é o seu doente. No box “Malária diminui no AM”<sup>181</sup>, o repórter cria uma imagem curiosa para o doente do interior quando, ao apontar “o surto epidêmico que atinge Manaus, notadamente no Tarumã, Puraquequara e suas imediações”, busca incluí-lo no conjunto de populações afetadas pela doença no Estado: “Há [...] zonas de altíssimo risco no interior, onde a população está exposta à malária de uma maneira primitiva”. Ainda que a malária tenha sido usada no texto principal como elemento de ligação entre ricos e pobres, como doença por meio da qual populações de diferentes realidades sociais se igualam, o uso da expressão “maneira primitiva” cria um abismo entre a capital e o interior. *Primitiva* é uma palavra plena e, mais que seu significado original, carrega sentidos negativos - o que não é evoluído, que é tosco, rude ou não civilizado.

Em “Estado busca redução de 30% dos casos de malária”<sup>182</sup>, o *Diário do Amazonas* aborda predominantemente áreas semi-rurais e o interior do Estado, quantificando as famílias que vivem em área de “potencial perigo” para a malária: 300 mil. Neste universo, em que meio ambiente e condições objetivas de vida estão relacionados com a doença, é construída a imagem de quem é ou poderá ser o doente: de forma dupla e complementar, a vítima e a causa da doença; os “ribeirinhos”, assim nomeados, que vivem na proximidade da floresta e dos rios, onde as condições ambientais naturais e sociais favorecem o risco; aqueles a quem o poder público pode auxiliar.

Os indígenas, que no contexto dos programas de controle da malária pertencem a uma categoria especial da população, raramente aparecem nos textos analisados. No plano de 2007, no entanto, emergem no texto como um grupo vulnerável à doença, pressupostos na expressão “áreas indígenas”, citada várias vezes. Responsabilidade federal da Funasa à época, o controle da malária nestas áreas é incluído no texto como uma medida a mais no conjunto de articulações e “pactuações intermunicipais, interestaduais e internacionais”, que situavam o Governo do Amazonas como um orquestrador das ações neste campo. A atenção aos

---

<sup>181</sup> XIMENES, 2006, p. A9.

<sup>182</sup> TAVARES, 2007, p.4.

indígenas está estabelecida em vários enunciados. Está entre aqueles que compõem os objetivos específicos do Plano (“fomentar integração entre Funasa e Secretarias Municipais de Saúde para a realização de ações de prevenção e controle da malária em áreas indígenas”), assim como na indicação da necessidade de “reduzir os percentuais da malária em áreas indígenas e em áreas dos assentamentos” e nos critérios de prioridade de ação (“municípios com alta incidência de malária indígena”).

Os modos usados pela Imprensa e pelo Estado para indicar - ou pressupor - a existência do doente são indicadores do lugar social ocupado pelas pessoas vitimadas pela malária no Amazonas do século XXI. Passivos, silenciados, quase nunca “fontes”, quase sempre ilustrativos, estes sujeitos, há mais de cem anos, permanecem no mesmo lugar: na periferia da cena discursiva. Esta condição tanto indica sua força na cena social quanto contribui para mantê-la fraca, estando diretamente relacionada ao seu poder de participar de decisões políticas e operacionais e de produzir sentidos sobre a malária, cuja realidade, paradoxalmente, só se consuma na sua existência.

### **5.7 Imprensa, Estado, malária e seus entrelaçamentos: resumo comparado**

Os resultados da análise aplicada aos 47 textos dos períodos de 1898 a 1900 e de 2005 a 2007, somados à observação do que foi produzido pelo Estado e pela Imprensa nos anos anteriores e posteriores a esses tempos históricos, permitem que comecemos a estabelecer algumas conclusões sobre os processos de produção de sentidos da malária e seu doente no final do século XIX e no início do século XXI.

Os discursos veiculados evidenciam que poder público e mídia significaram a malária e o doente de modo semelhante nos dois períodos e desvelam a profunda relação entre Estado e Imprensa na produção das realidades simbólicas da malária no Amazonas. O poder público esteve presente em todos os textos de jornais analisados, mesmo naqueles produzidos por iniciativa do próprio campo jornalístico, o que nos permite afirmar que Estado, Imprensa e malária estiveram fortemente atrelados no século XIX, assim permanecendo nos dias atuais.

O material analisado mostra que no final do século XIX, ambos - poder público e Imprensa - recorreram à voz da Ciência para construir suas narrativas no cenário de avanços científicos e superação de paradigmas daquele período. Cientistas responsáveis por pesquisas

que modificaram os modos de ver e caracterizar a doença estiveram presentes em editoriais, notas e notícias veiculadas pelos jornais *Commercio do Amazonas* e *A Federação*, assim como representantes do campo científico estiveram presentes nos discursos oficiais como vozes legitimadoras dos discursos produzidos por especialistas locais - médicos que assumiram a centralidade discursiva, encarregados pelo poder público de relatar aspectos pontuais e gerais sobre a malária no Amazonas. Independentemente de ocuparem cargo de direção na estrutura administrativa governamental, os médicos mantiveram sua autonomia discursiva, falando do lugar de especialistas e não de gestores públicos, o que lhes permitiu analisar, criticar, aconselhar e moldar os discursos do Governo, balizados por parâmetros técnicos e científicos, quase sempre atribuindo ao Estado cotas de responsabilidade sobre as condições de saúde encontradas, o que demonstra seu lugar privilegiado na cena social da época e seu expressivo poder simbólico.

No século XXI, o poder público privilegia a enunciação de resultados que derivam de suas próprias ações de prevenção, controle e assistência, distanciando-se do campo da Ciência que, no passado, havia sido sua principal aliada na produção de sentidos sobre a malária. Os médicos, representantes desta Ciência, que outrora privilegiaram este lugar de interlocução, agora com frequência falam do lugar de gestores públicos e os que não ocupam estes cargos perderam parte da força anterior nos discursos atuais, o que revela o fortalecimento, na mídia, da presença do campo das políticas públicas de saúde, em detrimento do campo científico.

Forte aliada da Ciência no final do século XIX, a Imprensa também se distanciou deste campo, passando a privilegiar em seus textos informativos sobre a malária dados e fatos do cotidiano. O Estado, por sua vez, utiliza-se da mídia, como no passado, para reverberar sua voz e amplificar o discurso fundado em seus documentos e memórias.

Considerando os discursos da malária, Imprensa e Estado protagonizaram, nos dois períodos de análise, mais cenas de colaboração do que de embates. No século XIX, os confrontos estiveram mais visíveis no *Commercio*, periódico que declarava independência editorial em relação ao Governo e a qualquer outro grupo político. *A Federação*, jornal do Partido Republicano, associava sua imagem à do poder público estadual, mantendo-se declaradamente a serviço deste. No período contemporâneo, o jornal *A Crítica* exerceu de modo predominante oposição ao governo estadual durante o período de análise, enquanto o *Diário do Amazonas* manteve-se como aliado no plano discursivo. Como oponente ou aliada,



a Imprensa, de modo geral, absorveu o discurso do poder público nos dois períodos, mesmo quando exerceu oposição ao Estado.

No século XIX, tanto quanto no XXI, a urgência da Imprensa, determinada pelo princípio de atualidade que a sustenta, foi respeitada e alimentada pelo Estado, que sempre reconheceu sua relevância como instância mediadora, concedendo-lhe o privilégio da informação antecipada, prática aprimorada ao longo do tempo e amplamente exercida nos dias atuais. No passado, jornais comerciais publicaram documentos do Estado antes do *Diário Oficial* (periódico da estrutura governamental), o mesmo ocorrendo com documentos como os planos de controle da malária nos anos 2000, que se tornaram pauta jornalística ainda durante seus processos de elaboração.

Na atualidade, o poder público, como fonte da informação, foi frequentemente representado por diferentes sujeitos que assumiram, no texto, funções operacionais, técnicas ou políticas não necessariamente correspondentes às que ocupavam na cena social, facilitando a dinâmica de cooperação e disputa discursiva. Além disso, houve uma recorrência de fontes, com os mesmos sujeitos institucionais e individuais respondendo pela malária no Estado e o posicionamento estratégico dos sujeitos do topo hierárquico governamental em discursos produzidos para a Imprensa. Governador e prefeito, valorizados como sujeitos políticos nos discursos sobre os planos de controle da malária em 2005 e 2007, ajudaram a fortalecer as ações públicas de combate à doença no nível simbólico.

Embora os discursos contemporâneos sobre a malária tenham valorizado a intersetorialidade, a interdisciplinaridade e a sustentabilidade como linha discursiva derivada dos discursos políticos estaduais e federais, sujeitos pertencentes a setores que não a saúde, ainda que recorrentemente citados, pouco foram vistos como sujeitos ativos ou como enunciadores principais, o que fez dos discursos da malária, no século XIX e no século XXI um palco de muitas vozes e poucos regentes.

A malária foi enunciada tanto pela Imprensa como pelo Estado no século XIX como um grave problema de saúde pública e, assim como seus nomes, foram muitas as qualificações que recebeu por meio de metáforas, adjetivos e pré-construídos. Redes semânticas de sentido negativo, que incluíram expressões de devastação e sofrimento, foram construídas em todos os textos, definindo sua condição simbólica de maior flagelo daquele período histórico.

A partir da teoria dos miasmas, a malária foi qualificada nos textos analisados como uma doença vinculada aos pântanos naturais e artificiais de onde emanariam os ares contaminados, responsáveis pela infecção. Sua imagem, até a virada do século XX, era a de uma doença que naturalmente ocorreria no ambiente propício da região amazônica, exposto ao movimento de subida e descida de rios e igarapés e ao calor e à umidade da floresta. Sua proliferação esteve relacionada às inúmeras obras de embelezamento da cidade, financiadas pelo efervescente mercado da borracha. O novo paradigma da transmissão vetorial, traria impacto nas medidas de prevenção na entrada do século XX, a partir daí com medidas e discursos centrados no mosquito vetor, componente ainda hoje de importância preponderante na definição de estratégias de controle e elemento simbólico fortemente associado à doença e à sua ocorrência na Amazônia. A mudança na maneira de entender a transmissão da malária fortaleceu sua associação com a floresta e não excluiu sua vinculação com as águas, agora espaço de criação dos mosquitos e não mais fonte de miasmas. A gravidade e variedade dos seus sintomas, referidas muitas vezes pelos antigos médicos, criou, especialmente a partir dos discursos oficiais, o sentido de uma malária amazônica, de características especiais, até então pouco conhecidas dos especialistas. Ao mesmo tempo, a doença foi significada, tanto pela Imprensa como pelo Estado, como um mal associado à pobreza, carregando o peso social de uma epidemia mortífera.

Muitos dos sentidos da malária construídos no Amazonas do século XIX continuam a ecoar nos dias atuais. A doença permaneceu periférica nos seus aspectos sócio-ambientais, mantendo os significados superlativos que sempre teve, entretanto perdendo seus sentidos de gravidade pela extraordinária redução da sua capacidade de provocar mortes. Contemporaneamente, vem sendo significada, nos discursos midiáticos e oficiais, essencialmente como a principal endemia do Amazonas, mas raras vezes é contextualizada como *doença tropical*, como *doença negligenciada* ou como *doença tropical negligenciada*, o que tende a afastá-la de suas determinações históricas e sociais, em caráter mais abrangente e global.

A população, como representação genérica do doente ou da pessoa exposta ao risco de adoecer, foi um sujeito eventualmente convocado para fortalecer os discursos da Imprensa e do Estado, mas manteve-se na maioria das vezes silenciada, na periferia da cena discursiva. No século XIX, enquanto o *Commercio* mais frequentemente falou em nome da população,

representando um Eu coletivo e necessitado, ou mediando reivindicações dirigidas ao Estado, este, por meio de *A Federação* e de seus documentos, falou sobre ela, justificando em seu nome suas ações e promessas. Nos dois veículos, o doente foi quase sempre uma vítima em completo silêncio. Na fase contemporânea de análise, sua presença discursiva continua a sinalizar para a distribuição gravemente desigual dos lugares de interlocução nos discursos sobre a malária. No período estudado, o *Diário do Amazonas*, de modo geral, apontou para o doente os benefícios da ação governamental, ao passo que *A Crítica* buscou nas pessoas afetadas pela malária ou vivendo sob o risco de adoecer a legitimação do seu discurso de oposição ao poder público: como personagens, construídos em imagens e narrativas que privilegiaram episódios recorrentes de adoecimento e relatos de sofrimento - incluindo quase sempre crianças - apoiaram enunciados de sentidos previamente determinados pelo jornal, merecendo no nível simbólico uma existência ilustrativa.

Ainda que algumas vezes convocados, o doente, como sujeito nomeado e qualificado, esteve ausente da maioria dos textos jornalísticos sobre a malária e nos discursos oficiais ocupou o lugar de sujeito passivo em nome de quem o Estado justificou suas ações e concebeu seus discursos: no século XIX e no XXI, nos textos jornalísticos e documentos oficiais, o doente foi essencialmente investido da imagem dos desfavorecidos sociais - além de doentes, pobres, indigentes, excluídos, na periferia social, nunca fontes principais da notícia, poucas vezes com nome e sobrenome.

## **Retorno ao cais: conclusões e novas questões**

Concluir talvez seja como voltar ao cais de partida. O momento de refazer as perguntas, os objetivos, as paixões que determinaram o impulso de ir. A hora de retomar, por um instante, a viagem empreendida e a experiência embebida nas curvas e desatinos do rio, na imensidão e seus (des)caminhos, nas noites e sua solidão serena, no manejar da bússola e seus felizes destinos, nos encontros e suas descobertas, no navegar onde tanto impregnar-se e envolver-se e descobrir-se faz das conclusões e do pesquisador não mais que substantivos de uma temporalidade volátil e irrefutável - novos e sempre em um novo refazer-se.

Do meu cais de partida buscava um horizonte que deveria ser iluminado pelos postulados da Semiologia Social e pelo método da Análise Social de Discursos: a produção de sentidos sobre a malária no Amazonas, tomando por base textos da Imprensa e do Estado em dois tempos separados por pouco mais de um século e considerando que estas vozes, esta endemia e estes períodos históricos, em estreita relação, integram um conjunto de forças relevantes na construção das realidades simbólicas que definem a malária e suas questões no estado.

As buscas ao longo de dois anos de viagem tiveram o objetivo de analisar como os sentidos foram produzidos no final do século XIX e no início do século XXI e de compreender as estratégias discursivas utilizadas pela Imprensa e pelo Estado para significar a malária nos dois períodos de análise (1898 a 1900 e 2005 a 2007), além de verificar as relações de concorrência e colaboração entre o discurso oficial e midiático, assim como possíveis mudanças nos sentidos produzidos sobre a malária e seu doente no passado e no presente.

Os resultados da análise aplicada aos 47 textos e conjuntos textuais selecionados para o estudo, refinados com as observações feitas para além do *corpus* específico, permitem afirmar que Imprensa e Estado significaram a malária de modo semelhante no Amazonas, tanto no final século XIX quanto no início século XXI; que a Ciência foi uma voz mais presente e influente nos discursos do século XIX, enquanto as políticas públicas assumiram este lugar no século XXI; que a relação ente Imprensa e Estado se mostra indissociável no processo de produção de sentidos sobre a malária no Amazonas: os jornais incorporam sentidos produzidos pelo Estado ao absorver e fazer circular o discurso produzido pelo poder público e privilegiar entre as fontes da notícia os sujeitos governamentais, o que possibilita

concluir que, de modo geral, na Imprensa não há malária sem Estado; que a malária é uma doença de representação geográfica e social periférica e, no Amazonas, muito mais que doença *tropical, negligenciada* ou *tropical negligenciada* é uma endemia amazônica de forte presença secular nas cenas social e discursiva; que o doente de malária também é um sujeito periférico, social e discursivamente, sendo representado no século XIX como uma vítima em completo silêncio e no XXI como um sujeito ilustrativo de sentidos previamente estabelecidos, passivo nos discursos e raramente fonte da notícia e, em ambos os períodos, o sujeito em nome de quem os jornais falam e o poder público elabora seus discursos; que as redes semânticas de um e outro período apontam para sentidos negativos da malária, com evidentes ecos do século XIX nos discursos do século XXI.

A colheita dos resultados foi regida pelas diretrizes teóricas e pelos procedimentos de análise, complementada por tudo o que foi possível aprender e reunir em quase 20 anos de assessoria de comunicação em órgãos de saúde. A teoria e a prática promoveram uma confluência como aquelas que, na Amazônia, brotam do calor sufocante com o temporal, do céu azul com as nuvens densas, onde a chuva derrama-se sobre o rio, oferecendo aos olhos e a todos os sentidos o espetáculo de um encontro respingado e sem dor. Juntos, o olhar semiológico e técnico facilitaram o entendimento das dinâmicas de produção e veiculação de informações sobre malária e outras questões da saúde pública na mídia e das entrelinhas que explicam a relação entre Estado e Imprensa, assessoria e jornais, texto e contexto, intencionalidades e inconsciências.

Não deixaram de surpreender aspectos que, observados de outro lugar e sob outra luz, revelaram mecanismos e estratégias que pareciam pertencer apenas ao funcionamento natural das rotinas, tanto da Imprensa quanto do Estado. Com este foco renovador ficou clara a inexistência de ingenuidades nas formações discursivas, dos constrangimentos do ideológico sobre a produção de sentidos e, ao mesmo tempo, do manejar dos sentidos por todos nós, jornalistas assessores, repórteres, editores, gestores, especialistas, técnicos, cientistas e governantes em favor das realidades simbólicas que desejamos construir e do discurso hegemônico que intentamos sustentar. Tampouco foi insignificante medir o tamanho das desigualdades entre os que, no contexto da malária, têm direito à voz e à participação ativa na cena discursiva e concluir pelo silêncio predominante dos únicos que materializam a

existência desta endemia - os doentes - e cujo poder de falar é diretamente proporcional ao poder de reivindicar e provocar mudanças.

Desvelar estratégias de produção de sentidos, visualizar sujeitos da Imprensa e do Estado no mercado simbólico onde as significações da malária são produzidas e negociadas, reconhecer as relações complexas que se desenvolvem nos subterrâneos dos discursos não são capazes de, por si só, promover qualquer avanço no plano discursivo ou social. Todavia, deixam a porta entreaberta para um novo entender, um novo pensar e um novo agir, ainda a ser construídos. Nenhuma mudança está dissociada das dimensões sociais e discursivas em que ocorre e sua precipitação pode vir de um ou de outro, como ensina Fairclough, tendo o discurso força e poder para interferir nas realidades sociais, sendo capaz, ele próprio - dimensão simbólica da existência - de ser um caminho de mudanças.

Às respostas obtidas com este estudo somam-se novas questões. O Amazonas é um lugar de centralidades quando o assunto é malária - nele se produz quase sempre o maior número de notificações absolutas da doença no país, em uma dinâmica de transmissão de incessantes transformações motivadas por variáveis ambientais, sociais e políticas, que fazem com que a malária seja representada, entre outros elementos simbólicos, por uma *mola em espiral* sobre a qual é necessária permanente pressão; grandes esforços são feitos dia a dia no nível político, administrativo e operacional para controlar essas variáveis que acompanham e definem seu movimento no espaço e no tempo; estudos científicos locais são desenvolvidos em parcerias internacionais, visando o desenvolvimento de novos conhecimentos para abordagens, vacinas e drogas mais eficazes.

Assim como o próprio Amazonas, entretanto, a malária é, no Brasil que exclui o Norte, uma realidade distante, de contornos indefinidos, eventualmente folclórica. As notícias sobre a doença transitam quase exclusivamente na Amazônia, em uma circularidade inútil à sua visibilidade fora desse território. Talvez porque falte à própria região a determinação de se fazer ver e crer, seduzindo para si, a começar pelos discursos, atenção, olhares, recursos, ações práticas compatíveis com a extensão e os impactos desta endemia sobre seus habitantes silenciosos. As desigualdades do poder de falar e ser ouvido - que no nível local desfavorecem em especial os doentes e no nível nacional, o próprio estado - sinalizam para as desigualdades na luta pelo poder simbólico, que é indissociável do poder social. As desigualdades locais no plano discursivo da malária integram as conclusões deste estudo; as do estado em relação ao

país são suposições que representam possibilidades de novas pesquisas. De qualquer modo, como dito, a porta está entreaberta.

A contribuição mais importante desta pesquisa talvez seja indicar que a complexidade de elementos e relações que conformam os sentidos pode ser compreendida e manejada para permitir que haja avanços, de fato, no direito à comunicação (de todos) no âmbito da Saúde e que esta sirva, também de fato, aos princípios da igualdade e da equidade que estão na bases do Sistema Único de Saúde.

O papel das assessorias de comunicação é estratégico neste sentido. No contexto estrito da sua relação com a Imprensa, mais fortemente aqui observada, esta instância especializada em mídia no interior de um campo perito - o da Saúde - tem um poder provavelmente pouco reconhecido por ela própria, pelos campos da Saúde, das Políticas Públicas e da Comunicação. Mais da metade das notícias publicadas nos últimos dez anos pelos dois jornais estudados no Amazonas contemporâneo foi elaborada no interior das assessorias e todas elas (à exceção das produzidas por agências internacionais) incluíram como fontes representantes do poder público local, o que certamente também as mobilizou. Sua atuação tem, portanto, responsabilidade indubitável sobre a produção de sentidos. O reconhecimento do peso de sua função requer lutas no interior dos seus próprios espaços de atuação e estudos que possam melhor desvelar seu funcionamento e impacto na configuração do jornalismo atual e na construção das realidades simbólicas, revertendo eventuais demonizações de sua existência e lacunas improdutivas do seu desconhecimento.

Colocadas lado a lado com novas questões, as conclusões acabam por ampliar seu poder catalizador, fazendo com que o pesquisador, mal regresse ao cais com as mãos cheias de descobertas de viagem, seja impelido a, de novo, voltar ao rio. Do meu porto, não contendo o olhar: reconfiguro horizontes com o conhecimento construído e busco a motivação para novos navegares.

Olho para o que há nas entranhas amazônicas, em especial na metade silenciosa do Amazonas: gente, cidades, comunidades - casas distantes, essência humana, curumins de riso discreto e sedutor, semblantes misteriosos, peles marcadas pelo tempo, pequenos olhos brilhando entre as janelas abertas, sala escura confundindo a tez, encantamento, companhia, sonhos adormecidos, ilusões nas ruas sem nome, cadeiras de embalo, bacias na beira do rio e na porta de casa, varais de todo tipo, parabólicas fincadas no terreno, chão seco e jardins

teimosos, urucum plantado, colorau feito à mão, quintal iluminado, sombrinha peneirando o sol do meio-dia, meninos nascendo sempre, destinos compartilhados, brincadeiras na rua, pedras, galhos, corrida, imaginação, caminhos secretos, futuro não traçado, igrejas, sinos, tradição, horas lentas, sono de mormaço, leseira, tempo de dormir, redes embalando vidas, cura, curandeiros, malária aos milhares, faltas e farturas que se sobrepõem, saberes diferentes, informação rasa, comunicação outra, silêncio, murmúrio, cantigas, galos confundindo as horas, almoço repetido, peixe frito e farinha do Uarini, prato de alumínio, colher, mesa no chão, guaraná e café fraco, pão caseiro, fruta do pé, desigualdades, monotonias, muitas vozes e nenhuma fala, mistério, história, destino: vida flutuante que nada espera, como se a ela bastasse existir.

E, então, do mesmo cais, olho para o mundo líquido que nutre e se traduz na vida desconhecida dos caminhos amazônicos, aqueles por meio dos quais é possível seguir e regressar, e deixo a representação de um fim de tarde traduzir e desafiar a razão: o rio bebendo o sol e sua simbiose plástica permitindo o anoitecer, depois do qual virá, sem dúvida e carregada de sentidos, uma nova vida contida na delicada realidade simbólica do amanhecer.



## Referências

ALBUQUERQUE, Bernardino; MUTIS, Martha. A Malária no Amazonas. In ROJAS, Luisa e TOLEDO, Luciano. **Espaço & Doença: um olhar sobre o Amazonas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

ARAUJO, Inesita Soares. **A Reconversão do Olhar**. Editora Unisinos. São Leopoldo: 2000.

\_\_\_\_\_. **Mercado simbólico: interlocução, luta, poder**. Um modelo de comunicação para políticas públicas. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

ARAUJO, Inesita; CARDOSO, Janine. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AZEVEDO, Raul. O Jornalismo de outrora no Amazonas - 1939: um ensaio de curiosidades. **Revista Somanlu**, ano 8, n. 1, jan./jun. 2008, p. 195-207.

BAHIA, Benedito Juarez. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira**, vol. 1, 5a. edição. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução de Paulo Bezerra. 6a. Edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BATISTA, Djalma da Cunha. **Sobre o Saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972.

\_\_\_\_\_. **O paludismo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do Passado**. Rio de Janeiro. Ed. Conquista, 1973.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**, seguido de A influência do jornalismo e Os jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

CAMARGO, Erney Plessmann. Malária, maleita, paludismo. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 55, n. 1, Jan. 2003. Disponível em <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252003000100021&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000100021&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12 abril de 2012.

CAMPOS, André Luiz Vieira. **Políticas Internacionais de Saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CHAGAS, Carlos. Notas sobre a epidemiologia do Amazonas. Conferência realizada no dia 17 de outubro de 1913, no Palácio Monroe. Reimpresso do *Brazil Médico*, n. 31, de 8 de novembro de 1913. In: BATISTA, Djalma. **Sobre o Saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972.

CRUZ, Oswaldo. Considerações gerais sobre as condições sanitárias do Rio Madeira. In: BATISTA, Djalma. **Sobre o Saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas**: apresentado a S. Exa. o Snr. Dr. Pedro de Toledo, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C, 1913.

SCOREL, Sara.; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; EDLER, Flávio Coelho. As origens da reforma sanitária e do SUS. In: LIMA, N.T et al (orgs). **Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005

SCOREL, Sara.; TEIXEIRA, Luiz Antônio. História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do império ao desenvolvimentismo populista. In: GIOVANELLA, L. et al. (org.), **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

SCOREL, Sara. et al. As origens da Reforma sanitária e do SUS. In: GIOVANELLA, L. et al. (org.), **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

FARIA E SOUZA, João Baptista de (Org.). Anais da Imprensa Periódica Brasileira: Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1808-1908). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, parte II, vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908

FRANÇA, Tanos; SANTOS, Marta; FIGUEROA-VILLAR, José. **Malária: aspectos históricos e quimioterapia**. *Química Nova*, São Paulo, v. 31, n. 5, 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-40422008000500060&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422008000500060&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 18 de janeiro de 2014.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2005.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22a. edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GALVÃO, Manoel Dias. **História da Medicina em Manaus**. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina; HOCHMAN, Gilberto. A saúde na construção do Estado Nacional no Brasil: reforma sanitária em perspectiva histórica. In: LIMA, Nísia Trindade et al (orgs). **Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

LIMA, N.T; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil redescoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, M.C. e SANTOS, R.V. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

LINDOSO, José Angelo L; LINDOSO, Ana Angélica B.P.. Neglected tropical diseases in Brazil. **Revista do Instituto de Medicina Tropical de S. Paulo** [online], vol.51, n.5, pp. 247-253, outubro 2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0036-46652009000500003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-46652009000500003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27 de janeiro de 2015.

LOPES, Júlio Antônio. **A Crítica de Umberto Calderaro Filho**. Manaus: Editora Cultural da Amazônia, 2010.

LOUREIRO, Antônio. **História da medicina e das doenças no Amazonas**. Manaus: Gráfica Lorena, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Amazonas na época imperial**. 2a. edição. Manaus: Editoria Valer, 2007.

\_\_\_\_\_. **A grande crise**. 2a. edição. Manaus: Editoria Valer, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3a. edição, 1997.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTINS COSTA, D. A. **A malária e suas diversas modalidades clínicas**. Rio de Janeiro: Lombaerts & Comp., 1885.

NORONHA, José Carvalho de; LIMA, Luciana Dias de; MACHADO, Cristiani Vieira. O Sistema Único de Saúde - SUS. In: GIOVANELLA, L. et al. (org.). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. P. 333-384.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. **Os sentidos da Saúde nas mídias jornalísticas**. ReCiis, Rio de Janeiro, v.6, n.4, suplemento, fev 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 6a. Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6a. edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PACKARD, Randall M. Malaria Dreams: Postwar vision of world. **Medical Atropology**, n. 17, 1997, pp. 279-296.

PINTO, Lúcio Flávio. Um fenômeno efêmero. **Observatório da Imprensa**. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/um-fenomeno-efemero>>. Acesso em 12 dez. 2012.

PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade** 2, *Cadernos do Noroeste*, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, pp. 277-294

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

PINTO, Milton José. **As marcas linguísticas da enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do português**. Rio de Janeiro: Numen, 1994.

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. 2a. edição. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Tese de Doutorado, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitações, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell. **O jornal, da forma ao sentido**. Brasília: Editora Paralelo 15, 1997.

———. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

———. **Experiência, modernidade e campo dos media**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

ROSENBERG, Charles. Framing Disease: illness, society and history. In: ROSENBERG, Charles; GOLDEN, Janet (eds). **Framing Disease: Studies in Cultural History**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.

SANTOS, Margarida Campos. **Políticas de saúde e organização dos serviços na Primeira República: o caso do Amazonas**. Dissertação de Mestrado Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1986.

SARAIVA et al. Expansão e distribuição espacial da malária no município de Manaus, estado do Amazonas. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical** 42(5), pp. 515-522, set-out, 2009.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. **Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 7a. edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: Edipucrs, 2011.

SOUZA, Leno José, Barata. **Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário**. Revista Tempos Históricos, volume 14, 2o semestre de 2010, p. 106-133.

TAUIL, Pedro Luiz. **Avaliação de uma nova estratégia de controle da malária na Amazônia brasileira**. Tese de doutoramento. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2002.

VERÓN, Eliseo. **A produção do Sentido**. São Paulo: Cultrix/USP, 1980.

———. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

#### BOLETINS E PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS

AMAZONAS. Governo do Amazonas, Fundação de Vigilância em Saúde. **Proposta de reestruturação do programa de controle da malária no Estado do Amazonas**, visando o declínio do número de casos e a sustentabilidade do programa. Manaus, 2005.

\_\_\_\_\_. Governo do Amazonas, Fundação de Vigilância em Saúde. **Plano plurianual de prevenção e controle integrado da malária no Estado do Amazonas, julho/2007 a dezembro/2010**. Manaus, 2007.

\_\_\_\_\_. Governo do Amazonas, Fundação de Vigilância em Saúde. **Resumo executivo do plano plurianual de prevenção e controle da malária 2007-2010**. Manaus, 2011.

\_\_\_\_\_. Governo do Amazonas, Fundação de Vigilância em Saúde. **Plano plurianual de vigilância e controle da malária no Estado do Amazonas, 2011-2015**. Manaus, 2012

BRAGA, Carlos Eduardo de Souza. **Mensagem do governador do Estado à Assembléia Legislativa 2006**. Manaus, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. **Ações de controle da malária**: manual para profissionais de saúde na Atenção Básica. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. **Situação epidemiológica da malária no Brasil**. Boletim Epidemiológico. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia para Gestão Local do Controle da Malária**. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia prático de tratamento da malária no Brasil**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Situação epidemiológica da malária no Brasil**. Boletim Epidemiológico, v. 44, n. 1. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Brasília, 2013.

FERREIRA, Fileto Pires. **Mensagem do Sr. Dr. Fileto Pires Ferreira, governador do Estado**: lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da primeira sessão extraordinária da terceira legislatura, em 6 de janeiro de 1898. Manaus: Imprensa Oficial, 1898.

RAMALHO JUNIOR, José Cardoso. **Mensagem do Exmo. Sr. José Cardoso Ramalho Junior, vice-governador do Estado**: lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da primeira sessão ordinária da terceira legislatura, em 10 de julho de 1898. Manaus: Imprensa Oficial, 1898.

\_\_\_\_\_. Mensagem do Exmo. Sr. José Cardoso Ramalho Junior, vice-governador do Estado: lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da primeira sessão ordinária da terceira legislatura, em 10 de julho de 1898, Manaus: **Diário Oficial**, 1898.

\_\_\_\_\_. **Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes**: em sessão ordinária em 10 de julho de 1899 pelo Exm. Senr. José Cardoso Ramalho Junior, governador do Estado. Manaus: Imprensa Oficial, 1899.

\_\_\_\_\_. **Mensagem lida perante o Congresso dos Srs. Representantes**: em sessão de 10 de julho de 1900 pelo Exm. Snr. José Cardoso Ramalho Junior, Governado do Estado. Manaus: Imprensa Oficial, 1900.

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Mensagem do Exmo. Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Governador do Estado**: lida perante o Congresso dos Representantes por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária, em 10 de julho de 1893. Manaus: Tipografia do Diário Oficial do Estado do Amazonas, 1893.

\_\_\_\_\_. **Mensagem lida pelo Snr. Governador, Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro Congresso do Estado do Amazonas**: em 10 de julho de 1894. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1894.

World Health Organization (WHO). **World malaria report: 2012**. World Health Organization, Switzerland, 2012.

## JORNAIS

AÇÃO DE IMPACTO CONTRA A MALÁRIA. **Diário do Amazonas**, Manaus, 8 nov. 2007.

AMAZONENSE. **Commercio do Amazonas**, Manaus, 27 set. 1898.

AS RECLAMAÇÕES. **Commercio do Amazonas**, Manaus, 7 dez. 1898.

CHAVES, Vasco Theophisto de Oliveira et al. Instituto Benjamin Constant. **A Federação**, Manaus, 13 a 17 jan. 1899.

\_\_\_\_\_. Instituto Benjamin Constant. **Diario Oficial**, Manaus, 20 e 21 jan. 1899b.

CALCANHAR. **Diário do Amazonas**. Manaus, 16 jun. 2004.

CARVALHO, Rosiene. Dados da FVS indicam que os casos de malária diminuíram no 1o. semestre. **Diário do Amazonas**, Manaus, 13 ago. 2006.

CASOS DE MALÁRIA AUMENTARAM. **Diário do Amazonas**, Manaus, 29 dez. 2005.

CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES. **A Federação**, Manaus, 15 set. 1900.

COMBATE À MALÁRIA É PREMIADO PELA OPAS. **Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas**, Manaus, 2 set. 2005. Disponível em <[http://www.saude.am.gov.br/index.php?id=not&id\\_not=401](http://www.saude.am.gov.br/index.php?id=not&id_not=401)>, acessado em 13 de março de 2015.

DIANTE DE UMA AMEAÇA. **A Crítica**, Manaus, 21 ago 2005.

DILMA PARTIU PRA PORRADA E NÃO AGUENTOU O TRANCO. **Maskate**, Manaus, 10 out. 2012.

DRÁGEAS ASSYRIS. **Commercio do Amazonas**, Manaus, 24 mar. 1912

EDITORA ANA CÁSSIA AUMENTA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO. **D24am**, Manaus, 2010. Disponível em <<http://new.d24am.com/noticias/amazonas/editora-ana-cassia-aumenta-capacidade-de-producao/6381>>. Acesso em 01/09/2010.

EM BREVE... **A Federação**, Manaus, 1 jan. 1899.

ESTADO ANUNCIA PLANO PARA MALÁRIA. **Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas**. manaus, 2 set. 2005. Disponível em <[http://www.saude.am.gov.br/index.php?id=not&id\\_not=401](http://www.saude.am.gov.br/index.php?id=not&id_not=401)>, acessado em 13 de março de 2015.

EXPEDIENTE. **Comercio do Amazonas**, Manaus, 19 jul 1900.

FEDERAÇÃO, A. **Comercio do Amazonas**, Manaus, 17 ago. 1898.

FERREIRA, Olavo. **Comercio do Amazonas**, Manaus, 15 ago. 1897.

GARIS COMEÇAM OPERAÇÃO DE COMBATE AO MOSQUITO DA MALÁRIA. **A Crítica**, Manaus, 12 set. 2005.

GARIS PARTICIPAM DE COMBATE. **Diário do Amazonas**, Manaus, 10 set. 2005.

GREY, Carlos. Benjamin Constant: o relatório médico. **Comercio do Amazonas**, Manaus, 3 a 5 jan. 1899.

\_\_\_\_\_. Benjamin Constant: o relatório médico. **Diario Oficial**, Manaus, 11 e 12 jan. 1899b.

GOUVEIA FILHO, Manuel Carlos. s/t. **Diario Oficial**, Manaus, 21 mai. 1898.

GOVERNO LANÇA PLANO PARA COMBATER MALÁRIA. **Diário do Amazonas**, Manaus, 8 nov. 2007.

JARDIM, A. **Comercio do Amazonas**, Manaus, 15 ago. 1897.

LEDA, João. **Comercio do Amazonas**, Manaus, 15 ago. 1897.

LIMA, Valmir. Estado investe para reduzir em 15% casos de malária. **Diário do Amazonas**, Manaus, 7 jul. 2005.

LYON, Gastão. A malária, sua profilaxia e seu tratamento. **Comercio do Amazonas**, Manaus, 7 e 8 nov. 1900.

M.L. Do Rio. **Comercio do Amazonas**, Manaus, 9 e 10 ago. 1898.

MALÁRIA. **Diário do Amazonas**, Manaus, 2 mar. 2004.

MALÁRIA EXPLODE NO INTERIOR. **A Crítica**, Manaus, 18 abr. 2012.

MINISTRO ENTREGA EQUIPAMENTOS. **Diário do Amazonas**, Manaus, 13 mai. 2006.

MATTA, Alfredo Augusto da. s/t. **Diario Oficial**, Manaus, 24 set, 1899.

NOIADO MATA IRMÃO TRABALHADOR PARA NÃO OUVIR SERMÃO. **Maskate**, Manaus, 27 fev. 2015.

O CASO DO AMAZONAS. **A Federação**, Manaus, 1 jan. 1899.



O NOSSO JORNAL. **Commercio do Amazonas**, Manaus, 11 ago. 1898.

OBITUÁRIO. **A Federação**, Manaus, 6 mai. 1900.

OBITUÁRIO. **Commercio do Amazonas**, Manaus, 18 mar. 1899.

OS BOATOS. **A Federação**, Manaus, 10 jan. 1899.

OS MOSQUITOS E A MALÁRIA. **A Federação**, Manaus, 8 nov. de 1900.

OS CRÍTICOS DA PA'RULHA. **A Federação**, Manaus, 30 set. 1899.

PINHEIRO, Domingos. Relatório apresentado à Inspeção de Higiene. **A Federação**, Manaus, 15 a 30 set. 1900.

PIONEIRISMO MARCA TRAJETÓRIA DE 28 ANOS DO DIÁRIO DO AMAZONAS. **D24am.**, Manaus, 2013. Disponível em < <http://new.d24am.com/noticias/amazonas/pioneirismo-marca-trajetoria-de-28-anos-do-diario-do-amazonas/82291>>. Acesso em 15 de março de 2013.

PLANO ENTRA EM OPERAÇÃO DIA 8. **Diário do Amazonas**, Manaus, 4 set 2005.

PLANO CONTRA A MALÁRIA. **A Crítica**, Manaus, 13 ago. 2007

POSTOS DE SAÚDE VÃO PODER FAZER EXAMES DE MALÁRIA. **Diário do Amazonas**, Manaus, 13 mai. 2006.

PRAZERES, Leandro. Programa de R\$ 276 mi para combater malária. **A Crítica**, Manaus, 8 nov. 2007.

R\$ 276 MI PARA COMBATER A MALÁRIA. **A Crítica**, Manaus, 8 nov. 2007.

REFÉNS DOS LABORATÓRIOS. **Diário do Amazonas**, Manaus, 7 mai. 2005.

ROCHA DOS SANTOS. **Commercio do Amazonas**, Manaus, 15 ago. 1897.

SANTIAGO, Lia. Malária oferece risco em cinco áreas da capital. **Diário do Amazonas**, Manaus, 9 set. 2005

SEM TÍTULO. **Commercio do Amazonas**, Manaus, 19 jul.1898.

SILVEIRA, Cristiane. Combate à malária será intensificado na cidade. **A Crítica**, Manaus, 19 jan . 2005.

\_\_\_\_\_. Operação de guerra contra malária nas ruas de Manaus. **A Crítica**, Manaus, 31 ago. 2005.

\_\_\_\_\_. Surto de malária sem controle. **A Crítica**, Manaus, 21 ago. 2005.

SUSAM E SEMSA ELABORAM PLANO EMERGENCIAL. **Diário do Amazonas**, Manaus, 1 set. 2005.

TAVARES, Héliida. Estado busca redução de 30% dos casos de malária. **Diário do Amazonas**, Manaus, 17 ago. 2007.

ÚLTIMA PALAVRA. **Commercio do Amazonas**, Manaus, 10 out. 1898.

VIVENDA VERDE JÁ TEM DEZ CASOS DE MALÁRIA EM JANEIRO. **A Crítica**, Manaus, 19 jan . 2005.

XIMENES, Antonio. Surtos de malária no Tarumã e Puraquequara. **A Crítica**, Manaus, 27 mar. 2006.

ANEXO I - Imagens ilustrativas de jornais e documentos oficiais analisados



Jornal Commercio do Amazonas, 9 ago. 1898, capa

Antecipação da Festa

Antecipação da Festa... (Text describing the anticipation of a festival or event)

MEU, se Vossa Magestade...

MEU, se Vossa Magestade... (Text starting with 'MEU, se Vossa Magestade...')

de a de correio, pelo qual...

de a de correio, pelo qual... (Text starting with 'de a de correio, pelo qual...')

de a de correio, pelo qual...

de a de correio, pelo qual... (Text starting with 'de a de correio, pelo qual...')

de a de correio, pelo qual...

de a de correio, pelo qual... (Text starting with 'de a de correio, pelo qual...')

de a de correio, pelo qual...

de a de correio, pelo qual... (Text starting with 'de a de correio, pelo qual...')

de a de correio, pelo qual...

de a de correio, pelo qual... (Text starting with 'de a de correio, pelo qual...')

DR. ALEJANDRO...

DR. ALEJANDRO... (Text starting with 'DR. ALEJANDRO...')

DR. ALEJANDRO...

DR. ALEJANDRO... (Text starting with 'DR. ALEJANDRO...')

DR. ALEJANDRO...

DR. ALEJANDRO... (Text starting with 'DR. ALEJANDRO...')

DR. ALEJANDRO...

DR. ALEJANDRO... (Text starting with 'DR. ALEJANDRO...')

DR. ALEJANDRO...

DR. ALEJANDRO... (Text starting with 'DR. ALEJANDRO...')

DR. ALEJANDRO...

DR. ALEJANDRO... (Text starting with 'DR. ALEJANDRO...')

DR. ALEJANDRO...

DR. ALEJANDRO... (Text starting with 'DR. ALEJANDRO...')

Accommoder...

Accommoder... (Text starting with 'Accommoder...')

Accommoder...

Accommoder... (Text starting with 'Accommoder...')

Accommoder...

Accommoder... (Text starting with 'Accommoder...')

Accommoder...

Accommoder... (Text starting with 'Accommoder...')

Accommoder...

Accommoder... (Text starting with 'Accommoder...')

Accommoder...

Accommoder... (Text starting with 'Accommoder...')

Accommoder...

Accommoder... (Text starting with 'Accommoder...')

ALCOSES E...

ALCOSES E... (Text starting with 'ALCOSES E...')

ALCOSES E...

ALCOSES E... (Text starting with 'ALCOSES E...')

ALCOSES E...

ALCOSES E... (Text starting with 'ALCOSES E...')

ALCOSES E...

ALCOSES E... (Text starting with 'ALCOSES E...')

ALCOSES E...

ALCOSES E... (Text starting with 'ALCOSES E...')

ALCOSES E...

ALCOSES E... (Text starting with 'ALCOSES E...')

ALCOSES E...

ALCOSES E... (Text starting with 'ALCOSES E...')

SOLICITADOS

SOLICITADOS... (Text starting with 'SOLICITADOS...')

SOLICITADOS

SOLICITADOS... (Text starting with 'SOLICITADOS...')

SOLICITADOS

SOLICITADOS... (Text starting with 'SOLICITADOS...')

SOLICITADOS

SOLICITADOS... (Text starting with 'SOLICITADOS...')

SOLICITADOS

SOLICITADOS... (Text starting with 'SOLICITADOS...')

SOLICITADOS

SOLICITADOS... (Text starting with 'SOLICITADOS...')

SOLICITADOS

SOLICITADOS... (Text starting with 'SOLICITADOS...')

ALCOSES E...

ALCOSES E... (Text starting with 'ALCOSES E...')

ALCOSES E...

ALCOSES E... (Text starting with 'ALCOSES E...')

ALCOSES E...

ALCOSES E... (Text starting with 'ALCOSES E...')

ALCOSES E...

ALCOSES E... (Text starting with 'ALCOSES E...')

ALCOSES E...

ALCOSES E... (Text starting with 'ALCOSES E...')

ALCOSES E...

ALCOSES E... (Text starting with 'ALCOSES E...')

ALCOSES E...

ALCOSES E... (Text starting with 'ALCOSES E...')



# Garantia da Amazonia

## SOCIEDADE DE SEGUROS MUTUOS SOBRE A VIDA

Anteriormente a funcionar por Dec. N. 404 do d. de Abril de 1897  
SEDE SOCIAL: BULEVARD DA REPUBLICA, ESQUINA DA TRAVESSA CAMPO SACIEL, L. 1904

DIRECTORIA: — João Gualberto da Costa e Costa, Presidente — Augusto F. Bernardes, Vice-Presidente — Dr. Francisco de Paula, Secretário — Manoel de Souza, Tesoureiro — Dr. Theodoro Gomes, Provedor — A. C. Pereira, Desembargador — Ernesto J. V. Carneiro, Advogado

CIRILO F. KIERNANN, agente geral.

Esta sociedade é exclusivamente de seguro sobre a vida, e não se dedica a outros seguros, nem a operações mercantis. Todos os seus recursos são destinados exclusivamente para pagar as indenizações devidas aos segurados. A sociedade não se dedica a outros seguros, nem a operações mercantis. Todos os seus recursos são destinados exclusivamente para pagar as indenizações devidas aos segurados.

### Banqueiros no Estado do Amazonas

### WITT & COMP.

## AMAZONENSE

Companhia de Seguros Sobre a Vida

Presidente da Diretoria Geral: Comendador Joaquim Gonçalves de Araújo — DIRECTORIA: Presidente: Comendador Antonio de Almeida Prado; Director Secretario: Francisco Leite de Sousa; Director Geral: Alberto Moreira de Almeida Prado; Secretario: Sebastião Francisco de Melo; Provedor: Manoel de Souza; Conselho Fiscal: Antonio Alves de Melo, Antonio Salgado de Lima, Manoel de Souza, Augusto de Souza, Manoel de Souza, Manoel de Souza, Manoel de Souza; Conselho Consultivo: Dr. Arnaldo Pinheiro, Dr. Carlos Goy e Dr. Carlos de Góes; Medico Examinador: Dr. Manoel de Souza, Dr. Manoel de Souza, Dr. Manoel de Souza; Advogados: Drs. Augusto de Souza e Manoel de Souza.

A sua Diretoria se propõe administrar com a máxima economia, empregando a mais alta e mais segura que tenha produzido as Companhias estrangeiras, sendo o Estado do Amazonas empregado em valores de primeira ordem no mercado do Estado do Amazonas, tornando-se assim um verdadeiro factor do seu progresso, evitando a emigração de capitães.

TODOS OS SEGURADOS PARTICIPAM DOS LUCROS DA COMPANHIA  
BANQUEIROS: BANCO DO AMAZONAS.  
Pedir prospectos e informações  
SEDE DA COMPANHIA — RUA GULHERME MOREIRA N. 14

### MANAOS

Grande terração de café a vapor  
FABRICA A VAPOR CONFIANÇA  
Ferrovia de café e madeira em dois dias de viagem  
Rua da Instalação

PREVIDENTE  
Companhia de Seguros Marítimos e contra o fogo  
SEDE NO PARA  
O AGENTE GERAL NESTE ESTADO  
MORAES, MARTINS & C.  
Rua da Boa Vista N. 12

### HENRIQUE OUB. ROBE



Encarrega-se com o motor pontualidade de qualquer encomenda, garantindo bom trabalho q' rivalisa com os principaes fabricas de estrangeiro.

### SEGURANÇA

COMPANHIA DE SEGUROS MARITIMOS E TERRESTRES  
FUNDADA EM 1869  
CAPITAL 1.000.000.000  
Rua do Comendador João Alberto, 47  
Rua "Niterói" — PARA — MANAOS, N. 11

S. F. de Mello & Comp.  
RUA DOS BARRIOS

A. BERNEAU & C. S. F. de Mello & Comp.  
RUA DOS BARRIOS



O DIA POLICIAL

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Correio do Exterior

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

ELEIÇÃO PARA VENTOSAS ESTORIAS EM 15 DE SETEMBRO DE 1900

Table with columns: CANDIDATO, Votos, and TOTAL. Lists candidates for various positions and their respective vote counts.

Molestia da pelle

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

A GUA PURGATIVA

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

A Prisão do ventre

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Xarope de Iodreto de cálcio

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

VINHO LEONI

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

A GUA PURGATIVA

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

A Prisão do ventre

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Xarope de Iodreto de cálcio

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

INFORMAÇÃO MUNICIPAL

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Colônia Portuguesa de Letoria

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Navigation

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Vapor - RIO JUTANTY

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Medicamentos

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Agua Inglesa

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Desinfecante poderoso

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Pharmacia

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Uso da agua purgativa

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Febris e seções

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Agua Purgativa

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Desinfecante poderoso

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Pharmacia

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Uso da agua purgativa

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

No Ceará

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

MISCELLANEA

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

EDITAES

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Pharmacia

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

TRIBUNNA LIVRE

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

CONVITE

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Thomson Publico do Estado

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Pharmacia

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Dr. Eduardo Ribeiro

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Convite Geral

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Thomson Publico do Estado

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Pharmacia

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Clinica Medica - Cirurgia

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Industria Electro-Quimica

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Portugal

Estado de prisioneiros...
Estado de prisioneiros...

Advertisement for 'F' mais barata...
Advertisement for 'F' mais barata...
Advertisement for 'F' mais barata...



**MANAUS ESTADO DO AMAZONAS - BRASIL**

### Dentistas

**GINETE DESTAHO**  
**JONAS DA SILVA**

**Leitões**  
**CABAS**

**Divercos**

**Engenheiros**

**Typographia da FEDERAÇÃO**

**ALUGA-SE um armazem a rua Marcelino Dias, a tratar com B. A. Antunes & C., a praça 15 de Novembro.**

**PINHO DE RIGA**  
VEICEL & Comp.

**Curso theoretico e pratico**  
**LEITÃO PIAZZA**

**Lloyd Paramo**  
**IMPORTE COMPANHIA DE SEGUROS**

**Loterias Federaes**

**J. A. SOARES & C.**

**"Amazonense"**

**Migação de tabaco a vapor**

**REGIMENTO DE IN**

**FABRICA DE GUARÁ CHUVAS**  
**L. DUREY**

## THEATRO AMAZONAS

Grande Companhia Dramatica DIAS BRAGA  
Hoje em 30 de Novembro de 1900  
Composicoes Juca de Carvalho

**HOJE!** **HOJE!**  
**SUCCESSO DE CARVALHO!** **O MAXIME NA PONTA!**

# A Roda DA FORTUNA

1900

TERÇA-FEIRA 20

**A mendiga de S. Sulpicio e Ignez de Castro**

**REVISTA COMMERCIAL**

#### BOLETIM DO GABINETE

PRACAZO

OPERAÇÃO DA BARRAGEM

TRAFICANTES

Movimento do Porto

KZ-PIREZ

CASA DE COMERCIO

#### Academica

Intendencias

Mercado Publico

Passagem

Quarta-feira

Relatios

Companhia

#### Relatios

Companhia

MANAUS - ESTADO DO AMAZONAS - BRASIL

# SYPHILIS

Cura radical e prompta de todas as doenças syphiliticas e da pelle, em 30 a 40 dias, com o uso das conhecidas "Tisanas depurativas de Faro", approvadas pela illustre Directoria de Hygiene do Estado e unicamente preparadas pelo chimico-pharmaceutico F. J. da Silva Ferraz, da Universidade de Coimbra.

Preços moderados. Aceitam-se pedidos para o interior.

Rua Municipal n. 55 (sobrado)

## Typographia d'A FEDERAÇÃO

16, Rua Joaquim Sarmento, 16

Officinas a vapor

Officinas a vapor

CAIXA DO CORREIO, 21-A ----- ENDEREÇO TELEGRAPHICO "FEDERAÇÃO"

UNICA TYPOGRAPHIA QUE NO ESTADO DO AMAZONAS POSSUE PRELO DE REACÇÃO

Em vista da completa referençia por que se acham de passar as nossas officinas e da magnifica equipação que fazemos de material europeu, dispomos de pessoal numeroso e habilitadissimo, accionamos contratos para a impressao de jornais de grande ou pequena formata, relatorios de Compañias e Associações, livros litografados, memoriaes, revistas e todo o trabalho concernente a typographia.

TRABALHOS A CORES

TRABALHOS A CORES

Cartões chromos, temas de todos os tamanhos e gostos, proprios para menús, convites para casamentos, baptisados, bailes, etc.

PREPARAM-SE CARTÕES DE VISITA EM 10 MINUTOS  
Preços sem competencia

PAPEL PARA EMBRULHO vende-se nesta typographia

Estados Unidos do Brasil -- Manaus -- Amazonas -- Estados Unidos do Brasil

### O grande remedio

o especifico infallivel  
Especifico anti-siphilitico de CALBK  
Cura radical e infallivel de todas as formas de siphilite...  
Garantimos que este especifico infallivel  
CLARK'S SPECIFIC  
140 - East 30th St. - New York  
NOVA-YORK U. S. A.

### Especifico Aureo de Harvey

o grande remedio INGLEZ  
CURA INFALLIVEL  
DIRECCAO HARVEY & COMP.  
Est. 32 - Street, New-York - E. U. A.

### NOVIÇADES

Mercaria Central  
CUSTODIA BRAGA & COMP.  
Todos os Central do popular Braga

### MANTEIGA PURA D'OSIGNY

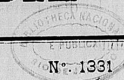
Dona Cruz & Comp.  
FABRICA

ESTADO FEDERADO DO AMAZONAS

# Diario Official



Manáos—Sabbado, 16 de Julho de 1898



## ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 257 DE 6 DE JULHO DE 1898 (\*)

Abre o crédito necessario para a indemnização do Engenheiro João Martins da Silva, pela rescisão do seu contracto de melhoramento do porto de Manáos.

JOSÉ CARDOSO RAMALHO JUNIOR, Vice-Governador do Estado do Amazonas, etc.

Tendo entrado em accordo com o Engenheiro João Martins da Silva, para a rescisão amigavel do contracto existente entre o mesmo e o Governo do Estado, para as obras do melhoramento do porto de Manáos e uzando da autorisação dada no art. 1.º da lei n. 198 de 5 de Fevereiro de 1898.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto o credito necessario para indemnização do Engenheiro João Martins da Silva, pela rescisão do seu contracto de melhoramento do porto de Manáos, firmado em data de 6 de Março de 1893 e revisto em data de 2 de Dezembro de 1896, conforme o accordo com o mesmo feito.

Art. 2.º—Revogam-se as disposições em contrario. Palacio do Governo do Estado do Amazonas, em Manáos, 6 de Julho de 1898. 10.º da Republica.

JOSÉ CARDOSO RAMALHO JUNIOR  
Antonio José da Costa.

Publicado o presente decreto n'esta Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, nos 6 dias do mez de Julho de 1898.

Antonio José da Costa.

(\*) REPROBADO POR TER SAHIDO COM ALGUMAS INCORRECCOES.

## SECRETARIAS DE ESTADO

### JUSTIÇA

EXPEDIENTE DO MEZ DE JULHO DE 1898

Dia 4

Ao Tribunal. — Comunico-vos para os fins devidos, que por acto de 2 do corrente, foi removido o Bacharel Francisco de Figueiredo, Juiz Municipal de S. Gabriel, para igual cargo no Termo de Iacostilara, e Identico a Fazenda.

Ao mesmo. — Comunico-vos que nesta data, foi nomeado para exercer o cargo de Juiz Districtal de Castanheira, na comarca do Rio Negro, o cidadão Guilherme Amazonas de Sá.

Ao Juiz de Direito do Rio Negro. — Para os fins devidos, communico-vos que nesta data, foi nomeado, o cidadão Guilherme Amazonas de Sá, para exercer o cargo de Juiz Districtal de Castanheira, n'essa comarca.

A' Fazenda. — Comunico-vos que nesta data, foram nomeados para interinamente exercerem os cargos de Secretarios do Superior Tribunal de Justica, o cidadão José Vicente Lisboa Junior e de Amanuense, Manoel Candido Ribeiro de Menezes.

Ao dr. Juiz de Direito da comarca do Rio Negro. — Comunico-vos que por acto de 2 do corrente, foi removido o Bacharel Francisco de Figueiredo, Juiz Municipal do Termo de S. Gabriel, para igual cargo em Iacostilara.

A' Fazenda. — Comunico-vos que a 15 do mez p. findo, assumio o exercicio do cargo de Juiz Municipal do Termo de S. Gabriel, o 1.º Supplente, cidadão Themistocles Machado.

A' mesma. — Comunico-vos que a 30 do mez p. findo, tomou assento no Superior Tribunal de Justica, o dr. Manoel Monello Pinto, Juiz de Direito de Tefe, a convite do sr. Presidente do mesmo.

Ao Juiz de Direito de Iacostilara. — Comunico-vos que por acto de 2 do corrente, foi removido o Bacharel Francisco de Figueiredo, Juiz Municipal de S. Gabriel, para igual cargo nesse Termo.

## MENSAGEM

DO EXM. SR.

José Cardoso Ramalho Junior  
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Lida perante o Congresso dos Representantes, por occasião da abertura da primeira sessão ordinaria da terceira legislatura.

EM 10 DE JULHO DE 1898

Senhores Representantes do Congresso do  
Amazonas

Em obediencia ao preceito constitucional, cumpre-me informar-vos do estado dos negocios publicos do occorrido na minha administração, desde o fim da legislatura extraordinaria em que funcionastes até a abertura da ordinaria em que ides desempennar o vosso mandato.

Com satisfação vos communico que tem permanecido inalteravel a ordem publica, não havendo a registrar facto algum que deponha contra a estabilidade das nossas instituições; nem as perturbações graves havidas na Capital da Republica tiveram eco entre nós, tendo a maior calma reinado no seio da nossa população.

E sente-se feliz esta administração em applaudir-se dos esforços dos seus dignos auxiliares que todos, movidos de uma só vontade, cooperaram para que reinasse entre nós a Lei, a grande factora da ordem, elemento basico do progresso.

De dia para dia tem augmentado entre nós a riqueza publica e o continuo affluir de contingentes de população que a emigração nos conduz é prova mais que evidente dessa prosperidade.

O Amazonas progride, rapidamente se transforma, a cada momento se assiste a um desdobramento novo das suas forças creadoras.

Como filho desta terra, desvanço-me dos seus progressos, não posso occultar a satisfação que me cala no intimo ao ver a prosperidade sempre crescente da nossa querida patria, prosperidade que nos promete no futuro a organização social completa dos povos livres e ricos.

No curto espaço de tempo que se

parou a legislatura extraordinaria da ordinaria em que ides funcionar, nada houve rigorosamente de natureza a constituir acontecimento de que vos deva largamente informar.

Todavia cabe a esta administração, resumidamente, dar-vos conta do occorrido, pôr-vos ao facto dos serviços publicos que reclamam a vossa attenção e estudo, apontar-vos o que fez e o que julga necessario fazer em bem do Estado.

As idéas que suggere, que apresenta, são filhas do intento de bem servir a patria; mas, á vos, á vossa sabedoria, ao vosso discernimento, incumbe ou acceital-as, ou repudial-as, conforme merecerem ou não a vossa approvação.

Sois o poder de que tudo nasce nas democracias constitucionalmente representativas; fazeis a Lei e aos demais poderes só cabe fazel-a executar e cumprir.

### Estado Sanitario

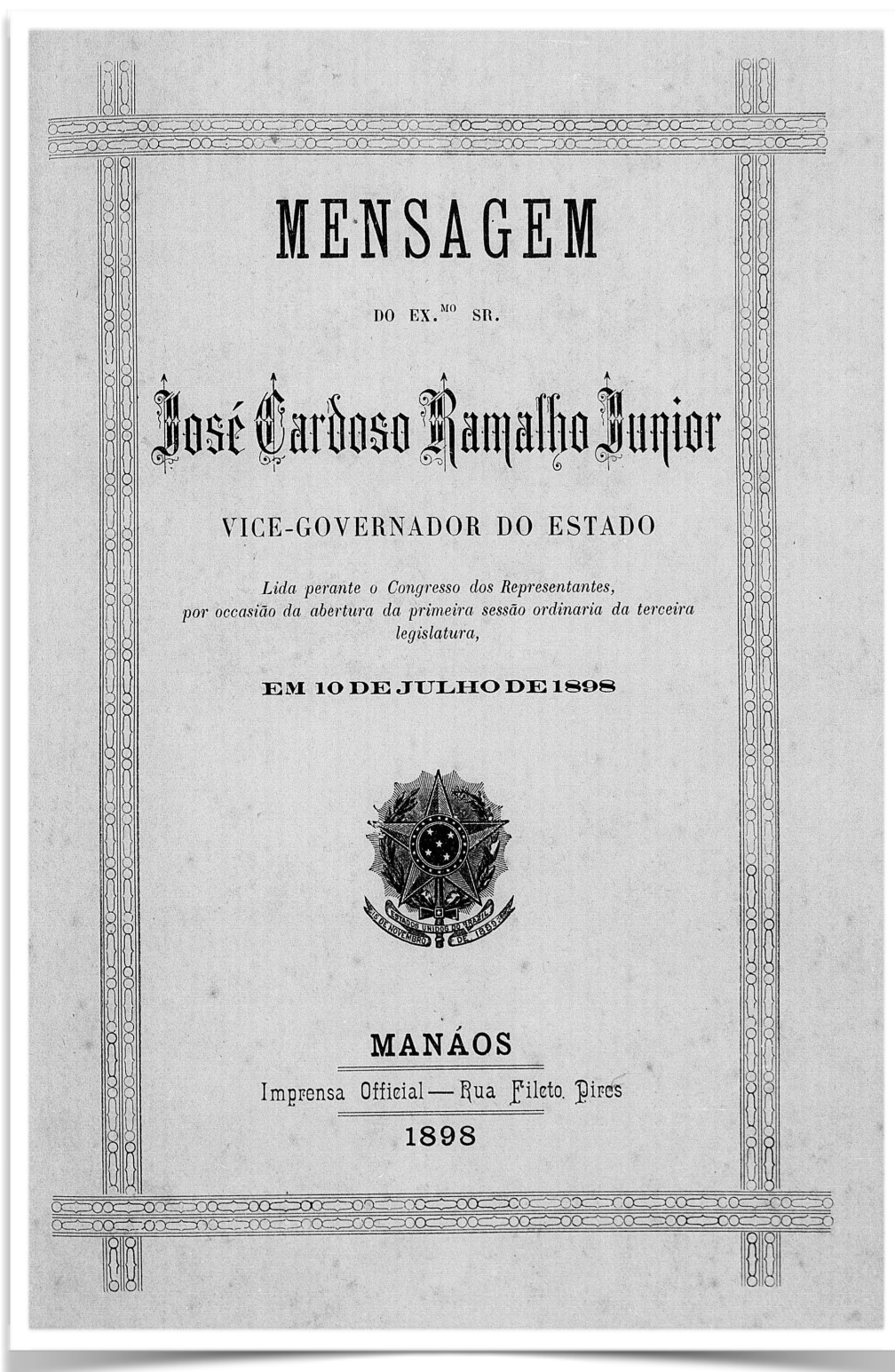
Uma calamidade nos assolou este anno o Estado, o apparecimento de febres de máo caracter, malignas, de vida a infecção palustre.

Quaes as causas que as determinaram, a sua etiologia, eis materia que incumbe exclusivamente a profissionais e sobre a qual não me é dado enunciar parecer algum.

O que, porém, me cumpre é communicar-vos que, apenas este Governo foi conhecedor do flagello, e seus estragos, tomou todas as medidas ao seu alcance para combater e extinguir o mal.

Inspeção sanitaria das casas onde lavrava o flagello, visitas medicas aos enfermos, socorros aos indigentes atacados da malicia, medicamentos postos á disposição dos clinicos a que se incumbio da tarefa de debellar o mal, medidas geraes de saneamento—tudo foi posto em pratica com zelo e esta administração se orgulha de haver encontrado zelosos e efficazes auxiliares n'aquelles de quem coube essa melindrosissima tarefa.

Aos enfermos pobres não faltaram nem rações diarias, boa alimentação nem medicamentos e medico; e se o mal não cessou inteiramente, nenhuma responsabilidade cabe ao Governo que exvidou de esforços para extinguir a epidemia.



Mensagem Governamental, 10 jul. 1898, capa

### Senhores representantes do Congresso do Amazonas

Em obediencia ao preceito constitucional, cumpre-me informar-vos do estado dos negocios publicos, do occorrido na minha administração, desde o fim da legislatura extraordinaria em que funcionastes até á abertura da ordinaria em que ides desempenhar o vosso mandato.

Com satisfação vos communico que tem permanecido inalteravel a ordem publica, não havendo a registrar facto algum que deponha contra a estabilidade das nossas instituições; nem as perturbações graves havidas na Capital da Republica tiveram echo entre nós, tendo a maior calma reinado no seio da nossa população.

E sente-se feliz esta administração em applaudir-se dos esforços dos seus dignos auxiliares que todos, movidos de uma só vontade, cooperaram para que reinasse entre nós a Lei, a grande factora da ordem, elemento basico do progresso.

De dia para dia tem augmentado entre nós a riqueza publica e o continuo affluir de contingentes de população que a emigração nos conduz é prova mais que evidente essa prosperidade.

O Amazonas progride, rapidamente se transforma, a cada momento se assiste a um desdobramento novo das suas forças creadoras.

Como filho desta terra, desvanço-me dos seus progressos, não posso occultar a satisfação que me cala no intimo ao ver a prosperidade sempre crescente da nossa querida patria, prosperidade que nos promete no futuro a organização social completa dos povos livres e ricos.

No curto espaço de tempo que separou a legislatura extraordinaria da ordinaria em que ides funcionar, nada houve rigorosamente de natureza a constituir acontecimento de que vos deva largamente informar.

Todavia cabe a esta administração, resumidamente, dar-vos conta do occorrido, pôr-vos ao facto dos serviços publicos que reclamam a vossa attenção e estudo, apontar-vos o que fez e o que julga necessario fazer em bem do Estado.

As idéas que suggere, que apresenta, são filhas do intento de bem servir a patria; mas, á vós, á vossa sabedoria, ao vosso discernimento, incumbe ou acceital-as, ou repudial-as, conforme merecerem ou não a vossa approvação.

Sois o poder de que tudo nasce nas democracias constitucionalmente representativas; fazeis a Lei e aos demais poderes só cabe fazel-a executar e cumprir.

### Estado Sanitario

Uma calamidade nos assolou este anno o Estado, o apparecimento de febres de máo caracter, malignas, devidas á infecção palustre.

Quaes as causas que as determinaram, a sua etiologia, eis materia que incumbe exclusivamente a profissionaes e sobre a qual não me é dado enunciar parecer algum.

O que, porém, me cumpre é communicar-vos que, apenas este Governo foi conhecedor do flagello e seus estragos, tomou todas as medidas ao seu alcance para combater e extinguir o mal.

Inspecção sanitaria nas casas onde lavrava o flagello, visitas medicas aos enfermos, soccorros aos indigentes atacados da malaria, medicamentos postos á disposição dos clinicos a quem se incumbio da tarefa de debelar o mal, medidas geraes de saneamento—tudo foi posto em pratica com zelo e esta administração se orgulha de haver encontrado zelosos e efficazes auxiliares n'aquelles de quem confiou essa melindrosissima tarefa.

Aos enfermos pobres não faltaram nem rações diarias, boa alimentação, nem medicamentos e medico; e se o mal não cessou inteiramente, nenhuma responsabilidade cabe ao Governo que envidou de exforços para extinguir a epidemia.

Todavia não incidio esta com o rigôr que se assoalhou em outros Estados, a mortalidade por ella determinada não foi tão crescida como se propalou, apresentando apenas uma media diaria, nos mezes de Janeiro a Maio, de 2.48, approximadamente 5 obitos em dois dias, facto que prova a efficacia dos meios empregados para combater o mal e os promptos soccorros administrados aos enfermos.

No mais, o estado sanitario foi relativamente bom, o numero de obitos por differentes enfermidades inferior ao de igual periodo de tempo no anno de 1897.

# acrítica

FUNDADOR: UMBERTO CALDERARO FILHO • DIRETORA: RITA DE ARAÚJO CALDERARO • >> DE MÃOS DADAS COM O POVO ★★★

'ZUZU ANGEL'  
PÁGINA A2

Luana Piovani  
mudou de  
visual para  
interpretar  
Elke Maravilha



Aprovados no concurso da Susam fazem assembleia hoje PÁGINA A11

AVENIDA TORQUATO TAPAJÓS PÁGINA C5

## Conflito no trânsito

**Protesto** Quinhentos sem-teto da invasão "Jesus Me Deu" fecharam ontem (das 11h30 às 13h30) a avenida Torquato Tapajós, que dá acesso à estrada AM-010 e à BR-174

**Alerta** Eles exigem - da prefeitura e do Governo do Estado - água, luz e policiamento ostensivo contra galerias. Prometem novo bloqueio caso não sejam atendidos



Ao foi motivado pela morte (por choque elétrico) de um sem-teto que fazia ligação clandestina de luz, engarrafamento na avenida chegou a atingir três quilômetros

**ACERTO**  
"Amanhã (hoje) às 8h estarei aqui com colegas do Governo para tratar dessa questão".  
VINÍCIUS DINIZ, DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO AMAZONAS



Ruaer próximo ao mercado Adolpho Lisboa estão sempre congestionadas no horário comercial por causa das filas duplas

**\* Pedestre**  
Operação da EMTU vai retirar mercadorias das ruas e punir a fila dupla no Centro antigo

**\* Transtorno**  
Motoristas reconhecem que utilizam ruas de forma ilegal na área portuária

SAÚDE PÚBLICA PÁGINA A8

### Prefeitura e Estado unem-se contra malária

Estratégia de combate ao mosquito causador da doença, que já atingiu 37 mil pessoas em seis meses, será montada hoje por servidores estaduais e municipais, e por soldados do Exército

MANUTENÇÃO PÁGINA C4

### Falta d'água em bairros pode durar dois dias

A Águas do Amazonas informou que a normalização do abastecimento de água pode estender-se por dois dias nos bairros mais distantes. O corte na estação vai durar oito horas

MÚSICA INSTRUMENTAL PÁGINA B11



Clássico e popular na estreia da Sinfônica Municipal

Orquestra fará concerto inaugural hoje, a partir das 20h, na Catedral Metropolitana de Manaus. Depois irá aos bairros

SUCCESSÃO PÁGINA A5

### Parlamentares antecipam brigas de campanha

Deputados denunciaram ontem que vereadores usam as máquinas do Estado e da Câmara para caçar votos. São citados Chico Preto e Ari Moulinho, aliados de Braga

APROVAÇÃO DO CAS PÁGINA A10

### Novos projetos do PIM somam US\$ 191 milhões

Entre os projetos aprovados está o de diversificação e atualização da Moto Honda, que prevê a abertura de 5,1 mil novos empregos. Contratações não serão imediatas

A8

ÚLTIMAS

crítica  
MANAUS, QUARTA-FEIRA,  
31 DE AGOSTO DE 2005

RESUMO

**DÍVIDA PÚBLICA**  
**STF quer mudança em precatórios**

Não é só pela garantia nos orçamentos estaduais e municipais que o Supremo Tribunal Federal (STF) pretende mudar e disciplinar o sistema de pagamento de precatórios, hoje atrasados. O presidente do STF, ministro Nelson Jobim (foto), também apresentou ontem uma proposta para alteração dos critérios para estabelecimento da ordem de pagamento dos precatórios.



**JUSTIÇA**  
**Partidos com caixa 2 devem ser punido**

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, disse que o partido que utiliza caixa 2 comprovadamente deve ter o registro cassado. Para ele, a "Lei dos Partidos Políticos" e uma resolução do TSE sobre prestação de contas autorizam essa punição. Velloso fez essa afirmação no programa "Roda Viva", da TV Cultura.

**EUTANÁSIA**  
**Pai pedirá para desligar aparelhos**

Vítima de uma síndrome metabólica degenerativa, que aos poucos está paralisando os movimentos de seu corpo, garoto, de 4 anos, está internado há quatro meses num hospital de Franca (SP). Ele se alimenta por meio de uma sonda ligada diretamente a seu estômago e respira com ajuda de aparelhos. O pai, Jerson de Oliveira, 35, pedirá à Justiça autorização para desligar os aparelhos.

LOTERIA

**Não há ganhadores da Quina e nem da Dupla Sena**

Não houve acertador da Sena no 1º Sorteio (12 - 15 - 20 - 23 - 32 - 37) - nem no 2º (04 - 06 - 13 - 31 - 34 - 47) - do concurso nº 383 da Dupla Sena, sorteio realizado ontem em Coxim (MS), pela Caixa Econômica Federal. O prêmio ficou acumulado em R\$ 285.335,40. Os cinco números sorteados são os seguintes: 06 - 39 - 42 - 59 - 74.

acertadores que vão receber o prêmio de R\$ 5.690,71. E a Quina foi acertada por 1.389 apostadores cujo prêmio é de R\$ 0,23. Não houve também ganhador do prêmio principal do concurso nº 1492 da Quina, o prêmio ficou acumulado em R\$ 285.335,40. Os cinco números sorteados são os seguintes: 06 - 39 - 42 - 59 - 74.

SAÚDE

# Operação de guerra contra malária nas ruas de Manaus

Mosquito procura intensamente o sangue humano próximo a matas entre 5h e 7h, e 17h e 19h

**CRISTIANE SILVEIRA**  
DA EQUIPE DE CRÍTICA

Um plano emergencial de combate à malária em Manaus foi anunciado ontem durante reunião entre o governador do Estado, Eduardo Braga, e o prefeito de Manaus, Serafim Corrêa. Hoje, técnicos de enfermagem da Secretaria de Estado da Saúde (Sesam) e da Secretaria Municipal de Saúde (Semsa) traçam estratégias para colocar esse plano em prática. "Vamos fazer uma verdadeira operação de guerra, inclusive com a participação da Exército, para reverter os altos índices da doença na cidade", declarou o prefeito. De janeiro a julho deste ano, foram detectados 27.946 casos de malária somente em Manaus. Esses números representam 31,2% do total de casos registrados no Estado nesse mesmo período (121.501). Durante todo o ano passado, a capital amazônica registrou 55.874 casos da doença, enquanto nesse mesmo ano (2004) os municípios foram vítimas em 150.708 casos. As parcerias com as secretarias municipais de saúde são vistas pelo Estado como uma grande estratégia para o controle da doença. Porém, Manaus é um dos poucos municípios do Amazonas que ainda não receberam certificação para esse tipo de combate. "Os municípios têm que assumir a atenção básica à saúde.

E as endemias fazem parte desse setor", disse o presidente da Fundação de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde (Susam), Evandro Melo.

Conforme Serafim, a Prefeitura já fez assumir esse compromisso, mas frizou que tudo é gradativo. "Nossa capital é a única no País que ainda não possui saúde plena. Isso porque os governos sempre resistiram a repassar a

**DESTAQUE**  
**As parcerias com as secretarias municipais de saúde dos municípios - que estão recebendo certificação para o combate às endemias - estão sendo vistas como mais uma estratégia para conter o aumento de casos de malária.**

saúde básica para o município. Agora estamos dando o primeiro passo", afirmou o prefeito. Evandro explicou que os últimos meses são períodos favoráveis para a malária, porque cessam as chuvas dando espaço para o calor intenso - clima propício para o mosquito se reproduzir.

**A DOENÇA**  
As causas da malária são diversas, principalmente, a fatores climáticos e as inúmeras invasões na



Pessoas com suspeita de malária procuram o Hospital de Medicina Tropical

cidade. Manaus é uma área naturalmente endêmica, devido às questões ambientais da região. As pessoas que moram nas invasões geralmente tomam banho e lavam roupas nas represas dos igarapés, onde se encontram os criadouros. O mosquito da malária se alimenta dos animais, mas com os constantes desmatamentos esses locais fogem das matas e quem acaba sendo presa mais fácil do mosquito é o homem. Existem dois tipos de malária, o Plasmodio Falsiparum, que está presente em apenas 15% dos casos da doença, e o Vivax, tipo mais comum, presente em 85% dos casos. A doença pode ser contraída em contato direto com o mosquito, geralmente por quem mora na beira de igarapés ou próximo das matas, e por transmissão natural, feita de uma pessoa que já tenha sido picada pelo anelídeo. Os principais sintomas da malária são febre alta, precedida de frio, suor em excesso, dores de cabeça, náuseas e vômitos. A eritema pode aparecer nas formas mais graves com comprometimentos cerebrais, renais e pulmonares. Se não for cuidada a tempo, a malária pode matar, e o tratamento terapêutico atual, que em média é feito durante sete dias, faz com que a mortalidade ocasionada pela doença seja mínima, conforme especialistas na área.

CONSTITUIÇÃO

**Senado aprova mais idade da aposentadoria compulsória**

BRASÍLIA (AP) - O Senado aprovou ontem, em segundo turno, proposta de emenda constitucional (PEC) que eleva de 70 para 75 anos a idade limite para aposentadoria compulsória dos servidores públicos e estudantes a partir dos níveis de tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF), e o Tribunal de Contas da União (TCU), calculado ao Congresso. A PEC agora terá de ser aprovada em dois turnos pela Câmara para ser promulgada. A proposta é defendida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, e por vários outros integrantes do STF com argumento de que é preciso aumentar o tempo de trabalho dos ministros. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ministro do STF, Carlos Velloso, é um dos que defende a emenda constitucional. Velloso será beneficiado pela emenda constitucional. Ele completa 70 anos de idade em 19 de janeiro de 2006 e teria de se aposentar compulsoriamente nessas datas. Outro que apoia a proposta é o ministro do STF, Sepúlveda Pertence, que completa 70 anos em 21 de novembro de 2007. Relatada pelo senador José Jorge (PP-PE), a emenda altera o inciso IV do parágrafo primeiro do artigo 40 da Constituição que trata do tipo de regime previdenciário dos servidores públicos e o tempo para aposentadoria. A Constituição estabelece que os funcionários podem se aposentar compulsoriamente aos 70 anos de idade com proporcionalidade ao tempo de contribuição. A mesma regra é válida para os ministros dos tribunais superiores. Pela emenda constitucional, servidores em geral se aposentarão compulsoriamente aos 70 anos de idade.

MERENDA ESCOLAR

# Feijão estragado da Semed é recolhido ao lixo

Inspecções vinham sendo feitas pela própria Semed e, agora, terão apoio do Governo Federal

Durante uma visita realizada ontem por fiscais do Ministério da Agricultura no depósito central da Secretaria Municipal de Educação (Semed), localizada na avenida Darcy Vargas, bairro Aldeirãoópolis, Zona Centro-Sul, foram detectadas a presença de grãos apodrecidos, com carunchos, além de presença de larvas vivas, insetos e moles em amostras de feijão da marca "Maravilha". O produto faz parte dos feijões que compõem a merenda escolar e que é distribuído às escolas das zonas urbana e rural de Manaus.

metida à análise, porém, mesmo antes do resultado concluído, o chefe do serviço de inspeção de produtos agropecuários do Ministério da Agricultura, Ornil Teles, afirmou que há problemas com o produto. Diante da constatação, o secretário da Semed, José Cyrino, determinou que os 382 litros de feijão que estavam no depósito fossem retirados imediatamente, além de recolher também o material das escolas municipais que ainda possuem o material estocado. "Já estamos comunicando as escolas para que não façam o fei-



Secretário José Cyrino (à direita) observa o estado do feijão 'Maravilha'

**DESTAQUE**  
**Tudo o processo de coleta das amostras dos alimentos foi acompanhado pela representante comercial da empresa WR da Silva e Cia, instituição responsável em fornecer o feijão da merenda à Prefeitura. A representante da empresa, Gláucia Pedrosa, promoveu a substituição do produto.**

ção que está no depósito da merenda", disse Cyrino, acrescentando que foi a própria secretaria quem solicitou a visita. Conforme o secretário, essa ação é um trabalho de inspeção regular que o órgão está fazendo com tudo o que compra. "Atualmente, temos contatos com a população. Precisamos nos certificar de que compramos o realmente o que estamos recebendo", assegurou Cyrino.

CÂMARA

**Veto de Lula a reajuste é votado hoje**

BRASÍLIA (AP) - Se não ceder às pressões dos líderes do PP, José Janene (PR), e do PL, na Câmara, Sandro Mabel (GO), o Governo pode ter um prejuízo de até R\$ 40 bilhões hoje, durante uma sessão do Congresso destinada a votar vetos presidenciais. A estimativa é do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo. Investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios, Janene e Mabel exigem que o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao reajuste de 15% dos salários dos funcionários da Câmara e do Senado seja derrubado, apesar da orientação contrária da administração Federal. Se o aumento dos servidores, que significa gasto de cerca de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos, não for preservado, os dois líderes ameaçam paralisar as votações da Câmara e, principalmente, derrubar hoje os demais vetos que estão na pauta - são 78 no total.

ORÇAMENTO

**Governo quer R\$ 523 bilhões para 2006**

BRASÍLIA (AP) - O Governo envia hoje ao Congresso Nacional sua proposta de Orçamento para 2006, que será de R\$ 523 bilhões. O projeto de lei recebeu os últimos retoques ontem, mas os ministros já indicavam que o Governo seguirá investindo pouco. Haverá R\$ 14 bilhões em verbas federais para investir no ano que vem, o que representará um aumento de R\$ 1 bilhão na comparação com o montante autorizado para este ano. Desses, R\$ 2 bilhões serão gastos no Projeto Piloto de Investimentos (PPI) que o Governo negociou com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Já as despesas com pessoal seguem em alta. Serão gastos R\$ 108 bilhões no ano que vem, contra R\$ 90 bilhões programados para este ano. Para elaborar o Orçamento e estimar a arrecadação do ano que vem, os técnicos utilizaram um cenário de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4,3% para 2006.



**Harry Potter chega ao fim**

Em dois dias chega ao final a jornada de Manaus Harry Potter e as Relíquias da Morte - o primeiro e último livro da série Harry Potter. O dia já se vai sem o herói.

**BR-174**

**Diário DO AMAZONAS**

O JORNAL DE MANAUS CRIAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

**Sobram vagas qualificadas**

A maioria das vagas qualificadas que sobraram em meio ao corte de pessoal da Lapa, a Prefeitura Municipal de Manaus, não conseguiu encontrar o maior número de interessados em assumir.

**Ativista A PROSECUCÃO DO EMPREGO (sem nota)**

---

# BR-174 entre as piores do Brasil

**Cetam abre seleção para temporários**

O Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) abriu processo seletivo para a contratação temporária de 36 profissionais. Entre os cargos há vagas para bibliotecário, pedagogo, técnico de informática, agente administrativo e técnico de nível superior. O período de inscrições será de 12 a 14 deste mês.

**Economia, 12**



**Crime Madeira apreendida pelo Ibama em Mato Grosso no sul do Amazonas corresponde a mais de dez mil árvores derrubadas em mil hectares**

**Preso suspeito de ter ligação com Beira-Mar**

Apontado pela Polícia Federal como um dos integrantes da quadrilha de Luiz Fernando da Costa, o Fernando Beira-Mar, o traficante Coracy Vilhena foi preso em Manaus no último domingo, em um hotel no bairro da Cachoeirinha. De acordo com o delegado Umberto Ramos, a PF cumpriu mandado de prisão emitido pela Justiça Federal do Pará contra Vilhena.

**Cidades, 6**

---

**Novo ponto de TV paga será gratuito**

As operadoras de TV por assinatura não poderão mais cobrar pelo ponto adicional de recepção de sinal. A proibição vale apenas a partir de abril de 2008, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Contudo e Anatel, as empresas só podem cobrar para instalar o segundo ponto e não para fornecer a programação, que já é paga pelo assinante.

**Economia, 12**

# Ibama flagra devastação de floresta no sul do Amazonas

**Amazon PC nega vínculo com diretor**

A Amazon PC informou ontem, em nota, que Milton José Pereira Júnior não tem qualquer tipo de vínculo societário ou trabalhista com a empresa. Ele foi preso terça-feira pela Polícia Federal (PF) na operação 'Kampar 2' e apreendido como diretor da companhia. A PF investiga esquema de remessa ilegal de dinheiro para bancos europeus. Milton vai prestar depoimento em São Paulo.

**Cidades, 5**

---

**Uma criança é rejeitada a cada mês**

A depressão pós-parto causa a rejeição, pela mãe, de pelo menos uma criança por mês na Maternidade Estadual Ana Braga, revela a diretora administrativa Adelaide Setubal. A doença atinge dez em cada mil mulheres no mundo, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS). A depressão pós-parto gera tristeza intensa e prolongada, com perda de autoestima e motivação para viver. Trabalhos de psicólogos conseguem reverter a rejeição e a mãe deseja de abandonar o filho recém-nascido.

**Cidades, 2**



**Renato Augusto é comparado a touro por Joel**

Titular contra o Santos, domingo no Maracanã, o meia Renato Augusto, do Flamengo, é comparado a Edmundo pelo técnico Joel Santana. O apoiador é a maior aposta do treinador para vencer o Peixe e entrar a classificação para a Taça Libertadores de 2008. "É um touro, tem potencial, garra e luta", elogia Joel Santana.

**Lancel, 8**

**Combate à malária terá mosquiteiros**

Mosquiteiros impregnados com inseticidas em novo produto para combater as casas serão algumas das ferramentas do Governo do Amazonas para combater a malária e reduzir, em 70%, os casos da doença no Estado até 2010. As medidas foram anunciadas ontem no lançamento do Plano Estadual de Prevenção e Controle Integrado da Malária, batizada de 'Operação Impacto para Controle da Malária'. O Estado terá ainda a parceria de 43 especialistas de Cuba para atuar no interior.

**Cidades, capa**

---

**CLASSILIDER**  
Fone: 3643-6000  
OFERTAS DE HOJE



**Holanda perde chance de levar título antecipado**

Apesar de empatar em 0 a 0 com a Hilton Line, ontem à noite no Vivaldão, o Holanda/Rio Preto da Iva deixou escapar a chance de ser campeão antecipado do primeiro turno da Série B do Campeonato Amazonense. Foi o último jogo das laranjas nesta fase. Na rodada final, domingo, apenas Capetrândia pode garantir o título em caso de vitória sobre o Nacional B.

**Vencer, 2**

**Enade avalia 3,8 mil alunos em Manaus**

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) será aplicado a 3.865 alunos do Ensino Superior de Manaus, no domingo.

**Cidades, 1**

# Editorial Ação de impacto contra a malária

A coordenação política e as laboratórios farmacêuticos manaus levaram a sério o combate à malária. O trabalho em equipe em ações isoladas de identificação em locais com maior incidência. Por isso, o único município para o qual não houve incidência de casos, a indústria farmacêutica não se usa o mesmo tipo de inseticida. Em 2006, o investimento em pesquisas que levaram, por exemplo, ao desenvolvimento de uma vacina contra essa doença que mata um milhão de pessoas por ano, principalmente na África. Naquele continente, não se investiram, os cientistas não conseguiram resolver no desenvolvimento da vacina contra a malária. Os Estados Unidos ga-

ram US\$ 500 milhões por ano para desenvolver uma vacina contra a Aids, enquanto países de todo o mundo aplicam somente US\$ 65 milhões para se chegar a uma vacina contra a malária. Outros, o governador Eduardo Braga lançou a Operação Impacto para o Controle da Malária, programa em que vai investir, em parceria com a Unioa, R\$ 236 milhões. O plano não dá resumo e busca a combinação de ações: distribuição de 300 mil mosquiteiros impregnados de inseticidas e aumento da frequência das borrifagens, além da implantação de mais 500 unidades de diagnóstico e tratamento anualmente são 700 para reduzir em 70% os casos da doença, num prazo de três anos. Em 2006, o governo espera registrar, no máximo, 36 mil notificações, o que colocaria a doença sob controle.

A distribuição de mosquiteiros e defendida por várias organizações de sociedade civil. Em recente guia divulgado, a Organização Mundial de Saúde (OMS) sugere que esse tipo de mosquiteiro deve ser distribuído gratuitamente a todos os habitantes que vivem em áreas onde há incidência da doença. A mesma recomendação para mosquiteiros tratados com inseticidas conseguiu reduzir em 44% o número de mortes provocadas pela doença. A mesma recomendação foi feita pela ONG Médicos Sem Fronteiras, que distribuiu milhares de mosquiteiros e a morte de milhares de crianças, principalmente no continente africano, poderiam ser evitadas se os países ricos e a elite internacional a investissem o suficiente para evitar essa doença que tanto mal traz à humanidade.

# Caro & Escuro

Por Paulo Castro

## Privatização do tapa-buraco fraccasa

Não durou um verão o projeto da Prefeitura de Manaus de terceirizar os serviços de tapa-buracos, drenagem, meio-fio e sarjetas. Sem receber parte do dinheiro pelos serviços executados, as sete empresas abandonaram ruas e avenidas. A própria Secretaria Municipal de Obras, Serviços Básicos e Habitação (Semob) confirmou que o contrato com as empresas foi cancelado e que os serviços voltarão a ser realizados pelos funcionários dos distritos de obras. No início deste semestre, a prefeitura chegou a anunciar que a terceirização seria a 'salvação' para acabar com os buracos no sistema viário da cidade. As empresas, segundo levantamento da secretaria, taparam (recaparam) 219,5 mil metros quadrados de buracos, o equivalente a mais de 20 campos oficiais de futebol. O grande problema é que Manaus vive as últimas semanas deste verão e, com o início das chuvas, novos buracos vão surgir.

**Mosquiteiro tailandês** Trezentos mil mosquiteiros impregnados de inseticida Bayer serão distribuídos nos próximos três anos pelo Governo do Amazonas para populações que moram nas cidades com maior incidência de malária no Estado. O mosquito é de fabricação tailandesa e custa US\$ 18 (cerca de R\$ 30) cada. Pode ser lavado 20 vezes e durar até cinco anos. O custo do mosquiteiro, segundo estudo do Inpa, é menor que comprar as casas três vezes ao ano.

**Estratégia** Estudo do pesquisador Jeffrey Sachs, da ONU, indica que a distribuição desses mosquiteiros na África poderia impedir a morte de 250 mil crianças. No caso do Amazonas, mortes por conta da malária são bastante raras. A intenção do secretário de Saúde, Wilson Alecrim, é reduzir em 70% o número de casos da doença com a Operação Impacto Sobre o Controle da Malária.

**O custo** Serão aplicados nesse programa R\$ 276 milhões, sendo R\$ 140 milhões do governo do Amazonas. Além dos mosquiteiros serão utilizados novos produtos para borrifação produzidos na França. Este ano, o Amazonas deve fechar com 216 mil casos de malária, que serão reduzidos gradativamente até atingir 36 mil em 2010.

**Distribuição na CMM** O vereador Massami Miki distribuiu pessoalmente ontem centenas de 'termas' de ovos aos funcionários da Câmara Municipal de Manaus. Os ovos são produzidos na Colônia Japonesa, localizada no quilômetro 38 da AM-111 - Manaus-Façatara - Roraima é representante da comunidade japonesa na capital.

**Cine na parada** A 4ª Edição do 'Amazonas Film Festival' começa amanhã, às 18h, com a exibição de filmes nos terminais de integração. Às 19h, a solenidade oficial ocorrerá no teatro Amazonas com as presenças de dezenas de celebridades nacionais e internacionais. No Largo de São Sebastião será exibido simultaneamente o filme 'Bye Bye Brasil', do diretor Cacá Diegues.

**Documentário na estréia** No mesmo horário, dentro do teatro, será exibido o documentário 'Earth', de Alastair Fothergill & Mark Linfield



produzido pelo Reino Unido e Alemanha, seguido do filme nacional 'Quero', de Carlos Cortez, estrelado por Sidney Santiago, Alton Graça, Maria Luiza Mendonça, Leandro Carvalho e Ângela Leal.

**Liberado** Depois de vários protestos, os organizadores do Amazonas Film Festival decidiram liberar para os produtores de curtas digitais amazonenses os jantares e passagens turísticas que ocorreram em todos os dias do evento. Foram selecionados seis curtas produzidos por quatro amazonenses.

**Jovem Cidadão** O governador Eduardo Braga (PMDB) lança sábado o projeto 'Jovem Cidadão', coordenado

pelo Conselho de Desenvolvimento Humano (CDH) e Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (Seas). Braga vai entregar as primeiras bolsas-auxílio de R\$ 30 a R\$ 50 para 2,6 mil alunos de escolas das zonas Leste e Sul de Manaus.

**Objetivo** Até junho de 2008, o projeto será estendido para mais de 30 mil estudantes. A ação faz parte do Plano de Revitalização da Segurança Pública, junto com o programa 'Amé a Vida'. O objetivo é prevenir a violência envolvendo adolescentes e adultos, incluindo-se em atividades esportivas, culturais e cursos profissionalizantes.

**Retificando** O título da nota principal da Caro & Escuro de ontem foi publicado erroneamente. Na verdade tratava-se de US\$ 110 milhões e o valor do investimento do complexo que será construído no Estádio Viveiro Lima, conforme ratificava a nota e não R\$ 110 milhões.

**Comemoração** Os 35 anos de criação da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas serão comemorados amanhã, às 18h no Elegance Festas e Convenções. Na ocasião acontecerá o encerramento do IV Seminário PGE de Direito Público, bem como o lançamento de uma edição especial da revista do órgão e do livro 'Direito Ambiental: licenciamento, reservas naturais privadas e política transfronteiriça' de autoria dos Mestres procuradores: Júlio Cezar Brandão, Vitor Hugo Mota de Menezes e Ruy Marcelo Alencar de Mendonça.



**BELMIRIO VIANEZ FILHO**, administrador de empresas, líder empresarial e ex-presidente da Câmara dos Diretores Lojistas de Manaus e da Associação Comercial do Amazonas, onde atualmente preside o Conselho Superior, formado por ex-presidentes da entidade.

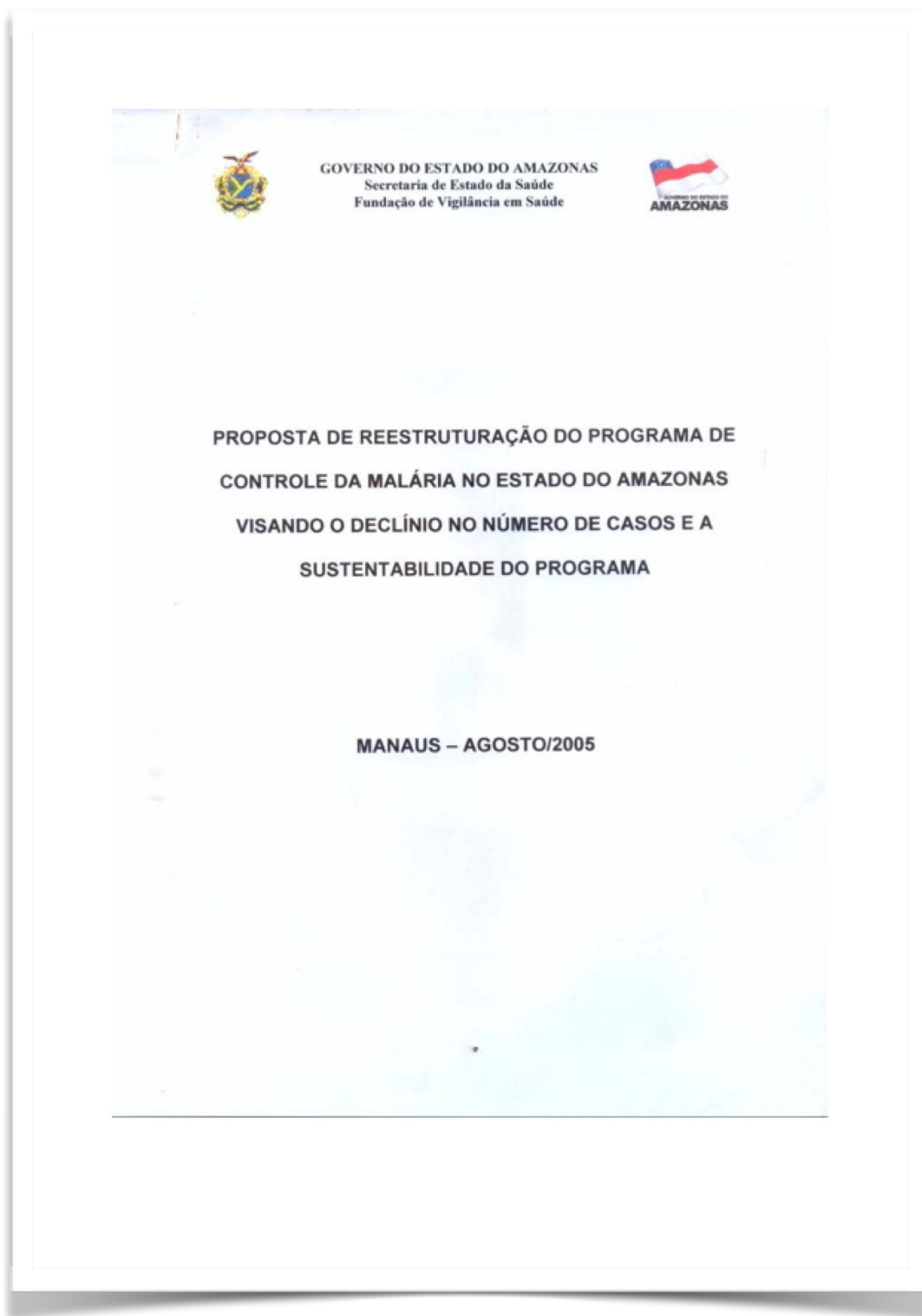
## Artigo Auditoria, desburocratização e cidadania

A vista do volume escabroso de fraudes e traquinagens perpetradas contra os cofres públicos, anotado diariamente pela mídia em constrangedoras manchetes policiais, a recente auditoria realizada por técnicos do Tribunal de Contas da União, no controle que a Receita Federal e a Suframa exercem sobre a entrada e saída de mercadorias da área incentivada da ZFM, o que se pode chamar, com todo respeito, de captura de pelo zero ovo. É mais uma prova do tratamento desleal que alguns organismos federais tratam nossa região. As irregularidades do sistema, de acordo com o relatório do Tribunal, tornam o sistema de controle suscetível a fraudes. No conjunto de ilícitos, porém, o Pólo Industrial de Manaus está longe de repetir a prática perversa de contrabando e sonegação que a Polícia Federal tem flagrado em outros estados da federação. É aí que se deveriam concentrar - pelos danos aos cofres públicos - os esforços de auditoria e fiscalização daquela Corte. E as constatações do TCU não param por aí. Concluíam os técnicos pela obsolescência, ou seja, que existe carência de recursos humanos e a falta de maior intercâmbio de informações dos diversos organismos com a Superintendência da Zona Franca de Manaus - como se aut - via compa-

tasse sistematicamente com essas deficiências. E não o tentasse o mais completo e arrojado sistema de monitoramento de produtos e taxas entre todos os sistemas alfândegários do País. A Suframa reivindicou, sem sucesso, há décadas a convocação de concursos públicos para renovar, adaptar e ampliar seus quadros funcionais. Seus servidores se tornaram polivalentes e multifuncionais para atender as demandas do crescimento e da modernidade. Apesar e além disso, é o organismo federal mais monitorado da União, e mesmo assim consegue ser destaque em todas as agências de fomento e desenvolvimento de toda a história de incentivos do governo federal. Mais do que sofisticar a burocracia do controle e preciso simplificar o monitoramento que compete ao poder público. O burocratismo resulta frequentemente na distorção das tramóias, muitas vezes provocadas pela incapacidade de algumas empresas cumprirem o emaranhado de portarias, normas e editais desse intrincado cipal fiscalista. Fluidéz, clareza e simplicidade só resultam em benefícios gerais, ninguém discorda. Os recursos da Informática permitem a descomplicação aduaneira, como a que ocorre no Panamá, por exemplo, onde o que importa é facilitar a vida

de empreendedores para que eles cumpram sua função social de gerar emprego, renda e receita pública. O sistema de monitoria fiscal e alfândega do Brasil tem requisitos do século XIX, em pleno terceiro milênio.

Em compensação, nem tudo está envolto nas névoas da burocracia. Com um discreto atraso, mas com saudações de boas vindas, uma lei publicada na última segunda-feira vai reduzir em 10% para o cidadão o preço dos produtos fabricados no Pólo Industrial de Manaus e negociados no comércio do Amazonas. Por obra e graça do secretário Iper Abraham, os consumidores locais terão reduções de 17% para 7% a alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços dos produtos fabricados no PIM. O benefício de 7% de ICMS foi dado aos lojistas desde o último governo Gilberto Mestrinho, para quem compresse qualquer produto fabricado na ZFM. A decisão do governo atende uma demanda dos próprios empresários locais e traduz uma sensibilidade avissarera. A taxa de acertos de um governo é proporcional direta de seu poder de interatividade e atenção aos interesses da maioria. Só assim tem sentido auditar, vigiar e eventualmente punir desítes, sempre à luz das demandas do cidadão. Ou há outro caminho?



Plano de 2005, capa

Governo do Estado do Amazonas  
Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas  
Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas

**PLANO PLURIANUAL DE PREVENÇÃO E CONTROLE  
INTEGRADO DA MALÁRIA NO ESTADO DO AMAZONAS**  
JULHO/2007 À DEZEMBRO/2010



**AMAZONAS  
JULHO/2007**